



**CARTA DE
CONJUNTURA DA USCS**



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, EMPREENDEDORISMO, INOVAÇÃO E CONJUNTURA DA USCS (CONJUSCS)

Sob a Direção da Pró-Reitoria de Graduação e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, o Observatório é formado por professores, alunos e parceiros convidados. O Observatório tem como objetivo elaborar e publicar, periodicamente, notas técnicas no campo das Políticas Públicas, Empreendedorismo, Inovação e Conjuntura.

Expediente 24ª Carta de Conjuntura (dezembro de 2022)

Reitor: Prof. Dr. Leandro Campi Prearo
 Pró-Reitora de Pós-Graduação: Profª. Drª. Maria do Carmo Romeiro
 Pró-Reitor de Graduação: Prof. Ms. Silton Marcell Romboli
 Pró-Reitor Administrativo e Financeiro: Prof. Me. Orlando A. Bonfatti
 Pró-Reitor de Inovação em Ensino: Prof. Dr. Nonato Assis de Miranda

Líder do Grupo de Pesquisa CNPQ do Observatório: Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Coordenação Geral do Observatório:

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Equipe de Coordenação do Observatório:

Prof. Drª. Camila Faustinoni Cabello
 Prof. Dr. Jefferson José da Conceição
 Prof. Dr. Francisco Rozsa Funcia
 Prof. Esp. Ricardo Trefígio

Equipe de Pesquisadores Permanentes do Observatório:

Prof. Drª Camila Faustinoni Cabello
 Prof. Dr. Eduardo de Camargo Oliva
 Prof. Dr. Enio Moro Júnior
 Prof. Dr. Francisco Rozsa Funcia
 Prof. Dr. Jefferson José da Conceição
 Prof. Dr. José Turíbio de Oliveira
 Prof. Dr. Lúcio Flávio da Silva Freitas
 Prof. Dr. Milton Carlos Farina
 Prof. Dr. Roberto Vital Anav
 Prof. Dr. Volney Aparecido de Gouveia

Equipe de Professores Técnicos do Grupo de Pesquisa do Observatório:

Prof. Me. Daniel Giatti de Sousa
 Profª. Me. Alessandra Santos Rosa
 Prof. Me. Daniel Vaz
 Prof. Me. David Pimentel Barbosa de Siena
 Prof. Me. Luiz Felipe Xavier
 Profª. Me. Marta Angela Marcondes
 Profª. Me. Rosana Marçon da C. Andrade
 Prof. Me. Vinícius Oliveira Silva
 Profª Me. Sandra Collado

Participantes desta edição:

Adhemar S. Mineiro
Aldomar Guimarães dos Santos
Ana Carolina Tosetti Davanço
Ana Cecília dos Santos
Ana Luiza Rosa Pizarro
Anderson Gedeon Buzar Reis
André Castilho
Antonio Aparecido de Carvalho
Barbara Silva
Breno Vanzei
Bruno Rondani
Caíque Nathanael Lopes
Claudia Reis Barbalho
Claudio Pereira Noronha
Clayton Vinicius Pegoraro de Araujo
Cleisla Maria Gonçalves Magalhães
David Pimentel Barbosa de Siena
Edgar Nóbrega
Enzo Furlaneto Prudencio
Erick Carvalheiro de Barros
Gabriella Barbosa
Vinicius Nascimento de Almeida
Fabiola Alvina Leite de Jesus
Fabricio Adrian Maimura
Francisco R. Funcia
Gabriel Zocchi de Almeida
Gabriella de Campos Garibotti
Gabrielle Jacobi Kölling
Gernardes Silva Andrade
Giovana Guillarducci Silva
Giovani Custódio Correa
Gustavo Kullian Binoto
Heloiza de Lourdes Silva Campos Pereira
Henrique Dalla Déa Cruvinel
Hillary Mata Pires Cappellano
Inez Galardinovic
Isabela Simonati Portazio
Isis Gilioli Freire
Jefferson José da Conceição
José Luiz da Silva Vieira
Larissa Carvalho do Nascimento
Laura Sandoval Vieira
Leo Gmeiner
Leonardo Nolasco Dias Corrêa
Leonardo Retondinid Mincev
Letícia Menegassi Borges
Luana Bortoletto
Luciano Calchi
Lucio Maluf
Luís Felipe Xavier
Marcel Camilo
Maria Eduarda De Sousa Paiva
Mariana Sofia Loredó
Matheus Alvarenga Grotti
Matheus Theodoro da Fonseca
Maurício Loboda Fronzaglia
Mauro Henrique Alves
Nicholas Luiz Brito Russo

Raquel da Silva Pereira
Rita Serrano
Roberto Vital Anav
Rogério Lopes
Simona Adriana Banacu dos Santos
Uryel Simões Inoue
Vanessa Alexandra Rodrigues Silva
Victor Hugo dos Santos Fonseca
Victor Massao Verardi Hiraita
Victor Vasconcelos de Sousa
Vinicius Florido De Biaggio
Vinícius Resende Domingues
Vitor Diniz Pinheiro Carvalho
Willyam Mayorga

Organização dos textos:

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Comunicação:

Prof. Me. Luciano Cruz

Assessoria de Imprensa:

Ana Paula Lazari Ferreira

Revisão de textos:

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Carta on-line:

Ana Paula Lazari Ferreira
Renata Ezellner Miquilim
Prof. Me. Roberto Araújo Silva

Observação: As opiniões manifestadas nesta publicação são autorais e não expressam necessariamente a visão da Universidade Municipal de São Caetano do Sul ou das demais instituições acadêmicas ou parceiras mencionadas na Carta de Conjuntura. Visite nosso site: www.uscs.edu.br/noticias/cartasconjuscs.

E-mail para contato: jefferson.conceicao@online.uscs.edu.br

Para ter acesso a esta 24ª carta on-line, digite: <https://seer.uscs.edu.br/index.php/conjuscs/index>

Para acessar todas as Cartas anteriores (de 1 a 24), digite:
<https://www.uscs.edu.br/noticias/cartasconjuscs>

SUMÁRIO

I - EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

- 1 HUB DE INOVAÇÃO USCS-BIOSPHERE, STARTUPS E INVESTIDORES p.10

André Castilho

- 2 OPEN STARTUPS COMO MÉTODO DE VALIDAÇÃO DA INOVAÇÃO p.13

Bruno Rondani

- 3 PRINCIPAIS EVENTOS DA ÁREA DE TECNOLOGIA DE 2022 p.18

Leo Gmeiner
Luciano Calchi

- 4 FINTECHS, ECONOMIA COLABORATIVA, INCLUSÃO SOCIAL E COMPETITIVIDADE ECONÔMICA: ENTREVISTA COM O CEO DA XporY, RAFAEL BARBOSA p.22

Ana Carolina Tosetti Davanço

II – EDUCAÇÃO, CULTURA E HISTÓRIA

- 5 A EDUCAÇÃO E O MERCADO DE TRABALHO NO DECURSO DA PANDEMIA DO COVID-19 p.33

Rogério Lopes
Enzo Furlaneto Prudencio
Erick Carvalheiro de Barros
Gabriella Barbosa
Vinicius Nascimento de Almeida

- 6 O SILÊNCIO DOS QUE NOS SILENCIAM p.41

Barbara Silva

- 7 O PODER TRANSFORMADOR DA ARTE-EDUCAÇÃO PARA JOVENS INFRATORES E EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: APONTAMENTOS DE UMA RODA DE CONVERSA NA FEIRA LITERÁRIA DE SANTO ANDRÉ p.44

Claudio Pereira Noronha
Inez Galardinovic

- 8 **ROMÊNIA: DO IMPERIO ROMANO À IDADE MÉDIA (INCLUINDO O LENDÁRIO CASTELO DE DRÁCULA); DO ANTIGO BLOCO SOCIALISTA AO MOMENTO CONTEMPORÂNEO - ENTREVISTA COM A ROMENA SIMONA BANACU** p.48

Jefferson José da Conceição
 Simona Adriana Banacu dos Santos
 Anderson Gedeon Buzar Reis
 Roberto Vital Anav

III - MEIO AMBIENTE, GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

- 9 **EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL DAS EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL À LUZ DA NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE** p.65

Ana Cecília dos Santos
 Claudia Reis Barbalho
 Aldomar Guimarães dos Santos
 Raquel da Silva Pereira

- 10 **ORIENTAÇÕES PARA COMPRAS NO ÂMBITO DO PNAE EM ADEQUAÇÃO AOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)** p.78

Gernardes Silva Andrade
 Gabrielle Jacobi Kölling

- 11 **MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ECONOMIA SUSTENTÁVEL** p.86

Rogério Lopes
 Isis Gilioli Freire
 Laura Sandoval Vieira
 Maria Eduarda De Sousa Paiva

- 12 **O DÉCIMO TERCEIRO OBJETIVO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, O CÉTICISMO E OS SEUS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS** p.93

Rogério Lopes
 Fabricio Adrian Maimura
 Gustavo Kullian Binoto
 Victor Vasconcelos de Sousa

IV – URBANISMO

- 13 ENSAIOS PROJETUAIS NA MOBILIDADE URBANA EM DIADEMA p.103

Luís Felipe Xavier
 Luana Bortoletto
 Giovana Guillarducci Silva
 Giovani Custódio Correa
 Nicholas Luiz Brito Russo
 Vitor Diniz Pinheiro Carvalho
 Heloiza de Lourdes Silva Campos Pereira
 Hillary Mata Pires Cappellano
 Leonardo Retondinid Mincev
 Matheus Alvarenga Grotti
 Vanessa Alexandra Rodrigues Silva
 Cleisla Maria Gonçalves Magalhães
 Fabiola Alvina Leite de Jesus
 Larissa Carvalho do Nascimento
 Victor Massao Verardi Hiraita
 Vinicius Florido De Biaggio
 Gabriella de Campos Garibotti
 Mariana Sofia Loredo
 Isabela Simonati Portazio
 Ana Luiza Rosa Pizarro
 Gabriel Zocchi de Almeida
 Mauro Henrique Alves

V – SEGURANÇA

- 14 ANÁLISE DOS INDICADORES CRIMINAIS DE SÃO CAETANO DO SUL – OUTUBRO DE 2022 p.115

David Pimentel Barbosa de Siena

VI – SAÚDE

- 15 (DES)FINANCIAMENTO DO SUS: O QUE FAZER? p.120

Francisco R. Funcia

- 16 O TERCEIRO OBJETIVO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) – BOA SAÚDE E BEM-ESTAR: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS** p.124

Rogério Lopes
Breno Vanzei
Caíque Nathanael Lopes
Henrique Dalla Déa Cruvinel
José Luiz da Silva Vieira
Uryel Simões Inoue
Victor Hugo dos Santos Fonseca

VII – TRABALHO

- 17 A PEJOTIZAÇÃO E O MERCADO DE TRABALHO** p.131

Antonio Aparecido de Carvalho

VIII – ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

- 18 O NOVO GOVERNO E AS REFORMAS** p.136

Adhemar S. Mineiro

- 19 ESTRUTURA ANTIDUMPING, LIBERDADE ECONÔMICA E A POLÍTICA BRASILEIRA DE SUBSÍDIOS NO PROGRAMA INOVAR-AUTO** p.139

Clayton Vinicius Pegoraro de Araujo
Letícia Menegassi Borges
Matheus Theodoro da Fonseca
Maurício Loboda Fronzaglia
Vinícius Resende Domingues
Willyam Mayorga

- 20 EMPRESAS PÚBLICAS E RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO NO BRASIL** p.148

Rita Serrano

- 21 REFAZER O CAMINHO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL** p.153

Edgar Nóbrega
Lucio Maluf
Marcel Camilo

- 22 PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS INDUSTRIAIS E DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO NO GRANDE ABC ENTRE 1990 E 2020** p.157*

Leonardo Nolasco Dias Corrêa

I – EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

Nota Técnica

1. HUB DE INOVAÇÃO USCS-BIOSPHERE, STARTUPS E INVESTIDORES

André Castilho¹

Resumo Executivo

A nota técnica relata as funções e as ações do Hub de Inovação USCS-Biosphere e o chamado Demoday (dia de demonstração), realizado para captar recursos junto a investidores, fundos de investimentos e venture capitals. O Hub já apresenta seus primeiros resultados e por isso começa a atrair investidores à região.

Palavras-chave: Hub de Inovação. Startups. Inovação.

Muito se fala sobre o reposicionamento de regiões industriais tradicionais - o Grande ABC, por exemplo - como polos da indústria tecnológica como um todo. Mas, na prática, ainda há muito o que ser feito para que esta nova realidade se abra por inteiro, já que antes estas economias regionais e cidades estavam quase que exclusivamente centrados na grande indústria. No caso do Grande ABC, por exemplo, diversas iniciativas, como o ABC Valley (comunidade de inovação e startups do ABC Paulista), o Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul (ITESCS), o ABC Jobs (plataforma de empregos gratuita da comunidade), o Parque Tecnológico de Santo André e a Agência de Desenvolvimento do Grande ABC, têm lutado por essa "virada de chave".

Com o mesmo objetivo, a Universidade Municipal de São Caetano do Sul tem investido em um trabalho com startups, por meio da constituição, em parceria com a empresa Biosphere, empresa da área de educação e inovação. Esta parceria resultou na constituição do Hub de Inovação USCS-Biosphere.

A função do hub é a de estruturar, desenvolver, fomentar e replicar negócios de impacto em suas respectivas horizontais de negócios, em consonância com a estrutura de cursos da universidade. Além disso, o hub tende a ser o contato com a comunidade do entorno, com a inovação e a tecnologia em diversos níveis, passando desde o educacional, pelo experimental e até o operacional. Ou seja, é através do desenvolvimento de um hub de inovação que a comunidade local passa a se familiarizar com essas inovações e a despertar o desejo de contribuir com elas, seja aprendendo a desenvolvê-las, participando de seus testes e validações ou até mesmo contribuindo em seu desenvolvimento direto. São quatro os vértices do Hub Uscs-Biosphere: a saúde (healthtechs), a comunicação (adtechs), a indústria 4.0, além de uma área de multimercados.

Em sua fase de plena ocupação, prevê-se a presença de 164 posições disponibilizadas para startups e outras empresas de base tecnológica no Hub, sendo desenvolvidas ao longo de nove meses e passando pelas seguintes fases: IDEIAÇÃO, na qual as startups receberão investimentos e benefícios em moedas complementares (como por exemplo com a moeda X\$, que é utilizada pelo SEBRAE para o lastreamento de permutas), enquanto participam dos programas de aceleração; EARLY STAGE, onde já deverão possuir um produto mínimo viável

¹ **André Castilho.** COO e responsável pelos programas de aceleração do hub USCS-Biosphere. andrecastilho12@gmail.com

(MVP) e darão início ao processo de comercialização deste e nessa fase, também captarão recursos através de programas de incentivo diversos (PIPE, FAPESP, FINEP, Lei do Bem, entre outras), além de participarem do Demoday (dia de demonstração), podendo captar recursos com investidores, fundos de investimentos e VCs. O Hub já apresenta seus primeiros resultados e por isso começa a atrair investidores à região.

Em novembro de 2021, lançamos um edital com a inscrição de aproximadamente 50 projetos, sendo que 12 foram selecionados.

Neste período, o Hub realizou um investimento de aproximadamente R\$ 700 mil para o desenvolvimento das startups bem como envolveu cerca de 60 pesquisadores e mentores neste processo.

Na proposta da USCS, um fator que impacta na mudança de paradigmas e cenários é a ênfase na busca da redução da mortalidade das startups. Ao passarem pelo programa de aceleração do Hub, os empreendimentos têm 75% de redução de chance de mortalidade. Esse fator, segundo a Biosphere, está diretamente relacionado à metodologia exclusiva do hub. Pelo método adotado, há desde logo um investimento por parte da cadeia de fornecedores nas startups selecionadas. Além disso, as startups ingressam imediatamente em programas públicos de fomento à inovação, ciência e tecnologia, como é o caso do Programa PIPE da FAPESP. Ao mesmo tempo, as startups participam de processo de aceleração, que é estruturado em 3 fases: fase de estresse de modelo; fase de marketing e vendas, e; fase financeira. No total, o programa do Hub USCS-Biosphere tem duração de 9 meses, que possibilita às startups acesso a linhas de capital e recursos financeiros.

As startups vivenciam também o que, no Hub USCS-Biosphere, chamamos de “Houston 3” (uma brincadeira com a famosa frase dita durante a missão Apollo 11 “Houston, we’ve had a problem!”). Trata-se de uma preparação para que as startups participem com soluções concretas a problemas colocados pelo mercado, em eventos como o “Demoday”.

O Demoday (dia de demonstração) é o evento final que visa conectar as startups que apresentaram o melhor desempenho durante o programa aos investidores, fundos de investimentos, ventures capital e corporações que investem em inovação aberta.

O Hub de Inovação USCS-Biosphere realizou o seu primeiro Demoday no dia 16/11/2022 na Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), em São Caetano do Sul - SP. O evento foi aberto ao público. O evento, que contou com a presença do Prefeito de São Caetano do Sul – José Auricchio Junior, e do Reitor da USCS, Leandro Prearo, entre outras autoridades - aglutinou mais de uma dezena de investidores.

Para esta edição, foram selecionadas 7 das 12 startups que ingressaram no programa. São startups das áreas da Gestão, Saúde, Educação, Recursos Humanos e Mobilidade. São elas: OBAA - Plataforma HealthTech com solução voltada para a regulação da saúde, controle de agendamentos e rastreamento do transporte; BOOKBUSTER - Marketplace EdTech com solução voltada para a troca, compartilhamento e venda de livros usados; RECRUTA-IMOB - Plataforma HRTech focada nos desafios de contratação, capacitação e retenção do mercado imobiliário; E-DATIK - Software EdTech com foco no baixo engajamento de alunos e do alto tempo dos planejamentos de projetos educacionais; D+P - Plataforma B.I. com solução que apresenta diagnósticos de 13 dimensões da gestão empresarial; BAIKI - HardTech de micro mobilidade elétrica, com impacto social e geração de renda; LUDES - Clube de assinatura ContentTech que auxilia pais e mães em atividades com seus filhos.

Estes projetos hoje desenvolvidos no Hub USCS-Biosphere chegaram ao Demoday em diferentes pontos de maturidade. Desses, cinco representavam apenas um Power Point no primeiro dia do programa. No dia do evento, eles estavam preparados para serem

apresentados ao mercado. Isto, sem dúvida, foi motivo de celebração, independente de todas elas (as startups) conseguirem ou não saírem com aportes de investimentos resultantes do Demoday.

Há também que se enfatizar que todo o ecossistema colaborou para isso. Desde a comunidade do ABC Valley, passando pelos esforços da universidade, das autoridades públicas de São Caetano do Sul e Região do ABC, das entregas e engajamento das startups e por todos os parceiros e patrocinadores.

O resultado do evento foi extremamente satisfatório. Como já exposto, compareceram mais de uma dezena de investidores, fundos de investimentos, entre outros. Cinco startups saíram com negociações de investimentos.

O público que compareceu pôde perceber a evolução das startups, seus claros desenvolvimentos e crescimentos. Quem viu o primeiro pitch meses atrás e o pitch do evento notou uma evolução imensa.

Discutiram-se propostas como Equity Crowdfunding, que possibilita investimentos em startups ao alcance de todos; Venture Builder, que viabiliza a venda de serviços de parceiros para as startups, formando uma cadeia de fornecedores das startups do hub; o Marketplace em aceleradoras, proporcionando a aceleração de determinadas startups com o apoio do Hub; há também os Residentes Biosphere, no qual a startup paga um valor para estar presente no hub, sem passar necessariamente em editais, mas com acesso a mentorias e demais serviços.

Não é fácil constituir um hub de inovação. Os custos são altos: operação física, folha de pagamento, desenvolvimento de metodologias, envolvimento de pesquisadores, mentores entre outros. Mas apresentou-se também a proposta de que a marca possa ter um hub sem custos tão altos. A ideia é que o Hub da USCS Biosphere funcione como um shopping de hubs. As empresas indicadas pela marca podem ser abrigadas pelo hub da marca desenvolvidas no Hub da USCS.

“Houston, we have a solution!”

Nota Técnica

2. OPEN STARTUPS COMO MÉTODO DE VALIDAÇÃO DA INOVAÇÃO

Bruno Rondani²

Resumo Executivo

A nota técnica apresenta o método Open Startups como forma de identificação de startups com alto potencial de crescimento, ainda em seus estágios iniciais.

Palavras-chave: Inovação aberta. Startups. Open innovation. Investimentos. Venture capital.

A discussão sobre open innovation - ou inovação aberta, prática na qual corporações buscam parceiros externos, como startups, para colaborar em seus processos de inovação - chegou ao Brasil em 2008, quando o cunhador do termo, professor Henry Chesbrough (UC-Berkeley), foi convidado para a primeira edição da Open Innovation Week, em São Paulo.

Quase 15 anos depois, o que vemos no Brasil é um ecossistema de open innovation vibrante e ativo, com números e indicadores que servem de benchmarking internacional do tema. Em 2022, ultrapassamos a marca de 7 mil corporações e 25 mil startups colaborando entre si em processos de inovação, totalizando cerca de 200 mil pessoas envolvidas com inovação no país.

A curva para chegar aqui cresceu de forma exponencial. Segundo dados do Ranking 100 Open Startups - publicação anual que mede o volume e intensidade de open innovation com startups para premiar as corporações e startups líderes nessa prática -, apenas na edição 2022, registrou-se mais relacionamentos de open innovation com startups do que na soma de todos os anos anteriores, de 2016 a 2021. Foram 42.588 contratos de open innovation registrados em apenas um ano.

Isso significa que a prática de open innovation está mais forte e intensa no Brasil do que jamais esteve. Atingimos a chamada “massa crítica” e o efeito de rede - elementos que sustentam as métricas de inovação em ecossistemas maduros pelo mundo. Nos referimos à métrica da proporção 100-10-1, muito conhecida do venture capital, onde, a cada 100 startups que recebem apoio e investimento, 10 se tornam empresas relevantes e 1 se torna líder de categoria de mercado.

Para a formação do Ranking 100 Open Startups, o critério de pontuação é exclusivamente o desempenho das startups no relacionamento com o mercado corporativo, ou seja, o número e a intensidade das relações de negócio estabelecidas com corporações. Além disso, o Ranking foca seu olhar em startups em fase inicial, ou seja, com faturamento e investimento menores do que US\$ 2,5 milhões.

A esse critério de seleção por meio da “chancela do mercado corporativo”, ou seja, no qual as próprias corporações validam as soluções desenvolvidas e oferecidas pelas startups, chamamos de “método Open Startups”.

² **Bruno Rondani.** Fundador e CEO da 100 Open Startups. Engenheiro e mestre pela Unicamp, e doutor pela FGV. Investiu em mais de 25 startups, obteve cinco saídas por aquisição corporativa e um IPO. É Eisenhower Fellow, presidente do Inova Venture Partners, chairman da Open Innovation Week. Coopera academicamente com FIA, FGV, Unicamp, USP e diversas outras universidades no país e no exterior em temas relacionados a inovação e empreendedorismo. Foi membro de conselho, executivo e consultor em diversas organizações líderes em inovação no país e multinacionais.

Olhando para o Ranking 100 Open Startups e seus resultados, o que mais impressiona não são os números atingidos pelo ecossistema, ou mesmo o crescimento exponencial da prática de open innovation ano a ano. O que de fato impressiona e merece destaque é a eficácia do método Open Startups para identificar boas startups no mercado, ainda em estágios iniciais, pré-Series A.

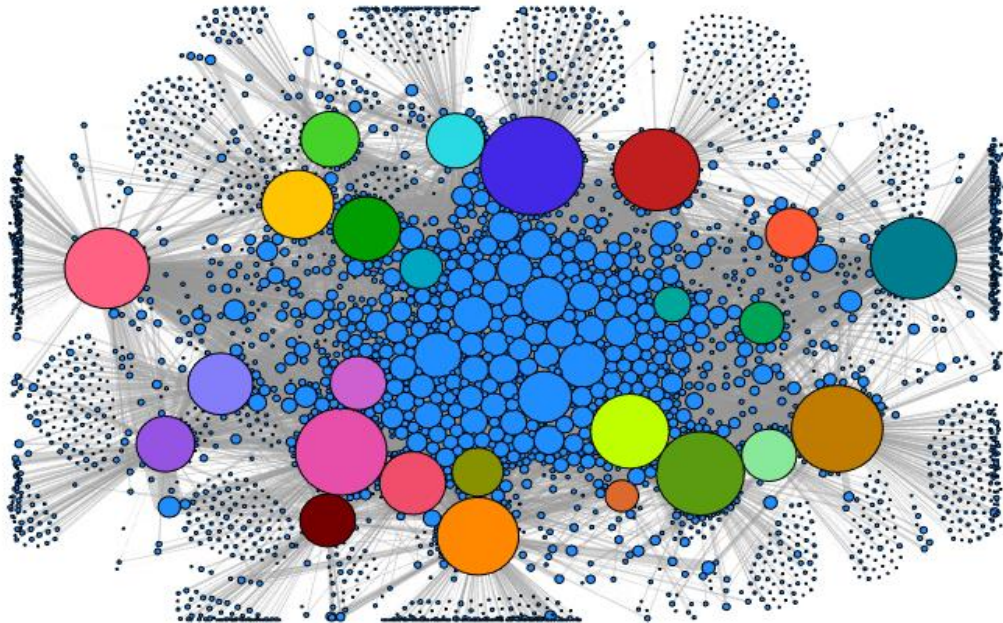
Para colocar em números, das 728 startups premiadas nas seis primeiras edições do Ranking 100 Open Startups, 82 já atingiram o status de scaleup, 4 captaram mais de R\$500 milhões em investimento e 1 se tornou unicórnio, isso é, atingiu valor de mercado superior a US\$ 1 bilhão.

Somadas, essas 728 startups atraíram mais de R\$ 2,3 bilhões em contratos com corporações para serem premiadas e receberam mais de R\$9,6 bilhões em investimentos após a premiação. Historicamente, mais de 60% das startups premiadas no Ranking 100 Open Startups, selecionadas pelo método Open Startups, recebem aporte de fundos de venture capital, corporate venture capital ou M&A em até 3 anos após sua premiação.

Voltando novamente o olhar para a edição mais recente do Ranking 100 Open Startups, publicada em outubro de 2022, na categoria TOP Open Corps, foram premiadas corporações de 25 setores da economia. Segundo os dados levantados pelo Ranking, em um período de 12 meses - de julho de 2021 a junho de 2022 -, cada um desses setores movimentou, individualmente, volumes maiores do que a soma de todos os setores da primeira edição do Ranking, publicada em 2016.

Nos gráficos a seguir, vemos uma representação das conexões estabelecidas entre esses 25 setores do mercado que se abriram para inovação com startups:

Gráfico 1: Rede conexões de negócio entre startups e setores de corporações

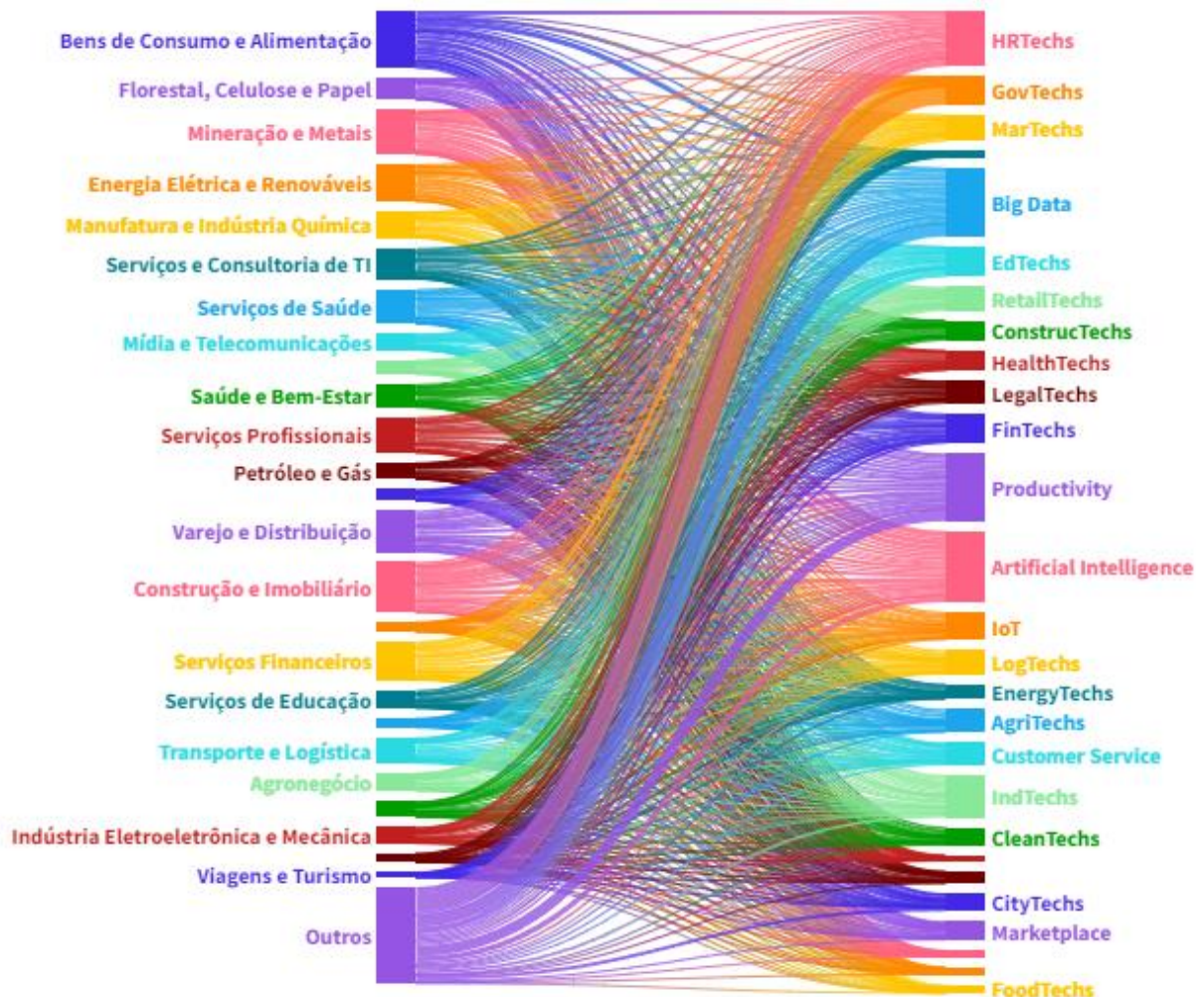


Legenda:

- Agronegócio
- Bancos
- Bens de Consumo e Alimentação
- Construção e Imobiliário
- Energia Elétrica e Renováveis
- Florestal, Celulose e Papel
- Indústria Automotiva
- Indústria e Varejo da Moda
- Indústria Eletroeletrônica e Mecânica
- Manufatura e Indústria Química
- Mídia e Telecomunicações
- Mineração e Metais
- Petróleo e Gás
- Saneamento, Gestão de Resíduos e Infraestrutura
- Saúde e Bem-Estar
- Seguros
- Serviços de Educação
- Serviços de Saúde
- Serviços e Consultoria de TI
- Serviços Financeiros
- Serviços Profissionais
- Software
- Transporte e Logística
- Varejo e Distribuição
- Viagens e Turismo
- STARTUP

Fonte: Ranking 100 Open Startups 2022

Gráfico 2: Conexões de negócio entre setores de corporações e categorias de startups



Fonte: Ranking 100 Open Startups 2022

Porém, mesmo considerando que as startups premiadas no Ranking apresentam, a cada ano, indicadores melhores do que as do ano anterior - tanto em número de negócios quanto de dinheiro movimentado -, quando olhamos para o primeiro grupo selecionado por esse método, ou seja, as TOP 100 Open Startups premiadas na primeira edição do Ranking, esse grupo atingiu uma valorização de mercado de 17 vezes - passando de R\$500 milhões em 2016 para R\$8,5 bilhões em 2022 -, e desse grupo saíram 13 scaleups e 1 unicórnio. Tudo isso em apenas 6 anos.

A valorização dessas 100 primeiras startups selecionadas pelo método Open Startups é o equivalente ao desempenho dos top 4% portfólios do Venture Capital norte-americano, o chamado “Quartil AA”.

Esses resultados comprovam a eficácia do método Open Startups na identificação de startups com alto potencial de crescimento, ainda em seus estágios iniciais de maturidade, resultando em uma ferramenta extremamente poderosa para investidores que buscam encontrar boas startups antes que essas atinjam valuations altos demais, e que muitas vezes não se sustentam na realidade do mercado, como se viu recentemente na crise do venture capital.

Mais do que isso, o crescimento significativo que as open startups têm apresentado impacta positivamente a sociedade e o mercado, movimentando recursos financeiros, impulsionando a inovação no país, atraindo talentos e gerando milhares de empregos. Ao mesmo tempo, essas soluções que emergem do ecossistema transformam e renovam os setores da economia tradicional, formando a chamada “Nova Economia”.

O que vem pela frente

Para finalizar, gostaria de concluir o raciocínio apresentado lá no início desta nota técnica, sobre o momento atual do nosso ecossistema, para entendermos também o cenário que se pinta no futuro próximo.

Como vimos ao longo do texto, o ecossistema de open innovation do Brasil atingiu um grau de maturidade, massa crítica e efeito de rede, e hoje já é considerado um benchmarking internacional. Temos um cenário atual com milhares de corporações abertas ao ecossistema de startups, tornando-o extremamente dinâmico e vibrante.

Diante disso, os modelos lineares de open innovation, neste momento, não fazem mais o mesmo sentido que faziam pouco tempo atrás. Para avançar e produzir resultados, as corporações que estão liderando esses processos de inovação por meio da colaboração passaram a adotar modelos de Gestão de Ecossistemas.

Isso significa que o grande desafio no qual todas as corporações devem focar neste momento é desenvolver internamente, entre seus executivos, uma massa crítica capaz de identificar e capturar o valor que está sendo gerado pelo ecossistema e, para além disso, gerar valor junto com essas startups.

Em outras palavras, se cada uma das corporações que praticam open innovation for capaz de fazer uma boa gestão, junto ao ecossistema de startups que se formou em torno do seu setor de atuação, ela provavelmente terá excelentes resultados no próximo ano, pois o ecossistema, em si, já produz esse resultado.

A boa notícia é que o número de excelentes startups que batem às portas das corporações líderes deverá, mais uma vez, aumentar muito nos próximos 12 meses, como vem acontecendo ano após ano. A má notícia é que, caso a corporação não saiba capturar valor da inovação proposta, muitas outras saberão fazê-lo.

Nota Técnica

3. PRINCIPAIS EVENTOS DA ÁREA DE TECNOLOGIA DE 2022

Leo Gmeiner³
Luciano Calchi⁴

Resumo Executivo

Esta nota técnica visa apresentar uma breve descrição e a vivência de representantes do Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul, o ITESCS, em importantes eventos de tecnologia que ocorreram em 2022. Os eventos são: Conferência Anual de Startups e Empreendedorismo (CASE), Campus Party, Rio Innovation Week (RIW) e Web Summit Lisboa.

Palavras-chave: Startups. Tecnologia. Inovação. Eventos.

Com a volta de atividades presenciais e o avanço das vacinas contra o COVID-19, aos poucos, os eventos também foram passando a retomar sua realização presencial. Isso representou uma grande vantagem em relação aos eventos on-line, pelo aspecto social do encontro, das conversas, das trocas de experiências “ao vivo”, pois, por mais prática e avançada que a tecnologia esteja para a conexão entre as pessoas, nada substitui o contato direto entre os participantes.

Dentre todos os eventos da área de tecnologia, startups e empreendedorismo, falaremos aqui sobre alguns dos principais que ocorreram neste ano. Estivemos em alguns e trazemos aqui, não só informação, mas nossas impressões sobre cada um deles. Contamos, neste material, com a participação do ex-presidente (2009 a 2015) e atual membro do Conselho Administrativo do ITESCS, Renato Grau.

Conferência Anual de Startups e Empreendedorismo (CASE)

A 9ª edição da Conferência Anual de Startups e Empreendedorismo (CASE 2022) foi realizada nos dias 17 e 18 de novembro, no Expo Center Norte, em São Paulo, com expectativa de público de 15 mil pessoas.

O evento foi composto de sete palcos com palestras simultâneas, com a participação de mais de 50 palestrantes, que falaram sobre temas relacionados ao universo das startups, inovação e empreendedorismo, além de feira de negócios com mais de 150 expositores e quatro salas de mentorias com diversas trilhas de conteúdo. No evento, aconteceu também o *Startups Awards*, premiação que busca homenagear os principais nomes nacionais da área, como investidores-anjo, aceleradoras, fundos de investimento, universidades e startups.

“O CASE foi um evento importante, veio de um ano remoto, voltando ao seu modelo original, o presencial. Ele não só foi importante para que todas as startups e empresas relacionadas à

³ **Leo Gmeiner.** Empreendedor da startup School Guardian, Presidente do Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul (ITESCS) e Pesquisador convidado do Observatório Conjusc.

⁴ **Luciano Calchi.** Sócio da empresa Softclass, Vice-Presidente do Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul (ITESCS) e Pesquisador convidado do Observatório Conjusc

Associação Brasileira de Startups (ABStartups) pudessem estar lá e expor suas ações ligadas a empreendedorismo, inovação e startups, como também para fazer conexões e reconexões. Essa questão do relacionamento entre as pessoas foi importantíssima.

Da mesma forma para o ITESCS, o CASE foi importante para fortalecer relacionamentos antigos e começar novos, não só com startups, que podem compor portfólio de soluções e, assim, ajudar nossos associados, mas também com a conexão com outras comunidades além da região do ABC, o que ajuda a fortalecer a nossa presença e eficácia” (Leo Gmeiner).

Campus Party

A edição do Campus Party deste ano ocorreu de 11 a 15 de novembro, no Anhembi, em São Paulo.

Presente no Brasil há dez anos, o evento conta hoje com mais de 550 mil "campuseiros" cadastrados em todo mundo, e já produziu edições em países como Espanha, Holanda, México, Alemanha, Reino Unido, Argentina, Panamá, El Salvador, Costa Rica, Colômbia e Equador.

O festival é dividido em três grandes áreas: Arena (local que conta com palcos temáticos, bancadas de comunidades, stand de parceiros e patrocinadores, área de workshops, arena de games freeplay, banheiros, bebedouros, climatizadores, guichê de entrada/saída 24h e equipe de apoio da organização); o Camping (onde são cedidas barracas para acomodação dos "campuseiros" oferecendo uma experiência imersiva no evento) e a Open (área de participação gratuita, com oficinas práticas, palco com conteúdo de empreendedorismo, startups, games, arena de drones e robôs, campeonatos de games, simuladores, estandes de parceiros e brindes, incluindo também atividades voltadas para startups).

“O que me chamou bastante atenção na Campus Party é o quão eclético é o público do evento, o volume de jovens é grande. Isso é muito importante no sentido da continuidade das ações na área de inovação, empreendedorismo e de tecnologia. Também a participação de escolas, que é bem grande, isso tudo acredito que irá contribuir e muito para essa continuidade.

Nesta edição, se comparada a 2019, embora houvesse uma boa quantidade de público, acredito que não tenha tido tantos participantes quanto em 2019. Isso se deve a algumas questões de data do evento, que ocorreu em data próxima a outros eventos de tecnologia, ao ENEM e a Fórmula 1, em SP. Considera-se também que o feriado de 15/11, dentro do período em que ocorreu o Campus Party, pode ter influenciado para a questão do público.

O Campus Party é considerado o maior festival de tecnologia, empreendedorismo, ciência e disruptividade do mundo e sua realização agrega muito valor aos participantes e à sua área de atuação. Acredito que em 2023, ele virá ainda com mais força e representatividade, mostrando a grandeza que tem” (Luciano Calchi).

A próxima edição para a realização do Campus Party em São Paulo está prevista para ocorrer em julho de 2023.

Rio Innovation Week (RIW)

O evento, em sua segunda edição, aconteceu de 8 a 11 de novembro de 2022, no Pier Mauá, no Rio de Janeiro, contando com a participação de cerca de 125 mil pessoas durante os quatro dias. Entre os objetivos do RIW está o incentivo à inovação e à tecnologia como impulsionadores de negócios, possibilitando o crescimento de todo o mercado. O potencial de geração de novos negócios, muitos firmados durante o evento e alguns em andamento, chega a R\$ 1 bilhão.

A RIW 2022 contou com mais de 900 palestras, distribuídas em 27 conferências, 880 horas de palestras, mais de 200 expositores, além da presença de investidores e compradores brasileiros e internacionais.

Entre as principais realizações do RIW está a estreia de novos segmentos na agenda do evento como LawTech, que reflete o crescimento de novas tecnologias e soluções no campo do Direito.

Além disso, o aspecto sustentável na sua realização merece destaque: segundo a organização do evento, todo o material utilizado na montagem foi reaproveitado em outros eventos ou enviado para reciclagem, as lonas utilizadas foram enviadas para empresas que confeccionam novos produtos com essas peças e todas as emissões de carbono foram compensadas.

“No Rio Innovation Week, vejo que o grande destaque foi para a dimensão do evento, que foi muito grande, a expectativa era de 60 mil pessoas e foi superada de forma impressionante. O evento apresentou tópicos muito bem definidos, falando de inovação para diversas áreas, como governo, educação, saúde, cidades inteligentes e turismo. Além disso, havia exposições de muitas startups e muitas pessoas relacionadas ao poder público, da iniciativa privada também, dispostos a trocar informações, buscando realmente levar inovação para as suas áreas de atuação.

Esta é a 2ª edição do evento, a primeira ocorreu no início de 2022. De uma para a outra, acredito que a mais atual foi ainda melhor. E, para o ITESCS, realmente foi muito interessante pela oportunidade das conexões com esses diversos atores tanto do Rio de Janeiro, quanto de diversos outros lugares do Brasil, acredito que ainda possam surgir novas iniciativas a partir dessas conexões e que a gente possa, no futuro, apoiar” (Leo Gmeiner).

A próxima edição do Rio Innovation Week está prevista para acontecer no segundo semestre de 2023.

Web Summit Lisboa

O Web Summit Lisboa deste ano aconteceu de 1 a 4 de novembro, em Lisboa, Portugal.

Web Summit é uma empresa sediada em Dublin, Irlanda, que realiza eventos em todo o mundo: Web Summit em Lisboa (originalmente era em Dublin), Web Summit Rio no Rio de Janeiro (a partir de 2023), Colisions em Toronto e RISE em Hong Kong.

Neste ano de 2022, o Web Summit Lisboa contou com mais de 70 mil participantes de mais de 160 países, mais de mil palestrantes e cobertura por mais de dois mil representantes da mídia. Em relação ao ecossistema de Startups, houve a participação de mais de 2.300 startups e mil investidores cadastrados buscando oportunidades, com reconhecimento na imprensa internacional como um dos principais eventos de tecnologia do mundo.

Para se ter uma ideia da dimensão do evento, o principal palco do evento foi a Altice Arena, com capacidade para 20 mil pessoas. Além dele, havia cinco pavilhões com vários palcos distribuídos, junto a stands de todos os portes e tamanhos, além de espaços rotativos para as startups.

“Em eventos como este, a sensação de FOMO (‘Fear of Missing Out’ – estar sempre perdendo alguma coisa) está sempre no ar. Por isso, acho que três dias de evento são insuficientes.

Em relação a startups, este evento foi ‘a casa’ delas. Entre 2300 inscritas, havia todos os tipos de propostas, em todos os níveis de maturidade. No Web Summit elas foram categorizadas em três estágios: Alpha (Seed), Beta (MVP validado e faturando) e Growth (Escalando o negócio).

O Brasil ocupou uma posição de destaque no evento, sendo a nacionalidade com maior número de participantes, com exceção dos portugueses, com grandes estandes, além do destaque para eventos paralelos, como o ‘Dia de Inovação Brasil-Portugal’, organizado pelo Sebrae, Apex Brasil e Ministério das Relações Exteriores.

Considero o evento como a ‘Copa do Mundo das Startups’. Entendo que elas são a estrela do show e concordo que precisa existir um evento em nível mundial que as desafie e gere incentivos para chegarem lá. Nem todas precisam chegar ao palco final. Aliás, ninguém garante que as finalistas serão os próximos unicórnios. Mas só de existir este evento, colocará muitas ideias em prática e muitos empreendedores serão desenvolvidos e farão a diferença neste mundo.

Além disso, as experiências em conhecer e conviver com pessoas de todos os tipos e de todas as partes do mundo, numa cidade muito interessante, são inesquecíveis. Os aprendizados são muitos e os relacionamentos criados abrem muitas portas” (Renato Grau).

A edição do Web Summit Rio (no Rio de Janeiro, Brasil) deve ocorrer em maio de 2023. A edição em Lisboa está prevista para novembro. Além disso, a realização do Collision Conference (em Toronto, Canadá) está marcada para o final de junho de 2023.

Referências Bibliográficas

TERRA. “Supereventos” de startups retomam atividades após pandemia, 2022. Disponível em: <https://www.terra.com.br/byte/inovacao/supereventos-de-startups-retomam-atividades-apos-pandemia,e1112d776e2dcd3d41d8c1094bde14fcq2j6z9th.html>. Acesso em 1/12/22.

GAZETA DO POVO. CASE 2022: os destaques da 9ª edição da Conferência Anual de Startups e Empreendedorismo, 2022. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/gazz-conecta/case-2022-destaques-conferencia-anual-de-startups-e-empreendedorismo/>. Acesso em 30/11/22.

CAMPUS PARTY BRASIL. Disponível em: <https://brasil.campus-party.org/>. Acesso em: 30/11/22.

RIO INNOVATION WEEK. Disponível em: <https://rioinnovationweek.com.br/>. Acesso em: 29/11/22.

CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA BRASIL, PORTUGAL, CEARÁ. Web Summit 2022 em números, 2022. Disponível em: <https://cbpce.org.br/web-summit-2022-em-numeros/>. Acesso em: 30/11/22.

FORBES PORTUGAL. Web Summit em Lisboa: já há datas para 2023, 2022. Disponível em: <https://www.forbespt.com/web-summit-em-lisboa-ja-ha-datas-para-2023/>. Acesso em 1/12/22.

Nota Técnica

4. FINTECHS, ECONOMIA COLABORATIVA, INCLUSÃO SOCIAL E COMPETITIVIDADE ECONÔMICA: ENTREVISTA COM O CEO DA XporY, RAFAEL BARBOSA

Ana Carolina Tosetti Davanço⁵

Resumo Executivo

A nota técnica reproduz entrevista realizada pela autora com o CEO da “xporY.com”, Rafael Barbosa. A xporY é uma fintech que apresenta uma solução inovadora para o problema da ociosidade das empresas, solução esta que está centrada na realização de permutas multilaterais, por meio de plataforma que propõe uma espécie de crédito e moeda própria. A solução atende às empresas de vários portes, mas especialmente as micro e pequenas empresas. Precedendo a entrevista, realiza-se breve introdução ao tema das fintechs e da economia colaborativa.

Palavras-chave: Economia Colaborativa. Economia Compartilhada. Fintechs. Startups. Inovação.

Antes de apresentarmos a fintech xporY, e o nosso entrevistado, Rafael Barbosa, CEO da fintech, cabe uma contextualização introdutória sobre o tema das fintechs e da economia colaborativa.

1. Fintechs: as empresas inovadoras do sistema financeiro

Fintech é o termo que deriva da contração das expressões em inglês “financial” e “technology”. As fintechs são as empresas que, valendo-se das novas tecnologias digitais, apresentam soluções inovadoras para os novos e antigos problemas existentes no sistema financeiro. Estas empresas - que operam em segmentos os mais diversos tais como crédito, meios de pagamento, investimentos, cartões, câmbio, dívidas, seguros, gestão, entre muitos outros - têm impactado as finanças no mundo inteiro, seja nos países avançados, em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. Estes últimos inclusive têm sido “laboratórios” propícios às inovações financeiras, conforme sintetizou Chishti e Barberis (2017, p.11):

A inovação Fintech virá da Ásia em sua maioria, seguida pela África, América do Norte, América Latina e, eventualmente, Europa. A razão é bem intuitiva. A falta de infraestrutura nos países em desenvolvimento abre espaço para a inovação que não encontraria sucesso em economias com bancos demais e altamente entricheiradas no ocidente. Como um dos colaboradores do relatório resume perfeitamente: ‘o mundo em desenvolvimento não é limitado por sistemas antigos, modelos de negócios ou comportamentos de clientes e como tal oferece uma perspectiva fresca que pode, muitas vezes, ver além do escopo de modelos de negócios estabelecidos’. Além disso, enquanto os serviços de fintechs em países desenvolvidos são focados em clientes online, as startups em países em desenvolvimento estão abordando um mercado

⁵ **Ana Carolina Tosetti Davanço.** Mestra em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Especialista em Gestão Pública pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Graduação em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi técnica do DIEESE na Subseção do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Autora da dissertação **Fintechs: Tipificação no mercado brasileiro.** 2022. 202f. Dissertação (em Administração). Universidade Municipal de São Caetano do Sul. São Caetano do Sul, SP.

mais amplo: usuários de celular. De acordo com a União Internacional de Telecomunicações, uma estimativa de 95,5% da população mundial têm acesso a um telefone celular – o que dá ao SMS um impacto maior do que o da internet. Serviços de transferência de dinheiro móvel como o M-Pesa fizeram grandes contribuições para mudar a situação econômica de populações com poucos bancos em Bangladesh e no Quênia. [...] Em 2013, a Corporação Financeira Internacional (IFC – do inglês International Finance Corporation), membro do Grupo Banco Mundial, tornou-se sócia do bKash, e em 2014, a Fundação Bill & Melinda Gates também investiu no bKash para garantir acesso a uma gama mais ampla de serviços financeiros para que as camadas mais baixas de Bangladesh alcancem maior inclusão financeira. Observando o impacto das soluções em fintech na África, é importante lembrar que em 16 mercados africanos já existem mais contas de dinheiro móvel do que contas bancárias. Assim, fintech em países em desenvolvimento não se trata só de tornar serviços existentes mais convenientes: trata-se de uma nova infraestrutura e fornecer maior inclusão para milhões de pessoas na economia real. Já que os mercados abordados são enormes - e admitidamente representam oportunidades de enorme potencial -, pode-se realmente dizer que a fintech está 'mudando o mundo para melhor'.

Nesse contexto, um dos debates importantes é em que medida as transformações tecnológicas verificadas no setor financeiro, em particular a digitalização dos serviços, pode contribuir efetivamente para propiciar maior acesso das pessoas à abertura de contas, pagamentos, crédito, investimentos e expansão dos negócios, entre outros itens? Qualquer que seja a resposta, sabe-se que o impacto das fintechs é grande.

No Brasil, as primeiras fintechs remontam a 2010. Em 2020, no país já havia mais de 700 startups do tipo fintechs (RELATÓRIO FINTECH DISTRITO REPORT BRASIL, 2020). A pesquisa *Distrito Fintech Mining Report* (2019) mapeou mais de 550 startups de soluções financeiras no 1º semestre 2019. O Radar Fintechlab (2020), que tem levantamento desde 2015, identificou 604 fintechs no Brasil. A Febraban (2020) aponta que as fintechs brasileiras receberam quase US\$ 1 bilhão de investimentos no ano de 2019, que significa mais de um terço de todo o valor destinado ao mercado de startups, em oito segmentos do país. A quantia representa um salto expressivo de 181% em relação aos US\$ 333 milhões aplicados em 2018 pelos fundos de *venture capital* para financiar pequenas e médias startups do setor financeiro com potencial de expansão no Brasil. O ritmo de expansão deve aumentar ainda mais em 2020, com a criação de regras específicas para startups atuarem no país, a regulação do open banking no Brasil e a infraestrutura de pagamentos instantâneos, anunciados para final deste ano de 2020 pelo Banco Central.

Em sua grande maioria, as fintechs surgem e se organizam em formato de startups, respondendo a desafios e apresentando soluções inovadoras no setor financeiro.

Na literatura científica, o termo “fintech” surge já no final dos anos de 1970, em artigo acadêmico no qual o vice-presidente da *Manufacturers Hanover Trust*, Abraham Leon Bettinger, formulou a seguinte definição para fintech: “uma sigla que significa financeiro e tecnologia, combinando experiência bancária com ciência de gestão moderna, técnica e computador” (BETTINGER, 1972, s.p.). Arner, Barberis e Buckley (2015) recuperam a evolução do setor financeiro, argumentam que a aliança dos serviços financeiros com a tecnologia é de longa data e demarcam que essa aliança foi intensa nos últimos 150 anos. Esses autores, assim, veem a presença de fintechs como um fenômeno de muito antes do período presente. No entanto, sustentam que a fase atual, após a crise de 2008, representa um novo paradigma, no qual as fintechs são conduzidas por startups. Schueffel (2017) busca igualmente definir, de maneira científica, as fintechs. O autor, a partir de uma larga pesquisa de trabalhos e textos sobre o assunto, demonstra a ainda falta de consenso sobre essa definição. Schueffel acredita que as fintechs representam uma nova empresa financeira, que aplica tecnologia às finanças.

Milian, Spinola e Carvalho (2019) sintetizam a questão das fintechs na literatura sobre o assunto:

Os resultados mostram um conjunto de definições para o termo fintech e sugerem uma compreensão abrangente de fintech, como empresas inovadoras atuantes no setor financeiro que fazem uso da disponibilidade de comunicação, da onipresença da internet e do processamento automatizado de informações. Além disso, a literatura se concentra em serviços financeiros e inovações, lidando com questões de regulamentação do setor financeiro e legislação local ou sistema financeiro globalmente. [...]. A inovação das subcategorias de pesquisa (adoção de tecnologia / externalidades de rede), *blockchain* e segurança aparecem com grande destaque neste trabalho e representam os aspectos mais sensíveis da atualidade também ligados ao tema mais global da transformação digital. Por fim, os assuntos relacionados à operação de serviços financeiros tratam, em particular, dos riscos de perdas financeiras relacionados aos diversos fatores envolvidos no ambiente de negócios dessas organizações.

2. Economia Colaborativa

A economia colaborativa – também chamada de Economia compartilhada ou Economia em Rede – consiste naquela em que os bens ou serviços são compartilhados, reutilizados e economizados, seja no consumo, seja na produção (aluguel de equipamentos, partilha de espaços de trabalho entre outros)⁶. Assim, eles *“podem ser partilhados entre pessoas ou entre empresas, os bens podem ser utilizados de forma gratuita ou sob o pagamento de uma taxa”*.

Trata-se de uma nova área de atuação e investigação, gerando um interesse crescente, em função do seu diálogo com a busca de soluções para problemas econômicos, sociais, culturais e ambientais contemporâneos. Este diálogo passa, entre outros aspectos, pela cooperação e utilização compartilhada de insumos e produtos, com redução de custos, de consumo e de necessidade de materiais. O processo da economia compartilhada pode se dar de diversas maneiras, tais como aluguel, empréstimo, troca e doação, e não propriamente pela aquisição de bens. Startups como Uber, Airbnb, Blablacar e Yellow Bike são exemplos de empresas da economia colaborativa.

De acordo com OWYANG (2013):

A próxima fase do negócio social é a economia colaborativa. As tecnologias sociais interromperam radicalmente as comunicações, o marketing e o atendimento ao cliente. Com essas mesmas tecnologias, os clientes agora compram produtos uma vez e os compartilham entre si. Além das funções de negócios, a Economia Colaborativa impacta os principais modelos de negócios. Os clientes estão compartilhando bens e serviços - redefinindo o relacionamento comprador-vendedor. Cada veículo de compartilhamento de carros reduz a propriedade de carros em 9-13 veículos; uma perda de receita

⁶ Vem crescendo o número de pesquisas e trabalhos científicos que tratam da Economia Colaborativa, Economia Compartilhada ou Economia em Rede. Entre os principais trabalhos, ver: OWYANG, TRAN e SILVA (2013); SUNDARARAJAN (2013); KOSTAKIS e BAUWENS (2014); STOKES (2014); RICHARDSON (2015); MATZLER, VEIDER e KATHAN (2015); DREDGE e GYIMÓTHY (2015); PUSCHMANN e ALT (2016); SÁNCHEZ (2016); SCHOR (2016); GANAPATI e REDDICK (2018); ECKHARDT (2019); STACK e WRITER (2020).

de pelo menos US\$ 270.000 para um fabricante de automóveis médio.¹ O impacto em cascata no ecossistema tem impactos de longo alcance em empréstimos para automóveis, seguros de automóveis, combustível, autopeças e outros serviços.² Para corporações, o impacto direto é a receita perdida resultante do compartilhamento de produtos e serviços entre clientes. Empresas inovadoras já estão entrando na economia colaborativa. Algumas empresas aderiram a esse movimento. Por exemplo, a Toyota aluga carros em concessionárias e a Patagonia fez parceria com o eBay para incentivar os clientes a comprar e vender seus produtos usados. A NBC fez parceria com a Yerdle, uma startup fundada por ex-executivos do Walmart para promover o compartilhamento ponto a ponto. Esse movimento impacta todos os setores. Adote a Cadeia de Valor da Economia Colaborativa. As empresas correm o risco de se tornarem desintermediadas por clientes que se conectam uns com os outros. A cadeia de valor da economia colaborativa ilustra como as empresas podem repensar seus modelos de negócios, tornando-se uma empresa como serviço, motivando um mercado ou fornecendo uma plataforma. A empresa voltada para o futuro emprega um modelo; as empresas mais avançadas empregam todas as três, com a corporação no centro.

A economia colaborativa não é propriamente uma “novidade”, já que a troca direta e o uso comum dos recursos já estava presente nos primórdios da atividade econômica. O que é novo é o expressivo e crescente volume de transações envolvidas na economia colaborativa especialmente a partir das últimas três décadas, e sobretudo da crise global de 2008, associado à intensa utilização de ferramentas tecnológicas (como é o caso das tecnologias de geolocalização) para o incremento dos negócios relacionados à economia colaborativa.

3. A “xpory.com”

Atuando na área da “economia colaborativa” ou “economia do compartilhamento”, a fintech xpory.com, cujo CEO, Rafael Barbosa, é o nosso entrevistado, apresenta uma solução inovadora para um grande problema de todas as empresas, especialmente as pequenas, que é a falta de utilização dos recursos da empresa gerado pela ociosidade produtiva, com o consequente aumento de custos e queda da produtividade. Apesar da solução e da ferramenta proposta por esta fintech servir para empresas de qualquer porte (micro, pequena, média e grande empresa), o foco é a micro e pequena empresa.

A XporY.com é uma das maiores plataformas digitais de permutas multilaterais do Brasil. A empresa *“promove divulgação, vendas e compras de produtos ou serviços de milhares de empresas e profissionais liberais cadastrados na rede”*. A empresa tem como missão *“oferecer soluções inteligentes para aumentar suas vendas e transformar um campo ocioso do seu negócio em lucratividade real”*.

Sinteticamente, a xpory.com funciona da seguinte forma:

1. A pessoa se cadastra utilizando CNPJ ou CPF e anuncia suas ofertas na plataforma em X \$;
2. Um dos milhares de clientes da plataforma pode se interessar pela oferta;
3. O interessado compra pelo site ou aplicativo, e qualquer detalhe da negociação é feito diretamente entre vendedor e comprador;
4. O vendedor recebe seu pagamento na hora, pela moeda digital “X \$”;
5. A partir daí, o vendedor pode comprar qualquer produto ou contratar qualquer serviço

de clientes cadastrados na plataforma utilizando o crédito em X \$ recebido;

6. Quem detém o crédito em X \$ paga 10 % do valor da compra em reais para a XporY.com.



Figura extraída de site de apresentação da xporY.com

Entrevista com Rafael Barbosa, CEO da xporY.com

Rafael Barbosa, 45, nasceu em Goiânia, no Estado de Goiás. É sócio fundador e CEO da xporY.com. Possui formação em Engenharia mecatrônica e Engenharia industrial pela Texas A&M University e especialização em Gestão empresarial pela FGV-SP. Tem passagens por multinacionais como GE, Procter & Gamble e Unilever. Atuou como Diretor da ANPEI (Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento de Empresas Inovadoras) e Diretor da CONAJE (Confederação Nacional de Jovens Empresários). Atua como palestrante e entusiasta dos temas relacionados à Economia Colaborativa e às Permutas multilaterais.

1) Entrevistadora: Você pode começar a contar seu modelo de negócio, sua startup, como funciona o seu modelo de negócio.

Rafael Barbosa: Meu nome é Rafael Barbosa. Sou CEO e fundador da XporY.com, uma plataforma de permutas multilaterais. Esta plataforma tem uma espécie de crédito interno, que faz com que estas permutas se realizem. Como a maioria das fintechs, começamos como uma startup, com uma ideia. Tivemos a felicidade de ganhar recursos da Finep, para desenvolver nosso modelo de negócio. A gente tem um crédito interno, como se como se fosse uma moeda, mas não é uma moeda. Com ela as empresas conseguem fazer permutas multilaterais. É um avanço ao que existe na permuta tradicional, já que ela permite que a empresa venda o seu produto ou serviço que está ocioso, receba este crédito interno do nosso site e compre o produto ou serviço de outra empresa - fazendo com que haja um incremento de sua eficiência, tornando mais provável fazer negócio. A empresa monetiza a sua capacidade ociosa. Tem-se assim um impacto positivo no fluxo de caixa. Nosso modelo de negócio se baseia na monetização da capacidade ociosa da empresa de qualquer tamanho, ou de profissionais liberais. De forma que, ela [a empresa] monetize o que ela está desperdiçando, o que não está vendendo. A empresa recebe o crédito em uma moeda alternativa, que é o crédito de nossa plataforma; e compra o que ela precisa. Quando o empresário desta empresa faz a operação de compra do que ela precisa, ele está,

consequentemente, preservando o caixa [da empresa] em Reais. Com isso, a performance financeira da empresa fica melhor do que a da empresa que é similar mas que não faz permuta multilateral.

2) Entrevistadora: Você diria que o produto final de sua fintech é o crédito?

Rafael Barbosa: Não. O nosso produto não é o crédito. O nosso produto final é a capacidade de a gente monetizar a capacidade ociosa e com isso melhorar a produtividade da empresa. Só que a gente faz isto através desse crédito alternativo que as empresas geralmente não têm no sistema financeiro. Com o nosso modelo, elas conseguem este crédito de uma forma colaborativa.

O crédito é uma parte importante do modelo, sem dúvida. Mas a parte mais significativa é, de fato, a inteligência de fazermos com que a capacidade ociosa da empresa seja “consumida”, reduzida. Com isso, a redução da capacidade ociosa torna-se um resultado da empresa. Depois de 10 anos trabalhando junto com o Sebrae, hoje eu me atrevo a dizer que a capacidade ociosa da empresa é uma espécie de “câncer”. Esta palavra é um pouco forte, principalmente para quem teve parentes com esta doença na família, mas eu vejo desta forma. Fazendo uma analogia empresarial, a capacidade ociosa vai matando a empresa aos poucos. A verdade é que poucos empresários sabem diagnosticar e dimensionar a capacidade. E aqueles que o sabem, fazem vistas grossas. A gente vê que o empresário – seja ele pequeno, médio ou até grande – sair todo o dia para o trabalho querendo trazer mais dinheiro, mais faturamento para a empresa. Mas ele não tem uma visão muito clara das despesas. Nossa proposta é olhar pelo lado das despesas da empresa. Nós não propomos trazer faturamento em reais novo para a empresa. O que a gente faz é com que aquela capacidade ociosa que não está sendo utilizada e vendida seja reduzida e comercializada. Com este crédito, o empresário pode resolver todas aquelas despesas que estão “no fundo da caixa d’água da empresa”. Estas despesas são os “furos da caixa d’água da empresa. O que ajudamos é fazer aumentar o nível da caixa d’água em reais, isto é, o fluxo de caixa da empresa. Assim, trazemos ao empresário uma nova forma de ver o fluxo de caixa da empresa. Este modelo traz um resultado na prática. Um resultado realmente eficiente.

3) Entrevistadora: E com este modelo de negócio vocês foram selecionados pelo Sebrae-SP...

Rafael Barbosa: De fato, recentemente fomos contratados, via edital público, pelo Sebrae-SP. Agora, estamos buscando aderir os outros Estados. Mostramos que a nossa ferramenta é muito mais eficiente, com um volume de transações maior que a rodada de negócios tradicional do Sebrae. Isto se dá justamente porque quando as pessoas podem comprar com seu produto ou serviço delas, e não com reais, elas são mais “generosas” na compra e na venda. Elas compram mais e vendem mais. Com isto, nós aumentamos a produtividade de todos os que estão envolvidos na permuta multilateral. O que acontece num cenário normal de uma rodada de negócios tradicional, seja de uma associação comercial, de um CDL ou do próprio SEBRAE, é o seguinte. As empresas vão lá com um mesmo mindset: “eu vou na rodada de negócios, vou vender para João, Ana, Antonio e levantar um dinheiro; com isto vou pagar minhas contas; não tenho compromisso nenhum de comprar deles e dos demais”. O problema é que todo mundo vai com este mindset, esta ideia. O resultado é que não há operações. Todo mundo falando o dia inteiro, muito networking, mas transação mesmo tem muito pouco.

Na permuta multilateral, dentro do conceito de economia colaborativa, isto não acontece. Não adianta você acumular 1 milhão de “x” - que é a moeda da xpory.com – em crédito. Você não irá resgatar. Então, você tem que comprar de outras empresas.

O que propomos é incentivar a reativação econômica. Isto porque o comportamento normal, mais usual, é: o empresário tem pouco caixa em reais, então não vou comprar da Ana, apesar de precisar do serviço dela, porque estou com pouco caixa; a Ana também tem pouco caixa em reais, e não compra do João em reais, muito embora também precise do produto ou serviço dele; o João, a mesma coisa. Ninguém compra de ninguém. Todos morrem afogado. Na pergunta multilateral da economia colaborativa isto não existe. Uma pessoa consegue ajudar a outra com sua capacidade ociosa. Então, o que sobra para mim, pode faltar para você; e vice-versa.

Então, nós conseguimos modelar o formato de transação comercial, dando uma nova escala para a permuta. Entretanto, precisamos deixar claro que o nosso modelo de permuta não é o tradicional. Se eu tenho interesse no produto ou serviço da Ana, e a Ana não tem interesse no meu produto ou serviço, a permuta tradicional não funciona. A permuta tradicional exige interesses mútuos no câmbio. Mas é muito raro que isto aconteça. Não dá para dependermos da existência destes interesses mútuos. Não é possível, neste caso, escalar o business.

O que a gente da xpory.com fez, inclusive com o apoio da Finep, em um edital de inovação do qual participamos, foi o seguinte. Nós inovamos na permuta: “eu consumo da Ana; a Ana está livre para consumir do João, e assim por diante”. Então, estatisticamente, é possível gerar um volume de transação muito maior.

4) Entrevistadora: você atende pequenas, médias e grandes?

Rafael Barbosa: *Nosso cliente principal é a pequena empresa. Até por sermos plataforma do Sebrae, nosso cliente preferencial é a micro e a pequena empresa. Temos sim algumas médias e grandes empresas, mas elas são minoria. E temos alguns profissionais liberais que estão registrados com seus CPFs (Cadastro da Pessoa Física). O condicionante é: tem que ter algum produto ou serviço para comercializar na plataforma.*

5) Entrevistadora: Como está registrado o seu CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica)? Vemos que há empresas que têm nome de CNAES relacionados ao sistema financeiro até com autorização para funcionar concedida pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) ou pelo Banco Central. E há empresas cadastradas como empresas de tecnologia...

Rafael Barbosa: *É importante dizer que já fomos questionados quanto ao nosso modelo de negócio desde que ganhamos os recursos da Finep. A gente já teve conversas com o Banco Central, com a Secretaria da Receita... O nosso modelo ainda tem muito a crescer. Então, de fato, a gente está, de maneira constante, tratando de apresentar o modelo. A gente teve no Senado Federal recentemente em audiência pública apresentando o modelo. O que acontece é que nosso volume de transações ainda é muito pequeno para que se tenha uma regulamentação. Não há ainda no Brasil uma regulamentação como já há nos EUA. Eu sou um “evangelizador” deste modelo. Tenho mais de 180 textos escritos sobre o modelo. A gente já está há nove anos no mercado, mas o volume de transações ainda não foi o suficiente para movimentar toda esta estrutura de regulamentação. Mas isto deve acontecer em breve, pois o modelo tem crescido. Aí é que vamos saber como vai ser a regulamentação desta inovação, incluindo a questão do CNAE. Hoje, a gente tem um CNAE de tecnologia, de divulgações, de marketing, que é o que a gente faz: a gente divulga a empresa e permite as transações no modelo.*

6) Entrevistadora: Eu conheço a sua fintech já de outras pesquisas. Sei que você tem uma parceria com a CUFA, a Central Única de Favelas. Queria que você contasse um pouco como é esta parceria, como funciona e como é lidar com este público, que em geral não é a prioridade dos grandes bancos.

Rafael Barbosa: Para a gente o fato de os moradores de favelas não serem prioridade dos principais bancos é até uma vantagem. Isto nos deixa uma “avenida” mais aberta para podermos trabalhar. Sabemos que existe uma carência maior deste pessoal. Estamos atuando com eles (CUFA) juntamente com o Sebrae. Então, a gente diagnosticou primeiro uma necessidade de vários treinamentos. Então, antes da gente aplicar a ferramenta de rodada de negócios, a ferramenta de transação, que é a própria ferramenta da xpor.com, entendemos, junto com o Sebrae e a CUFA, que há necessidade de uma série de treinamentos. O Sebrae está se incumbindo disso: treinamento em gestão comercial, formatação de preços. Todo aquele rito do Sebrae com o MEI, as micro e as pequenas empresas. O Sebrae está concluindo esta etapa agora. E nós vamos organizar a primeira rodada de negócios: a começar pela CUFA Jabaquara, depois, em dando certo, Paraisópolis, depois, saindo do Estado de SP para outros lugares do país, fazendo estas rodadas de negócios com a nossa ferramenta e metodologia. Tudo isto após fazer as capacitações iniciais básicas que o Sebrae tem em seu portfólio de gestão empresarial. Não adianta utilizarmos a nossa ferramenta de negócios, sendo que o empreendedor não sabe ainda fazer e organizar o seu negócio. Não sabe calcular custos, preço, não sabe apresentar o produto, não sabe como comprar e vender, não sabe como registrar contabilmente etc. Então existem treinamentos básicos necessários antes de realizarmos a transação comercial.

7) Entrevistadora: Captação vocês não têm, porque vocês trabalham com recursos próprios. O recurso de vocês é a capacidade ociosa das empresas... É isto?

Rafael Barbosa: Depende de que tipo de captação você está falando. Se for captação de investidores, nós estamos no momento sim de captação de investidores para podermos alavancar, inclusive com operações fora do país. Quanto à captação de clientes, nós fazemos por meio de parcerias, como a que temos com o próprio SEBRAE, os CDLs (Câmara de Dirigentes Lojistas). Estamos agora em vias de fazer uma parceria com a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Então, estes parceiros nos indicam e trazem clientes. E os próprios clientes, por sua vez, trazem outros clientes. A gente de fato não tem uma atuação comercial. Não temos funcionários da xpor captando clientes. Nossos próprios clientes é que indicam seus fornecedores, credores e devedores. Assim, a gente aumenta a rede. Atualmente estamos com 12 mil cadastrados, somando as empresas com as pessoas físicas, os profissionais liberais. E, desta forma, temos uma força comercial para fazer as transações. O que as empresas estão consumindo e o que estão ofertando, fazendo a rede circular.

8) Entrevistadora: Sim. O que eu quis perguntar se vocês fazem captação para realização de empréstimos em reais...

Rafael Barbosa: Entendo. Nós não fazemos captação para a realização de empréstimos em reais, porque a ideia é justamente operamos o crédito colaborativo em nossa rede com a moeda x. Importante dizer que nós acompanhamos bastante a evolução deste business nos EUA. E lá foi da mesma forma. Ou seja, enquanto o business não movimentou um volume significativo de recursos, não houve uma regulamentação específica. Não tem como os órgãos de controle fazerem o detalhamento da regulamentação. Primeiro, é importante mostrar e conhecer o modelo, e verificar o seu crescimento. Nos EUA, a partir de 2008, com a crise americana, este business começou a ganhar uma tração maior, e aí, depois, iniciaram-se as tratativas para a regulamentação. No Brasil, isto também deve acontecer, na medida em que o volume de transações acontecer.

9) Entrevistadora: Eu iria perguntar exatamente isto na sequência. Então, o que você sugere ou avalia sobre o ambiente regulatório no Brasil? Como está este ambiente a seu ver? O que você acha das ações do Banco Central?

Rafael Barbosa: *O meu “quadrado” dentro desse universo, que são as fintechs, ainda não foi regulamentado, [porque] ainda não estamos com um porte neste ambiente. Por mais que estejamos nos apresentando aos clientes e ao senado, escrevendo textos etc.; a gente ainda não foi convidado a ter estas tratativas. Eu tenho narrativas de colegas de outras fintechs, de outros segmentos, que são narrativas dos dois lados. Há colegas que falaram que a entrada da regulamentação inviabilizou todo o negócio; que o Brasil não tem nada que regulamentar, porque sempre que o Estado “coloca a mão”, ele destrói tudo, que nos EUA não é assim... Há também a narrativa de que as regulamentações foram introduzidas e organizaram o mercado, porque este estava banalizado, já que havia gente entrando e fazendo “picaretagem”. Então, eu também já ouvi narrativas de que a regulamentação entrou colocando um peso grande na inovação propriamente dita, e organizou o mercado, de forma que quem tinha performance foi para frente, quem não tinha fechou [...]. Então, isto organizou um pouco o mercado. O que eu espero, o que faço como líder deste segmento - já que tenho me posicionado como tal e sou a pessoa que mais fala sobre permuta multilateral e economia colaborativa, tenho participação ativa – é “evangelizar” e organizar o segmento de maneira geral e apresentá-lo aos órgãos de representação sempre que tenho chance para isto. Tanto mais agora com a chancela do Sebrae, que aumenta a nossa força, inclusive com a adesão dos Sebraes estaduais (já com a adesão de Goiás, Distrito Federal, Amazonas, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais). Então, o que estou sempre tentando fazer é mostrar a eficiência que a gente traz para as pequenas empresas, e, conseqüentemente, para o Brasil. Isto porque, se conseguirmos reduzir a ociosidade e fazemos com que os desperdícios diminuam, bem como melhoramos o fluxo de caixa dessas empresas, teremos uma melhoria da produtividade das empresas e, como resultado, também da economia brasileira como um todo. Então, esta é a nossa bandeira. É isto o que a gente tenta mostrar. E, com este apoio do Sebrae agora, e com as parcerias de algumas associações comerciais locais e de alguns CDLs locais, a gente tenta incrementar.... Porém, ainda entendendo que este modelo é muito desconhecido ainda no Brasil. Para chegar no nível americano, nós precisamos evangelizar bastante, participar de muitas oportunidades, como é o caso desta entrevista. Isto para que este modelo, de fato, seja razoavelmente entendido.*

Referências Bibliográficas

- ARNER, D. W.; BARBERIS, J.; BUCKLEY, R. P. The evolution of Fintech: A new post-crisis paradigm. *Geo. J. Int'l L.*, v. 47, p. 1271, 2015.
- BETTINGER, A. Fintech: A series of 40 time shared models used at manufacturers hanover trust company. *Interfaces*. V. 2, n. 4, p. 62-63, aug. 1972.
- CHISHTI, S.; BARBERIS, J. *A revolução fintech: o manual das startups financeiras*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.
- DREDGE, Dianne; GYIMÓTHY, Szilvia. The collaborative economy and tourism: Critical perspectives, questionable claims and silenced voices. *Tourism recreation research*, v. 40, n. 3, p. 286-302, 2015. (516)
- ECKHARDT, Giana M. et al. Marketing in the sharing economy. *Journal of Marketing*, v. 83, n. 5, p. 5-27, 2019.
- GANAPATI, Sukumar; REDDICK, Christopher G. Prospects and challenges of sharing economy for the public sector. *Government Information Quarterly*, v. 35, n. 1, p. 77-87, 2018. (260)
- KOSTAKIS, Vasilis; BAUWENS, Michel. *Network society and future scenarios for a collaborative economy*. Springer, 2014. (486)
- MATZLER, Kurt; VEIDER, Viktoria; KATHAN, Wolfgang. *Adapting to the sharing economy*. Cambridge, MA, USA: Mit, 2015. (430)

MILIAN, E. Z.; SPINOLA, M. M.; DE CARVALHO, M. M. Fintechs: A literature review and research agenda. *Electronic Commerce Research and Applications*, v. 34, p. 100833, 2019.

OWYANG, Jeremiah; TRAN, Christine; SILVA, Chris. *The collaborative economy*. Altimeter, United States, 2013. (390)

PUSCHMANN, Thomas; ALT, Rainer. Sharing economy. *Business & Information Systems Engineering*, v. 58, n. 1, p. 93-99, 2016. (516)

RICHARDSON, Lizzie. Performing the sharing economy. *Geoforum*, v. 67, p. 121-129, 2015. (637)

SÁNCHEZ, Rosalía Alfonso. Economía colaborativa: un nuevo mercado para la economía social. **CIRIEC-España, revista de economía pública, social y cooperativa**, n. 88, p. 230-258, 2016.

SCHOR, Juliet et al. Debating the sharing economy. *Journal of self-governance and management economics*, v. 4, n. 3, p. 7-22, 2016. (1762)

SCHUEFFEL, P. Taming the Beast: A Scientific Definition of Fintech. *Journal of Innovation Management*, v. 4, n. 4, p. 32-54, 2017.

STACK, Kayleigh M.; WRITER, Blogger. *The "Sharing" Economy*. 2020. (270)

STOKES, Kathleen et al. *Making sense of the UK collaborative economy*. London: Nesta, 2014.

SUNDARARAJAN, Arun. From Zipcar to the sharing economy. *Harvard business review*, v. 1, n. 1, p. 1-2, 2013. (290)

II – EDUCAÇÃO, CULTURA E HISTÓRIA

Nota Técnica

5. A EDUCAÇÃO E O MERCADO DE TRABALHO NO DECURSO DA PANDEMIA DO COVID-19⁷

Rogério Lopes⁸
Enzo Furlaneto Prudencio⁹
Erick Carneiro de Barros¹⁰
Gabriella Barbosa¹¹
Vinicius Nascimento de Almeida¹²

Resumo Executivo

Esta nota técnica tem por finalidade, evidenciar a luta da desigualdade social na educação pública e que com a pandemia do COVID-19, elevou-se no Brasil, expondo a diferença que estudantes de escola privada e pública possuem. A pesquisa, de forma ampla, tende a abranger as inúmeras dificuldades enfrentadas pelos jovens no modelo online e o quão afetados ficaram em relação à inserção no mercado de trabalho. Tem-se como propósito, por elementos coletados com jovens recém-formados no 3º ano do ensino médio público e privado durante a pandemia, ter conhecimento de qual o ponto de vista em relação ao ensino ofertado, o quão as condições aplicadas impactaram, o quão afetados e qualificados se sentem em relação ao mercado de trabalho.

Palavras-chave: Jovens. Mercado de Trabalho. Qualificação. Pandemia. Ensino.

Cada dia a natureza produz o suficiente para nossa carência. Se cada um tomasse o que lhe fosse necessário, não havia pobreza no mundo e ninguém morreria de fome.

Mahatma Gandhi

Introdução

A educação é um princípio primordial de todos os brasileiros, é de incumbência do Estado proporcionar um estudo de qualidade aos cidadãos e que auxilie os jovens, principalmente aqueles que estão a se formar, com o mercado de trabalho. Infelizmente, a promoção automática traz consigo uma excelente elaboração de forma teórica, mas quando se tenta colocar em prática, os resultados esperados acabam sendo divergentes, isto se dá, devido à carência que as escolas possuem em relação ao ensino desenvolvido e aplicado.

⁷ Esta nota técnica é fruto de um Trabalho para Avaliação Processual na Disciplina de Introdução à Microeconomia do 1º semestre em Administração de Empresas (Núcleo Comum), da Escola de Gestão e Negócios.

⁸ **Rogério Lopes.** Graduado em Ciências Econômicas. Pós Graduado em Administração Financeira e Mestre em Administração com ênfase em Gestão de Negócios. Professor da Escola de Negócios na forma presencial e em EAD.

⁹ **Enzo Furlaneto Prudencio.** Aluno do 1º sem. do curso de Administração da USCS.

¹⁰ **Erick Carneiro de Barros.** Aluno do 1º sem. do curso de Administração da USCS.

¹¹ **Gabriella Barbosa.** Aluna do 1º sem. do curso de Administração da USCS.

¹² **Vinicius Nascimento de Almeida.** Aluno do 1º sem. do curso de Administração da USCS.

Os jovens, entram em um sistema educacional falho e tendem a ser prejudicados em escalas altas por serem promovidos de ano sem o conhecimento básico de interpretação de texto e o não domínio de quatro operações em base da aritmética, inclusive, através da pesquisa realizada pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos da UNESCO, no ano de 2001, é obtido à seguinte conclusão “colocou o Brasil em último lugar no domínio dos rudimentos da linguagem”, é comprobatório o ensino precário que o país oferta aos estudantes, principalmente os que dependem do ensino público.

O índice de jovens que concluíram os estudos e possuem dificuldades de iniciar em seu primeiro emprego é muito elevado, o nível de qualidade que os empregadores estão exigindo faz com que os egressos do ensino fundamental não tenham chances, pois como já informado, os jovens estão se formando sem os conhecimentos básicos mesmo sendo promovidos de ano, o que lhes impossibilita de competir neste novo mercado tão exigente.

Instrumentos e Metodologias

A pesquisa efetuada através da plataforma do Google Forms, dispôs de inúmeras ferramentas que auxiliavam na confecção do formulário com questões de múltipla escolha à cerca da educação brasileira, com enfoque nas dificuldades encontradas no ensino público e privado devido ao COVID-19 e a inserção no mercado de trabalho.

A pesquisa obteve participação direta de 42 alunos que usufruíram da educação brasileira em escolas públicas e privadas no Brasil no decorrer da pandemia, entre 2020 e 2021, e através das respostas, conseguiu-se analisar as dificuldades enfrentadas no ensino, o quão afetados se sentem em relação ao mercado de trabalho e realizar um comparativo entre o ensino público e o privado.

Através do questionário composto por cinco perguntas de múltipla escolha, evidenciou-se as dificuldades do ensino público e privado em meio a uma pandemia e sua correlação com o mercado de trabalho.

Objetivos

Explicitar os obstáculos desafiadores do ensino médio público no decorrer da pandemia e evidenciar os desafios correlacionados à carreira empregatícia, no pós-pandemia, em relação à inserção no mercado de trabalho.

Ensino médio público e o mercado de trabalho

A reforma do ensino médio público teve início em meados de 1990, de acordo com Dagmar M. L. Zibas, e através das regulamentações políticas que ocorriam definiram o Ensino Médio, o impacto social detendo em relação aos estudantes é alto, o que visava crescimento, tornou-se algo estagnado e sem resoluções pertinentes. As problemáticas maiores encontradas no desenvolvimento, compete a dificuldade do acesso que os jovens encontram e o não abandono escolar, qualidade inferior e insuficiente do ensino escolar, transformando jovens cada vez mais despreparados para a carreira empregatícia. Além da precariedade do ensino evidenciado nas escolas públicas, é explícito a falta de infraestrutura e investimento do Estado visando melhorias em demasiadas adversidades, fazendo com que os jovens que utilizam do ensino público saiam prejudicados em relação à inserção ao mercado de trabalho.

O ensino médio é o reflexo do ensino fundamental, os problemas se iniciam a partir do momento em que o aluno é promovido ao ensino fundamental e permanecem sendo alastrado até o último ano de sua escolaridade, porém ao finalizar, o jovem se depara com um desafio:

o mercado de trabalho. Um mundo novo, uma fase completamente diferente da acostumada, sem possuir conhecimento básico sobre a carreira empregatícia. Níveis mais altos de escolarização são exigidos, o diploma tornou-se um papel que os jovens conquistam após os estudos, é necessário especializações e que haja adequação do currículo ao mundo.

Mas, sem os conhecimentos necessários, o que já era difícil se torna bastante complicado, prejudicando os recém-formados que nunca haviam tido contato com este mercado, e possivelmente, sem instruções eficientes. A qualidade do ensino médio público decaiu durante a pandemia, algumas escolas tiveram que ser fechadas durante o caos que estávamos vivenciando, além de que, muitas não detinham de infraestrutura para aplicação de aulas online e os alunos sem acesso à internet, por uma análise realizada através da Pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus, em 2020, “quase 30% dos jovens que estudam já pensaram em abandonar a escola durante a pandemia”.

Através de uma pesquisa realizada pelo Instituto FSB Pesquisa no ano de 2021, os jovens acreditam que o formato do novo ensino médio possui preparação profissional ampliada em comparação ao tradicional, dando oportunidades aos jovens recém-formados a iniciarem sua carreira empregatícia sem há necessidade do ingresso direto em universidades, por questões de concursos e até mesmo a ausência de condições financeiras para custear uma universidade privada. A metodologia do ensino escolar faz com que os estudantes optem pelo abandono escolar, pois não possuem qualificação necessária para o mercado de trabalho, com base no que se é aplicado no ensino médio.

Os mais afetados, principalmente após o coronavírus, são os jovens recém-formados que encontram diversas dificuldades para ingressar no mercado de trabalho, a ausência de auxílio durante a escola prejudica os jovens que nunca enfrentaram este novo mundo, sem parâmetros por onde e como iniciar em seu primeiro emprego, correlacionando em uma taxa de aumento no nível de desemprego.

O Instituto PROA, é uma das diversas ONG's que auxiliam recém-formados a conseguirem um emprego, através da elaboração e aplicação de cursos gratuitos que capacitem e preparem para o mercado de trabalho, os cursos ofertados costumam ser exclusivos a jovens que concluíram o ensino médio em escolas públicas, através desta iniciativa, visam a capacitação inicial para que possuam ambições profissionais, interesse em aprender diversas coisas e ampliação de suas habilidades.

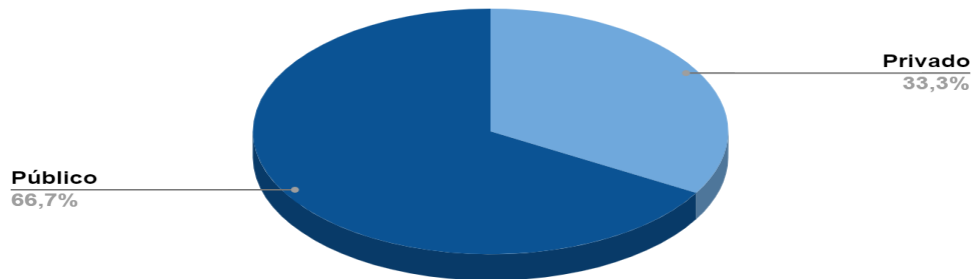
Estudo de Caso

A pergunta 1, teve como objetivo principal identificar quantas pessoas, ao realizarem a pesquisa, foram do ensino médio público e quantos foram do ensino privado para que haja uma comparação entre seus níveis de conhecimento ao iniciar no mercado de trabalho.

Ao todo, 42 pessoas participaram da pesquisa, sendo 28 formandos da rede educacional pública e 14 formandos da rede educacional privada.

Gráfico 1 – Qual a formação no ensino médio dos entrevistados.

A sua formação no ensino médio foi:



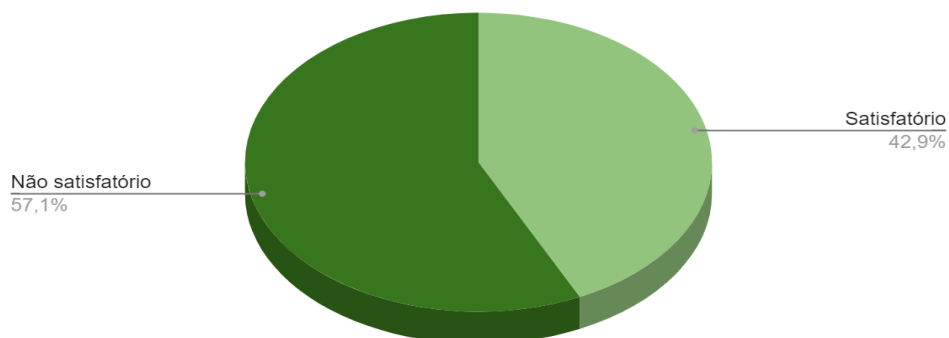
Fonte: Os autores (2022).

Conforme o gráfico 1, 28 entrevistados (66,7%) se formaram através do ensino público e, 14 entrevistados (33,3%) através do ensino privado.

O objetivo deste gráfico é obter dados precisos de qual o público entrevistado e realizar a comparação em relação ao ensino público e privado no mercado de trabalho.

Gráfico 2 – Avaliação dos formandos em relação ao sistema de ensino durante a pandemia.

Em relação ao sistema de ensino, você acredita que durante a pandemia houve um desempenho satisfatório?

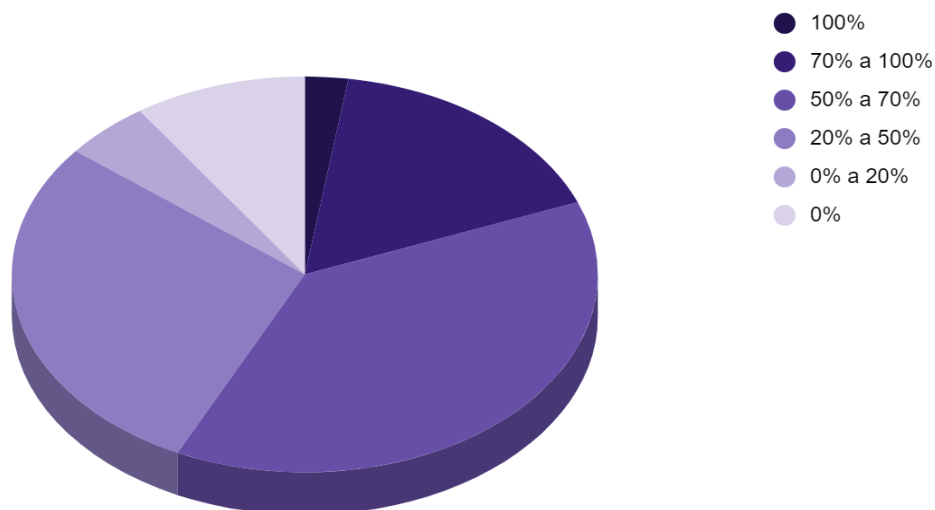


Fonte: Os autores (2022).

No gráfico 2, 24 formandos (57,1%) avaliaram o desempenho como não satisfatório, sendo 18 estudantes da rede pública e 06 da rede privada, outros 18 formandos (42,9%) avaliaram como satisfatório, sendo 09 da rede pública e 09 da rede privada e, nenhum estudante acredita que o desempenho tenha sido plenamente satisfatório.

Gráfico 3 – Avaliação dos formandos em relação a atuação no mercado de trabalho.

Você acredita que após formado(a), você estaria preparado para atuação no mercado de trabalho?



Fonte:

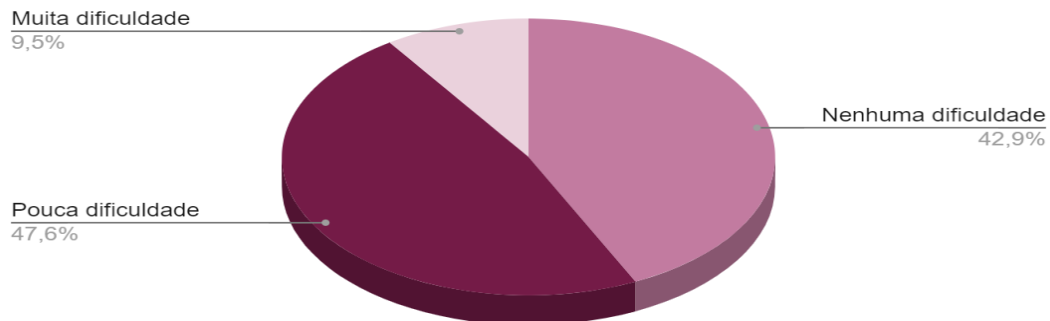
Os autores (2022).

Constatando o gráfico 3, obtemos os seguintes dados:

- 04 formandos (9,5%) não se sentem preparados após a formação do ensino médio para o mundo do trabalho, distribuindo em 02 da rede pública e 02 da rede privada.
- 02 formandos (4,8%) acreditam que estejam de 0% a 20% preparados, sendo ambos da rede pública.
- 12 formandos (28,6%) acreditam que possuem preparação entre 20% a 50%, sendo 09 da rede pública e 03 da rede privada.
- 16 formandos (38,1%) possuem convicção de que tiveram entre 50% a 70%, preparação ao mundo empregatício, sendo 12 da rede pública e 04 da rede privada.
- 07 formandos (16,7%) se dividem entre 70% a 100%, sendo 03 da rede pública apenas e 04 da rede privada.
- 01 formando (2,4%) acredita que esteja 100% preparado para o mercado de trabalho, sendo da rede privada.

Gráfico 4 – Avaliação dos alunos em relação a ausência de equipamentos e internet durante a pandemia.

Você obteve dificuldades em relação a ausência de equipamentos e internet durante a pandemia?



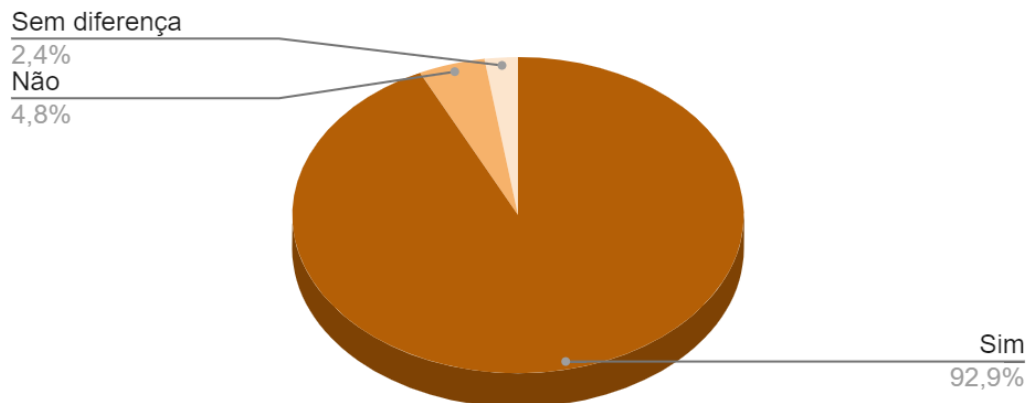
Fonte:

Os autores (2022).

Segundo o gráfico 4, 18 alunos (42,9%) não tiveram nenhuma dificuldade durante a pandemia, sendo 11 da rede pública e 07 da rede privada, 20 alunos (47,6%) tiveram pouca dificuldade, sendo 15 da rede pública e 05 da rede privada e, 04 alunos (9,5%) tiveram muita dificuldade, sendo 02 da rede pública e 02 da rede privada.

Gráfico 5 – Comparação do ensino na pandemia.

As aulas presenciais são melhores do que no formato remoto?



Fonte: Os

autores (2022).

Constatando o gráfico 5, 39 formandos (92,9%) acreditam que as aulas são melhores no formato presencial, sendo 27 da rede pública e 12 da rede privada, 02 formandos (4,8%) preferem o ensino de forma remota, sendo 01 da rede pública e 01 da rede privada e, 01 formando (2,4%) não nota diferença no ensino, sendo da rede privada.

Conclusão

Há uma defasagem na aprendizagem dos jovens, contudo, os estudantes da rede pública saem mais prejudicados devido à ausência de recursos não fornecidas pelo Estado da maneira que deveria. A escola é o local que crianças e, principalmente, os jovens buscam conhecimento e respostas para demasiados assuntos, portanto, é necessário que haja membros qualificados que compartilhem e auxiliem os adolescentes visando o futuro social e empregatício.

O ponto inicial de uma nova fase da vida de milhares de jovens é sua formação no ensino médio, após a saída do ambiente escolar, os jovens devem sair qualificados para enfrentarem o mercado de trabalho sem barreiras que deveriam ser descontinuadas com um ensino de qualidade e não pífio, como ofertado pelas instituições.

O ensino decorria de demasiados pontos negativos antes da pandemia, contudo, a paralisação de investimentos e acessibilidade digital dos alunos do ensino médio durante a pandemia transformou o ensino em uma barreira devido às adversidades encontradas e enfrentadas durante este tempo. A pandemia evidenciou a desigualdade social entre os estudantes e a necessidade que as escolas tiveram de se adaptarem a uma nova realidade sem equipamentos adequados e condições favoráveis dos professores na aplicação de aulas.

Referências Bibliográficas

A Importância da Educação na Construção da Cidadania. Saber (e) Educar, v. 12, 2007.

A reforma do ensino médio nos anos de 1990: o parto da montanha e as novas perspectivas, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/pCKZ7W6d5XgqqTgnpBjCTWS/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 01 Outubro 2022

As consequências da pandemia na empregabilidade jovem. Instituto PROA, São Paulo. Disponível em: <<https://www.proa.org.br/as-consequencias-da-pandemia-na-empregabilidade-jovem/>>. Acesso em 05 Novembro 2022

BOSON, C. **Estudos mostram impacto da pandemia na educação e no mercado de trabalho da juventude brasileira.** São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://porvir.org/estudos-mostram-impacto-da-pandemia-na-educacao-e-no-mercado-de-trabalho-da-juventude-brasileira/>>. Acesso em 05 Novembro 2022

Cenários do Ensino Médio no Brasil, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/ynF7GMhmrwwyjKzWYr6gdPh/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 01 Outubro 2022

Desafios da educação básica na pandemia e após. Academia Brasileira de Ciências, 2020. Disponível em: <<https://www.abc.org.br/2020/10/30/desafios-da-educacao-basica-na-pandemia-e-apos/>>. Acesso em 25 Setembro 2022

Desigualdade educacional é agravada pela pandemia. Lamparina, Universidade Federal de Ouro Preto, 2021. Disponível em: <<https://sites.ufop.br/lamparina/blog/desigualdade-educacional-no-brasil-e-agravada-pela-pandemia>>. Acesso em 25 Setembro 2022

Direito à Educação. Ministério da Educação, Portal MEC. Brasília, 2ª Edição, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/direitoaeducacao.pdf>>. Acesso em 24 Setembro 2022

Direito à educação na Constituição Federal. Enciclopédia Jurídica da PUCSP, São Paulo, 2ª Edição, 2021. Disponível em: <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/83/educacao-2/direito-a-educacao-na-constituicao-federal>>. Acesso em 24 Setembro 2022

Impactos da pandemia na educação no Brasil. Institucional DataSenado, 2022. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/pesquisas/impactos-da-pandemia-na-educacao-no-brasil>>. Acesso em 25 Setembro 2022

PASTORE, J. **Promoção automática e empregabilidade.** São Paulo: O Estado de São Paulo, 2001. Disponível em: <https://www.josepastore.com.br/artigos/em/em_112.htm>. Acesso em 21 Setembro 2022

Pesquisa mostra preocupação de estudantes com mercado de trabalho. Agência Brasil, Brasília, 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-10/pesquisa-mostra-preocupacao-de-estudantes-com-mercado-de-trabalho>>. Acesso em 01 Outubro 2022

ROSAS, H. **Jovens: inserção no mercado de trabalho, pandemia e o ensino profissionalizante,** 2021. Disponível em: <<https://www.futura.org.br/jovens-no-mercado-de-trabalho-pandemia-e-o-ensino-profissionalizante/>>. Acesso em 30 Setembro

Nota Técnica

6. O SILÊNCIO DOS QUE NOS SILENCIAM¹³

Barbara Silva¹⁴

Resumo Executivo

A nota técnica reproduz poema autobiográfico da autora

Palavras-chave: *Motivação pessoal. Bullying corporativo. Economia das emoções.*

Você já sentiu vontade de sair imediatamente de um ambiente porque de alguma maneira, este te sufocava?

Alguma vez já preferiu ficar em silêncio pois sabia que o outro não merecia sequer o seu sentimento de decepção, raiva ou tristeza?

Se já sentiu tudo isto, pegue uma xícara de café, desliga a TV e venha comigo refletir sobre a história a seguir:

Joyce sempre chegava ‘no horário’ neste escritório em que havia sido contratada, mas não era de se espantar – para chegar às 09h00 no luxuoso escritório do Mr. Banks da Faria Lima, ela pegava o primeiro trem de sua cidade natal que passava às 04h20 da manhã.

Entre tomar o trem naquela cidadezinha que tinha uma estação inglesa como referência e chegar às baldeações, Joyce levava quase três horas e em tempo, passava sempre em uma padaria, daquelas típicas paulistas, trocava a sandália já surrada e cansada, por um belo salto alto da marca escolhida por Mr. Banks. Não só isso, mas também o tailleur feminino Chanel para dar destaque ao cargo de Secretária Trilingue de Presidência.

Ao adentrar o recinto, muitas eram as curiosidades de Joyce, sempre ávida por aprender e apreender conhecimento – afinal o processo seletivo havia sido extremamente rígido e a exigência por fluência em distintos idiomas, além das promessas feitas ali, *tudo era muito promissor!*

Passadas duas semanas iniciais de *honeymoon* do novo emprego, logo a realidade bateu forte à porta:

¹³ Texto publicado originalmente no jornal LEIA SBC e Medium Daily Digest. Disponível em <https://leiasb.com.br/noticia/802/0-silencio-dos-que-nos-silenciam>. A versão do texto em inglês está disponível em <https://casadatraducao.medium.com/have-you-ever-felt-like-leaving-an-environment-immediately-because-somehow-it-was-suffocating-you-6673b6222e73>

¹⁴ **Bárbara Soares da Silva.** Pós-doutoranda em Educação e Saúde na Unifesp. Doutora em Linguística Aplicada na PUC-SP e Professora de Ensino Superior da Faculdade de Tecnologia da cidade de Praia Grande, no litoral Sul de São Paulo. Pesquisadora Colaboradora do Observatório Conjuscs. Proprietária da empresa Pensar a Tradução. Tradutora/Interprete na empresa Casa da Tradução. Sócia majoritária da holding “Casa”, que reúne as empresas Casa da Tradução, Casa dos documentos e Casa da Cabine. A holding “Casa” oferece atualmente na Grande São Paulo serviços personalizados, voltados ao mundo conhecido como “estrangeiro”. Entre os serviços encontram-se trabalhos na área tradutória nos mais diversos idiomas, contando para isto com parcerias diversas. Sites: www.casadosdocumentos.com.br; www.casadatraducao.com.br; www.casadacabine.com.br . e-mail: casadatraducao@gmail.com

- Sr. Abreu, aqui estão os relatórios financeiros com os ganhos e perdas do dia, de acordo com a Bolsa de Valores de hoje.

- Sr. Abreu? Me chame de Dr. Abreu !!!

- Me desculpe, Dr. Abreu.

- Olha Joyce, deixa eu te esclarecer uma coisa... Quando você me encontrar na rua, em um restaurante, em um shopping, até mesmo no cinema... para você eu sempre serei o Dr. Abreu e nunca o Sr. Abreu. Será que eu fui

Com a voz ainda embargada e vendo escorrer pela pia do banheiro não somente a maquiagem feita com tanto cuidado, mas também as lágrimas – escorreu ali enquanto a água da pia corria, um profundo desapontamento da primeira humilhação de muitas, sofrida e assim inaugurado o primeiro silenciar.

Acho que nós nunca nos esquecemos da primeira vez que alguém nos silenciou: seja por falar mais alto do que nós, seja por nos fazer sentir tão pequeninos que pensamos que poderíamos caber em qualquer cantinho escuro, que já serviria.

Em geral, há **dois tipos de silenciamento**: o primeiro e o mais duro de dar-se conta é aquele que não percebemos. Somos silenciados por opiniões moralistas, crenças formadas por grupos sociais arraigados ao patriarcado, silenciados por familiares, silenciados por *bullying* de todos os tipos, silenciados por uma doença que parece nos limitar...são tantos os exemplos...mas sobretudo este tipo de 'tapador de boca' é aquele que não percebemos. Aliás, quando percebemos é quando já não sabemos mais quem somos, como chegamos ali e para onde iremos. O segundo tipo de silenciamento, eu costumo chamar de silenciamento positivo, aquele que nos salva. Apesar de representar uma espécie de mordada e de sufocamento no peito, se você conseguir superar o período em que chegou até ali suportando ter sido 'calado', é possível arrebentar as amarras, soltar os nós invisíveis e encontrar o seu verdadeiro propósito.

Não foi apenas porque o Sr. pseud. Dr. Abreu exigiu que a Joyce assim o chamasse, não foi porque ele queria alimentar seu ego e sugar o dela em contrapartida. Também não foi porque ela estava justamente fazendo sua tese de Doutorado na época e era tão quanto ou até mais intelectualizada que o suposto Dr. Muitas são as formas de silenciar um profissional, uma mulher, uma pessoa, um Ser Humano (...) Não foi 'somente isto'.

Ocorre que fomos criados para conhecer nosso potencial, fazer uso dele e sentir que nosso papel e missão foram cumpridos enquanto pessoas. Infelizmente, ocorre também que é notório da natureza humana tentar calar aqueles que o afrontam seja por ter um sorriso dentro de si, capacitação e *não capaticismo*, alegria, competência, saúde (...) é incrível, mas é possível que como raça, sejamos competitivos ao ponto de sentir incômodo pela saúde que nosso suposto semelhante tem e nós não.

Com viagem já marcada para Genebra e seu Doutorado por um fio, cansada dos *benefícios secundários* que recebia no escritório após o que chamo de 'mini' humilhações que juntas, formavam 'giga' humilhações, Joyce resolveu dar um basta em tudo.

Em um súbito golpe de coragem, comunicou *face a face* ao Dr. Abreu que já não desejava mais fazer parte daquele brilhante quadro de ilustres profissionais.

Saindo do edifício, com um ímpeto de correr de felicidade ao longo da Faria Lima, Joyce deu seus sapatos *Louboutin* para uma Sra. pedinte na avenida que, feliz da vida os calçou! Joyce indo embora, se foi a passos largos com sua sandália surrada, mas que não lhe daria mais calos e a levaria ao seu verdadeiro propósito.

Não conversei mais com Joyce depois disso, mas sei que sua ação provocou reações. Depois de sua saída e breve permanência no *office* do Mr. Banks e da recusa ao seu *testa de ferro*, Dr. Abreu, outros funcionários se inspiraram e começaram a exigir que existisse ali não apenas um salário cala boca (*salários altos para que funcionários aceitem assédios no ambiente de trabalho*) que os fizesse puramente permanecer no emprego, mas um verdadeiro código de conduta se não quisessem que o escritório fosse à bancarrota.

É fato que a Joyce na época tinha uma rede de apoio. Você também tem a sua? Ela tinha uns pais maravilhosos que de longe eu admiro até hoje, uma família unida, amigos e companheiros que a apoiavam em todas as decisões.

Acredito que isso seja muito importante pois quando menos acreditamos em nossa capacidade de superar um obstáculo é que encontramos no outro, o verdadeiro ombro amigo: alguém que verdadeiramente veja em nós um brilho intrínseco em meio a tanta neblina e tanta névoa.

Não posso deixar de alertar que, haverá momentos em que você precisará sair do silêncio, colocar sua voz no volume audível se não quiser adoecer e, haverá momentos em que não haverá ninguém ao seu lado a não ser você mesmo para arrancar as mordanças invisíveis que um dia te calaram e, nesta hora, será o seu momento de descobrir que você tem muito potencial e que a sua voz é bonita de se ouvir.

SAIA DO SILÊNCIO! SE FAÇA OUVIR!

Essa frase eu digo a mim mesma todos os dias, na caminhada segura de que um dia chegarei próxima ao microfone e serei ouvida não apenas pelos quatro ventos, mas pela voz do meu coração que por fim dirá: Até que enfim, você conseguiu!

Se 2022 está no fim, que 2023 possa ser o início de um ano para todos nós de: **vozes não só escutadas, mas ouvidas.**

Já mantive antes para mim o lema de que ***não devo dizer meu poema a um não poeta***, mas sabe-se lá quem é poeta, eu vou é falar!

Feliz dia de ação de graças a todos e que esse texto tenha sido de alguma maneira a sinfonia que seus ouvidos precisavam!

Take good care dear reader!
#foodForThought

Nota técnica

7. O PODER TRANSFORMADOR DA ARTE-EDUCAÇÃO PARA JOVENS INFRATORES E EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: APONTAMENTOS DE UMA RODA DE CONVERSA NA FEIRA LITERÁRIA DE SANTO ANDRÉ

Claudio Pereira Noronha¹⁵
Inez Galardinovic¹⁶

Resumo Executivo

O objetivo desta nota técnica é analisar o conteúdo de uma Roda de Conversa realizada na Feira Literária de Santo André, nos dias 25 e 26 de novembro de 2022, com o tema “o poder transformador da arte-educação”. A ideia é, com base na fala dos participantes, sistematizar quais foram os “entendimentos”, do grupo, com relação à importância desta ferramenta para ressocialização de jovens em situação de infração e vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Juventude. Literatura. Vulnerabilidade social. Ressocialização de jovens. Inclusão social.

A 5ª edição da Feira Literária de Santo André (Felisa), evento literário organizado pelo Sindicato dos Bancários do ABC, Sindicato dos Professores do ABC e Editora Coopacesso, aconteceu nos dias 25 e 26 de novembro deste ano.¹⁷ No dia 25, aconteceu a abertura do evento e Roda de Conversa com Matilde Ribeiro,¹⁸ homenageada nesta edição. No segundo dia, 26/11, ocorreu uma Roda de Conversa com o título “O poder transformador da arte-educação: ressocialização de jovens infratores e em situação de vulnerabilidade social”.¹⁹ Os convidados para o debate, que chamaremos de “participantes”, foram provocados a falar como a arte, em suas muitas dimensões, pode impactar positivamente na vida dos jovens que vivem em situação vulnerável, entre eles aqueles que já cometeram algum tipo de infração.

Nosso objetivo é, então, sistematizar o entendimento do grupo quanto às possibilidades de “ressocialização” e “inclusão social” através da arte, sobretudo quando esta tem relação com o processo educativo de jovens que nem sempre estão inseridos ou tão bem adaptados ao sistema educacional formal.

¹⁵ **Claudio Pereira Noronha.** Graduação em Administração de Empresas (Centro Universitário Fundação Santo André); Pós-graduação (Lato sensu) em Globalização e Cultura (Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo); mestrado e doutorado em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de SP; assessor do Sindicato dos Bancários do ABC.

¹⁶ **Inez Galardinovic.** Graduação em Ciências Sociais e Música. É bancária, diretora do Sindicato dos Bancários do ABC (Secretaria de Formação) e da Associação do Pessoal da Caixa Econômica (Apcef), como Secretária da Mulher. Coordena o coletivo de mulheres da CUT/ABC.

¹⁷ Nota técnica na 14ª Carta de Conjuntura apresenta um breve histórico e funcionamento da Feira Literária (NORONHA e CAMPOS, 2020).

¹⁸ Roda de Conversa “Escritos de vida, escritos da luta”.

¹⁹ A Roda de Conversa foi transmitida “ao vivo”, pela Página da Feira Literária de Santo André, e pode ser acessada pelo link: <https://www.facebook.com/feiraliterariastoandre/videos/868606380828865> .

Os participantes, da Roda de Conversa, foram: Rodrigo Smul (arte-educador, artista de Graffiti);²⁰ Érica Susuki (professora, pedagoga, pós-graduada em gestão escolar e educação especial e inclusiva); Luiz Carlos Fernandes (ilustrador, caricaturista e escultor);²¹ Vanda Terra (arte-educadora, professora da rede estadual de educação); a mediação foi de Cida Simka (professora e escritora).

Vale destacar que, durante a Feira Literária, aconteceu a visita de jovens do Projeto “Meninos e Meninas de Rua”, de São Bernardo do Campo, que participaram de uma “oficina” de arte – estimulados pelo tema dos “Cem anos da Semana de Arte Moderna” – cujos trabalhos foram comentados durante a Roda de Conversa.

Arte-educação como ferramenta de transformação socio-cultural e ressocialização de jovens infratores

Os participantes expuseram sua opinião sobre este tema a partir de “questões” que arguíram como a arte-educação pode atuar como ferramenta de recuperação de autoestima, de valores éticos e morais que podem levar à inclusão social, assim como à ressocialização dos jovens infratores.

O ideal, como indicam os convidados, é que o sistema educacional conseguisse formar os jovens para que não chegassem ao ponto de cometer infrações. Isso, no entanto, não é ainda a realidade na sociedade brasileira. A arte pode ser um caminho interessante para uma “aproximação” de educadores com os jovens que, geralmente, não sentem confiança nos sistemas tradicionais de ressocialização. Em geral, estes sistemas não tem a “educação” como elemento central. Aliás, a arte também não está presente, de forma importante, no sistema educacional formal, considerando que muitas disciplinas, como Português ou Matemática, pouco se utilizam dessa ferramenta.

A arte pode ajudar, na educação e socialização de jovens, porque permite um diálogo entre o educador e a realidade em que estes estão inseridos. Isso é um passo fundamental para diminuir esta distância social, pois possibilitam melhores acolhimento e compreensão de sua realidade. Talvez não baste mudar a condição dos jovens, é importante compreender o que os levam a cometer atos infracionais. Esta ideia, da “compreensão da realidade” como base do processo de aprendizado, está presente no pensamento de Paulo Freire.

O participante Rodrigo Smul, que trabalha com oficinas do Graffiti – entre outras formas de interação, por exemplo, oficinas de “história em quadrinhos” – comenta sobre seu trabalho nas Instituições que atuou, entre elas a “Fundação Casa”; seus registros, com os jovens nas instituições, o levou a escrever o livro “O pombo Branco e as Crônicas da Casinha”. Esse livro tem a contribuição de quatro jovens (seus alunos) que deixaram de cometer infrações. Smul considera que o Graffiti (dentro do conceito de “arte-educação”) teve um papel fundamental na ressocialização destes jovens. Considera que é necessário pensar esse processo, investir nele, como algo que precisa participar da “formação” desses jovens, para que eles não venham a se tornar infratores.

Érica Susuki, que tem como preocupação pedagógica a inclusão – que passa, também, pela inclusão de pessoas com deficiência – destaca que é preciso tornar o processo de educação, sobretudo a leitura, um processo interessante para os jovens. Para uma parte significativa das pessoas a leitura “é uma coisa chata”. O documento “Retratos da Leitura no Brasil”, que reúne dados de pesquisa realizada em 2019, e publicada em 2020, pelo Instituto Pró-livro, corrobora esta ideia de que parcela importante, de pessoas, não lê por não considerar uma atividade

²⁰ Autor do Livro “O Pombo Branco e as Crônicas da Casinha” (2022).

²¹ É responsável pela ilustração da Coleção Castelo Ratimbum

interessante. Com relação à questão da inclusão, de pessoas com deficiência, Érica afirma que há poucas opções, de títulos, no método braile.

Sua opinião é de que a Escola precisa se tornar um espaço mais agradável. É necessário desconstruir os modelos atuais. A arte, sem dúvida, tem um papel importante nisso.

Como comentou Luis Carlos Fernandes, um dos participantes da Conversa, não existe o “certo” ou o “errado” na arte. É fundamental deixar que as pessoas (nesse caso, os jovens) se expressem livremente. O importante é que a pessoa se sinta bem com o que está fazendo. “A criança precisa se sentir bem desenhando”. A arte permite a criação, o que é uma “coisa mágica”. Mencionou que já deu oficinas em instituições, com jovens infratores, e pode observar o empenho em desenhar.

A arte-educadora Vanda Terra, participante da Roda de Conversa e monitora, na Feira Literária, do “Espaço Criança”, falou da experiência dos jovens, do Projeto Meninos e Meninas de Rua, com seus trabalhos sobre a Semana de Arte Moderna. Com base na obra “O Brasil popular” (de Tarsila do Amaral), Vanda pediu para que os jovens pintassem a sua “periferia” – ou como disse: sua “perifa”. Os trabalhos mostraram que os jovens, quando estimulados pela arte, podem dizer muito sobre sua “realidade”. Alguns pintaram as casas, outros, preferiram pintar pessoas. Eles pintaram aquilo que fazia parte de seu universo.

Considerações finais

Pretendíamos, aqui, destacar o papel da arte como ferramenta de transformação social, sobretudo para os jovens em situação de vulnerabilidade social, inclusive infratores, a partir da experiência de pessoas que trabalham com processos educativos formais e não-formais.

Os relatos demonstram que os modelos tradicionais de educação não conseguem dar conta de uma realidade, complexa, que envolve jovens não tão bem adaptados ao sistema de ensino, seja por sua condição socioeconômica ou mesmo pelas dificuldades, de aprendizado, que alguma deficiência física pode trazer.

A arte pode, então, conforme afirmam os participantes, constituir um mecanismo de aproximação entre os jovens, nas situações descritas, com educadores. Esta aproximação acontece, especialmente, quando os educadores têm, como ponto de partida, a realidade socioeconômica dos jovens envolvidos. A arte permite desenvolver o potencial criativo ao mesmo tempo que amplia as possibilidades para esse grupo que, por sua condição, fruto de uma sociedade que inclui precariamente uma parcela das pessoas, não enxerga boas perspectivas de vida, fazendo da “criminalidade” algo sedutor por trazer – realidade ou não – algum vislumbre de ascensão social.

Na perspectiva dos participantes, é preciso romper com “modelos” educacionais baseados em padrões de aprendizados, e avaliação, que não levam em conta a realidade (onde e como vivem) das pessoas. É preciso, sobretudo, humanizar o processo educacional e arte, neste aspecto, tem uma contribuição fundamental.

Por fim, vale destacar que o debate sobre a “arte-educação” não está fechado em si mesmo. Deve ser feito em um contexto em que outras ações são necessárias para que os jovens, que hoje estão em situação de vulnerabilidade social, sejam melhor incluídos. É preciso pensá-lo dentro em um conjunto de políticas públicas que visem não somente soluções momentâneas, mas que, efetivamente, rompam com o modelo de sociedade que concentra renda na forma como acontece hoje no Brasil.

Referências bibliográficas

NORONHA, Claudio Pereira; CAMPOS, Leonardo J.D. "O movimento literário no Grande ABC". In: Carta de Conjuntura / Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da Universidade de São Caetano, n.14, pp. 183-186, outubro/2020.

SMUL, Rodrigo. "O Pombo Branco e as Crônicas da Casinha". 1ª ed. Editora Coopacesso, 2022.

Nota Técnica

8. ROMÊNIA: DO IMPÉRIO ROMANO À IDADE MÉDIA (INCLUINDO O LENDÁRIO CASTELO DE DRÁCULA); DO ANTIGO BLOCO SOCIALISTA AO MOMENTO CONTEMPORÂNEO - ENTREVISTA COM A ROMENA SIMONA BANACU

Jefferson José da Conceição²²
Simona Adriana Banacu dos Santos²³
Anderson Gedeon Buzar Reis²⁴
Roberto Vital Anav²⁵

Resumo Executivo

A nota reproduz entrevista realizada com Simona Adriana Banacu dos Santos, doutoranda em Administração na USCS. Simona nasceu no final dos anos de 1960 em Bucareste, na Romênia, país do Leste Europeu. Na entrevista, Simona, hoje com 55 anos, apresenta breve visão panorâmica da evolução histórica daquele país e expõe impressões de sua infância e juventude vividas na Romênia. O país fez parte do bloco socialista, liderado pela antiga União Soviética, entre 1945 e 1989, quando o país experimentou uma revolução e a derrocada do bloco socialista. Ainda jovem, Simona vivenciou de perto aquele intenso processo de transformações históricas.

Palavras-chave: Romênia. Revolução. Socialismo.

Simona Adriana Banacu dos Santos é doutoranda em Administração da USCS. Simona nasceu em Bucareste na Romênia em 1967 no auge do bloco socialista constituído no Pós Segunda Guerra Mundial. Bloco este que era liderado pela antiga União Soviética. Na Romênia, ainda jovem, Simona vivenciou a crise e derrocada do bloco socialista. No início dos anos de 1990, ela decidiu mudar-se para o Brasil, onde vive até hoje.

²² **Jefferson José da Conceição.** Economista. Professor Dr. Coordenador do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo, Inovação e Conjuntura da USCS e membro da Coordenação do HUB USCS-Biosphere (aceleradora de startups). Atual Vice-Presidente do Conselho de Administração da Fundação de Apoio à Universidade Municipal de São Caetano do Sul (FAUSCS), membro do Conselho Universitário (Consun) e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da USCS. Autor do livro: "Entre a mão Invisível e o leviatã: contribuições heterodoxas à economia brasileira". Editora Didakt/USCS, 2019; e coorganizador da publicação "A era digital e o trabalho bancário", editora Coopacesso, 2020. Blog: <http://blogjeffdac.blogspot.com/>

²³ **Simona Adriana Banacu dos Santos.** Mestre em Administração pelo Centro Universitário FMU. Doutoranda em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS

²⁴ **Anderson Gedeon Buzar Reis.** Docente do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA. Mestre em Administração pela FUCAPE Business School. Doutorando em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS

²⁵ **Roberto Vital Anav.** Economista (FEA-USP), Mestre em Urbanismo (FAU-USP), Doutor em Planejamento e Gestão do Território (UFABC) e Pós-Doutorando em História Econômica (USP-FFLCH). Docente de História Econômica Geral na USCS. Autor do livro "O Retorno de Karl Marx: a redescoberta de Marx no século XXI", Fundação Perseu Abramo, 2017. Entre outras contribuições na Carta de Conjuntura da USCS, publicou a nota técnica "O último trem para Kiev: contexto histórico e contemporâneo da atual Guerra entre Rússia e Ucrânia", 21ª Carta de Conjuntura da USCS, março 2022. Disponível em <https://www.uscs.edu.br/noticias/cartasconjuscs>

Antes de reproduzirmos a entrevista com Simona Banacu, cabe brevíssima contextualização sobre a Romênia, com destaque para o período no qual o país fez parte do antigo bloco socialista.

A Romênia é um país de cerca de 22 milhões de habitantes, situado na Europa do Leste. Possui área de 238.397 km quadrados e faz fronteira com a Hungria, Ucrânia, Moldávia, Bulgária e Sérvia. Tem como idioma oficial o romeno, oriundo do latim. Sua capital é Bucareste com aproximadamente 1,8 milhões de habitantes, a quinta maior capital da Europa.

República semipresidencialista atualmente, a Romênia ingressou na Comunidade Europeia em 2007, passando a integrar a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Em sua economia, são preponderantes o terceiro setor, o comércio e os serviços. Em relação às indústrias, os principais segmentos são: máquinas e equipamentos elétricos, máquinas leves, têxteis, calçados, automóveis, mineração, madeireiras, materiais de construção, metalurgia, produtos químicos, processamento de alimentos, petróleo e produção de alimentos.

A Romênia é um país de renda média alta. Em 2021, o PIB alcançou US\$ 284,1 bilhões e o PIB per capita, US\$ 14.861. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,828, considerado elevado. A expectativa de vida média é de 74,35 anos.

Uma curiosidade: a Romênia, que possui área de mais de 200.000 hectares de vinha, é um dos principais produtores de vinho da Europa. A viticultura é uma das atividades mais extensas e antigas do país. O país apresenta clima temperado continental, abriga a cordilheira dos Cárpatos e possui amplas planícies dentre suas principais formas de relevo.

O charme do Rio Danúbio, o seu Delta, e a saída para o Mar Negro são outros atrativos para os visitantes. A cidade de Bucareste, capital da Romênia, data de 1454. No período dentre as duas guerras, foi denominada de “Pequena Paris do Oriente”. A cidade tem arquitetura elegante, muito influenciada pelo urbanismo francês. No entanto, a arquitetura e o urbanismo do centro histórico sofreram sérios danos pelas guerras. Além disso, o ditador Nicolae Ceausescu determinou a destruição de parte de prédios, bairros e locais, visando a construção de prédios monumentais, semelhantes às construções vistas na Coreia do Norte e República Popular da China.

O regime socialista foi implantado na Romênia, assim como nos demais países da Europa do Leste, após o avanço do Exército Soviético até Berlim na II Guerra Mundial. Essas áreas foram liberadas da ocupação alemã e regimes semelhantes ao soviético foram implantados por dirigentes provisórios escolhidos pelos soviéticos, incluindo reforma agrária e estatização da economia. Assim como no caso soviético, em que a transição para um regime totalitário de partido único foi tumultuosa e gerou grandes divisões entre os comunistas, solucionadas por meios de repressão, encarceramentos e eliminação física de dissidentes, nos países do Leste europeu esses regimes foram implantados desde o início como cópias do regime totalitário soviético, também com muita contestação.

Na Romênia, por exemplo, houve prisões, assassinatos, campos de trabalho forçado para os líderes dos partidos contrários à instalação do comunismo na Romênia. Verificou-se repressão sangrenta, inclusive de camponeses que não aceitaram aderir às políticas impostas pelo novo regime. Houve também luta pelo poder entre as facções do Partido Comunista Romeno (PCR) dividido inicialmente entre "moscovitas", "stalinistas", e "comunistas de secretariado".

Embora houvesse diferenças entre as experiências dos países do leste europeu, pode-se dizer que suas características comuns eram uma combinação entre direitos sociais amplos

(pleno emprego, acesso universal à moradia, saúde, educação) e regimes políticos totalitários, de partido único, controle estatal sobre os sindicatos, a imprensa e a cultura, perseguição a dissidentes políticos. Os dois fatores interagiam mal: os serviços públicos eram de má qualidade, em vista da falta de liberdade para reclamar, questionar e propor correções. As burocracias, promotoras de desigualdades apesar do discurso “socialista”, eram causa e efeito da má gestão dos serviços, principalmente pela ausência de efetivo controle popular sobre elas e suas medidas administrativas e políticas.

Houve rebeliões reclamando democracia em Berlim na Alemanha (1953), na Hungria (1956 – revolução dirigida por dissidentes comunistas e com forte participação da juventude e dos trabalhadores, que buscavam uma democracia socialista e não o retorno ao capitalismo, vale mencionar), na Tchecoslováquia (1968 – a Primavera de Praga, que propunha um “socialismo de face humana”, ou seja, também uma democracia socialista) e na Polônia (1980, formação do sindicato Solidariedade). Com exceção desta última, em que um golpe militar interno ilegalizou o Solidariedade, reprimiu e esvaziou a rebelião, os demais foram destruídos pelas forças soviéticas e de seus aliados no Pacto de Varsóvia. Não houve rebelião aberta na Romênia ao longo do regime socialista, pois a polícia secreta (Securitate) agia de forma implacável.

A partir de 1967, o casal Nicolae e Elena Ceaucescu assumiu o poder na cúpula do Partido Comunista e, portanto, do Estado Romeno. Essa ditadura foi uma das mais impiedosas de toda a Europa do Leste. A queda do Muro de Berlim, em 1989, abre mobilizações e rebeliões nos países do Leste. Na Romênia, revolta popular na cidade de Timisoara espalhou-se pelo país. Os protestos atingiram a capital, Bucareste, e outras cidades, dando início à Revolução Romena de 1989, que pedia a queda do regime, o afastamento do ditador, a exclusão do Partido Comunista Romeno, a punição e prisão de seus dirigentes e a proibição de formação do Partido Comunista no território romeno. O casal de ditadores fugiu, enquanto a população invadia o palácio de governo. Capturados por colaboradores de seu próprio governo, ambos foram julgados pela cúpula militar até então subordinada a eles, condenados à morte e sumariamente fuzilados. O processo contra o casal Ceausecu ficou marcado pela ausência de efetivo direito de defesa, a pressa em condená-los e executá-los e o uso de acusações para gerar revolta popular.

Jornalistas e analistas políticos que sempre foram grandes críticos do regime convergem nessa avaliação. O líder do segundo escalão e ex-colaborador Ion Iliescu foi indiciado em anos recentes por ter incitado a revolta criando pânico com notícias falsas, o que ocasionou mais de mil mortes. Quanto à cúpula militar, dividiu-se no primeiro momento, parte apoiando a revolta popular contra o regime, parte sustentando o regime comunista. O que explica (embora não justifique) o julgamento e execução sumários.

Como os demais países do leste-europeu, a Romênia adotou o capitalismo após a queda do casal Ceausescu e do Partido Comunista Romeno que eles representavam, situação que se mantém até hoje. O país é membro da União Europeia e da OTAN.

Os esforços realizados pela Romênia no que tange à adequação para a economia mercado perpassam pela modernização das indústrias, infraestrutura das cidades, melhoria e ampliação de projetos de desenvolvimento locais, reforço de polos de crescimento. A política urbana romena é desenvolvida de acordo com os princípios de desenvolvimento urbano sustentável, inclusivo e resiliente. Segundo dados do Banco Mundial, de setembro de 2021, esta política está de acordo com a Agenda Urbana da União Europeia.

Isto posto, passemos à entrevista com Simona Adriana Banacu dos Santos.

1. Como se constituiu historicamente o território da Romênia?

Simona Banacu: *Evidentemente, não consigo reduzir dois mil e quinhentos anos de história em poucas palavras. Tampouco sou uma especialista no assunto. Mas penso que os traços culturais, sociais e econômicos se relacionam com determinado espaço geográfico, tudo isto contribuindo para a formação de um povo ao longo da sua história. Resgatar o porquê do nome ou do idioma, e compreender mesmo o espírito de um povo, requer que se inicie a partir do conhecimento de suas origens, sua formação, suas batalhas, seus anseios. A partir do século VII a.C. as tribos que habitavam a região ao norte do Danúbio, os getas, também chamados de trácios ou dácios, tiveram contato econômico e cultural com os gregos, que tinham estabelecido colônias no lado ocidental do Ponto Euxino (atual Mar Negro). O historiador grego, Heródoto, foi o primeiro a mencionar os getas nas suas escritas. Ruínas arqueológicas, moedas, a união das tribos em pequenos principados, a unidade do monoteísmo e a crença centrada em uma divindade, Zalmoxis, são traços dos getas. Dentre os reis trácios é importante lembrar o rei Burebista que expandiu o reino da Dácia, a partir de 61 a.C. conquistando as cidades gregas situadas no Mar Negro e as tribos da região, o que provocou a reação do Império Romano, que em várias expedições militares, atacou a Dácia de Burebista. Muito embora vários imperadores romanos buscaram a conquista da Dácia, foi o Imperador Trajano que conseguiu anexar a Dácia, assim a denominando de província de Dacia Romana, que desde o princípio foi organizada como província imperial e permaneceu com ocupação romana, cujo idioma oficial era o latim, segundo as escritas da época. A Coluna do Trajano localizada em Roma, na Itália, apresenta as duas batalhas do Imperador Trajano e o rei dácio Decébal, ou seja, a importância da conquista da Dácia pelo Império Romano. Muito embora invasões se sucederam durante os séculos, feitas por eslavos, búlgaros, magiares, tártaros, preservou-se o idioma preponderantemente latim e a cultura na região da Dácia Romana, se formando três pequenos estados, principados, à saber: Valáquia, Moldávia e Transilvânia. Com a ameaça constante do Império Turco-Otomano, ora em guerra com cada um dos pequenos estados, ora permanecendo como regiões autônomas sob suserania otomana, os pequenos estados buscavam a sua independência. Após a ocupação da Transilvânia pelo Reino da Hungria e depois da ocupação da Transilvânia pelo Império Austríaco, ocupação de parte da região pela Rússia, depois de séculos de batalhas sangrentas, em 1877 se realizou a união dos principados Valáquia e Moldávia como Romênia, declarando também a sua independência. A união da Romênia com a Transilvânia ocorreu em 1918, sendo que entre 1918-1940 o chamado Romênia Maior passa a integrar Dobruja, Bessarábia, Bucovina, Banat, regiões cujo idioma falado e escrito é romeno. A religião predominante é o cristianismo ortodoxo. Ou seja, trata-se da mesma cultura, os mesmos hábitos, o mesmo povo. A Romênia, perdeu territórios, em 1940 para a União Soviética, que realizou a anexação de Bessarábia e Bucovina. Na Primeira Guerra Mundial a Romênia apoiou a Tríplice Entente, a aliança militar entre o Reino Unido, França e o Império Russo.*

2. A Romênia, e mais particularmente a Transilvânia, também é famosa por ser a região que abriga o castelo e a “vida” do Drácula. Qual a origem da lenda do Drácula?

Simona Banacu: *Longe de mim desapontar vocês, mas o Drácula, vampiro que serviu de inspiração para o livro de Bram Stoker de 1897, nunca existiu como vampiro. O romance de Stoker utiliza os relatos de historiadores do século XV sobre o Vlad III, conhecido como o Vlad o Empalador ou Vlad Tepes, príncipe (voievoda) da Valáquia, considerado herói nacional na Romênia, que se destacou na luta contra o expansionismo do Império Otomano na Europa Oriental, defensor da cristandade e cruel contra os inimigos. Seu nome teve origem no apelido de seu pai, o príncipe Vlad II, que pertencia à Ordem do Dragão, uma ordem de cavaleiros que lutava contra o Império Otomano e que adotou como seu símbolo em 1408 a imagem de um dragão circular com sua cauda enrolada em torno de seu pescoço. O termo “dracul” tem suas origens na palavra em latim “draco”, significando “O Dragão”. O Vlad II era orgulhoso deste símbolo e seus brasões incorporaram um dragão; tanto que adotou “Dracul” em seu nome. Seu filho Vlad III (mais conhecido como Vlad o Empalador) usou o nome “Draculea”,*

“filho de Dracul” ou “filho daquele que foi membro da Ordem do Dragão”, uma vez que foi usado como título de honra. Por outro lado, isso provocava pavor nos inimigos, assim como os métodos pouco ortodoxos de punir os traidores e os inimigos por empalamento, prática semelhante à utilizada pelo Império Otomano na época. Muito embora se associa à Transilvânia a sua existência, pois nasceu lá, o principado de Vlad III foi à Valáquia, em períodos diferentes, voltando para a Transilvânia e lá sendo mantido prisioneiro por Matias Corvino, o então rei húngaro por 12 anos. O castelo Bran, um dos castelos mais bonitos da Europa, uma fortaleza situada na Transilvânia, nunca foi visitada pelo Bram Stoker. O endereço nunca foi residência oficial de Vlad III e o príncipe possuía como refúgio a fortaleza de Poenari, localizada em Arefu, vilarejo a aproximadamente 125 quilômetros de Bran. De fato, não existem registros históricos que comprovem que Vlad tenha pisado no Castelo de Bran, mas, diz-se que em 1492, após ser capturado pelo exército do rei húngaro Matei Corvin, Vlad tenha sido prisioneiro no castelo por aproximadamente dois meses. Berço de lendas, criaturas míticas e história, a Transilvânia, como parte da Romênia, assim como as demais regiões do país, é de fato lugar encantador e vale a pena ser visitado.

3. De que modo a Romênia passou a integrar o bloco socialista após a Segunda Guerra Mundial?

Simona Banacu: A Romênia entrou na II Guerra Mundial sob o comando do Wehrmacht alemão em junho de 1941, declarando guerra à União Soviética para recuperar a Bessarábia e Bucovina, por causa do aceite da cessão e da ratificação por parte do então rei da Romênia, Rei Carlos II de entregar a Transilvânia setentrional à Hungria, Dobruja meridional à Bulgária e a Bessarábia, Bugeac e Bucovina à União Soviética em 1940, sendo por essa razão deposto e afastado pelo governo militar do general Antonescu. A Romênia recebeu de Hitler o território entre o rio Nistru e rio Bug Meridional para administrá-lo como Transnístria. Em seguida, em agosto de 1944, o Rei Miguel da Romênia, através de um golpe de estado e afastamento do general Antonescu, colocou os exércitos romenos ao lado dos Aliados, sofrendo pesadas baixas na guerra contra a Alemanha nazista e seus aliados. Ao final da Segunda Guerra Mundial, a Transilvânia setentrional voltou a integrar a Romênia. Já as regiões de Bucovina, Bessarábia e Dobruja meridional não foram recuperadas, integrando a União Soviética como Moldávia. A ocupação soviética em 1947 e a abdicação do rei Miguel, que partiu forçado para o exílio, anunciaram a formação da República Popular da Romênia. Como parte integrante do bloco soviético e Pacto de Varsóvia, a Romênia tornou-se República Socialista em 1965 e assim ficou até o momento conhecido como a Revolução Romena de 1989.

4. Como era a relação do Governo da Romênia com a União Soviética?

Simona Banacu: No início dos anos 1960, o governo comunista da Romênia afirmava uma certa independência da União Soviética, chegando a denunciar a invasão de 1968 da Tchecoslováquia pelos soviéticos, o que rendeu a Nicolae Ceausescu, que tinha assumido a liderança do Partido Comunista e posteriormente, em 1967, a presidência da república, a simpatia do ocidente e contratos comerciais. Ceausescu permaneceu no poder até 1989, quando deposto e executado, representando a queda do último dos regimes comunistas da Europa de Leste e o mais sangrento.

5. Nascida na Romênia em 1967, você emigrou para o Brasil em 1990. Como foi viver sua infância em um país do antigo bloco socialista?

Simona Banacu: Filha caçula de família de classe média, que passava as férias na casa dos avós no interior, guardo as lembranças dos campos verdejantes, das montanhas apontando no horizonte, da vinha, das mesas cheias de gostosuras: queijos, pães, manteiga, geleias, da minha família em torno da mesa. São vívidas as lembranças das brincadeiras, de subir em árvores e correr livremente, de pescas em riachos de águas límpidas, das ovelhas e vacas no

pasto, do caminhar nas trilhas das montanhas ou das férias de verão nas estações de águas termais e praias junto com os meus tios, das brincadeiras na neve, do futebol com os amigos. Minhas lembranças sobre a escola, sobre o acesso à saúde, sobre o médico de família, o consultório médico e dentista na escola, uma das melhores da capital, são igualmente boas. Isso se deve à dois fatores: primeiramente estávamos atravessando um período de prosperidade econômica no qual a oferta de alimentos era boa, os bens de consumo começaram a voltar, a censura enfraqueceu e houve uma abertura cultural para o Ocidente; em segundo lugar, como eu era criança, não tinha como ter a percepção do macro, assim como eu era poupada pelos meus pais de todo e qualquer aborrecimento possível.

6. E quanto à sua juventude no antigo bloco socialista...?

Simona Banacu: *Quando adolescente a situação econômica mudou drasticamente. O principal sinal da mudança foi a escassez de alimentos. Depois de 1984, apesar dos bons anos agrícolas e da alta produção de alimentos, foi introduzida a racionalização dos alimentos básicos. Percebemos mais nitidamente a opressão da polícia secreta (Securitate). Os contatos com o mundo exterior ficaram reduzidos às visitas oficiais e sua propaganda nos meios televisivos. Apenas filmes antigos e canais de rádio como Voice of America e Europa Livre, emitindo ondas do exterior, traziam informações sobre o mundo.*

7. De acordo com determinadas interpretações, no antigo bloco soviético, não obstante os regimes de intensa opressão política, existiu pleno emprego, acesso amplo à moradia, saúde e educação, ainda que a qualidade fosse deficiente. Você confirma essa leitura dos fatos com base em sua experiência pessoal?

Simona Banacu: *Creio ser importante mencionar que entre as duas grandes guerras a Romênia era um dos países menos desenvolvidos da Europa, com uma economia baseada na produção agrícola, 80% da sua população era contratada como mão de obra intensiva na agricultura. A população morava principalmente na região rural. Cerca de 65% das exportações se relacionavam com produtos agrícolas. Após a Segunda Guerra Mundial, com a divisão em blocos e a ocupação da Romênia pelos soviéticos, o desenvolvimento foi lento, pois era onerado por reparações à União Soviética. Com base na minha experiência pessoal não posso afirmar que havia pleno emprego, plena moradia ou opinar sobre as organizações e empresas estatais, pois não havia transparência. A única fonte de informação residia nas mídias estatais. Ou seja, a informação tinha viés. Mas posso afirmar que o ensino na capital, onde eu morava, e os serviços relacionados com atendimento à saúde, eram de boa qualidade.*

8. Explique-nos como se dava a organização da produção e do consumo em uma economia planificada?

Simona Banacu: *A produção de bens de consumo se encontrava em toda a sua amplitude nas empresas estatais. A escolha das famílias sobre o consumo foi limitada pela oferta e geralmente relacionada com produtos oriundos dos países do bloco socialista. Vou exemplificar. Meu pai decidiu comprar um carro. Diante disso, ele tinha as seguintes opções: poderia optar por comprar o Dácia (oriundo do Renault e produzido na Romênia), o Skoda (produzido na Tchecoslováquia), o Lada (fabricado na União Soviética) ou o Trabant (produzido na Alemanha Oriental). Bom, meu pai optou por comprar um Trabant. Ele pagou e aguardou dois anos para receber o carro. Na época, foi uma realização conseguir fazer isso. Para quem não conhece o Trabant ou o Trabi, como era chamado carinhosamente pelos proprietários, o carro tinha uma carroceria de plástico reforçada por fibras de madeira e algodão. Os motores de todos os modelos eram de dois cilindros de dois tempos e refrigeração a ar. Isso nunca impediu que a gente viajasse para o interior, mesmo passando por certos apuros. Quando ocorria algum problema, como, por exemplo, parar na estrada, outros proprietários de Trabi paravam para ajudar.*

9. Como ocorreu a nacionalização de propriedades neste período?

Simona Banacu: *A nacionalização transformava as grandes propriedades agrícolas em fazendas estatais ou coletivas. Os pequenos produtores foram obrigados a aderir a estas fazendas estatais ou coletivas. Muitas vezes, foram utilizados métodos violentos para alcançar esta adesão. Como não havia uma quantidade suficiente de tratores e equipamentos para se trabalhar nas grandes fazendas estatais, o governo acabou permitindo que os camponeses trabalhassem em propriedades menores, desde que a cota parte de sua produção fosse entregue para o Estado. A economia da República Socialista da Romênia foi planejada segundo o modelo de economia da União Soviética. Centralizada, todas as empresas pertenciam ao Estado, que projetava Planos de produção Quinquenais.*

10. Como foi o processo de industrialização da Romênia após a Segunda Guerra Mundial?

Simona Banacu: *Na década de 1950, os investimentos na industrialização feitos pelo Estado tiveram um importante impacto social, pois a ampliação e o crescimento das cidades ocorreram na medida que novos empregos foram criados nas fábricas e indústrias. Os habitantes dessas áreas urbanas sofreram com a superlotação e falta de serviços, pois não foram destinados recursos suficientes para a construção de moradias. O alto nível de investimento na indústria fez com que, embora o consumo aumentasse em termos absolutos, fosse o menor entre os países do Bloco de Leste. O posicionamento do governo comunista da Romênia após 1957, que preferiu a industrialização do país e o apoio da China, buscando também acordos com o Ocidente, o afastou de Kremlin, o que na prática significou em 1965 o Ocidente pode ter respondido até a metade das importações de equipamentos e maquinários da economia da República Socialista da Romênia.*

11. E quanto à questão dos direitos humanos no período?

Simona Banacu: *No período posterior a 1965, o governo de Ceausescu foi caracterizado pelo cerceamento dos direitos humanos, perda da liberdade, aumento da intervenção da polícia secreta, fechamento dos jornais de oposição. Tornou-se um dos mais autoritários da época. A péssima gestão dos recursos que levou ao endividamento do país, colocou a economia romena em recessão. Esta situação gerou, em 1982, a política de austeridade. Quase toda a produção agrícola e industrial foi exportada com o objetivo de reduzir a dívida externa, o que resultou em enorme escassez no mercado interno de bens de subsistência. Isto levou a subseqüentes reduções nos índices de qualidade de vida, devido à falta de água, comida, petróleo e derivados, aquecimento, remédios, eletricidade, etc. O culto à personalidade, os delírios traduzidos em construções monumentais, a vida de “marajá”, os escândalos envolvendo os membros de sua família, levaram ao desfecho de 1989, com a morte de Nicolae Ceausescu.*

12. O que você pode dizer sobre a religião na Romênia no período do bloco socialista?

Simona Banacu: *Durante o regime comunista tínhamos notícias sobre demolição e fechamento de igrejas, perseguição e prisão de padres, principalmente aqueles que apresentavam oposição direta ao governo. Na capital, onde eu morava, frequentávamos as igrejas “escondidas”. No interior, onde moravam meus avós, não havia nenhum tipo de entrave neste sentido. A fé, a participação nos ofícios, na vida da comunidade passava obrigatoriamente pela participação nos grandes eventos, ou seja, nascimentos, casamentos e falecimentos dos membros das comunidades, o que é totalmente relacionado com a igreja e a vida espiritual. Aprendíamos a rezar com as avós. Acompanhávamos elas nas Missas. Aprendíamos costumes. Vivenciávamos a fé. Ou seja, ainda que tivesse algum tipo de restrição, se tornava praticamente impossível forçar a não participação da população.*

13. Conte-nos como foram para você aqueles momentos do final dos anos de 1980 e início de 1990, das manifestações, da revolução e do fim do bloco socialista. Como você avalia a Revolução Romena de 1989? Há interpretações de que a cúpula militar do regime desejava livrar-se do ditador para evitar ser associada a ele pela rebelião popular e de que o julgamento não seguiu normas processuais básicas. Você acompanhou esse processo? Qual a sua interpretação?

Simona Banacu: *Em 16 de dezembro de 1989, protestos de rua e manifestações eclodiram em Timisoara, sendo rapidamente abafados pelos militares que, sob a ordem do Ceausescu, atiraram nos manifestantes. Os confrontos continuaram nos dias seguintes. Os manifestantes foram atacados pelo exército e pelas forças da Securitate. Foram enviados trabalhadores de outras regiões para abafar as manifestações da cidade, mas eles se juntaram aos manifestantes. A notícia das mortes de aproximadamente 100 manifestantes e os acontecimentos de Timisoara reverberaram através dos postos de rádios como Voice of America e Europa Livre, causando revolta e impulsionando moradores de outras cidades a sair para as ruas, em Bucareste, Sibiu, Brasov, Arad e Targu Mures que fizeram apoio de imediato. O mesmo que ocorreu em Timisoara aconteceu em Bucareste: os soldados atiraram nos manifestantes, os blindados saíram dos quartéis e ocuparam o centro da cidade. Encurtando sua visita ao Irã, Ceausescu voltou para a Romênia e fez um discurso na televisão acusando as forças estrangeiras de tentativa de desestabilização e golpe de estado. Na manhã de 21 de dezembro de 1989, a pedido dele, foi organizada manifestação de apoio ao seu governo, que aconteceria em uma das praças da capital, para onde fomos levados de forma organizada pelas células do Partido Comunista dos locais onde trabalhávamos. A partir de uma tribuna improvisada na varanda de um prédio localizado na praça, prédio pertencente ao Partido Comunista Romeno, ele tentou discursar, condenando as manifestações populares e ressaltando os benefícios do regime no qual vivíamos. Iniciaram-se vaias. Foram gritadas palavras de ordem. Ele foi retirado às pressas pelos guardas e no local se iniciou o tiroteio. Lembro-me de um jovem homem que me empurrou, me jogou no chão e me cobriu com seus braços, pois as balas atravessavam a praça. Os manifestantes saíam da praça, ocupando todas as ruas em direção ao centro da cidade. Ocupavam prédios, praças, enquanto Ceausescu fugia de helicóptero. A tomada do poder político pela Frente de Salvação Nacional (FSN), representada por Ion Iliescu, constituída pelo segundo escalão do Partido Comunista Romeno, se deu a partir da ocupação de prédios chave, como por exemplo, o da Televisão Romena, com apoio de parte do exército romeno que se opunha às forças militares leais ao governo Ceausescu, denominadas de “terroristas” pelo novo governo. Com a participação do exército dos dois lados, as lutas nas ruas deixaram dezenas de mortos. Os Ceausescu foram capturados, levados a um quartel-geral na cidade de Targoviste e houve o julgamento deles, feito por um Tribunal Militar de Exceção, uma corte marcial, em 25 de dezembro de 1989. Este momento foi televisionado na íntegra, assim como a execução por fuzilamento. Entre 16 e 27 de dezembro de 1989 foram mais de 1100 vítimas na Romênia, a maioria de jovens. Eu, que estava lá nas ruas, pedindo por liberdade, via os veículos blindados e os soldados se aproximarem sem saber o que de fato fariam, apesar de saber naquela época, como sei hoje, que facilmente poderia fazer parte dessa estatística. Para mim é difícil lembrar isso, pois 30 anos se passaram, mas as imagens continuam vivas. As lembranças, o cheiro de pólvora, as notícias, os acontecimentos, a vivência daqueles dias ainda habitam em mim.*

14. E qual é a sua interpretação sobre estes acontecimentos?

Simona Banacu: *Segundo jornais e canais de televisão da época, Ceausescu foi convidado em novembro de 1989, pelo Secretário-Geral da União Soviética, Mikhail Gorbachev, para ir a Moscou. Buscava-se um diálogo visando realizar reformas políticas e econômicas na região e a implementação da Perestroika (reabertura econômica) e Glasnost (abertura política). Ceausescu não quis colaborar e não se afastou do poder. Após a visita oficial, sua declaração no canal de televisão da Romênia apontou seu descontentamento com tal encontro e a vontade de “potências estrangeiras” intervirem na política interna da Romênia. Em 2 e 3 de*

dezembro de 1989 ocorreu a segunda reunião entre Gorbachev e Bush (a primeira tinha ocorrido em dezembro de 1988 com Ronald Regan em Nova York) a Cimeira de Malta, sobre o Fim da Guerra Fria, pós queda do Muro de Berlim. Muitos historiadores criaram um paralelo entre as reuniões que ocorreram na Conferência de Yalta (1945), que contaram com a presença de primeiro-ministro britânico Winston Churchill, o premiê soviético Stalin e o presidente americano da época, Roosevelt, que definiram o destino do mundo pós segunda guerra, e a reunião de Malta, que contou com o apoio de Margaret Thatcher, e que novamente, mudaria o destino do mundo. Ceausescu não queria abandonar o poder, certamente poderia falar muito mais se fosse pressionado. Acredito que, muito embora houve de fato um levante popular e isso significou muitas vidas perdidas, havia a necessidade de abrandar o regime e realizar as mudanças necessárias, o que de fato, com Ceausescu vivo, não seria possível realizar.

15. O que aconteceu logo após a Revolução de 1989?

Simona Banacu: *Depois da Revolução Romena de 1989 e a tomada do poder por Iliescu, ou seja, pelo segundo escalão do Partido Comunista, as manifestações pacíficas contra o regime comunista continuaram. Percebendo a mudança de escalão, novamente os estudantes saíram às ruas. O ano de 1990 significou uma sucessão de tentativas de afastamento dos estudantes das praças de Bucareste, utilizando-se para isso as “mineiradas” Ou seja, o governo, através da polícia e dos trabalhadores trazidos para a capital das minas de carvão, sob justificativa de “manutenção da ordem”, utilizaram a violência contra os manifestantes, assim como, o confisco de materiais, prisões etc.*

16. Como evoluiu na Romênia a questão da concentração de renda após o fim do bloco socialista? Após a Revolução de 1989, quem compõe a nova elite da Romênia?

Simona Banacu: *No primeiro momento, creio que foram os mesmos de antes da Revolução, ou seja, políticos dignatários do Partido Comunista Romeno, membros da polícia secreta (Securitate). A privatização ocorreu lentamente. A devolução das propriedades anteriormente confiscadas também. Na ausência do estado, de leis e taxas, em 1990 os novos ricos tinham retornos de investimento de 6000%. A redução do PIB da Romênia no mesmo ano foi de 10%. O governo romeno legalizou o confisco da moeda estrangeira para as empresas na Romênia em 1990. Como os cidadãos tinham limitação para comprar moeda estrangeira, muitos foram trabalhar no Ocidente.*

17. Segundo sua experiência e conhecimento atual, há na Romênia contemporânea, hoje capitalista, algum resquício do regime socialista, como empresas estatais, políticas públicas de universalização do acesso à habitação, educação ou saúde, patrocínio estatal às artes, ou outra qualquer?

Simona Banacu: *Acredito que sim, pois, o sistema de saúde e educação são gratuitos e de amplo acesso. Hoje, porém, há também a opção paga, ou seja, a economia de mercado.*

18. A Romênia faz fronteira com a Ucrânia. Qual é o impacto sobre a Romênia da atual Guerra entre Rússia e Ucrânia? Comente qual a sua visão sobre a guerra que está acontecendo entre Rússia e Ucrânia?

Simona Banacu: *Acredito que a ocupação indevida dos territórios da Ucrânia pela Rússia criou comoção no mundo inteiro deixou todos os países vizinhos ou não em alerta, e tem impacto sobre todos. Muito embora a Romênia faça parte da OTAN, a preocupação existe e é legítima. A destruição de cidades, a ocupação pela Rússia do território da Ucrânia, a intensificação dos bombardeios, o sofrimento da população que gera o fluxo de refugiados por causa da guerra, seguidas pela corte de fornecimento de alimentos e combustíveis, são desdobramentos da guerra que serão ressentidos no mundo inteiro.*

19. Você faz parte de alguma comunidade de romenos no Brasil?

Simona Banacu: *Que eu faça parte ou tenha conhecimento de sua existência, não.*

20. Timisoara, no passado distante chamada “a pequena Viena”, foi a cidade em que se iniciaram os protestos contra a ditadura totalitária do Partido Comunista Romeno. Foi eleita Capital Europeia da Cultura para 2023. Você conhece a cidade? O que pode nos contar sobre ela?

Simona Banacu: *Cidade encantadora, o passeio a pé pelo centro histórico de Timisoara desvenda vários monumentos, praças e locais a serem visitados, como a Catedral católica, a Biserica Millenium, dedicada à Virgem Maria, que data de 1896 e a Catedral Ortodoxa dos Três Sagrados Hierarcas que data de 1936. Em uma das praças da cidade a Piata Unirii pode ser acompanhada a troca da guarda, podendo ser visitado o Memorial da Revolução de Timisoara. Cidade com tradição universitária abriga a West University of Timișoara e a Universitatea Politécnica Timisoara, entre outras, instituições de ensino superior que constam nos rankings internacionais. Como curiosidade, posso apontar a fábrica de cerveja Timisoreana que data de 1718, que tem vários prêmios e é uma das mais modernas fábricas de cerveja da Europa, pertencente a Breweries Ursus, um dos maiores fabricantes da Romênia.*

21. A Romênia possui rica tradição cultural, tanto popular como erudita. A escritora Herta Müller, radicada na Alemanha desde 1987, ganhou o Prêmio Nobel de Literatura em 2009. Os compositores George Enescu e George Zamfir, o pianista Radu Lupu e o maestro Sergiu Celibidache são nomes de prestígio mundial na música erudita. A senhora pode indicar outras figuras de excelência no campo cultural? Tem contato com as obras desses grandes artistas romenos?

Simona Banacu: *Na ciência, posso acrescentar nomes como Ioan Cantacuzino, médico e pesquisador, que, em 1913, desenvolveu vacinas contra a cólera; Henri Marie Coanda, pesquisador e acadêmico, pioneiro em estudos sobre a aerodinâmica, que estudou e produziu tipos de motores à jato utilizado até hoje em aviões. Outro nome é Ana Aslan, médica, pesquisadora e acadêmica que produziu remédios como o “Gerovital” fundando o primeiro instituto de geriatria em 1952. É importante lembrar também de Nicolae Paulescu, professor da Faculdade de Medicina e Farmácia de Bucareste que descobriu em 1921 a insulina e a sua utilização no tratamento de diabetes, além do ganhador Prêmio Nobel de Medicina e Fisiologia de 1974; George Emil Palade, pesquisador da biologia celular; Emil Racovita, doutor em Sorbonne, estudioso da bioespeologia (1907) e Horia Hulubei, o primeiro acadêmico, pesquisador em física-atômica que evidenciou o raio-X. Na literatura se destacaram Mihai Eminescu, Mircea Eliade, historiador e escritor, Emil Cioran, Eugen Ionescu, Gellu Naum, Mircea Cartarescu, escritores, dramaturgos e poetas conhecidos internacionalmente. No esporte reduzirei muito a minha lista, mas ainda assim lembrarei a Nádía Comaneci, o primeiro 10 nas Olimpíadas de Montreal e a ginástica artística, que tornaram a Romênia conhecida em todos os pódios olímpicos. Não posso deixar de mencionar Gheorghe Hagi, exímio jogador de futebol e Simona Halep, tenista romena da atualidade. Escultores como Constantin Brancusi, pintores como Nicolae Grigorescu, Stefan Luchian, Nicolae Tonitza, são somente alguns poucos artistas que não posso deixar de lembrar, muito embora a lista é muito maior.*

22. Para concluir, fale-nos um pouco de sua trajetória após chegar ao Brasil no início dos anos de 1990.

Simona Banacu: *Decidi vir para o Brasil em 1990 com o auxílio da família, pois aqui morava uma tia, irmã da minha mãe. Alguns certamente devem se perguntar por qual razão escolhi o Brasil? Creio que o atrativo inicial se deu pelo exótico, a visibilidade e a magia do futebol, Pelé e Sócrates, a música, samba, bossa nova e MPB, a cultura, o idioma, a abertura das*

novelas, destacando o encanto da série da trama ambientada no coração financeiro da Avenida Paulista, aliadas com o sonho de construir a minha vida aqui e reforçadas pela minha sede de liberdade, me trouxeram para São Paulo. Hoje, minha família é formada pelo meu esposo, meu amor, Ernesto. Tenho uma linda filha, Gabriela, e não posso deixar de mencionar entre os muito caros e amados ao meu coração, o Gustavo, meu querido filho-genro. Falando ainda em família e por tanto no amor, não posso esquecer o nosso cachorro Bisteca e os gatinhos Fred, Amora e Tommy. Corinthiana, apaixonada pelo Brasil, acredito na nossa capacidade de mudar o mundo através da atuação profissional e pessoal e do envolvimento com a sociedade no qual estamos inseridos. Atuei na área de administração de condomínios por mais de 10 anos. Atuo como gestora e síndica profissional e busco excelência e melhoria contínua naquilo que eu faço. A minha paixão é a docência, razão pela qual após a conclusão do curso superior de Tecnólogo em Processos Gerenciais pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) fiz Mestrado Acadêmico em Administração na mesma instituição (FMU) e estou cursando Doutorado em Administração na Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Fui docente de ensino superior da Escola de Negócios e Hospitalidade do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), tornando-me líder da Escola nos eixos de responsabilidade social, monitoria e pesquisa, instituição na qual recebi prêmios e destaques neste sentido.

23. Para concluir, como você compara os povos da Romênia e do Brasil? Quais as principais semelhanças e diferenças entre estes povos?

Simona Banacu: Vou começar desconstruindo uma afirmação que aponta que a palavra “saudade” existe somente em português e não tem tradução literal em outros idiomas. Segundo dicionários “saudade é um sentimento causado pela distância ou ausência de algo ou alguém. Tem origem no latim, com o significado de solidão. Saudade, segundo a lenda surgiu no período dos descobrimentos e definia a solidão que os portugueses vindos para o Brasil tinham da sua terra e dos seus familiares. Eram atacados por uma melancolia por se sentirem tão só e distantes dos seus.” Eu poderia utilizar como perfeitos sinônimos o “banzo”, ou seja, o termo banzo que era usado pelos africanos, na época da escravidão no Brasil, quando eles queriam dizer que estavam com saudades de sua terra natal, que estavam muito tristes, diziam estar banzos. O termo foi incorporado ao vocabulário coloquial brasileiro ou ainda poderia utilizar “dor”, oriundo de romeno como perfeito sinônimo de “saudade”. O povo romeno é muito semelhante ao brasileiro, como povos de origem latina, carregam a alegria, a irreverência, a saudade na sua essência. Penso que o povo romeno, por ter sido obrigado a se defender e defender seu espaço geográfico de forma constante, é marcado por certa melancolia. Isso pode ser percebido na música, nos contos, no temperamento. Veja, muito embora no meu coração eu encontre muitas similaridades entre a Romênia e o Brasil, são dois mundos diferentes e distintos. A Romênia que eu vivenciei na minha infância, que eu guardo nas lembranças e cuja beleza aflora no meu coração e na minha mente, é diferente da Romênia de 1990, quando eu decidi sair. E é diferente da Romênia de hoje, que eu reencontrei nas minhas visitas. Igualmente bonitas, fazem parte do que eu fui, me tornei e sou. Eu as carrego no coração e sou apaixonada da mesma forma. A comparação se torna muito difícil e certamente precisaria escrever alguns livros para poder de fato responder a isso.

24. Muito obrigado

Simona Banacu. É recíproco, de minha parte, o agradecimento. Estou sempre à disposição.

Anexo: Fotos da Romênia



Cidade de Bucareste, capital da Romênia. Fonte: Internet, autor desconhecido.



Cidade de Bucareste, Arco de Triunfo. Fonte: Internet, autor desconhecido.



Paisagem, a Cordilheira dos Cárpatos. Fonte: Internet, autor desconhecido.



Paisagem, a Cordilheira dos Cárpatos. Fonte: Internet, autor desconhecido.



Castelo Bran, “Castelo do Drácula”. Fonte: Internet, autor desconhecido.



Revolução Romena de 1989. Fonte: Internet, autor desconhecido.



Trabant ou "Trabi". Fonte: Internet, autor desconhecido.



Cidade de Timisoara. Fonte: Internet, autor desconhecido.



Casa de interior. Vilarejo Barbatesti, distrito Vâlcea. Fonte: Internet, autor desconhecido.



Casa de interior. Vilarejo Barbatesti, distrito Vâlcea. Fonte: Internet, autor desconhecido.

III – MEIO AMBIENTE, GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Nota Técnica

9. EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL DAS EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL À LUZ DA NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE

Ana Cecília dos Santos²⁶

Claudia Reis Barbalho²⁷

Aldomar Guimarães dos Santos²⁸

Raquel da Silva Pereira²⁹

Resumo Executivo

Identificar as informações de natureza ambiental, evidenciadas pelas empresas do setor de Construção Civil, em documentos oficiais das 16 empresas listadas na Brasil Bolsa Balcão (B3), no período de 2015 a 2019. Pesquisa documental, realizada em Demonstrações Financeiras (DF), nos Relatórios da Administração (RA) e nas Notas Explicativas (NE), e ainda nos Relatórios de Sustentabilidade, quando existiam. Trata-se de uma pesquisa exploratória, associando as informações encontradas nestes demonstrativos com as exigências da norma. Os resultados apontam que as informações mais evidenciadas são referentes a passivos e contingências ambientais. No geral, o nível de evidenciação foi considerado “Ruim”, sendo insuficientes em relação à evidenciação ambiental. As informações ambientais não são informadas nos relatórios como deveriam, demonstrando a ausência do cumprimento às exigências da NBC T15. Conclui-se que as empresas de construção civil ainda têm um longo caminho a percorrer no quesito evidenciação ambiental. Contribui com os processos decisórios gerenciais públicos e privados, difunde o conhecimento sobre a norma contábil que trata de informações sociais e ambientais e sua importância na gestão patrimonial.

Palavras-chave: Contabilidade ambiental. Evidenciação. Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T15. Construção Civil.

²⁶ **Ana Cecília dos Santos.** Possui graduação em Ciências Contábeis pela Faculdade Boa Viagem - Devry (2015). Tem experiência na área de pública, com ênfase em Contabilidade, atuando principalmente nos seguintes temas: auditoria e contabilidade pública.

²⁷ **Claudia Reis Barbalho.** Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba (2000). Especialização em Auditoria pela Universidade Potiguar (2002), é mestre em Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (2008). Experiência na área de Administração, com ênfase em Ciências Contábeis, atuando nos seguintes temas: auditoria, contabilidade para usuários externos e contabilidade de custos, educação corporativa, treinamento e desenvolvimento empresarial. Doutoranda em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS)

²⁸ **Aldomar Guimarães dos Santos.** Doutor em Administração pela Universidade de São Caetano do Sul e Mestre em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (2009). Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Adm. e Ciênc. Cont. São Paulo Apóstolo (1987). Analista do Banco Central do Brasil e ex-Conselheiro e ex-Presidente da Regional São Paulo do Sindicato dos Funcionários do Banco Central. Professor do Centro Universitário FECAP. Membro do Conselho Fiscal do Observatório Social de São Paulo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4013-6928>.

²⁹ **Raquel da Silva Pereira.** Doutora em Ciências Sociais (2003) e Mestre em Administração (1999), ambos pela PUC/SP. Especialista em Administração de Recursos Humanos pela ESAN (1988) e Licenciada Plena por meio do Curso de Formação de Professores (ESQUEMA I) pela FATEC/SP (1992). Bacharel em Administração de Empresas, pela Universidade São Judas Tadeu (1984). Professora na graduação e no Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA/USCS). ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6656-080X>

1 introdução

Os impactos ambientais e sociais causados por empresas têm sido cada vez mais questionados pela sociedade. Segundo Paiva (2009), o caráter global de considerável parte das empresas de grande porte sugere que estas devam deixar transparecer um grau de preocupação e de amadurecimento elevado, demonstrando a existência de uma consciência ambiental. É notável o aumento das exigências por parte dos consumidores e de pressões governamentais por maior transparência das empresas de diversos setores diretamente envolvidas com atividades degradantes do meio ambiente.

Dentre essas empresas estão as do setor da Construção Civil, responsável por 7,0% do PIB do país. Esse mercado representa 26% do total da indústria brasileira (CBIC, 2020). Apesar disso, o setor é um causador de degradação ambiental devido às suas atividades de utilização do solo. Para Paiva (2009), o avanço tecnológico e o aumento de transações no mercado imobiliário trouxeram questionamentos e discussões sobre os impactos ambientais e sociais causados pelas construções. Esses fatos são devidos ao rápido crescimento e utilização de recursos sem planejamento, podendo acarretar danos que nem sempre são reversíveis. A partir de questionamentos feitos pela sociedade, organizações e países, no ano de 2004 o Conselho Federal de Contabilidade editou a Resolução CFC nº 1.003, que aprova a NBC T15 - Informações de Natureza Social e Ambiental - estabelecendo procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, cujo objetivo é o de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. A resolução só entrou em vigor em 2006 e, passada mais de uma década, continua atual, tendo em vista os incidentes recentes, como nos episódios dos municípios de Mariana e Brumadinho (MG), desastres ambientais que marcaram a história do país.

Conforme Ribeiro (2010), a preservação e recuperação ambiental são demonstradas por meio da Contabilidade Ambiental, que tem por finalidade coletar, mensurar e evidenciar os gastos e investimentos ambientais, com o objetivo de auxiliar os gestores em suas decisões, bem como permitir que todos os usuários tenham acesso a essas informações. Pode-se afirmar que a Contabilidade Ambiental se tornou uma aliada no processo de evidenciação das práticas sociais e ambientais. Sobre isso corroboram Forechi, Reina, Reina e Narciso (2020), a contabilidade ambiental vem para viabilizar o levantamento de ativos, passivos e custos ambientais das entidades.

Por meio da evidenciação contábil ambiental, pode-se verificar quais empresas realizam contabilizações e em qual nível quantitativo encontram-se essas evidenciações, haja vista a legislação contábil atual não obrigar a divulgação desses dados. Logo, a evidenciação ambiental torna-se indispensável para a transparência, de modo que as organizações têm a oportunidade de demonstrar o que está sendo feito para a preservação do meio ambiente e para desenvolvimento econômico sustentável.

Como objetivo, o presente estudo busca verificar quais informações ambientais as empresas de Construção Civil listadas na B3 evidenciam, por meio de seus documentos oficiais, considerando-se o período de 2015 a 2019 a partir das variáveis apontadas na NBC T15. A pesquisa visa contribuir com estudos na área de Ciências Contábeis e com os processos decisórios gerenciais públicos e privados, difundindo o conhecimento sobre a norma contábil que trata de informações sociais e ambientais e sua importância na gestão patrimonial.

2 Contabilidade e evidenciação ambiental

Para Barcelos, Tassigny, Carlos, Bizarria e Frota (2015), o desafio de unir crescimento econômico com preservação da natureza torna necessária a elaboração de modelos contábeis para a tomada de decisões, por parte das empresas, em função de um novo modelo de gestão que considera o meio ambiente, de forma que auxilie procedimentos estratégicos e

agregue valor aos produtos e serviços produzidos. Conforme Teixeira e Ribeiro (2014), a contabilidade ambiental tem o objetivo de identificar, mensurar, segregar e evidenciar os eventos e as transações ocorridas no âmbito econômico e financeiro, relacionadas com a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente, demonstrando sua influência na situação patrimonial da empresa. Segundo Souza, Batista e Rego (2012), a contabilidade ambiental apresenta potencial para auxiliar os gestores no Sistema de Gestão Ambiental, demonstrando, por meio de relatórios diversos, a responsabilidade da empresa com relação ao meio ambiente e à sociedade. Relatórios da Administração, Notas Explicativas e Relatórios de Sustentabilidade, devem apresentar as diversas ocorrências, como gastos e controles ambientais.

Tinoco e Kraemer (2011) registram que as empresas evidenciam essas informações ambientais por meio do Balanço Social, que às vezes inclui o Balanço Ambiental, ou por meio do Relatório da Administração e da divulgação dos Relatórios Ambientais ou Socioambientais. A Teoria dos *stakeholders* (Freeman, 1984) está diretamente relacionada aos profissionais de contabilidade e à criação e desenvolvimento de relatórios que divulguem informações sociais e ambientais. Essa Teoria estabelece que qualquer negócio bem-sucedido, tem que criar valor para os *stakeholders*, ou seja, para as partes interessadas: donos ou acionistas, clientes, fornecedores, comunidades, concorrentes e governo (Lugoboni, Zittei, Pereira, & Rodrigues, 2013; Gil, 2016). Outra teoria que baseia as pesquisas sobre a divulgação de informações socioambientais é a Teoria da Legitimidade, que sugere um contrato social entre a organização e a sociedade, a partir da divulgação de informações voluntárias (Dilling & Caykoylu, 2019). Machado e Otto (2015) analisaram como as empresas brasileiras de capital aberto que utilizaram a evidenciação ambiental como instrumento de legitimação social, verificando se o objetivo de tal evidenciação é ganhar, manter ou recuperar a legitimidade. Concluíram que as empresas utilizam a evidenciação para ganhar legitimidade.

Para Barcelos *et al.* (2015), a evidenciação, por parte das empresas, possui relevância para os usuários da informação, sendo elas positivas ou negativas. Outros estudos recentes sobre evidenciação ambiental estudaram a divulgação das informações ambientais do setor de Energia Elétrica brasileiro, levando em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T15, que trata da divulgação de informações sociais e ambientais. Pereira, Luz e Carvalho (2015) identificaram o nível de evidenciação das empresas pesquisadas e concluíram que as informações de natureza ambiental nem sempre são identificadas e, quando o são, encontram-se classificadas como “regular”, demonstrando a fragilidade e necessidade de regulamentação, para maior transparência.

O estudo de Barcelos *et al.* (2015) objetivou desvelar as práticas ambientais desenvolvidas por uma empresa do setor de Cosméticos, à luz da NBC T15; concluído que, mesmo não tendo um plano de contas exclusivamente ambiental, as classificações contábeis cumprem a finalidade principal de divulgação das informações. Marques (2017) analisou os relatórios de empresas ligadas ao setor Financeiro, buscando descobrir se essas empresas estariam seguindo as recomendações normativas inerentes às informações ambientais; concluiu que elas não seguem as recomendações da norma. Oliveira e Rios (2018) pesquisaram se as empresas hidroelétricas brasileiras estão seguindo corretamente a NBC T15 e constataram que apenas um terço (1/3) delas atingiu 100% da divulgação social e ambiental. Um estudo de Oliveira e Ferreira (2018) investigou os motivos da não evidenciação de relatórios sociais e ambientais por parte das empresas brasileiras e se certificaram de que essas empresas não estão preocupadas com a diferenciação de mercado, sendo diversos os motivos para a não evidenciação, especialmente não haver políticas públicas socioambientais que as forcem a isso. Foram citados ainda: melhorias nos processos internos, fatores organizacionais, custos, legislação e regulamentação ambiental. Por sua vez, Forechi *et al.* (2020) investigaram o nível de evidenciação ambiental e o grau de legibilidade dos relatórios em empresas do segmento de papel e celulose; concluíram que as empresas apresentam uma média de evidenciação

ambiental com baixo grau de legibilidade, corroborando com o que já haviam concluído Faria e Pereira em 2009.

2.1 Norma brasileira de contabilidade – NBC t15

O Conselho Federal de Contabilidade editou, em 2004, a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T15 – Informações de Natureza Social e Ambiental e estabeleceu procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, objetivando demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. A norma determina a evidenciação de informações, tais como: a geração e distribuição de riquezas; os recursos humanos; interação da entidade com os recursos do ambiente externo; e a interação com o meio ambiente. A norma não é obrigatória, no entanto, recomendada (Rover, Tomazzia, Murcia, & Borba, 2012). A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve evidenciar os dados e as informações de natureza social e ambiental da entidade, extraídos ou não da contabilidade. Deve ser efetuada como informação complementar às demonstrações contábeis, não se confundindo com as notas explicativas, e deve ser apresentada, para efeito de comparação, com as informações do exercício anterior.

De acordo com a estrutura da norma, o primeiro bloco diz respeito à riqueza gerada e distribuída pela entidade, que deve ser apresentada conforme a Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Segundo De Luca (1998, p. 28), “A Demonstração do Valor Adicionado é um conjunto de informações de natureza econômica, um relatório contábil que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para a sua geração”. O conceito de DVA também está previsto na Lei Federal nº 11.638/2007, para as empresas de capital aberto e regulamentada em 2008 pelo pronunciamento técnico CPC 09. A DVA demonstra a riqueza gerada e distribuída pela empresa ao longo do período, sendo um importante instrumento de evidenciação social. No segundo bloco, estão as informações relacionadas à divulgação dos Recursos Humanos em que devem constar os dados referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e passivos trabalhistas da entidade, dentre outros itens. Um terceiro bloco da norma diz respeito às informações relativas à interação da entidade com o ambiente externo, ou seja, o relacionamento com a comunidade e o entorno onde está inserida a empresa deve constar na divulgação das informações sociais e ambientais, de acordo com a norma. Devem constar dados de relacionamento da empresa com clientes e fornecedores, informando, inclusive, os critérios de responsabilidade social adotados para a seleção de seus fornecedores. Apesar de a norma, em sua maior parte, tratar de questões sociais, o quarto e último bloco é destinado às informações ambientais, informações relativas à interação com o meio ambiente, cujas variáveis específicas norteiam esta pesquisa. Conforme esta parte da norma devem ser evidenciadas as informações sobre investimentos e gastos com os processos operacionais para melhoria do meio ambiente, preservação e/ou recuperação de ambientes degradados, educação ambiental e projetos ambientais de forma geral, além de demonstrar as quantidades de processos, multas, indenizações ambientais sofridas pela empresa e os passivos e contingências ambientais que porventura tenham. Além das informações contidas na norma, a entidade pode acrescentar ou detalhar outras que julgar relevantes, lembrando que as informações contábeis contidas na referida norma são de responsabilidade técnica de contabilista registrado em Conselho Regional de Contabilidade. A responsabilidade por informações não-contábeis pode ser compartilhada com especialistas. A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser objeto de revisão por auditor independente, e ser publicada com o relatório deste, quando a entidade for submetida a esse procedimento.

3 Método

Quanto à abordagem, esta pesquisa é qualitativa (Richardson, 2017). A pesquisa documental utilizou a técnica da observação, análise e interpretação dos fatos, por meio de análise de conteúdo (Bardin, 1977), que se consistiu na análise de dados secundários colhidos nos *websites* das empresas de Construção Civil listadas na B3. Coletaram-se dados referentes a demonstrações financeiras do período de 2015 a 2019, além de Relatórios de Sustentabilidade, quando existentes. Os dados foram catalogados em um formulário estruturado, contendo as oito (8) variáveis referentes ao conteúdo da NBC T15, que trata exclusivamente das informações ambientais e de interação com o meio ambiente das empresas pesquisadas. Quanto ao universo, o estudo se deu no âmbito das empresas brasileiras de Construção Civil listadas na Bolsa de Valores de São Paulo - Brasil Bolsa Balcão, a B3. Foram identificadas 16 empresas (Tabela 1).

Tabela 1 - Empresas de construção civil listadas na B3

Razão Social	Nome de Pregão
CR2 Empreendimentos Imobiliários S/A.	CR2
Cyrela Brazil Realty S/A. Empreendimentos e Participações	CYRELA REALT
Direcional Engenharia S/A.	DIRECIONAL
Even Construtora e Incorporadora S/A.	EVEN
EZTEC Empreendimentos e Participações S/A.	EZTEC
Gafisa S/A.	GAFISA
Helbor Empreendimentos S/A.	HELBOR
JHSF Participações S/A.	JHSF PART
MRV Engenharia e Participações S/A.	MRV
PDG Realty S/A. Empreendimentos e Participações	PDG REALT
Rodobens Negócios Imobiliários S/A.	DRODOBENSIMOB
Rossi Residencial S/A.	ROSSI RESID
Tecnisa S/A.	TECNISA
Tenda S/A.	TEND3
Trisul S/A.	TRISUL
Viver Incorporadora e Construtora S/A.	VIVER

Fonte: B3 (2019).

Após seleção da amostra, coletaram-se os demonstrativos financeiros e outros disponíveis nos *websites* dessas empresas. Os documentos analisados foram: as demonstrações financeiras padronizadas de cada ano do período de estudo e contemplavam: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração dos Resultados Abrangentes, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, todos individuais e consolidados, além do Relatório da Administração, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes. Para as que possuíam algum Relatório de Sustentabilidade, esses documentos foram analisados.

**Tabela 2 – Informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente e evidenciadas
Variáveis segundo a NBC – T 15**

V1) Evidencia investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para melhoria do meio ambiente?
V2) Evidencia investimentos e gastos com preservação e/ou recuperação de ambientes degradados?
V3) Evidencia investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade?
V4) Evidencia investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade?
V5) Evidencia investimentos e gastos com outros projetos ambientais?
V6) Evidencia a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade?
V7) Evidencia o valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e judicialmente?
V8) Evidencia os passivos e contingências ambientais?

Fonte: Elaborado pelos autores, com base na NBC T 15 (2019).

Identificadas as variáveis a serem estudadas (Tabela 3), foi criado um formulário de *checklist*, verificando nos demonstrativos se apresentavam cada uma das 8 variáveis. Este procedimento foi repetido para cada uma das 16 empresas, para os anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019. A análise ocorreu a partir de codificação das variáveis exigidas pela NBC T15, e para codificação dos resultados de coleta foram utilizados os atributos “Não” e “Sim”:

Tabela 3 – Codificação dos resultados de coleta

Código	Significado
Não	Elementos não evidenciados
Sim	Elementos evidenciados

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Os resultados foram compilados em quatro tabelas distintas, representando cada ano estudado. Além de identificar as informações que são evidenciadas pelas empresas de Construção Civil, foi elaborado um cálculo do nível de evidenciação apresentado pelas empresas, tomando por base o estudo de Faria e Pereira (2009), que desenvolveram uma escala capaz de medir o nível de evidenciação das empresas analisadas (Tabela 4). O cálculo deu-se com base nas respostas positivas, dividindo-se o número de respostas positivas pelo número de variáveis da norma e transformado em percentual. Depois, comparou-se com a escala criada por Faria e Pereira (2009) para identificar o nível de evidenciação ambiental de cada empresa.

Tabela 4 – Nível de evidenciação ambiental das empresas analisadas

Elementos evidenciados	Nível de evidenciação
0% a 25%	Ruim
26% a 50%	Regular
51% a 75%	Bom
76% a 100%	Ótimo

Fonte: Adaptado de Faria e Pereira (2009).

Adicionalmente, foi enviada por e-mail uma solicitação, aos gestores da divisão de relacionamento com o investidor de cada empresa, pedindo explicações se a empresa divulgava informações sociais e ambientais de acordo com a NBC T15 e onde essas informações poderiam ser encontradas, em caso positivo, uma vez que não foram identificadas por completo na *internet*. Esse procedimento foi adotado por observar-se um alto grau de ausência de divulgação de informações sociais e ambientais nos documentos secundários analisados.

4 Análise e resultados

Registre-se que todas as 16 empresas são do setor de Construção Civil, estão com o capital aberto e negociam suas ações na B3. Sendo assim, seus dados financeiros estão abertos, a disposição de quem interessar possa. Em uma análise prévia geral, pôde-se observar que a maioria destas empresas não evidenciam informações de natureza social e ambiental, com destaque para as empresas CYRELA, EVEN, GAFISA, MRV que, apesar de níveis de evidenciação muito baixos, divulgam tais informações. As informações foram analisadas ano a ano, durante o período de cinco anos: 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019.

Tabela 5- Evidenciação das informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente das empresas listadas na B3 – 2015

Empresas	Variáveis								Resultado das variáveis analisadas		
	V1	V2	V3	V4	V5	V6	V7	V8	Total	Percentual %	Nível de evidenciação
CR2	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
CYRELA	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	3	38%	Regular
DIRECIONAL	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
EVEN	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	5	63%	Bom
EZ TEC	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
GAFISA	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	3	38%	Regular
HELBOR	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
JHSF	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
MRV	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	4	50%	Regular
PDG	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
RODOBENS	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
ROSSI	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
TECNISA	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
TENDA	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
TRISUL	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
VIVER	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2020).

Observou-se que as informações ambientais mais divulgadas pelas empresas pesquisadas no ano de 2015 são referentes a variável 8 - Passivos e contingentes ambientais. Conforme o CPC 25 e NBC TG 25, Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos. Passivo contingente é uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. Investimentos e gastos com outros projetos ambientais foi a variável que não teve nenhuma

menção de divulgação. Com relação ao nível de evidenciação, destaque para a EVEN, que alcançou 63% das respostas, obtendo um conceito “bom”. A seguir, passa-se a analisar o cenário no ano de 2016.

Tabela 6 - Evidenciação das informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente das empresas listadas na B3 – 2016

Empresas	Variáveis								Resultado das variáveis analisadas		
	V1	V2	V3	V4	V5	V6	V7	V8	Total	Percentual %	Nível de evidenciação
CR2	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
CYRELA	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	3	38%	Regular
DIRECIONAL	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
EVEN	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	2	25%	Ruim
EZ TEC	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
GAFISA	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	3	38%	Regular
HELBOR	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
JHSF	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
MRV	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	4	50%	Regular
PDG	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
RODOBENS	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
ROSSI	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
TECNISA	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
TENDA	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
TRISUL	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
VIVER	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2020).

Analisando-se o período de 2016, constata-se que a variável 8 continua sendo a informação ambiental mais divulgada pelas empresas pesquisadas. No entanto, observa-se uma queda nos níveis de evidenciação apresentados pelas empresas. Os conceitos neste ano não passaram de “regular”, com destaque positivo para a MRV que alcançou um conceito regular de 50%, embora seja o conceito mais alto do grupo. Verifica-se destaque negativo para a EVEN, que no ano anterior havia alcançado o maior conceito do grupo e no período atual teve a menor classificação.

Tabela 7 - Evidenciação das informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente das empresas listadas na B3 – 2017

Empresas	Variáveis								Resultado das variáveis analisadas		
	V1	V2	V3	V4	V5	V6	V7	V8	Total	Percentual %	Nível de evidenciação
CR2	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
CYRELA	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	3	38%	Regular
DIRECIONAL	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
EVEN	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
EZ TEC	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
GAFISA	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	3	38%	Regular
HELBOR	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
JHSF	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
MRV	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	4	50%	Regular
PDG	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
RODOBENS	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
ROSSI	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
TECNISA	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
TENDA	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
TRISUL	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
VIVER	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2020).

Analisando-se o período de 2017, em que as variáveis 1, 6, 7 e 8 foram as mais evidenciadas, investimentos e gastos com processos de melhoria do meio ambiente mostraram-se como uma preocupação das empresas pesquisadas, bem como os assuntos relacionados aos processos, multas e passivos ambientais. O nível de evidenciação piorou, não passando de “ruim” e “regular” em todas as pesquisadas.

Tabela 8 - Evidenciação das informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente das empresas listadas na B3 – 2018

Empresas	Variáveis								Resultado das variáveis analisadas		
	V1	V2	V3	V4	V5	V6	V7	V8	Total	Percentual %	Nível de evidenciação
CR2	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
CYRELA	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1	1%	Ruim
DIRECIONAL	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
EVEN	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
EZ TEC	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
GAFISA	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	3	38%	Regular
HELBOR	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
JHSF	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
MRV	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	4	50%	Regular
PDG	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
RODOBENS	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
ROSSI	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
TECNISA	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
TENDA	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
TRISUL	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
VIVER	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2020).

O período de 2018 foi o mais crítico, tendo em vista que a maioria das empresas pesquisadas não evidenciaram informações ambientais em seus demonstrativos oficiais. O nível de evidenciação continua “regular”, sendo que mais empresas deixaram de demonstrar suas informações. Nesse ano, a variável mais divulgada foi a 1, que trata de investimentos e gastos com processos de melhoria do meio ambiente.

Tabela 9 - Evidenciação das informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente das empresas listadas na B3 – 2019

Empresas	Variáveis								Resultado das variáveis analisadas		
	V1	V2	V3	V4	V5	V6	V7	V8	Total	Percentual %	Nível de evidenciação
CR2	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
CYRELA	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
DIRECIONAL	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
EVEN	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
EZ TEC	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
GAFISA	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	3	38%	Regular
HELBOR	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
JHSF	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
MRV	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
PDG	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
RODOBENS	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
ROSSI	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
TECNISA	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
TENDA	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
TRISUL	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim
VIVER	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	-	-	Ruim

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2020).

Em 2019, o nível de evidenciação ficou em “ruim”, tendo em vista que a maioria das empresas pesquisadas não evidenciaram informações ambientais em seus demonstrativos oficiais. As variáveis mais divulgadas foram as que tratam das quantidades de processos ambientais, valores de multas e indenizações, além de informações sobre passivos e contingências ambientais. Estes resultados podem ser justificados pelo estudo de Oliveira e Ferreira (2018), que pesquisaram sobre os motivos da não evidenciação de relatórios sociais e ambientais por parte das empresas brasileiras e constataram que elas não estão preocupadas com a diferenciação de mercado. Os motivos para a não evidenciação são diversos, sendo que o principal deles é não possuírem políticas socioambientais.

5 Considerações finais

O objetivo desta pesquisa de verificar quais informações ambientais as empresas de Construção Civil listadas na B3 estão evidenciando, foi alcançado. Considerando-se o período de 2015 a 2019 a partir de variáveis apontadas na NBC T15, analisaram-se documentos oficiais das empresas, como as demonstrações financeiras, os Relatórios da Administração e as Notas Explicativas, além dos Relatórios de Sustentabilidade, quando existiam. Conclui-se que as informações mais evidenciadas foram referentes a passivos e contingências ambientais, investimentos e gastos com a melhoria do meio ambiente, além de demonstrarem multas e processos ambientais. No geral, o nível de evidenciação foi considerado “ruim”, sendo insuficientes os quesitos de evidenciação ambiental. Com relação ao conjunto das informações divulgadas pelas empresas por intermédio dos seus documentos públicos, no que se refere à NBC T15, observou-se que, muito embora o nível de evidenciação não tenha sido o desejado, a pesquisa conseguiu explicar quais informações ambientais essas empresas evidenciam, de acordo com esta norma. Devido à falta de transparência das informações ambientais, sugere-se que as empresas alterem a forma de divulgação das

informações, tornando-as visíveis para todos os usuários. Considera-se limitação desta pesquisa o fato de se ter analisado somente os aspectos de divulgação ambiental da NBC T15, sugerindo-se, assim, a investigação acerca da divulgação de informações sociais, pois as empresas do setor de Construção Civil são bastante poluidoras e degradadoras do meio ambiente.

Referências Bibliográficas

Barcelos, D. P., Tassigny, M. M., Carlos, M. G. O., Bizarria, F. P. A., & Frota, A. J. A. (2015). Evidenciação ambiental à luz da NBC T 15: o caso da Natura. *Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, 4(2), 127-146. doi: 10.17800/2238-8893/aos.v4n2p127-146.

Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Brasil Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC (2020). Banco de Dados CBIC. PIB Brasil e Construção Civil.

Comitê de Pronunciamentos contábeis. (2009). *CPC 25*. Recuperado de <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=56>

Comitê de Pronunciamentos contábeis. (2008). *DVA*. Recuperado de <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=40>

Conselho Federal de Contabilidade. (2004). *Resolução CFC nº 1.003/2004*. Aprova a NBC T15 – Informações de natureza social e ambiental.

Conselho Federal de Contabilidade. (2017). *Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 25*.

CR2 Empreendimentos Imobiliários S/A. (2019). Acesso em 27 mar 2019.

Cyrela Brazil Realty S/A. (2019). Empreendimentos e Participações. Acesso em 27 mar 2019.

De Luca, M. M. M. (1998). *Demonstração do valor adicionado do cálculo da riqueza criada pelas empresas ao valor do PIB*. São Paulo: Atlas.

Dilling, P. F. A., & Caykoylu, S. (2019). *Determinants of Companies that Disclose High-Quality Integrated Reports. Sustainability*, 11(13), 3744. doi:10.3390/su11133744.

Direcional Engenharia S/A. (2019). Acesso em 27 mar 2019.

Even Construtora e Incorporadora S/A. (2019). Acesso em 17 abr 2019.

EZTEC Empreendimentos e Participações S/A. (2019). Acesso em 27 mar 2019.

Faria, A. C., & Pereira, R. S. (2009). Análise da evidenciação de informações socioambientais por empresas do segmento de papel e celulose no Brasil, a partir da NBC T -15. *Anais... no XVI Congresso Brasileiro de Custos*. Fortaleza, CE.

Forechi, L. L., Reina, D. R. M., Reina, D., & Narciso, L. F. (2020). Evidenciação ambiental das empresas do segmento de papel e celulose. *Gestão & Regionalidade*, 36(107). doi: 10.13037/gr. I36n (107).54-68.

Freeman, R. E. (1984). *Strategic management: a stakeholder approach*. Boston: Pitman.

Gafisa S/A. (2019). Acesso em 06 ago 2019.

Gil, A. C. (2016). *Teoria geral da administração: dos clássicos à pós-modernidade*. São Paulo: Atlas.

Global Reporting Initiative. (2019). *G4 Sustainability reporting guidelines*. Recuperado de <https://www.globalreporting.org/reporting/g4/Pages/default.aspx>. Acesso: 31 maio 2019.

Helbor Empreendimentos S/A. (2019). Recuperado de <https://ri.helbor.com.br/central-de-resultados/resultados-trimestrais/>. Acesso em 17 abr 2019.

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. IBASE (1997). Recuperado de <https://ibase.br/pt/>

JHSF Participações S/A. (2019). Acesso em 01 abr 2019.

Lugoboni, L., F.; Zittei, M. V. M.; Pereira, R., S.; & Rodrigues, G. B. S. Análise dos Relatórios de Sustentabilidade das Indústrias de Papel e Celulose. *Revista Metropolitana de Sustentabilidade*, 3, 66-88, 2013.

Machado, D. P., & Otto, E. (2015). Estratégias de legitimação social empregadas na evidência ambiental: um estudo à luz da teoria da legitimidade. *Revista Universo Contábil* (FURB, Blumenau), 11(1), 136-156. doi:10.4270/ruc.2015107

Marques, L. O. (2017). Interação com o meio ambiente e divulgação dos relatórios: uma análise das empresas ganhadoras do prêmio transparência ANEFAC/FIPECAFI/ SERASA, a luz da Norma Brasileira de Contabilidade, da teoria da divulgação e da legitimidade. *Revista de Finanças e Contabilidade* (UNIMEP– REFICONT), 4(2).

MRV Engenharia e Participações S/A. (2020). Acesso em 06 mai 2020.

Oliveira, D. C., & Rios, R. P. (2018). NBC T15 – informações de natureza social e ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade pelas hidrelétricas brasileiras. *Revista Eletrônica Gestão e Negócios*, 1(1).

Paiva, P. R. (2009). *Contabilidade Ambiental*. São Paulo: Atlas.

PDG Realty S/A. (2019). Empreendimentos e Participações. Acesso em 01 abr 2019.

Pereira, F. E., Luz, J. R. M., & Carvalho, J. R. M. (2015). Evidência das informações ambientais das empresas do setor de energia elétrica do Brasil. *Revista Evidência Contábil & Finanças*, 3(2), 60-72. doi: <http://dx.doi.org/10.18405/recfin20150204>.

Pereira, M. T., Lerner, A. F., & Vendruscolo, M. I. (2018). Acidente ambiental em Mariana-MG: um estudo dos impactos econômicos e financeiros nas empresas responsabilizadas. *Anais... XVIII USP International Conference in Accounting* (1-20).

Ribeiro, M. S. (2010). *Contabilidade ambiental*. São Paulo: Saraiva.

Richardson, R. J. (2017). *Pesquisa social: métodos e técnicas* (4a ed.). São Paulo: Atlas.

Rodobens Negócios Imobiliários S/A. (2019). Acesso em 17 abr 2019.

Rossi Residencial S/A. (2019). Acesso em 17 abr 2019.

Rover, S., Tomazzia, E. C., Murcia, F. D. R., & Borba, J. A. (2012). Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. *Revista de Administração*, 47(2), 217-230.

Souza, S. P., Batista, F. F., & Rego, T. F. (2012). Evidência das práticas ambientais: um estudo nas empresas do segmento de papel e celulose registrada na BOVESPA. Trabalho apresentado no *XIX Congresso Brasileiro de Custos*. Bento Gonçalves, RS.

Tecnisa S/A. (2019). Acesso em 17 abr 2019.

Teixeira, L. M. S., & Ribeiro, M. S. (2014). Estudo bibliométrico sobre as características da contabilidade ambiental em periódicos nacionais e internacionais. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 8(1), 20-36. Recuperado de <https://doi.org/10.24857/rgsa.v8i1.810>

Tenda S/A. (2019). Acesso 27 mar 2019.

Tinoco, J. E. P., & Kraemer, M. E. P. (2011). *Contabilidade e gestão ambiental* (3a ed.). São Paulo: Atlas.

Trisul S/A. (2019). Recuperado de <http://ri.trisul-sa.com.br/>. Acesso em 17 abr 2019.

Viver Incorporadora e Construtora S/A. (2019). Recuperado de http://ri.viverinc.com.br/viver/web/default_pt.asp?idioma=0&conta=28. Acesso 17 abr 2019.

Nota técnica³⁰

10. ORIENTAÇÕES PARA COMPRAS NO ÂMBITO DO PNAE EM ADEQUAÇÃO AOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Gernardes Silva Andrade³¹
Gabrielle Jacobi Kölling³²

Resumo Executivo

Esta nota técnica tem a pretensão de disseminar orientações, de caráter intersetorial, para auxiliar prefeitos e demais gestores públicos no sentido de adequar a execução do PNAE aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Para atingir este propósito, aponta-se a aquisição integral de produtos da agricultura familiar de base agroecológica, a qual deve ser alcançada, gradualmente, até 2030 (de acordo com as metas da Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável da ONU). Isto, sem descuidar da necessidade de reclamar o devido reajuste dos valores por aluno (per capita) desta política pública, cujo último reajuste se deu em 2017.

Palavras-chave: PNAE. ODS. Agroecologia. Saúde. Segurança alimentar.

Bases legais: CRFB 1988; Guia Alimentar para População Brasileira;
 Lei 11.947/2009; Lei Estadual 16.751/2010
 (Paraná); Decreto 9.117/2018 (Paraná); Decreto 4.211/2020 (Paraná);
 Resolução Nº 06/2020 do Ministério da Educação.

Introdução

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) concernem em uma mensagem global constituída de diretrizes uniformes com o fito de extinguir a pobreza, salvaguardar o meio ambiente e o clima bem como assegurar que as pessoas em, de todos os recantos do planeta, possam gozar de paz e prosperidade (ONU, c2022a).

É urgente que o cidadão tenha conhecimento sobre o que propõem os ODS de modo a contribuir, ativamente, nas decisões estatais. Cabe às esferas do poder público, particularmente à municipalidade, além de promover a disseminação destas diretrizes voluntárias universais a sua população, embasar a criação, monitoração e avaliação de suas

³⁰ Produto técnico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Direito, Mercado, Compliance e Segurança Humana (Faculdade CERS-PE).

³¹ **Gernardes Silva Andrade.** Mestre em Direito, Mercado, Compliance e Segurança Humana (Faculdade CERS-PE). Graduado em Direito (ASCES/UNITA-PE). Integrante do Grupo de Pesquisa do CNPq "Direito Digital, Mercado e Regulação e do Grupo de Pesquisa Mercado, regulação e segurança humana no contexto da saúde e do meio ambiente. Agente de Desenvolvimento (Banco do Nordeste do Brasil S.A.).

³² **Gabrielle Jacobi Kölling.** Pós-doutoranda em Direito (UDF) com financiamento da FAPDF. Mestre e Doutora em Direito Público (UNISINOS-RS). Graduada em Direito (UNISINOS-RS). Professora do Mestrado Profissional em Direito da Faculdade CERS-PE. Professora concursada na USCS. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq "Direito Digital, Mercado e Regulação. Líder do Grupo de Pesquisa Mercado, regulação e segurança humana no contexto da saúde e do meio ambiente.

políticas com vistas a atingir a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas no Brasil (ONU). Eis os 17 ODS³³ (ONU, c2022a, [s. p.]):

1. Erradicação da pobreza – Erradicar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares;
2. Fome zero e agricultura sustentável – Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável;
3. Saúde e bem-estar – Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
4. Educação de qualidade – Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
5. Igualdade de gênero – Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
6. Água potável e saneamento – Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos;
7. Energia limpa e acessível – Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos;
8. Trabalho decente e crescimento econômico – Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos;
9. Indústria, inovação e infraestrutura – Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
10. Redução das desigualdades – Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países;
11. Cidades e comunidades sustentáveis – Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis;
12. Consumo e produção responsáveis – Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis;
13. Ação contra a mudança global do clima – Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos;
14. Vida na água – Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
15. Vida terrestre – Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade;

³³ Vide: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>.

16. Paz, justiça e instituições eficazes – Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis;

17. Parcerias e meios de implementação – Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, os componentes da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) apresentam uma visão conciliadora para alimentação e agricultura sustentáveis. Segundo eles, a agroecologia – e a transição agroecológica – consiste em um caminho essencial para nortear a conversão sustentável dos sistemas agroalimentares. Este novo paradigma tem a capacidade de assegurar alimentos saudáveis, seguros, suficientes e nutritivos que prezem os direitos humanos (FAO, c2018b).

Além disso, a FAO aponta para importância da agroecologia para se alcançar quinze dos dezessete ODS³⁴ (seriam as exceções os ODS 7 e 9). Isto é, dentre estas diretrizes, para além do item “fome zero e agricultura sustentável” (ODS – 2), a agroecologia, na qualidade de ciência, prática e movimento social, tem o condão de se irradiar pela grande maioria do ODS. Deste modo, fica evidente a relevância da agroecologia para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Ainda nesta discussão, a agroecologia é relevante para o enfrentamento de três pandemias – obesidade, desnutrição e mudanças climáticas – que interagem entre si, comungam determinantes e, por consequência, geram uma inter-relação de influência mútua a castigar vigorosamente a sociedade. “Essas pandemias constituem a Sindemia Global, consistente com seu agrupamento no tempo e no lugar, interações nos níveis biológico, psicológico ou social, e fatores e determinantes sociais comuns e de grande escala” (IDEC, 2019, p. 17). Suas causas estão atreladas ao modelo hegemônico do sistema agroalimentar global, à desenvoltura insuficiente dos líderes políticos e à tímida ação da sociedade de modo geral. Por este ponto de vista, é urgente a construção de soluções integradas (IDEC, 2019).

Nestes termos, ações intersetoriais que coordenem políticas de saúde e alimentação precisam ser implementadas, ou reforçadas, para resguardar segurança alimentar local. Nesta direção, de modo amplo, é indispensável, independentemente de adesão formal, que os gestores municipais se dignem a efetivar as orientações apontadas na Carta Aberta por Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis em Nossas Cidades³⁵.

Este documento requer que seja atribuída à SAN um papel de destaque na gestão municipal e está pautado nos pilares a seguir: dinamização de circuitos de abastecimento popular; acesso à alimentação e o enfrentamento da fome; preservação dos bens comuns e sociobiodiversidade; comida como patrimônio, conhecimentos tradicionais e cultura; Saúde, Alimentação e Nutrição; ordenamento urbano; e fortalecimento do SISAN (CPSSAN, 2020, [s. p.]).

Agroecologia: um ponto de convergência entre educação, saúde e alimentação

Atualmente, de acordo com o Guia Alimentar para População Brasileira, a tendência é a de que os brasileiros sejam menos afetados por doenças agudas ao passo que estão mais sujeitos a doenças crônicas. Aliás, outra questão a ser sopesada é a ocorrência de

³⁴ Vide: <<https://www.fao.org/agroecology/overview/agroecology-and-the-sustainable-development-goals/es/>>.

³⁵ Vide documento na íntegra em: <<https://conferenciassan.org.br/carta-aberta-por-sistemas-alimentares-saudaveis-e-sustentaveis-em-nossas-cidades/>>.

desnutrição em grupos populacionais desamparados vivendo em locais vulneráveis. E, por mais contraditório que pareça, deve-se atentar, também, que “o Brasil vem enfrentando aumento expressivo do sobrepeso e da obesidade em todas as faixas etárias, e as doenças crônicas são a principal causa de morte entre adultos. O excesso de peso acomete um em cada dois adultos e uma em cada três crianças brasileiras” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014, p. 5).

Esta constatação se tornou ainda mais evidente nestes tempos (trans)pandêmicos. Em 2022 são mais de 33 milhões de brasileiros passando fome e quase 60% padecem de algum grau de insegurança alimentar (REDE PENSSAN, 2022). Sendo Assim, é pertinente se atentar aos apontamentos deste guia, porque “oferece recomendações para promover a alimentação adequada e saudável e, nessa medida, acelerar o declínio da desnutrição e reverter as tendências desfavoráveis de aumento da obesidade e de outras doenças crônicas relacionadas à alimentação” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014, p. 18).

Para manutenção saúde, é fundamental restringir produtos ultraprocessados³⁶, à medida que uma alimentação saudável requer uma dieta composta, em grande medida, por – comida de verdade – alimentos in natura e minimamente processados. Neste contexto, os alimentos oriundos da produção agroecológica é um forte aliado na proteção da integridade física e mental do indivíduo. Esta é uma das razões que justifica a necessidade de priorizar espaços no setor de compras institucionais (a exemplo do PNAE) para agricultura familiar de base agroecológica, especialmente em se tratando de alimentação escolar.

Ressalte-se que, com o retorno do Brasil ao mapa da fome em 2018, acentua-se o número de crianças cuja refeição principal (ou a única) consiste na merenda escolar, pois, fora da escola, vivem uma situação dramática de fome. De outra parte, a respeito das crianças acometidas por obesidade ou sobrepeso, a agroecologia com seus saberes tradicionais populares pode auxiliar no desenvolvimento de uma educação alimentar. Também é capaz de introduzir noções de economia solidária e economia circular dentre os alunos do ensino básico da rede pública a ponto de irradiar conhecimentos por toda a comunidade escolar.

Pela revitalização do PNAE: alimentação agroecológica e a correção dos repasses

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem por finalidade propiciar alimentação escolar e estimular educação alimentar e nutricional para os discentes da educação básica matriculados na rede pública. Acatando a Lei 11.947/2009 (art. 14), a Resolução N° 06/2020 (art. 29) do Ministério da Educação prescreve que, dos recursos aportados no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) designados ao PNAE para compra de merenda escolar, ao menos 30% (trinta por cento), serão direcionados

³⁶ Segundo o Guia da alimentação para a população brasileira (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014, p. 41): alimentos ultraprocessados são formulações industriais feitas inteiramente ou majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos (óleos, gorduras, açúcar, amido, proteínas), derivadas de constituintes de alimentos (gorduras hidrogenadas, amido modificado) ou sintetizadas em laboratório com base em matérias orgânicas como petróleo e carvão (corantes, aromatizantes, realçadores (*sic*) de sabor e vários tipos de aditivos usados para dotar os produtos de propriedades sensoriais atraentes). Técnicas de manufatura incluem extrusão, moldagem, e pré-processamento por fritura ou cozimento. [Exemplos] Vários tipos de biscoitos, sorvetes, balas e guloseimas em geral, cereais açucarados para o desjejum matinal, bolos e misturas para bolo, barras de cereal, sopas, macarrão e temperos ‘instantâneos’, molhos, salgadinhos “de pacote”, refrescos e refrigerantes, iogurtes e bebidas lácteas adoçados e aromatizados, bebidas energéticas, produtos congelados e prontos para aquecimento como pratos de massas, pizzas, hambúrgueres e extratos de carne de frango ou peixe empanados do tipo nuggets, salsichas e outros embutidos, pães de forma, pães para hambúrguer ou hot dog, pães doces e produtos panificados cujos ingredientes incluem substâncias como gordura vegetal hidrogenada, açúcar, amido, soro de leite, emulsificantes e outros aditivos.

ao segmento da agricultura familiar.

Neste sentido, a compra direta de gêneros alimentícios, por meio de chamamento público – nesta situação é dispensável o procedimento licitatório –, está vinculada a um critério no qual se estabelece apenas um parâmetro mínimo para “pequena agricultura”. Por conseguinte, a legislação não indica qualquer limitação máxima, ou seja, autoriza que as compras contemplem, no todo, a produção “da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas” (art. 14, Lei 11.947/2009).

A Lei 11.497/2009 também estabelece que, de acordo com o cardápio planejado pelos nutricionistas, a aquisição dos alimentos, na medida do possível, ocorrerá no mesmo ente federativo onde estiver localizada a escola (art. 13). Ademais, a seleção dos projetos de venda deverá observar a ordem de prioridade da seleção na seguinte gradação: fornecedores locais, fornecedores da região geográfica imediata, fornecedores da região geográfica intermediária, fornecedores de amplitude estadual, fornecedores de amplitude estadual, fornecedores de amplitude nacional (art. 35, Resolução N° 06/2020).

Indo além destas disposições, é digno de destaque a evolução apresentada pelo Estado do Paraná ao instituir a Merenda Escolar Orgânica. Com base na Lei Estadual N° 16.751/2010³⁷, regulamentada pelo Decreto Estadual 4.211/2020, a alimentação da rede de ensino público deste estado será 100% (cem por cento) orgânica e de base agroecológica³⁸, segundo o Plano de Introdução Progressiva de Produtos Orgânicos na Alimentação Escolar de proposição do Grupo de Trabalho Intersetorial Estadual³⁹.

Além disso, o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (2020-2023) do Paraná é constituído por 10 (dez) eixos, que se desdobram em metas e ações, correlacionados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Singularmente, no eixo 1 – estruturação e fortalecimento da agricultura familiar – mesmo que tenha por meta o mesmo parâmetro nacional (pelo menos 30%, supra), por sua vez, traz como linha base de suas ações garantir no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos recursos federais destinados ao PNAE para agricultura familiar até 2023 (VELOSO, et al., 2021).

³⁷ Art. 1°. Institui no âmbito do sistema estadual de ensino fundamental e médio a merenda escolar orgânica. Parágrafo Único - Entende-se por merenda escolar orgânica a merenda escolar certificada, conforme legislação federal pertinente. Assim, entre outras especificações da legislação, os alimentos fornecidos na merenda escolar não poderão conter agrotóxicos em toda a cadeia produtiva de todos os seus itens e competentes. Art. 2°. A implantação desta lei será feita de modo gradativo, de acordo com as condições e cronogramas elaborados pela Secretaria de Estado da Educação - SEED, até que 100% (cem por cento) da rede de ensino público do Estado do Paraná garanta a seus alunos o direito à merenda escolar orgânica (LEI ESTADUAL-PR 16.751/2010).

³⁸ Na definição de fornecedores há prioridade para os orgânicos e de base agroecológica, prevista nas legislações federal - Lei Federal nº 11.947/2009 e estadual - Lei estadual nº 16.751/2010, regulamentada em 2020 por meio do Decreto 4.211/2020, e dispõe que a alimentação escolar seja cem por cento (100%) orgânico e de base agroecológica (VELOSO et al., 2021, p. 47).

³⁹ Art. 4°. Compete ao GTI-E: I - promover a participação da sociedade na elaboração e no acompanhamento do Plano de Introdução Progressiva de Alimentação Orgânica ou de Base Agroecológica na Alimentação Escolar no Estado do Paraná; II - constituir subcomissões temáticas que reunirão setores governamentais e da sociedade, para propor e subsidiar a tomada de decisões sobre temas específicos no âmbito do Plano de Introdução Progressiva de Alimentação Orgânica ou de Base Agroecológica na Alimentação Escolar no Estado do Paraná; e III - propor as diretrizes, objetivos, instrumentos e prioridades do Plano de Introdução Progressiva de Alimentação Orgânica ou de Base Agroecológica na Alimentação Escolar no Estado do Paraná ao Poder Executivo Estadual (DECRETO ESTADUAL-PR N° 9.117/2018).

Em contrapartida, nos últimos dez anos, atestou-se uma considerável defasagem dos valores *per capita* no âmbito do PNAE. Esta depreciação decorre, principalmente, do congelamento discricionário das rubricas *per capita* do PNAE em 2010, 2013 e 2017 estabelecidas pelo gerenciamento do FNDE/MEC, tal como a diminuição do poder de compra ocasionado pela inflação no período (ÓAÊ; FINEDUCA, 2022).

Em 2022, o Congresso Nacional aprovou o reajuste dos valores atinentes à merenda escolar repassados a estados e municípios para o ano de 2023 no escopo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Todavia, o titular do Poder Executivo Federal optou pelo veto. O ministro da economia alegou que a proposta contraria o interesse público⁴⁰. Assim, novamente, este governo ratifica um posicionamento temerário de enfraquecer políticas de estado intersetoriais já consolidadas e, nestas circunstâncias, revigora a fome como uma escolha política.

Por sinal, a título de recordação, a Resolução Nº 06/2020 do Ministério da Educação, na disposição de valores a serem repassados por aluno seguiu a mesma definição da Resolução Nº 01/2017 do Ministério da Educação⁴¹. Como não poderia ser diferente, o congelamento destes valores bem como o declínio dos montantes transferidos coloca em dúvida a possibilidade de que os repasses financeiros por parte da União possam efetivamente colaborar com a segurança alimentar e nutricional dos estudantes em razão do fornecimento de alimentação escolar (ÓAÊ; FINEDUCA, 2022).

Considerações finais

Apesar de um contexto de retrocessos no âmbito dos direitos sociais, é importante que os municípios, orientados pelos ODS, evoluam no sentido de garantir educação e segurança alimentar e nutricional aos educandos. Por isto, às municipalidades, propõe-se que: i) a aquisição da alimentação escolar, no âmbito do PNAE, em sua totalidade, seja procedente da agricultura familiar de base agroecológica; ii) o alcance desta meta ocorra, de forma gradativa,

⁴⁰ Vide: <<https://www.istoedinheiro.com.br/bolsonaro-veta-reajuste-de-verba-para-merenda-escolar/>>

⁴¹ Art. 47. O FNDE transferirá recursos financeiros de forma automática, sem necessidade de convênio, ajuste, acordo, contrato ou instrumento congênere, nos termos do disposto na Lei nº 11.947/2009, para aquisição exclusiva de gêneros alimentícios, processando-se da seguinte forma: I - o montante de recursos financeiros destinados a cada EEx, para atender aos alunos definidos no art. 6º desta Resolução, será o resultado da soma dos valores a serem repassados para cada aluno atendido e será calculado utilizando-se a seguinte fórmula: $VT = A \times D \times C$ (sendo: VT = valor a ser transferido; A = número de alunos; D = número de dias de atendimento; C = valor per capita para a aquisição de gêneros para o alunado). II - o valor per capita para oferta da alimentação escolar a ser repassado será de: a) R\$ 0,32 (trinta e dois centavos de Real) para os estudantes matriculados na Educação de Jovens e Adultos - EJA; b) R\$ 0,36 (trinta e seis centavos de Real) para os estudantes matriculados no ensino fundamental e no ensino médio; c) R\$ 0,53 (cinquenta e três centavos de Real) para estudantes matriculados na pré-escola, exceto para aqueles matriculados em escolas localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos; d) R\$ 0,64 (sessenta e quatro centavos de Real) para os estudantes matriculados em escolas de educação básica localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos; e) R\$ 1,07 (um Real e sete centavos de Real) para os estudantes matriculados em escolas de tempo integral com permanência mínima de 7h (sete horas) na escola ou em atividades escolares, de acordo com o Censo Escolar do INEP; f) R\$ 1,07 (um Real e sete centavos de Real) para os estudantes matriculados em creches, inclusive as localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos; III para os estudantes do Programa Novo Mais Educação haverá complementação financeira de forma a totalizar o valor per capita de R\$ 1,07 (um Real e sete centavos de Real); IV - para os estudantes contemplados no Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, haverá complementação financeira de forma a totalizar o valor per capita de R\$ 2,00 (dois Reais); V - para os estudantes que frequentam, no contraturno, o AEE, o valor per capita será de R\$ 0,53 (cinquenta e três centavos de Real); [...] (RESOLUÇÃO Nº 06/2020, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO).

até 2030 (ODS, Agenda 2030); iii) se esforcem em exigir (ou requerer) o reajuste, a maior, dos valores *per capita* do PNAE que estão bastante defasados.

Nesta conjuntura, no tempo em que não ocorrer a devida reativação CONSEA Federal – encerrado em 2019 (novamente) – há a necessidade de um maior engajamento, nas esferas subnacionais (estados e municípios), para defender as políticas intersetoriais de segurança alimentar e nutricional em todo país. Um exemplo a ser seguido é a atuação da seccional paranaense do SISAN (CONSEA Estadual, CAISAN Estadual e Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional), especificamente no que tange à participação sociedade civil nas discussões e na implementação do Plano de Introdução Progressiva de Produtos Orgânicos na Alimentação Escolar. A governança articulada no Paraná serve de parâmetro para conduzir uma política pública direcionada a garantir, em breve (antes de 2030), que a totalidade da alimentação escolar, no bojo do PNAE, seja de origem agricultura familiar de base agroecológica.

Outrossim, é necessário que gestão municipal enxergue esta orientação não como um fator limitador, e sim como uma maneira de fomentar os mercados de ciclo curto na própria municipalidade e no território em que esteja inserido. Neste prisma, ao incentivar a circulação destes recursos, singularmente junto aos agricultores familiares, também colabora com a gestão do desenvolvimento local sustentável e no fortalecimento da economia solidária da região.

Para além disso, é urgente que os prefeitos cumpram com o seu dever de estruturar, em nível municipal, o SISAN (seja sua instituição ou seu fortalecimento). Nesta direção, a efetividade do SISAN local coadunado com o vigor da participação popular presente em diversos coletivos – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Conselho de Alimentação Escolar, Sindicatos Rurais, Associações e Cooperativa da Agricultura Familiar e outros – contribuirão para viabilizar a gestão da segurança alimentar e promover saúde, alimentação e nutrição, principalmente daqueles mais vulnerabilizados.

Por fim, de imediato, cabem aos prefeitos, às Associações Municipalistas (sediadas nos respectivos estados da federação) e à Confederação Nacional dos Municípios constituírem uma coalisão política para provocar – ou, quando possível, exigir – dos Poderes da União ações no sentido de majorar o montante de recursos a serem destinados ao PNAE, singularmente os valores *per capita*. Além disso, é oportuno que as municipalidades – aliadas aos movimentos socioambientais e à sociedade civil – se dignem a uma postura mais efetiva nas governanças destinadas a fortalecer a segurança alimentar e nutricional da população. Neste caso específico, para assegurar a alimentação escolar.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União.**

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 01 fev. 2022.

BRASIL. **Lei 11.947/2009, de 16 de junho de 2009. Diário Oficial da União.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 09 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira.** 2. ed. 1. reimp. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).**

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). c2017. Disponível em:

<<https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. **Resolução N° 06, de 08 de maio de 2020: Ministério da Educação. Diário Oficial da União.** Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-6-de-8-de-maio-de-2020-256309972>>. Acesso em: 09 ago. 2022.

CONFERÊNCIA POPULAR POR DIREITOS, SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CPSSAN). **Carta Aberta por Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis em Nossas Cidades.** 2020. Disponível em: <<https://conferenciassan.org.br/carta-aberta-por-sistemas-alimentares-saudaveis-e-sustentaveis-em-nossas-cidades/>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

FAO. Centro de conocimientos sobre agroecología. **La agroecología y los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS).** c2018b. Disponível em: <<https://www.fao.org/agroecology/overview/agroecology-and-the-sustainable-development-goals/es/>>. Acesso em: 16 set. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (IDEC). Alimentando Políticas. **A sindemia global da obesidade desnutrição e mudanças climáticas:** relatório da comissão The Lancet. 2019. Disponível em: <<https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Relat%C3%B3rio-Completo-The-Lancet.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2022.

ÓAÊ; FINEDUCA. **Nota em defesa de reajustes nos valores per capita do Programa Nacional de Alimentação Escolar.** 2022. Disponível em: <https://alimentacaoescolar.org.br/media/notastecnicas/documentos/NOTAT%C3%89CNICAOAE_FI_NEDUCA.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2022.

ONU. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. c2022a.** Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 14 ago. 2022.

PARANÁ. **Lei Ordinária 16.751, de 29 de dezembro de 2010. Leis Estaduais.** Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-16751-2010-parana-institui-no-ambito-do-sistema-estadual-de-ensino-fundamental-e-medio-a-merenda-escolar-organica>>. Acesso em: 12 ago. 2022.

PARANÁ. **Decreto N° 9.117, de 26 de março de 2018. Leis Estaduais.** Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-9117-2018-parana-institui-o-grupo-de-trabalho-intersectorial-estadual-gti-e-para-regulamentar-no-ambito-do-sistema-estadual-de-ensino-fundamental-e-medio-a-merenda-escolar-organica-conforme-dispoe-a-lei-n-16751-de-29-de-dezembro-de-2010>>. Acesso em: 14 ago. 2022.

PARANÁ. **Decreto N° 4.211, de 06 de março de 2020. Agricultura-PR.** Disponível em: <https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-10/decreto4211merendaorganica_0.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2022.

REDE PENSSAN. **II inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia de Covid-19.** São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede Penssan, 2022. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2022.

VELOSO, V. B. et al. (Org.). **Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional: 2020-2023.** Curitiba: CAISAN-PR, 2021.

Nota Técnica

11. MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ECONOMIA SUSTENTÁVEL

Rogério Lopes¹
Isis Gilioli Freire²
Laura Sandoval Vieira³
Maria Eduarda De Sousa Paiva⁴

Resumo Executivo

As mudanças climáticas ocorrem pela negligência das pessoas em relação ao meio ambiente. Essa negligência causa sérios problemas no planeta, desde enchentes (impedindo a locomoção organizada de todos e funcionamento dos comércios) até sufoco na economia, por exemplo, na agricultura. A maior causa pela alteração brusca no clima é o próprio comportamento humano, seus maus hábitos e desconsideração pela sua própria casa, a natureza. Separar o lixo adequadamente é umas das ações que influenciam na diminuição dos efeitos do aquecimento global, de modo que certos processos de produção são evitados apenas com a separação do lixo reciclável diariamente. Com isso, este estudo pretende mostrar os prejuízos que as mudanças climáticas podem causar de várias formas na sociedade, incluindo na economia da Grande São Paulo, juntando os motivos de ocorrerem tais alterações e como é possível minimizá-las com o cuidado com o planeta Terra.

Palavras-chave: Mudanças climáticas. Natureza. Economia.

Introdução

Os efeitos das mudanças climáticas podem causar sérios problemas na economia de uma cidade, principalmente na parte de oferta e demanda. Por exemplo, se houver uma enchente, as pessoas não sairiam de casa para fazer uma compra grande em supermercados, prejudicando o rendimento econômico desses estabelecimentos em certo período.

No final de 2021 houveram fortes chuvas em Santo André (São Paulo), a água invadiu as lojas de comércio e a estação Prefeito Celso Daniel, linha 10-turquesa, impossibilitando a passagem de trens. O prefeito Paulo Serra relatou que em 30 minutos choveu o que se esperava para o mês inteiro de dezembro. Uma avaliação foi feita pela Federação do Comércio de Bens, e para fazer um cálculo de danos causados, contando com os setores de compras, danos nas ruas impedindo a locomoção, funcionários com dificuldades de chegar ao local de trabalho ou de sair de sua casa, houve um prejuízo de R\$ 110 milhões representando 11% da média diária de vendas do varejo do mês, cerca de 0,4% do mês na capital.

Já na agricultura, as baixas temperaturas de São Paulo fazem com que os hectares de plantio sejam queimados pelas geadas. O presidente do Sindicato Rural menciona a atualidade ser um momento preocupante, já que cerca de 2000 hectares foram queimados pelo extremo frio. Nessa situação ocorrida em 2021, as indenizações para os produtores foram de 1,7 bilhões de reais, os financiadores também são afetados pelo clima, pois, a produção é a garantia do pagamento deles.

¹ **Rogério Lopes.** Rogério Lopes. Graduado em Ciências Econômicas. Pós Graduado em Administração Financeira e Mestre em Administração com ênfase em Gestão de Negócios. Professor da Escola de Negócios na forma presencial e em EAD.

² **Isis Gilioli Freire.** Aluna do 1º sem. do curso de Administração da USCS.

³ **Laura Sandoval Vieira.** Aluna do 1º sem. do curso de Administração da USCS

⁴ **Maria Eduarda De Sousa Paiva.** Aluna do 1º sem. do curso de Administração da USCS

Um dos motivos desses acontecimentos é o aquecimento global, que aumenta gradativamente a temperatura, alterando o nível do mar e da atmosfera, assim causa impactos na flora e na fauna, além de prejudicar vários setores da agronomia. Suas causas vêm da interferência humana na natureza para conseguir recursos. Uma ação que pode ajudar na diminuição do aquecimento é a reciclagem correta dos objetos, que evita parte dos processos de produção já que de algum modo todos esses produtos produzem gás carbônico, que são prejudiciais para o efeito estufa. Essas intensas mudanças na temperatura prejudicam a agricultura, pecuária e geração de energia.

O objetivo desse trabalho é analisar e compreender os impactos econômicos causados pelas mudanças climáticas. Foi realizado um estudo e com ele foi possível notar que muitos dos entrevistados acreditam que atualmente os brasileiros não têm se importado tanto com o meio ambiente.

Estudo prático

O seguinte estudo foi concluído pelo Google Forms entre os meses de Outubro e Novembro de 2022 na região do estado de São Paulo, e 47 pessoas se voluntariaram a respondê-lo. Foi utilizado como uma ferramenta para complementar o trabalho. Seguem abaixo as questões elaboradas e suas respectivas respostas com os gráficos:

Questão 1 - Para você, qual o grau de importância da presença da educação ambiental nas escolas?

Para você, qual o grau de importância da presença da educação ambiental nas escolas?

47 respostas

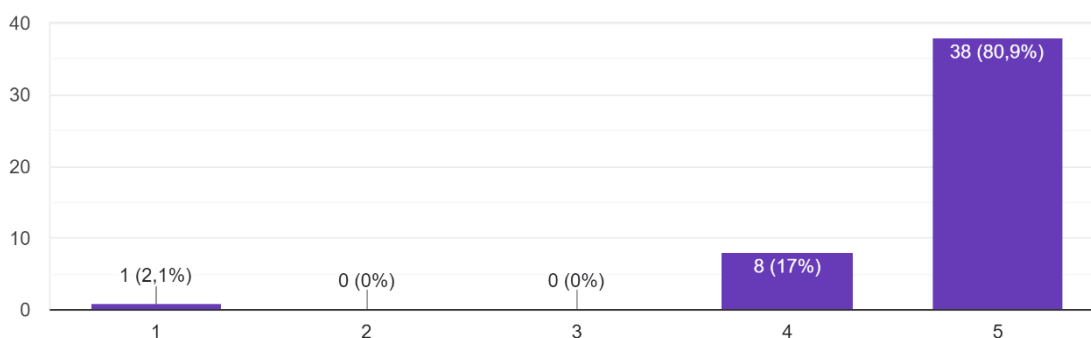


Figura 1 - Os autores (2022)

Como pode-se observar na primeira figura, 80,9% dos entrevistados (38 pessoas) votou que a presença da educação ambiental nas escolas tem um grau muito importante importante (medido de 1 a 5, a maioria escolheu 5, ou seja, muito importante). Ela é um direito de todos os brasileiros e contribui para reforçar a relevância do cuidado com o meio ambiente, promover o consumo consciente, aumentar a qualidade de vida e preservar os recursos naturais para as futuras gerações. Com uma cultura sustentável, é possível desenvolver uma economia melhor. Nela, aprendemos a preservar a árvores, por exemplo, e elas são responsáveis por armazenar o gás carbônico (CO₂), onde muitos são provenientes da queima dos combustíveis fósseis, dessa forma, auxiliam na diminuição dos efeitos do aquecimento global. Para que a população tenha informações como essa e saiba como conservar a natureza, é crucial a presença da Educação Ambiental nas escolas.

Questão 2 - Você aprendeu como separar o lixo reciclável adequadamente?

Você aprendeu como separar o lixo reciclável adequadamente?

47 respostas

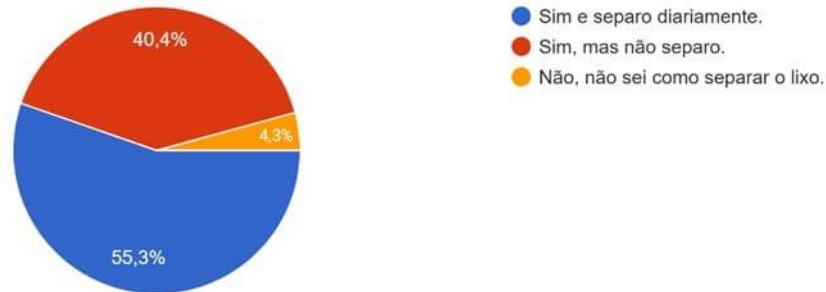


Figura 2 - Os autores (2022)

A reciclagem também contribui para acalmar o aquecimento global, visto que ela faz com que muitos processos químicos sejam evitados. Foi analisado que 55,3% dos entrevistados aprendeu a separar o lixo reciclável e separa diariamente. Porém, 40,4% mostra que aprendeu e não separa no dia a dia. Enquanto 4,3% relatou não saber fazer a separação adequada dos resíduos.

Questão 3 - Atualmente, você acha que a população brasileira:

Atualmente, você acha que a população brasileira:

47 respostas

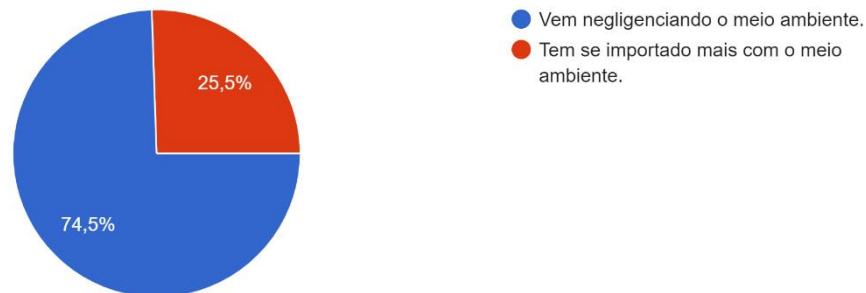


Figura 3 - Os autores (2022)

De acordo com o questionário realizado, percebe-se que grande parte dos votantes relatam que a população brasileira vem negligenciando o meio ambiente (74,5%). Sendo apenas 25,5% desses que acreditam que os brasileiros vêm se importado mais com a natureza. Nos tempos atuais, com a tecnologia e informação que temos, é de extrema importância cuidar da Mãe Natureza, preservando não apenas para o presente, mas também para o futuro.

Questão 4 - Você acredita que o crescimento econômico traz impactos diretos à natureza?

Você acredita que o crescimento econômico traz impactos diretos à natureza?

47 respostas

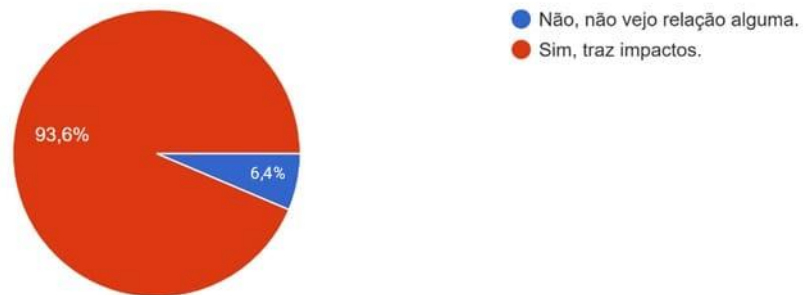


Figura 4 - Os autores (2022)

A maioria dos votantes acredita que o crescimento econômico traz impactos à natureza (93,6%), enquanto 6,4% não vê relação alguma.

O crescimento econômico traz impactos à natureza, visto que a sociedade está em constante mudança e, com o aumento populacional, o consumo cresce de forma proporcional. Por exemplo, com o crescimento demográfico, são feitas novas construções, principalmente as verticais (prédios), essas retêm muito o calor assim como o asfalto, o que contribui para o aquecimento da região. Dessa forma, formam as chamadas "Ilhas de Calor", intensificando o aquecimento global devido o calor acumulado nos materiais.

Questão 5 - Uma empresa sustentável é mais bem sucedida.

Uma empresa sustentável é mais bem sucedida.

47 respostas

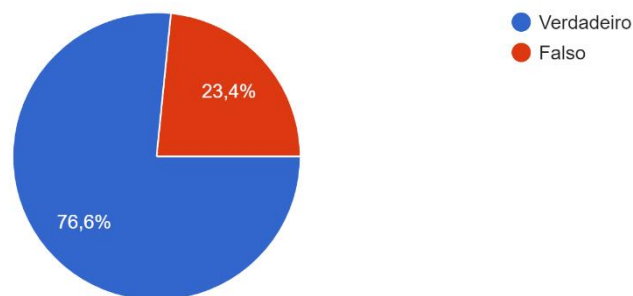


Figura 5 - Os autores (2022)

Uma empresa que investe em sua sustentabilidade é mais bem sucedida, pois reduz os seus custos, contribui para a redução de impactos ambientais e incentiva inovações diárias para o próprio desenvolvimento. Isso tem atraído cada vez mais o mercado atual, pois além das empresas sustentáveis serem mais bem vistas sobre sua imagem, também levam vantagens em relação à competitividade nele.

Conforme a pesquisa, 76,6% das respostas se referem àqueles que concordam que uma empresa sustentável é mais bem sucedida. E, 23,4% não concorda com a afirmação.

Questão 6 - As mudanças climáticas alteram não somente a natureza, mas também a economia.

As mudanças climáticas alteram não somente a natureza, mas também a economia.

47 respostas

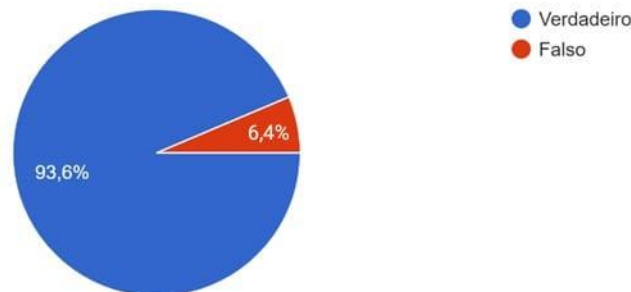


Figura 6 - Os Autores (2022)

A maioria das respostas concorda com a tese da questão 6, representando 93,6% das respostas, sendo 6,4% referentes às pessoas que discordam.

As mudanças climáticas trazem consequências à natureza e também à economia. Na agricultura, há o prejuízo causado pelas chuvas fora de época, pelo calor intenso e inverno prolongado, fazendo com que danifiquem as plantações e atrapalhem as suas respectivas colheitas. Isso altera os valores dos alimentos, o que não incentiva a segurança alimentar da população. Por exemplo, se a colheita de morangos não render o necessário que deveria devido ao clima inadequado para a estação, é natural que ele fique mais caro no mercado, por ser uma fruta mais difícil de ser encontrada para o consumo adequado no momento, além de que grande parte do alimento acaba estragando em casos como esse. Com isso, ocorre a diminuição de demanda para os morangos, devido ao alto preço do produto, assim, o consumidor busca substituí-lo por outro alimento até que esteja apto a pagar pelo valor ofertado. Um dos eventos comuns no extremo frio é o congelamento do tecido das sementes, prejudicando o desenvolvimento delas.

Questão 7 - Um fator considerável para a mudança brusca do clima é o aquecimento global. Você acha que o ser humano tem responsabilidade sobre isso ou é um evento natural?

Um fator considerável para a mudança brusca do clima é o aquecimento global. Você acha que o ser humano tem responsabilidade sobre isso ou é um evento natural?

47 respostas

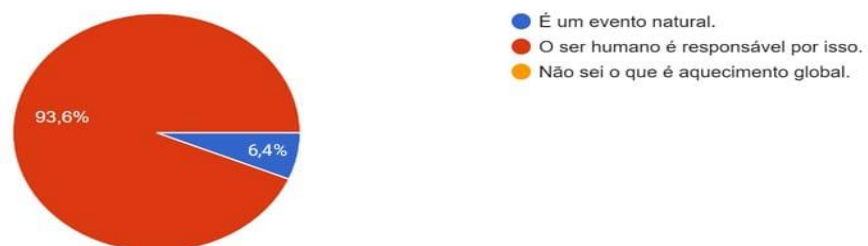


Figura 7 - Os Autores (2022)

O aquecimento global é um grande culpado pelas mudanças climáticas, pois com a alteração na temperatura devido a alta concentração de gases do efeito estufa, ele pode mudar a distribuição das áreas de baixa e alta pressão, causando a diminuição das chuvas. Com ele, é possível observar mudanças inéditas em certas regiões, como o derretimento acelerado de geleiras em épocas atípicas do ano, além do aumento do nível do mar em determinados locais.

Noventa e três por cento das respostas referem-se às pessoas que assinalaram que o ser humano é responsável por esse fenômeno natural. E, 6,4% delas acreditam ser um evento natural.

As ações humanas interferem nesse fenômeno, como por exemplo, na queima de combustíveis fósseis, no uso de transportes à combustão e em atividades industriais. Com o passar dos anos, ele pode ser intensificado ou pode ter seus efeitos reduzidos.

Considerações finais

No estudo realizado através do questionário respondido por pessoas diversas, obtemos uma informação significativa. Muitos acham que a população brasileira vem negligenciando muito o meio ambiente, sendo jogando lixo em lugares não apropriados, não fazendo a separação correta deles, abusando do uso de combustíveis fósseis, entre outros.

Analisando o estudo e as informações obtidas, como poderíamos melhorar essa situação?

Como intervenção, pode-se incentivar a população a separar o lixo por orgânicos, recicláveis não perigosos, não recicláveis, não perigosos e perigosos. E, através de projetos escolares, incentivar as crianças a jogarem os lixos em seus devidos lugares, em vista que por meio da pesquisa, temos uma escala de 80,9% de importância para a educação ambiental nas escolas.

Atualmente, um dos maiores problemas ambientais é o aquecimento global, que acaba ocasionando degelo, aumento dos níveis do oceano, desertificação e entre outros fenômenos.

O aquecimento global causa vários impactos na economia, como prejuízos à produtividade agrícola, fazendo com que alimentos específicos fiquem com o preço exorbitante e sejam difíceis de serem encontrados no mercado.

Para evitarmos o aumento do aquecimento global temos algumas opções: Consumir menos carne (tendo em vista que a agropecuária é o principal meio que emite mais gases de efeito estufa no Brasil), optar por alternativas mais sustentáveis de meio de locomoção (como bicicletas ou transportes elétricos), produzir menos lixo diariamente, entre outros.

É possível todos contribuirmos para o meio ambiente, pensando também nas gerações futuras. É necessário entender a importância de preservar os recursos e cuidar da natureza. As mudanças climáticas causam mais impactos do que a população imagina, e não somente na sensação térmica no cotidiano, mas também na economia das regiões.

O estado de São Paulo é muito populoso, o que faz com que haja uma poluição considerável no meio urbano da região, devido a alta queima de combustíveis fósseis, por exemplo. É crucial a união da população para a busca de uma economia mais sustentável e de um mundo mais limpo.

Referências Bibliográficas

VIEIRA, Júlia. **Julho de 2022 está entre os mais quentes já registrados, diz ONU**. [S. l.]: Júlia Vieira, 10 ago. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/julho-de-2022-esta-entre-os-mais-quentes-ja-registrados-diz-onu/>. Acesso em: 10 nov. 2022

PISKY, Vanessa. **Ilhas de calor**. [S. l.], 21 set. 2020. Disponível em: <https://iusnatura.com.br/ilhas-de-calor/>. Acesso em: 8 nov. 2022.

MCCARTH, Joseph. **Lixo e aquecimento global, qual a relação**. [S. l.], 17 jun. 2007. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/ecocamara/noticias/lixo-e-aquecimento-global-qual-a-relacao-1#:~:text=As%20excessivas%20queimadas%20e%20o,aumento%20da%20temperatura%20do%20planeta.Acesso em: 9 nov. 2022>

GALÁN, Ignacio. Mudanças climáticas. *In*: **Consequências das mudanças climáticas**. [S. l.], 10 jul. 2021. Disponível em: <https://www.iberdrola.com/sustentabilidade/consequencias-das-mudancas-climaticas>. Acesso em: 9 nov. 2022.

CASTRO, João. **Baixas temperaturas: riscos e danos do frio para a agricultura**. [S. l.], 21 set. 2020. Disponível em: <https://blog.syngentadigital.ag/saiba-tudo-riscos-danos-frio-agricultura/#:~:text=Baixas%20temperaturas%20do%20solo%20promovem,isso%20pode%20ser%20um%20problema.Acesso em: 10 nov. 2022>

CALDEIRA, Julianna. **Você sabe o que são ilhas de calor**. [S. l.], 21 jul. 2020. Disponível em: <https://iusnatura.com.br/ilhas-de-calor/>. Acesso em: 10 nov. 2022

OLVERA, Bernie. **Impactos da mudança climática no crescimento econômico**. [S. l.], 21 jul. 2020. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2022/08/24/impactos-da-mudanca-climatica-no-crescimento-economico/?cn-reloaded=1>. Acesso em: 9 nov. 2022.

Nota Técnica

12. O DÉCIMO TERCEIRO OBJETIVO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, O Ceticismo E OS SEUS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS

Rogério Lopes⁴²
Fabricio Adrian Maimura⁴³
Gustavo Kullian Binoto⁴⁴
Victor Vasconcelos de Sousa⁴⁵

Resumo Executivo

O aquecimento global é definido como o aumento da temperatura média mundial, podendo afetar os oceanos e atmosfera. Suas causas principais são o desenvolvimento industrial da sociedade e suas conseqüentes queimas de combustíveis fósseis para o progresso tecnológico, resultando em drásticas elevações no índice de gás carbônico (CO₂), no metano (CH₄) e no vapor d'água, formando uma cortina de gás na superfície da Terra que vai em direção ao espaço, fazendo com que a energia solar absorvida pela Terra seja impedida na sua emissão de retorno. A alta progressão tecnológica e industrial, o aumento contínuo da urbanização e os desmatamentos e queimadas são resultados diretos na agressão ao meio ambiente, sendo responsáveis pelo o crescimento da emissão e intensificação dos Gases de Efeito Estufa (GEE). Em relação aos gases co-participantes do Efeito Estufa, o gás carbônico constitui 60% na contribuição, e o gás metano corresponde a 20% desse fenômeno. Há outros gases, destacando o óxido nitroso e os halogênios, totalizando 20% do Efeito Estufa. O aquecimento global é assunto de importante relevância no mundo todo, sendo uma própria justificativa em restringir a economia de países no globo e uma intervenção na liberdade individual de cada pessoa constituinte da sociedade industrial. A ONU, juntamente com entidades nacionais e organizações discutem medidas para a redução dos gases emitidos em conferências desde que o problema foi identificado. Entretanto, existe o lado cético da questão ambiental, resultando em confrontação de dados e estatísticas entre as partes.

Palavras-chave: *Aquecimento Global; Ceticismo; Economia.*

A Revolução Industrial e suas conseqüências foram um desastre para a raça humana. Aumentou enormemente a expectativa de vida daqueles que vivem em países «avançados», mas desestabilizou a sociedade, tornou a vida um inferno, submeteu seres humanos a indignidades, provocou sofrimento psicológico (no terceiro mundo sofrimento físico) e infligiu um dano severo ao mundo natural. O contínuo desenvolvimento da tecnologia piorará a situação. Certamente submeterá os seres humanos a grandes indignidades e infligirá maior dano ao mundo natural, provavelmente conduzirá a um grande colapso social e sofrimento psicológico, e pode incrementar o sofrimento físico inclusive em países «avançados». (A Sociedade Industrial e seu futuro – Manifesto de “Unabomber”).

⁴² **Rogério Lopes.** Graduado em Ciências Econômicas. Pós-Graduado em Administração Financeira e Mestre em Administração com ênfase em Gestão de Negócios. Professor da Escola de Negócios na forma presencial e em EAD.

⁴³ **Fabricio Adrian Maimura.** Aluno do 2º sem. do curso de Administração da USCS.

⁴⁴ **Gustavo Kullian Binoto.** Aluno do 2º sem. do curso de Administração da USCS.

⁴⁵ **Victor Vasconcelos de Sousa.** Aluno do 2º sem. do curso de Administração da USCS

Introdução

O aquecimento global é um assunto importante na humanidade por décadas. Por conta do uso massivo de combustíveis fósseis, como carvão, gás de usina de energia, petróleo e veículos, destinados para o andamento da sociedade industrial, é transmitido em dados catastróficos para o meio ambiente e a saúde física e mental das pessoas.

O IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), órgão vinculado às Nações Unidas, onde reúnem cientistas com o objetivo de avaliar os fatos científicos, técnicos e socioeconômicos. Obtendo essas informações, realizam pesquisas sobre a mudança do clima, o que é afetado no mundo e quais são as possíveis soluções para serem adotadas.

Conforme os estudos dos cientistas do IPCC, desde 1850 há um avanço mínimo de 1,1°C na média da temperatura global. Se aumentar mais 0,4°C nesse índice, produzir-se-ão secas severas, ondas de calor, chuvas torrenciais, enchentes, tornados, incêndios florestais e reforçar a tendência de aumento do nível do mar.

Contudo, o pesquisador da INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2020) e PhD em Meteorologia (Wisconsin University), Luiz Carlos Baldicero Molion, ressalta que no sumário para Formuladores de Políticas (p. 20 SPM, 2013) afirmado pelo o IPCC, são utilizados de forma única os Modelos de Clima Global (MCG) para chegar-se nesse resultado. No qual o cientista afirma que são métodos com certas limitações, dentre elas o fato de não replicarem o clima passado e a pobre representação (parametrização) de processos atmosféricos, como o ciclo hidrológico, fundamental para manter a superfície do planeta refrigerada.

Mesmo tendo essas discordâncias e as análises do IPCC sejam coerentes, o aumento da temperatura média global pode alcançar a 2°C, estimando uma perda de 10% do PIB até 2050. Se for de 2,6°C, a redução será de 14% no PIB, se continuar para 3,2°C, já serão retrocedidos 18%. O economista sênior do World Resource Institute (WRI), Rafael Barbieri (2021), afirma que 30% da produção alimentícia tem como fator o clima e, conseqüentemente, por mais que tenham investimentos realizados na tecnologia, há uma parcela que é dependente dos fatores climáticos.

Materiais e métodos

O estudo de caso tem como prioridade a análise e a preparação escolar individual referente a conscientização ambiental de forma sustentável no meio socioeconômico. Além disso foram realizadas pesquisas quantitativas online para compreender o nível de conhecimento das pessoas em relação ao aquecimento global, se já estudaram os relatórios do tópico e as estimativas para o futuro. A pesquisa foi realizada na plataforma online "binds.co" e respondida por 14 pessoas, onde foram aplicados quatro perguntas: três de conhecimento em geral e uma sobre a opinião do respondente. Tendo em conta o fato mencionado, cada resposta foi analisada de forma individual e com o intuito de captar as informações necessárias.

Objetivos

O principal foco desta nota técnica é executar pesquisas acerca do assunto do aquecimento global, que corresponde ao 13ª ODS - Objetivo de Desenvolvimento

Sustentável, com o nome de Combate às Alterações Climáticas, apresentando os problemas causados pelo efeito estufa, que inicialmente é benéfico, porém em quantidade demasiada torna-se prejudicial, sendo possível o estudo desta nota técnica. Diante disso, o trabalho investigará através de pesquisas e questionários os métodos e possíveis resoluções desta causa para evidenciar a quem possa interessar, sempre fundamentando todas as informações contidas.

Desenvolvimento

O aquecimento global é consequência direta do efeito estufa, sendo este um fenômeno natural responsável pela absorção de radiação infravermelha do Sol, impedindo que retorne para o espaço. Alcançado uma boa média nos gases do efeito estufa, torna-se um benefício ao planeta, visto que com maior temperatura evita as ondas extremas de frio. Os Gases de Efeito Estufa se acumulam como uma camada de proteção na atmosfera que recebe os raios solares e dispersa-os para o globo, mantendo em torno de 15°C, que é a temperatura ideal para a vida na Terra. Entretanto, como afirmado entre os cientistas do IPCC, o aquecimento global é o acúmulo excessivo desses raios, fazendo com que a temperatura do planeta seja elevada. Os gases responsáveis para esse acontecimento são liberados de diversas formas, dentre as principais: CO₂, tendo a principal fonte de emissão o uso de combustíveis fósseis; CH₄, emitido por produção e consumo de energia (incluindo biomassa); N₂O, que é gerado pelo uso de fertilizantes.

Nos relatórios do IPCC (2021) é afirmado que as atividades humanas foram responsáveis pelo aumento da temperatura média global entre 0,8°C e 1,2°C, com base nos dados sobre o período pré-industrial. Através das pesquisas realizadas pelo Painel do Clima (2021), é estimado que o avanço prosseguirá para 1,5°C até 2040. É levantado essa média por consequência do “motor de aquecimento”, que está na queima de combustíveis fósseis, como petróleo, gás e carvão mineral e por veículos a combustão e usinas termoelétricas, juntamente os demais gases resultantes das atividades agropecuárias. Conclui-se, segundo o órgão, que o homem tem ação direta no aumento do aquecimento global.

Todavia, há uma parcela de especialistas que contrapõem os relatórios levantados pelo IPCC, rebatendo com o fato que houveram períodos com maiores temperaturas na média global sem a influência humana, a exemplo do “Período Quente Medieval”, onde ocorreu um aquecimento incomum na Europa por fatores naturais. Tendo analisado uma amostra de isótopo de carbono 14 como indicador da atividade solar antes de 1600, foi demonstrado uma evidência de elevação do nível solar durante o período.

O cientista Ricardo Felício, mestre em meteorologia e professor-doutor de climatologia, afirma que é um “reducionismo absurdo” em atribuir o aquecimento global ao homem, principalmente o CO₂ gerado nas atividades humanas.

São elementos de escala muito grande. Primeiro, a própria energia solar, que não é constante, já que ele é uma estrela. Ela é fundamental para o clima do planeta. Na mesma proporção vem a mecânica celeste: a distância entre a Terra e o Sol – outro fator variável, mas de período longo. Esses são alguns dos elementos extraterrestres. Depois, num segundo escalão, estão os fatores internos: a quantidade de superfícies dos oceanos, a atividade vulcânica e a presença de nuvens, as quais regulam a entrada e a saída de energia do globo terrestre e trabalham com a água na atmosfera. É um emaranhado muito grande de variáveis que se complementam e se alternam. Agora, gases como CO₂ não têm participação nenhuma na variação do clima. Colocá-lo como o principal agente das mudanças é um reducionismo, é jogar a ciência climática no lixo. Veja o exemplo dos vulcões, eles emitem muito mais gás carbônico que a atividade humana. Entretanto, o que importa em suas erupções são as cinzas. Elas são lançadas na estratosfera — a terceira

camada de baixo para cima da atmosfera — e interceptam os raios solares, fazendo com que a temperatura caia. A erupção do Krakatoa em 1883, por exemplo, deixou o mundo dois anos sem verão. (FELÍCIO, Ricardo, 2021).

Em relação ao relatório do IPCC, FELÍCIO (2021) afirma que: “O Próprio Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas mostra que os principais responsáveis pelos fluxos de CO₂ na atmosfera são os oceanos. Os seres humanos têm uma contribuição tão pequena que estão na margem de erro dessa estimativa. Inclusive, a estação oficial do IPCC fica em Mauna Loa, no Havaí. Ela foi colocada no meio do Oceano Pacífico exatamente para medir a emissão de carbono que não é de origem humana. Veja a incoerência, eles usam essa estação para fazer justamente o oposto: mensurar a emissão feita pelo homem.”

O CO₂, sendo um gás importante para a movimentação da economia, tem a afirmação que atingiu o maior nível de presença na atmosfera em 4 milhões de anos com uma média mensal de 419 ppm (partes por milhão). Em 2019, o mundo conseguiu reduzir a curva de emissão do CO₂ na atmosfera, por conta do fechamento de usinas de energia a carvão e o rápido crescimento de energia sustentável. Entretanto, o conjunto das medições de CO₂ pelo método Pettenkofer revelam que durante a maior parte do século XIX e de 1935 a 1950, o dióxido de carbono atmosférico acumulou maiores concentrações que nos dias atuais e variou de forma considerável, com picos em 1825, 1857 e em 1942 que registraram concentrações de 400 ppm. Segundo o órgão da ONU (2021), os níveis de CO₂ se mantiveram consistentemente em torno das 280 ppm por quase seis mil anos, o que contradiz com os experimentos realizados pelo o método que aponta os picos demonstrados.

O lado negativo do debate ao aquecimento global é, acima de tudo, a politização da ciência. Ambos os lados – tanto os céticos, tanto os seguidores da teoria – e os seus meios de comunicação determinam termos pejorativos e julgam a outra parte como “conspiracionista” ou “controlador de massa”. Isso prejudica na construção do bom diálogo entre as versões e a conciliação de um senso comum na questão ambiental.

Como sabemos de que trata a ciência? (...) Há essencialmente duas maneiras academicamente respeitáveis de responder à pergunta. Uma é sociológica: a comunidade científica pode ser tratada como qualquer outra comunidade e submetida à análise sociológica. Note-se que isso "pode" ser feito, mas que ainda não o foi. A outra consiste em apregoar que a maior parte da atividade científica pode ser dirigida à refutação ou à "solução de problemas", mas não sabemos se esse é ou não o caso. (Williams, 1977, p. 49).

Conforme demonstrado acima, é bastante consensual no meio acadêmico que o cientista é aquele que resolve os problemas e refuta os mitos da sociedade. Ora, é necessário ter o cuidado de não chegar em um extremismo nas duas pontas, sendo o “endeusamento” do cientista ou a total rejeição no que é declarado entre eles.

Acordo de Paris

Baseado nas análises realizadas pelo o Painel do Clima, está em andamento uma tentativa para reduzir a poluição em massa do mundo que é o Acordo de Paris. Iniciado em 2015, se reuniram 195 países para a discussão sobre a diminuição de gases poluentes emitidos por atividades humanas.

Reconhecendo que as mudanças climáticas representam uma ameaça urgente e potencialmente irreversível para as sociedades humanas e para o planeta e, portanto, requer a mais ampla cooperação possível de todos os países e sua participação numa resposta internacional eficaz e apropriada, com vista a acelerar a redução das emissões globais de gases de efeito

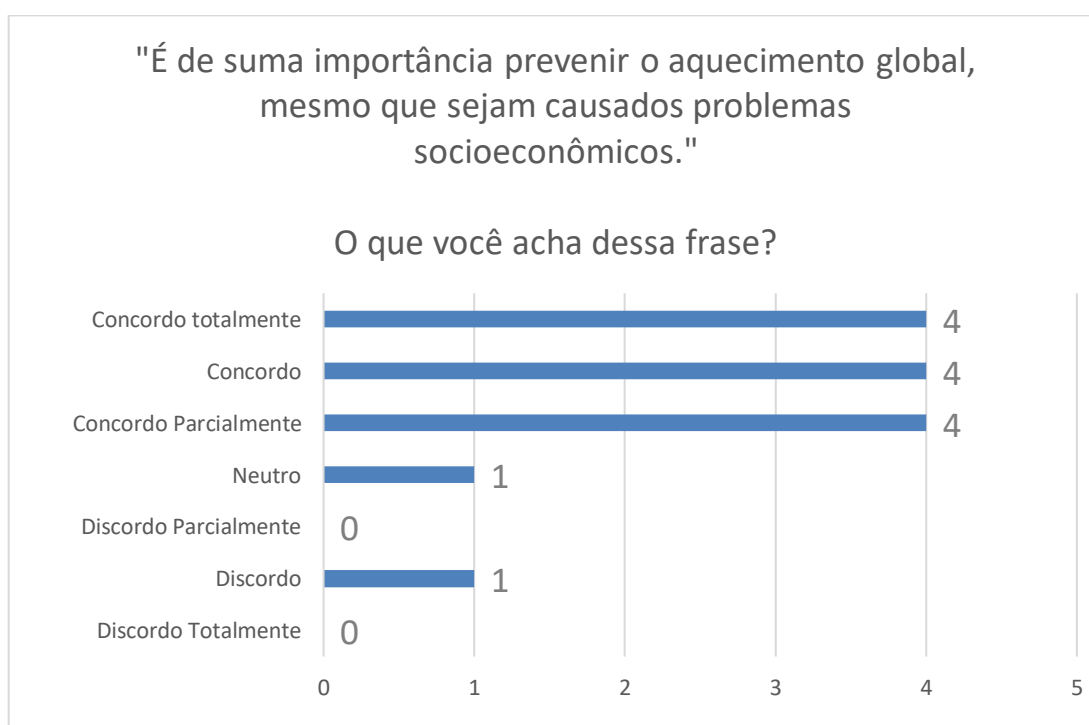
estufa, reconhecendo ainda que serão necessárias reduções profundas nas emissões globais, a fim de alcançar o objetivo final da Convenção, e enfatizando a necessidade de urgência no combate às mudanças climáticas. (Organização das Nações Unidas, 2015).

Conforme o documento final do Acordo de Paris sobre o Clima, é destacado que o objetivo principal dessa Convenção é o urgente combate ao aquecimento global independente que as reduções sejam profundas na sociedade e os seus costumes e processos produtivos. Como também é levantado no final da introdução que: “Tomando conhecimento da necessidade de promover o acesso universal à energia sustentável em países em desenvolvimento, particularmente na África, por meio da implantação reforçada das energias renováveis. Concordando em defender e promover a cooperação regional e internacional de modo a mobilizar a ação climática mais forte e mais ambiciosa de todos os interessados, sejam estes Partes ou não, incluindo a sociedade civil, o setor privado, as instituições financeiras, cidades e outras autoridades subnacionais, comunidades locais e povos indígenas”. (ONU, 2015).

O Acordo revela de forma bem clara que é necessário ter a cooperação das instituições e agentes participantes da sociedade global e investir nos meios de energia sustentável, dando enfoque nos países em desenvolvimento e na África, cujo a implantação deve ser reforçada. Ora, conseqüentemente é um incentivo para as empresas e instituições presentes nesses países no investimento urgente na energia sustentável e os seus mecanismos de adaptação, resultando em uma nova regra de mercado no modelo proposto.

É possível introduzir essa mudança na sociedade brasileira. Como revelam as pesquisas realizadas pela a EXAME/IDEIA, 78% da população nacional está disposto em gastar mais para a utilização de fonte sustentáveis de energia. Além disso, na pesquisa realizada nesse estudo de caso, é demonstrado na questão 4 – onde é aplicada a pergunta de opinião – se é preciso interferir na economia para a diminuição dos gases emitidos.

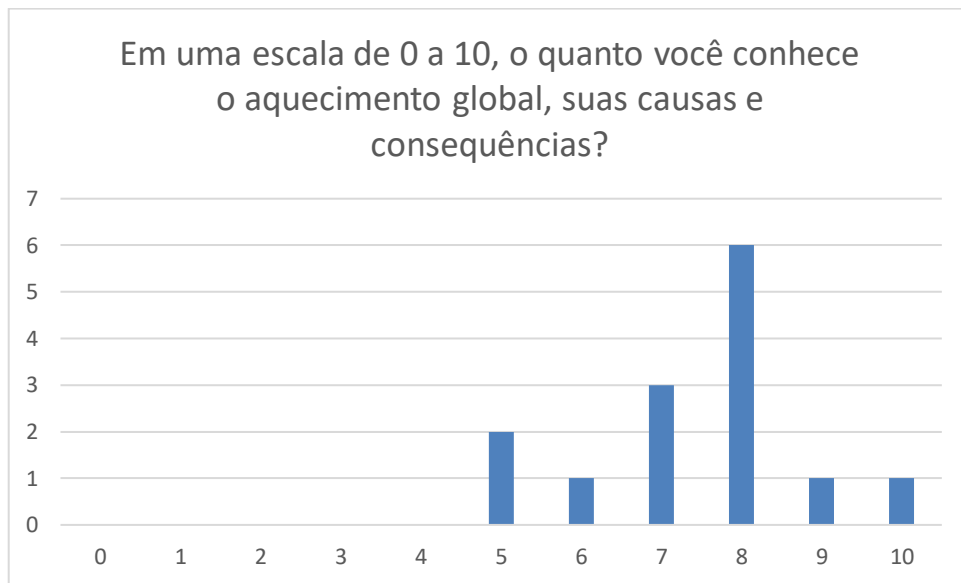
Questão 4 – “É de suma importância prevenir o aquecimento global, mesmo que sejam causados problemas socioeconômicos.” O que você acha dessa frase?



Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

É visto que na pergunta existe a inclinação dos respondentes da amostra em mostrar-se positivos na rigidez em ações de prevenção às mudanças climáticas, mesmo que resultem em problemas socioeconômicos. Analisando o perfil do respondente da pesquisa, observa-se nas seguintes questões.

Questão 1 - Em uma escala de 0 a 10, o quanto você conhece o aquecimento global, suas causas e consequências?



Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

O respondente tendo que avaliar-se em uma escala de 0 a 10 o seu conhecimento técnico sobre as mudanças climáticas, uma parcela acima de 50% da amostra demonstra uma avaliação de 8 a 10 nesse assunto.

Questão 2 - Você já participou ou leu de artigos e trabalhos relacionados ao aquecimento global?



Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Questão 3 - Em uma escala de 0 a 10, o quanto você conhece o aquecimento global, suas causas e consequências?



Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Consequência do próprio fato, grande parte dos respondentes reconhecem a pauta global em seus trabalhos e estudos. Nas questões 2 e 3 é demonstrado que 93% em ambas as perguntas já utilizaram conteúdos relacionados ao aquecimento global, seja de opinião favorável ou cética do fenômeno.

Apesar da amostra ter um tamanho relativamente baixo, pode concluir-se que entre as 14 pessoas avaliadas no processo tem a predominância em concordar que é preciso atingir as metas estabelecidas pelo o Acordo, mesmo que gere prejuízos nos agentes socioeconômicos do país.

Considerações finais

Diante da exposição desse estudo de caso, conclui-se que a grande parte da população e dos agentes políticos do globo possuem a inclinação em aceitar os relatórios e decisões ao aquecimento global fundamentados no IPCC e a sua conclusão de pesquisas.

É reconhecido que as empresas terão a obrigação de participarem desses tratados e ações para terem uma boa imagem de sustentabilidade no mercado e um meio de atingir bons resultados na sociedade, mesmo que sejam demonstradas informações contrárias às mudanças climáticas que comprovam pontos discutíveis nos relatórios gerados pelo o Painel do Clima. Ademais no âmbito nacional brasileiro, sendo um país rico em energia renovável e tendo no território uma das maiores florestas tropicais do globo, é estabelecido um enfoque mundial nos interesses brasileiros e de suas instituições. É fundamental para o agente empresarial observar bem as regras aplicadas para a sustentabilidade e cooperação com o acordo adotado pelo o Estado Brasileiro.

Relacionando os resultados demonstrados nesse trabalho, é palpável o aprofundamento nos argumentos céticos e o motivo desse movimento. As tomadas de decisões para o futuro recorrente desses acordo podem resultar em oportunidades para geração de lucro na adaptação e aderência da mudança energética e produtora do mundo.

Referências Bibliográficas

CAMPOS, Joana. **Histórico climático: o que foi o Período Quente Medieval?** tempo.com, 2019. Disponível em: < <https://www.tempo.com/noticias/ciencia/historico-climatico-o-que-foi-o-periodo-quente-medieval.html>> Acesso em 15 de novembro de 2022.

CEBDS. Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. **O que é o Acordo de Paris?** CEBDS, 2019. Disponível em: < <https://cebds.org/o-que-e-o-acordo-de-paris/#.Y3UJvXbMLIU>> Acesso em 16 de novembro de 2022.

CETESB. Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. **Gases do Efeito Estufa.** CETESB, 2022. Disponível em: <<https://cetesb.sp.gov.br/proclima/gases-do-efeito-estufa/>> Acesso em 12 de novembro de 2022.

EXAME. Revista Exame. **78% estariam dispostos a pagar mais pela energia se fosse renovável.** Exame, 2021. Disponível em: < <https://exame.com/economia/78-estariam-dispostos-a-pagar-mais-pela-energia-se-fosse-renovavel/>> Acesso em 16 de novembro de 2022.

EXAME. Revista Exame. **O que é efeito estufa e como evitá-lo?** Exame, 2022. Disponível em: < <https://exame.com/negocios/efeito-estufa-evita-lo/>> Acesso em 15 de novembro de 2022.

GOMES, André Lopes. **Ciência e Ideologia: Uma análise crítica da teoria do aquecimento global.** CEFET-MG, 2018. Disponível em: < <https://www.dcta.cefetmg.br/wp-content/uploads/sites/21/2018/09/Andr%C3%A9-Lopes-Gomes.pdf>> Acesso em 15 de novembro de 2022.

KACZYNSKI, Theodore. **A Sociedade Industrial e Seu Futuro.** Disponível em: <<https://www.anarquista.net/wp-content/uploads/2013/10/A-Sociedade-Industrial-e-seu-futuro-Manifesto-de-Unabomber.pdf>> Acesso em 12 de novembro de 2022.

MOLION, Luiz Carlos Baldicero. **A farsa do aquecimento global antropogênico.** Revista Florestal, 2020. Disponível em: < > Acesso em 12 de novembro de 2022.

OLIVA, Alberto. **A Cientificização da sociedade – A politização da ciência.** CPAQV, 2000. Disponível em: < https://www.cpaqv.org/metodologia/cientificacao_da_sociedade.pdf> Acesso em 17 de novembro de 2022.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Acordo de Paris sobre o Clima.** ONU, 2015. Disponível em: < <https://brasil.un.org/pt-br/node/88191>> Acesso em 16 de novembro de 2022.

PANCINI, Laura. **CO2 na atmosfera atinge nível mais alto em 4 milhões de anos.** Exame, 2021. Disponível em: < <https://exame.com/ciencia/co2-atinge-nivel-mais-alto-em-4-milhoes-de-anos/>> Acesso em 15 de novembro de 2022.

PARENTE, Carolina. **Como as mudanças climáticas afetam a economia?** O Povo, 2021. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2021/08/27/como-as-mudancas-climaticas-afetam-a-economia.html>> Acesso em 15 de novembro de 2022.

PIVA, Artur. **'Falar que o clima é controlado pela atividade humana é patético'.** Revista Oeste, 2021. Disponível em: < <https://revistaoeste.com/revista/edicao-73/falar-que-o-clima-e-controlado-pela-atividade-humana-e-patetico/>> Acesso em 15 de novembro de 2022.

SANT'ANNA, Emilio. **Painel do Clima alerta para o avanço do aquecimento, com alta de 1,5°C até 2040.** O Estado de São Paulo, 2021. Disponível em: < <https://digital.estadao.com.br/article/281492164376426>> Acesso em 10 de novembro de 2022.

THOMAS, Jennifer Ann. **O que é efeito estufa?** Um só Planeta, 2021. Disponível em: <

<https://umsoplaneta.globo.com/clima/noticia/2021/04/04/o-que-e-efeito-estufa.ghtml>> Acesso em 15 de novembro de 2022.

UDOP. União Nacional da Bioenergia. **Concentração de carbono na atmosfera está 50% maior do que a pré-industrial.** UDOP, 2021. Disponível em: <<https://www.udop.com.br/noticia/2022/06/07/concentracao-de-carbono-na-atmosfera-esta-50-maior-do-que-a-pre-industrial.html#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20estimativa,m%C3%AAs%20de%20maio%20de%202021.>>> Acesso em 15 de novembro de 2022.

WAYCARBON, **Quais as reais consequências do aquecimento global?** wayCarbon, 2017. Disponível em: <<https://blog.waycarbon.com/2017/07/quais-as-suas-reais-consequencias-do-aquecimento-global/>> Acesso em 12 de novembro de 2022.

IV- URBANISMO

Nota técnica

13. ENSAIOS PROJETUAIS NA MOBILIDADE URBANA EM DIADEMA ⁴⁶

Luís Felipe Xavier ⁴⁷
Luana Bortoletto*
Giovana Guillarducci Silva*
Giovani Custódio Correa*
Nicholas Luiz Brito Russo*
Vitor Diniz Pinheiro Carvalho*
Heloiza de Lourdes Silva Campos Pereira*
Hillary Mata Pires Cappellano*
Leonardo Retondinid Mincev*
Matheus Alvarenga Grotti*
Vanessa Alexandra Rodrigues Silva*
Cleisla Maria Gonçalves Magalhães*
Fabiola Alvina Leite de Jesus*
Larissa Carvalho do Nascimento*
Victor Massao Verardi Hiraita*
Vinicius Florido De Biaggio*
Gabriella de Campos Garibotti*
Mariana Sofia Loreda*
Isabela Simonati Portazio*
Ana Luiza Rosa Pizarro*
Gabriel Zocchi de Almeida*
Mauro Henrique Alves*

Resumo Executivo

A nota busca aprofundar o conhecimento territorial da Região do Grande ABC, composta por sete municípios a saber: Santo André, São Bernardo do Campo, Mauá, Diadema, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e São Caetano com o intuito de viabilizar um plano cicloviário regional. Através de uma ação coletiva executada na disciplina de Mobilidade Urbana da Universidade São Caetano do Sul, no Curso de Arquitetura e Urbanismo, observamos as rotas principais de deslocamento nos diferentes modais de mobilidade existentes ressaltando, principalmente, a inexistência de rede cicloviária (SIC) e a rede de transporte público, sua relação com o centro e com o emprego, a distribuição e caracterização dos espaços intra-urbanos bem como o deslocamento de pessoas – na mobilidade pendular e no consumo de bens e serviços de uso comum

Palavras-chave: Mobilidade Urbana. Rota cicloviária. Transporte Coletivo. Serviços Públicos. Qualidade de Vida.

⁴⁶ Esta pesquisa foi resultado de um trabalho realizado pelos educandos quarto semestre do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Caetano do Sul, na disciplina de Mobilidade Urbana. Os aportes constantes nele são fruto da análise, diagnóstico e proposição coletiva, construído de forma dialogada ao longo do semestre.

⁴⁷ Luis Felipe Xavier é Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Paulista (1996). Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela USP (2009). Professor dos Cursos de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da USCS; da Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Pós-Graduação em Arquitetura, Cidade e Sustentabilidade do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo; professor do Curso de Pós-Graduação em Design de Assentamentos Sustentáveis e Ecovilas na Universidade de Taubaté (UNITAU). É Sócio-Diretor da LFX-OBRA.

* Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da USCS.

Através de uma ação coletiva executada na disciplina de Mobilidade Urbana da Universidade São Caetano do Sul, no Curso de Arquitetura e Urbanismo, observamos as rotas principais de deslocamento nos diferentes modais de mobilidade existentes ressaltando, principalmente, a inexistência de rede cicloviária (SIC) e a rede de transporte público, sua relação com o centro e com o emprego, a distribuição e caracterização do espaço intra-urbano⁴⁸ bem como o deslocamento de pessoas – na mobilidade pendular e no consumo de bens e serviços de uso comum.

O trabalho se inicia com: mapeamento das redes de transportes públicos do município de Diadema, indicando os corredores de circulação de transporte de massa bem como estações e terminais intermodais; mapeamento do plano cicloviário existente no Plano Diretor do município de Diadema; mapeamento, identificação e localização dos espaços públicos (Parques, Praças, Áreas de Esportes, Lazer, Cultura, Educação e Saúde); mapeamento dos assentamentos precários do município e conjuntos habitacionais de Interesse Social.

Nesta primeira parte do trabalho, através do cruzamento dos dados acima, foi possível verificar: **a forma como as políticas públicas e serviços públicos se distribuem no espaço territorial** do município de Diadema; **deficiência no acesso** ao centro e ao emprego bem como a possibilidade de se conectar com outros municípios adjacentes, característico pelo **tempo de deslocamento perdido** (produção de deseconomia) para se fazer as tarefas do dia a dia. A existência de um serviço público e de uma rede de mobilidade define o padrão de qualidade de vida que um determinado público de uma região possa ter. A inexistência de um dos dois define a sobreposição de carências que agrava as condições de reprodução social nos territórios mais afastados do Centro, sobretudo na região Sul do município, onde o grau de vulnerabilidade e risco socioambiental é maior, de acordo com o mapeamento realizado.

Observamos a insuficiência de uma rota cicloviária em toda a malha viária do município, o que agrava ainda mais a mobilidade sustentável pelo território – sobretudo a que poderia ser definida por uma rota cicloviária. Fica escancarado, pois, uma clara definição do território que foi historicamente segregado (deficiente em serviços públicos e políticas públicas), “mais desfavorável” à ocupação se, sobretudo, a questão da mobilidade e dos serviços públicos não for equiparado aos bairros mais próximos do centro da cidade, na medida em que o tempo de deslocamento a estes lugares é maior, o que compromete o tempo de vida útil das pessoas e impacta na renda, como pode ser observado na Figura 01.

⁴⁸ Flávio Villaça caracteriza o espaço intra-urbano como aquele que tem o deslocamento de pessoas ao Centro e ao emprego. (VILLAÇA, 2001)

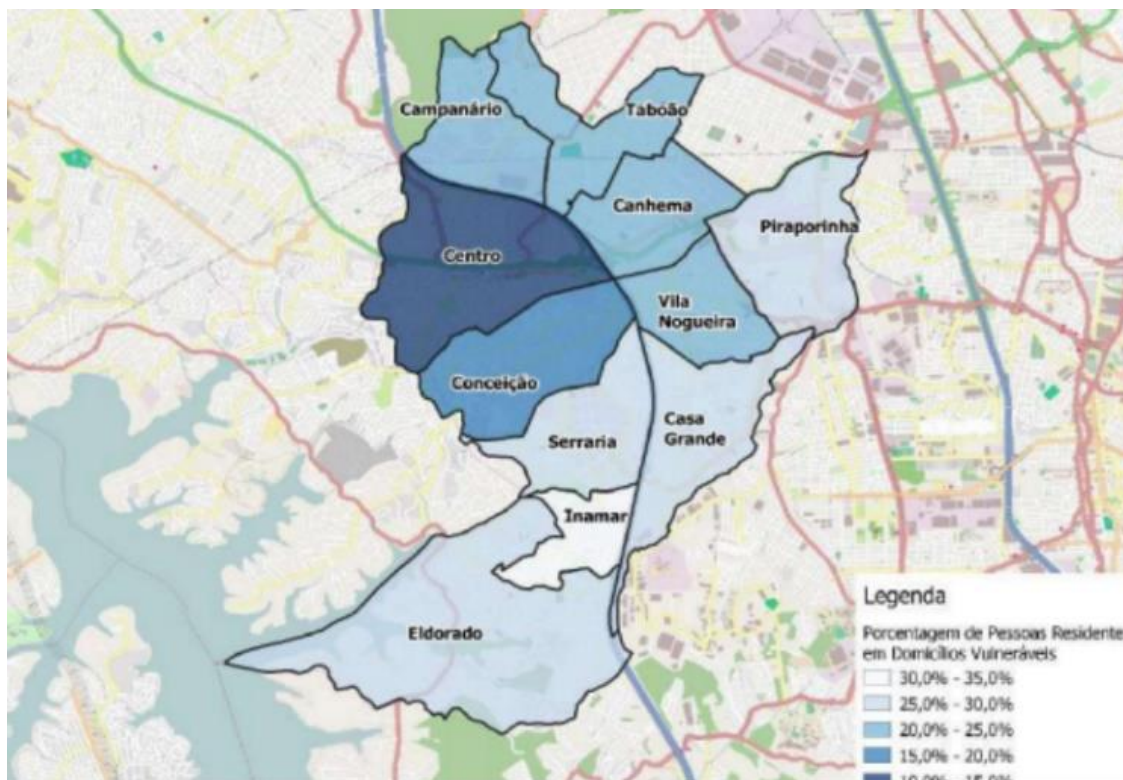


Figura 01: Percentual de pessoas residentes em domicílios vulneráveis – Diadema
 Fonte: Censo 2010/ IBGE, adaptado por Heloiza Pereira, Hillary Cappellano, Leonardo Mincev, Matheus Grotti e Vanessa Silva (outubro/2022)

Segundo um dos grupos de educandos, o mapa acima “apresenta a proporção de pessoas consideradas vulneráveis, ou seja, que viviam em domicílios cuja renda domiciliar per capita era de até R\$ 258,00 em 2010 (equivalente a cerca de R\$ 408,00 em valores atualizados até 2018, pelo índice nacional de preços ao consumidor. Por conveniência expositiva as classes “extremamente pobres”, “pobres” e “vulneráveis” estão agrupadas e sendo chamadas de “vulneráveis”. Eldorado e Inamar possuíam mais de 25% de sua população nestas condições. O primeiro baque foi percebido pelas equipes pelo choque de realidade, difícil de ser “digerido” pelos educandos, através do mapeamento, leitura e sobreposição das camadas e dos dados do município de Diadema, que revelaram a insuficiência de conexões.

Na segunda etapa foram feitos pelas equipes de educandos, os **estudos de caso** (dois estudos por grupo), com boas práticas em mobilidade urbana em um panorama nacional e internacional que contemplou uma ou mais formas de modais adotados como ciclovias, ciclofaixa e passeio compartilhado. Através da pesquisa e interpretação dos dados cada equipe teve que identificar as qualidades e problemas das soluções arquitetônicas, da implantação e das soluções estruturais utilizadas no projeto. Foram discriminados os materiais e tecnologias utilizadas para ver a condição de replicabilidade destas intervenções em Diadema e no Grande ABC. As equipes verificaram também de que modo as rotas cicloviárias e seus componentes contribuem (ou não) para funcionar adequadamente com os diversos usos em que a ciclovia (ciclofaixa e/ou passeio compartilhado) foi implantada. É exatamente aqui que os indicadores socioambientais saltam aos olhos, quando aparecem a sobrevalorização imobiliária que “puxam os recursos” públicos para determinadas regiões e condenam outros territórios ao congelamento e esquecimento. As equipes também tiveram que procurar estabelecer uma relação entre arquitetura e espaço urbano, observando de que forma que o sistema viário está conectado “em malha”, facilitando as conexões entre os modais. As equipes fizeram uma análise ambiental das proposições escolhidas, verificando de que forma os recursos ambientais, humanos e materiais foram apropriados nos projetos.

Nesta segunda etapa das atividades vale a pena destacar dois excelentes exemplos, entre tantos discutidos: Amsterdã, na Holanda (panorama internacional) e Rio Branco/ Acre - Brasil (panorama nacional). Amsterdã é “considerada a capital mundial do ciclismo. Cerca de 32% do tráfego de Amsterdã é feito de bicicleta, em comparação com apenas 22% de todas as viagens realizadas de carro. Com 63% dos habitantes utilizando esse veículo, diariamente, a cidade possui mais bicicletas que cidadãos, com um número quatro vezes maior desse modal do que veículos individuais. São mais de 500 quilômetros de ciclovia espalhados por 218 km² de espaço urbano, com corredores compartilhados, guardas de trânsito e sinalização especial para ciclistas”⁴⁹.



Foto 01: espaços públicos em Amsterdam

Fonte: <https://conexaoplaneta.com.br/blog/amsterdam-a-cidade-das-bicicletas/> (Acesso em 05/12/2022)

A realidade da cidade hoje é reflexo de uma mobilização nos moradores da cidade no início da década de 1970 na luta por direitos e por outro padrão de mobilidade menos dependente de fontes de recursos não renováveis (como petróleo). Amsterdã conta hoje com cerca de **835.000 pessoas, 881.000 bicicletas, 760 Km de ciclovias e 10.000 bicicletas (estacionamento nas estações)**.

Já Rio Branco é um exemplo de como a rota cicloviária deveria ser encarada por todo o gestor público daqui: são **“160 quilômetros de vias de ciclovia para um universo de 419.452 habitantes na cidade** (estimativa do IBGE, 2021), com 100 quilômetros de ciclovias conectados aos sistemas de ônibus e ao Parque da Maternidade, um parque linear no centro

⁴⁹ Dados trazidos do Estudo de caso pela equipe formada pelos educandos Luana Bortoletto, Giovana Guillarducci, Giovani Custódia, Nicholas Russo e Vitor Diniz.

da cidade”⁵⁰ – **um verdadeiro “tapa na cara” dos gestores públicos que resistem em apostar neste modal ciclovitário.** A cidade possui 8.835,154km² de área territorial e 38,03hab/km² de densidade demográfica e com 95,1% de escolarização, entre 6 e 14 anos, (IBGE, 2010).

Vale ressaltar aqui o plano e planejamento na aposta do desenho de cidades que tivemos em cidades brasileiras em um passado recente: Maringá, de Jorge de Macedo Vieira (1940); a Cidade dos Motores, de José Luis Sert (1947); Goiânia, de Atílio Correia Lima (1947); o exemplar conjunto de Pedregulho, de Afonso Eduardo Reidy (1952); as Sagmacs, de Louis-Joseph Le Bret (1956); o Plano Piloto de Brasília, de Lúcio Costa (1957); a agrovila do Brasil Novo e Rurópolis, de José Geraldo de Cunha Camargo (1973) – todos modelos inspirados nas unidades de vizinhança de Clarence Arthur Perry, na cidade de *Radburn* (1930), que tinham a recuperação do convívio social como premissa para estruturar as pequenas estruturas celulares autossuficientes que eram os bairros. O modal ciclovitário pensado no deslocamento de pessoas na mobilidade pendular, em nosso passado recente é evidenciado nas agrovilas onde as relações e a densidade territorial se dão através da localização da escola rural

Na terceira parte do trabalho realizado pelas equipes foi verificada a **integração do diagnóstico e do plano ciclovitário** para elaboração de um plano ciclovitário do município de Diadema, através de uma proposta de rota ciclovitária que perpassasse toda área territorial do município de Diadema, cobrindo as lacunas existentes do transporte público, integrando-a: à rede de transporte público; aos terminais intermodais; aos espaços públicos (praça, parques, equipamentos de Educação, Cultura, Lazer e Saúde) existentes; aos assentamentos precários; aos municípios adjacentes. Esta análise ressaltou que em algumas áreas a segregação territorial é tão marcante que moradores de um determinado distrito de Diadema acabam realizando as suas atividades ou questões de dia a dia fora do espaço do município. A Rodovia dos Imigrantes, por exemplo, que traz a possibilidade de comunicação da Região Metropolitana de São Paulo e do Interior do Estado ao Porto de Santos e ao Rodoanel Mario Covas, **favorece o desenvolvimento e o deslocamento de pessoas, matérias-primas e produção e dialeticamente causa o subdesenvolvimento** na cidade ao segregar grandes espaços territoriais, dificultando a comunicação e acesso a serviços e políticas públicas, que pode ser percebido como a rede de transportes está implantada, como o zoneamento está grafado no Plano Diretor e a reduzida proporção de equipamentos e serviços públicos por habitante nestes territórios segregados historicamente.

⁵⁰ Dados trazidos do Estudo de caso pela equipe formada pelos educandos Heloiza Pereira, Hillary Cappellano, Leonardo Mincev, Matheus Grotti e Vanessa Silva



Figura 02: Diagnóstico – uso e ocupação do solo (Rua Polônia)

Fonte: Cleisla Maria Gonçalves Magalhães, Fabiola Alvina Leite de Jesus e Larissa Carvalho do Nascimento (outubro/2022)

Nesta terceira etapa do trabalho os educandos tiveram que selecionar cinco trechos com três quadras (vulnerabilidade territorial e/ou gargalos) para o desenvolvimento de uma proposta de uma rua completa com infraestrutura verde, analisando os pontos de conflito e de integração entre a rota cicloviária proposta pelas equipes e o território estudado.

Com os pontos que consideramos cruciais expostos, vamos às nossas maiores dificuldades encontradas. Primeiramente, com os quadros de violência no território. Os bairros mais ao Sul e ao Leste da Rodovia dos Imigrantes. Locais, como já mencionados, que foram de importância secundária ao município, que possuem menos acesso e menos investimentos públicos em um geral. Outro grande problema foi a própria Rodovia, que corta o território inteiro. A travessia por ela seria, e segue sendo, como um ponto de extrema importância para conseguirmos "remendar" a fratura que ela causou. Por fim as áreas industriais. Também já mencionadas, que foram para a região e se alocam próximas dos eixos de escoamento (Rodovia dos Imigrantes, Corredor ABD, Av. Piraporinha e outras). (HIARITA, 2022)⁵¹

Salientamos que o desafio proposto na disciplina foi buscar "o pior" gargalo encontrado, representado através da análise (pelas equipes) de um trecho com três quadras e quatro travessias de ruas (aproximadamente trezentos metros de extensão), nos distritos distribuídos às equipes, que se caracteriza pela dificuldade de integração modal, onde o pedestre, a rota cicloviária e o transporte público sejam os protagonistas da estruturação dos espaços públicos. A partir da análise dos dados verificamos que a dificuldade de integração modal se apresentou principalmente quando: há inadequação do sistema viário em relação à largura; há quantidade de interferências existentes nos trechos, há sobreposição de usos e/ou fluxos existentes que competem e conflitam entre si; uso indevido dos espaços públicos, sobretudo pela apropriação individual destes espaços (extensão de gradil, estacionamento, entulhos, etc. em calçada, por exemplo). A inadequação na mobilidade de pedestres, ciclistas e no transporte público afeta a comunicação e acaba também acarretando fragilidades socioambientais no território segregado espacialmente, como consequência da restrição de

⁵¹ Trecho de análise de Integração do diagnóstico e do plano cicloviário produzido por Victor Massao Verardi Hiraita

aplicação de recursos públicos que poderiam dar outra dinâmica ao território, como pode ser observado na análise de uma das equipes que escolheu a Av. Nossa Senhora dos Navegantes:

Visto estes pontos limitantes das possibilidades de malha cicloviária, tem-se a rotas que ligam uma Zeis, Zonas Especiais de Interesse Social (imagem 6), e interligações o centro econômico da região, Avenida Nossa Senhora dos Navegantes – Eldorado (imagem 7), tendo um impacto social, cultural e econômico positivo para as pessoas e também para a região, visto que dando acesso a mais um meio de mobilidade, a população conseguirá alcançar mais ferramentas públicas, além de promover uma melhora na qualidade de vida e queda da taxa de violência consequentemente atraindo mais olhares do poder público para região.⁵² (PEREIRA et. Al, outubro/ 2022)

Ao objetivarmos planos e ações a partir da dimensão social e dos territórios mais vulneráveis vislumbramos romper com o paradigma que historicamente observamos nas cidades - da forma como são estruturadas as políticas públicas que dispendem recursos privilegiando localizações próximas ao Centro e ao emprego, onde sempre se investiu e que acabam contribuindo para reprodução das desigualdades e sobreposição de carências socioambientais nas áreas mais distantes e/ou segregadas territorialmente. Pretendeu-se nesta etapa (terceira) fazer uma “costura” na cidade, amarrando as lacunas que existem nos territórios - de políticas públicas e serviços públicos – através da rota cicloviária que integre à rede de transporte público (Figura 03), aos terminais intermodais, aos espaços públicos e, principalmente aos territórios mais vulneráveis existentes nos diferentes distritos da cidade.



Figura 03: proposta de integração da ciclorrota
Fonte: diversas equipes da sala, (outubro/2022).

Na etapa quatro deste trabalho (e pesquisa) foi realizado um **aprofundamento do diagnóstico das três quadras escolhidas** (em grupo), com a identificação do uso do solo do térreo (existente) relacionado ao fluxo de pedestre existente. Foram observadas discrepâncias na forma como o espaço público foi apropriado em todos os trechos analisados pelas equipes, dependendo das atividades realizadas e dos usos específicos: residencial, comércio e serviços, misto, indústria, institucional e desocupados (principalmente por não estarem cumprindo com sua função social, de acordo com os artigos 182 e 183 da

⁵² Análise trazida pela equipe formada pelos educandos Heloiza Pereira, Hillary Cappellano, Leonardo Mincev, Matheus Grotti e Vanessa Silva

Constituição Federal de 1988. Foi observado também pelos grupos uma grande variação e interferência na apropriação dos espaços públicos em função do tipo da atividade prestada - no caso de serviços, indústria e instituição.

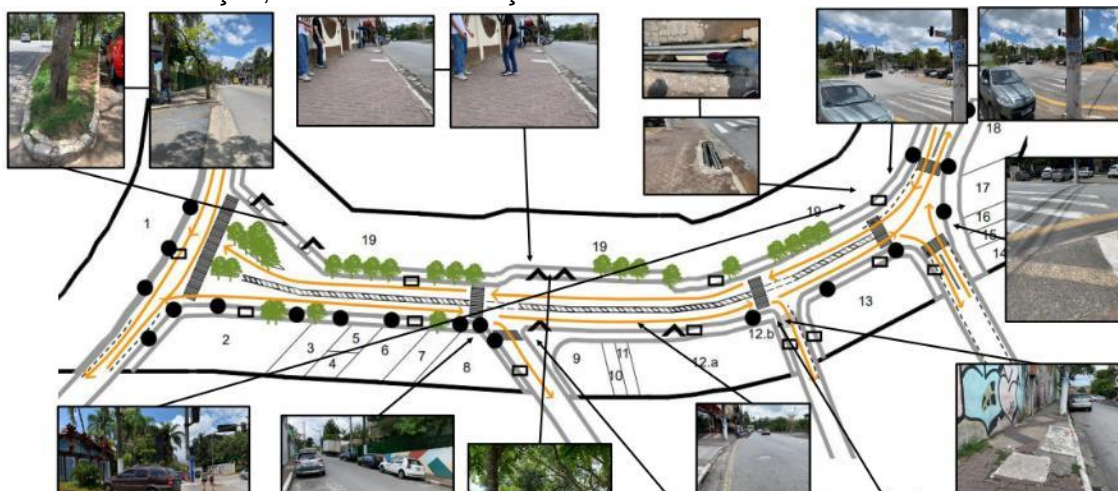


Figura 04: mapeamento das interferências da Av. Nossa Sra. dos Navegantes
 Fonte: Heloiza Pereira, Hillary Cappellano, Leonardo Mincev, Matheus Grotti e Vanessa Silva Novembro/ 2022.

Cada equipe produziu um mapeamento das interferências existentes nos trechos analisados em distritos distintos como: guias rebaixadas; degraus, bocas de lobo, rede de eletrificação e iluminação pública, mobiliário urbano, lixeiras, abrigos, árvores de médio e grande porte. Em função do cruzamento de todos os dados e camadas foi possível às equipes fazer de forma dialogada (com a turma toda) a análise dos pontos de conflito, interferências e barreiras físicas existentes no território que limitam ou impedem que os transeuntes do local tenham melhor fruição, comunicação, deslocamento e, pois, qualidade de vida, como podemos observar na análise da equipe que analisou a Rua Polônia, composta por Cleisla Maria Gonçalves Magalhães, Fabiola Alvina Leite de Jesus e Larissa Carvalho do Nascimento

Em nosso diagnóstico, além de identificarmos uma rede cicloviária precária, identificamos também um grande problema no tráfego de veículos. Isso porque estamos lidando com uma avenida estrutural, de acesso a São Bernardo do Campo, Av. Almiro Senna Ramos. Em função disso, propusemos uma rotatória para melhor distribuição do fluxo de carros e também para a diminuição de velocidade, o realocamento das faixas de pedestres para áreas longe das curvas e a criação de canteiros nas curvas de cada rua, afim de proteger o ciclista e o pedestre, minimizando assim o acontecimento de acidentes nessas regiões.⁵³ (MAGALHÃES et. al. Novembro/ 2022)

Ficou evidenciado, através da análise das interferências o quanto a mobilidade é limitada, bloqueada ou inexistente o que reduz a forma como se dá a produção e reprodução do espaço gerando conflitos e deseconomias. Para termos uma ideia do nível de complexidade que podemos encontrar nos distritos ilustramos com um dos levantamentos executados por um dos grupos na Av. Nossa Senhora dos Navegantes (Figura 04).

Ainda que o trecho de análise esteja bem localizado na cidade verificamos também a existência de inadequação na forma como os espaços públicos são utilizados e apropriados, que prejudicam a mobilidade e acessibilidade universal, como foi observado na Av. Piraporinha, Av. Casa Grande e Rua Polônia.

⁵³ Dados trazidos do Estudo de caso pela equipe formada pelos educandos Cleisla Maria Gonçalves Magalhães, Fabiola Alvina Leite de Jesus e Larissa Carvalho do Nascimento

Na etapa cinco desta atividade as equipes tiveram que elaborar uma **proposta de rua completa com infraestrutura verde** no trecho de três quadras que contemplasse uma **rota cicloviária** (ciclovía, ciclofaixa e passeio compartilhado) observando a integração das áreas de uso comum (espaços livres, áreas verdes e espaços construídos) de forma a qualificar o espaço urbano, melhorando as condições de conforto ambiental do local, a fruição pública e a apropriação do espaço urbano. Elementos de piso e de paisagismo foram pensados para que os espaços públicos acolhessem melhor os transeuntes nos locais trabalhados, estabelecendo novas dinâmicas que pudessem ser replicadas a outras regiões na cidade, como a proposição de DE BAGGIO et al. (2022)⁵⁴.

A partir da análise de uso do terreno, identificamos o grande uso comercial ao decorrer da Avenida Piraporinha, identificando um problema com as calçadas estreitas, onde em poucos pontos são capazes de ter a passagem mínima para 2 pessoas, não atingindo a demanda que área comercial necessita. Subindo suas ruas perpendiculares, notamos o grande uso residencial. Com essa análise, decidimos então mudar parte do trajeto da Av. Piraporinha, fazendo com que quem viesse em direção ao Leste, não pudesse mais trafegar no trecho em frente ao Hospital, sendo assim jogado para a Av. Casa Grande, paralela à Av. Piraporinha. (De BAGGIO, ET. AL. Dezembro/ 2022).

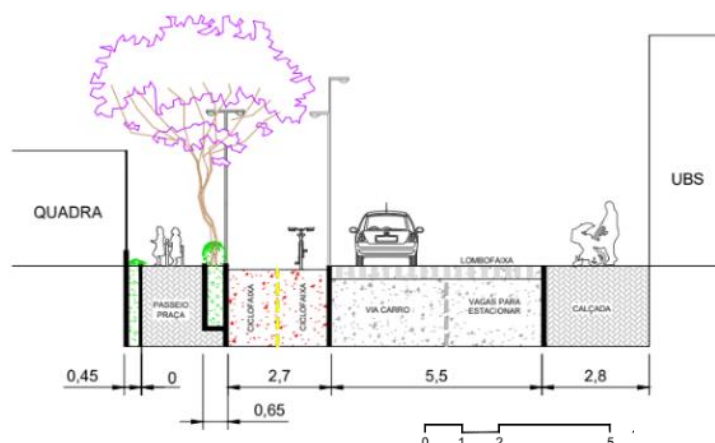


Figura 06: proposta de Rua Completa (Av. Piraporinha)

Fonte: Vinicius De Biaggio, Gabriella Garibotti, Mariana Loredo, Isabela Simonati, Ana Luiza, Gabriel Zocchi e Mauro Henrique (Dezembro/2022)

Em todos os casos verificamos quão perto estamos de usufruir de um padrão melhor de qualidade de vida a partir da forma como podemos intervir no espaço urbano, que permite que novas ações e atividades possam ser desenvolvidas nos espaços públicos com a mobilidade e a dimensão social na centralidade das ações que articulam todas as esferas públicas e privadas que desempenham suas funções no dia a dia.

⁵⁴ Trecho de análise de Integração e de proposta elaborado por Vinicius De Biaggio, Gabriella Garibotti, Mariana Loredo, Isabela Simonati, Ana Luiza, Gabriel Zocchi e Mauro Henrique

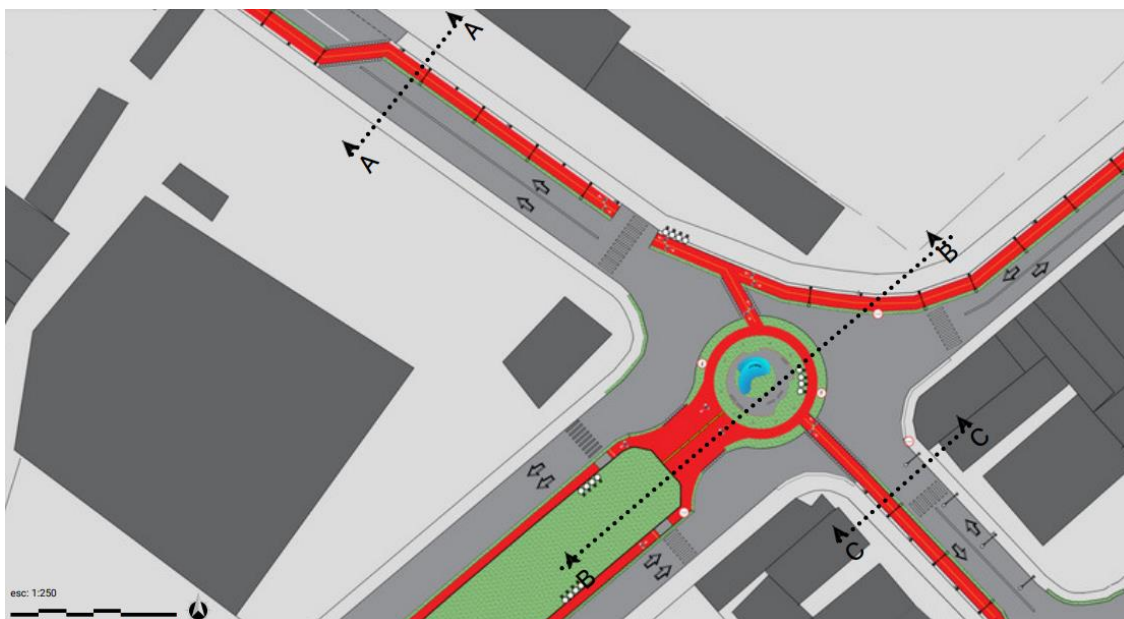


Figura 05: proposta de rua completa com infraestrutura verde (Rua Polônia)
 Fonte: Cleisla Maria Gonçalves Magalhães, Fabiola Alvina Leite de Jesus e Larissa Carvalho do Nascimento (dezembro/2022)

Para isso é preciso romper paradigmas na forma como o espaço urbano e metropolitano é criado e reproduzido, visando o lucro de frações de classe em detrimento do espaço coletivo da maior parte da população que necessita usufruir dos espaços públicos e das políticas públicas para se reproduzir socialmente, para que (sobretudo) o salário não seja comprometido de forma indireta bem como o tempo de vida útil das pessoas dispensados diariamente nos grandes deslocamentos realizados. Este modelo de cidade “doente” que podemos observar através deste trabalho se aplica (infelizmente) a maior parte do território do Grande ABC (objeto de estudo mais amplo em que a continuidade da pesquisa se insere). O método de investigação e proposição feito pelas equipes ampliou sensivelmente o grau de apropriação dos problemas da cidade de Diadema permitindo que pudéssemos sonhar concretamente com uma **outra realidade possível**. Reativar a cultura pública para que os conflitos sociais sejam reduzidos drasticamente e, quiçá, eliminados através de políticas públicas que visem o BEM COMUM se mostrou ser a chave que precisamos pra superar este modelo falido – de reprodução de desigualdades socio territoriais.

Ao articular diferentes formas de fruição pública, através da qualificação do sistema viário, melhorando as conexões entre os modais (pedestre, Ciclorotas e transporte público) e os espaços e equipamentos públicos ficam evidenciados como podemos melhorar a apropriação e utilização dos espaços. Ao qualificar a apropriação dos espaços se elevam os níveis de participação da sociedade para que outras formas de planejamento insurgentes como este trabalhado de forma participativa sejam colocadas como formas concretas de análise e proposição de espaços mais democráticos – onde todos sejam convidados para a ceia!

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri (Org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ: Coleção Território, ambiente e conflitos sociais, 2013.

SÃO PAULO (CIDADE) Secretaria Municipal de Mobilidade e Transporte. Plano de Mobilidade Urbana do Município de São Paulo - PlanMob/SP 2015 (Decreto 56.834/16). São Paulo: SMT, 2016

BRASIL. Presidência da República. Estatuto da Cidade - Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Presidência da República. Estatuto da Metr pole. Lei n. 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Brasília, DF, 2015.

BRASIL, Secretaria Geral de Assuntos Jurídicos - Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal 12.587/12). Brasília: Ministério das Cidades, 2012.

CICLOCIDADE. Pesquisa Perfil do Ciclista - Relatório Completo. Ciclocidade, São Paulo, 2016a.

CICLOCIDADE. Pesquisa Mobilidade por Bicicleta e os Desafios das Mulheres de São Paulo. Ciclocidade, São Paulo, 2016b.

CIP-BRASIL. CATALOGA O NA PUBLICA O SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES

DE LIVROS, RJB83 O Brasil que pedala : a cultura da bicicleta nas cidades pequenas / organiza o André Soares, Daniel Guth. 1. ed. — Rio de Janeiro : Jaguaririca, 2018.

DEÁK, Csaba.; SCHIFFER, Sueli R. (org.) O Processo de Urbaniza o do Brasil. São Paulo: FUPAM/ EDUSP, 1999.

DOWBOR, Ladislau. Gestão social e transforma o da sociedade. in KON, A.; BANKO, C.; MELCHER, D.; CACCIAMALI, M. C. Costosociales de las reformas neoliberales en América Latina. São Paulo: PUC; Núcleo de Pesquisas EITT; FAPESP; USP/PROLAM; Venezuela: Universidad Central de Venezuela. 2000. p. 159-175

HERE N , Pablo Emilio Robert. Arquitetura da Mobilidade e Espaço urbano. São Paulo: FAUUSP, 2016. (Tese de Doutorado)

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Mobilidade urbana no Brasil. Brasília: Ipea, 2010.

RUBIM, B.; LEITAO, S. O plano de mobilidade urbana e o futuro das cidades. Estudos Avançados, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 55-66, 2013.

SÃO PAULO (CIDADE) Secretaria Municipal de Mobilidade e Transporte. Premissas para um Plano de Mobilidade Urbana. São Paulo: ANTP, 2012.

SPECK, Jeff. Cidade caminhável. São Paulo: Perspectiva, 2016.

UN-HABITAT. (2013) Planning and Design for Sustainable Urban Mobility: Global Report on Human Settlements 2013, United Nations Human Settlements Programme. Nairobi: UN-Habitat, Abingdon [etc.]: Earthscan from Routledge. <http://new.unhabitat.org/planning-and-design-for-sustainable-urban-mobility-global-report-on-human-settlements-2013>

V - SEGURANÇA

Nota Técnica

14. ANÁLISE DOS INDICADORES CRIMINAIS DE SÃO CAETANO DO SUL – OUTUBRO DE 2022

David Pimentel Barbosa de Siena⁵⁵

Resumo Executivo

A nota técnica, elaborada no âmbito do Observatório de Segurança Pública da Escola de Direito e Humanidades da USCS, apresenta os indicadores criminais do Município de São Caetano do Sul em outubro de 2022.

Palavras-chave: Criminalidade. Indicadores Criminais. Segurança Pública.

No Estado de São Paulo, desde a Lei estadual n 9.155, de 15 de julho de 1995, é obrigatória a publicação trimestral das seguintes informações:

- (i) número de ocorrências registradas pelas polícias Militar e Civil, por tipos de delitos;
- (ii) número de Boletins de Ocorrência registrados e número de Inquéritos Policiais instaurados pela Polícia Civil;
- (iii) número de civis mortos em confronto com policiais militares e policiais civis;
- (iv) número de civis feridos em confronto com policiais militares e policiais civis;
- (v) número de policiais, civis e militares, mortos em serviço;
- (vi) número de policiais, civis e militares, feridos em serviço;
- (vii) número de prisões efetuadas pela Polícia Civil e Polícia Militar;
- (viii) número de homicídios dolosos, homicídios culposos, tentativas de homicídios culposos, tentativas de homicídio, lesões corporais, latrocínios, estupros, sequestros, tráfico de entorpecentes, roubos, discriminando de veículos e outros e furtos, discriminando de veículos e outros; e
- (ix) número de armas apreendidas pelas polícias.

As informações criminais são oferecidas pela Secretaria de Segurança Pública, que coleta os dados por meio da Coordenação de Análise e Planejamento (CAP), órgão estadual encarregado da tarefa de analisar dados de interesse da polícia e realizar pesquisas para prevenir e combater a criminalidade.

Os indicadores criminais são divulgados trimestralmente, de acordo com a Resolução SSP-161, de 8 de julho de 2001, que prevê o encaminhamento das informações ao Diário Oficial em até trinta dias do final do trimestre e divulgação no site da SSP.

⁵⁵ **David Pimentel Barbosa de Siena.** Delegado de Polícia do Estado de São Paulo (PCSP). Professor de Criminologia da Academia de Polícia de São Paulo (ACADEPOL) e Direito Penal da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Doutorando e Mestre em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Segurança, Violência e Justiça (SEVIJU) da UFABC.

Ocorrências policiais registradas no mês de outubro

Desde 2011, a divulgação das estatísticas de criminalidade, no portal da SSP e no Diário Oficial do Estado, passou a ocorrer mensalmente. Na tabela a seguir são encontrados os números de ocorrências policiais registradas, durante o mês de outubro, no município de São Caetano do Sul.

Ocorrências policiais registradas, no mês de outubro, em São Caetano do Sul

Ocorrência	Out. de 2021	Out. de 2022	Variação
Homicídio doloso	0	0	0%
Vítimas de homicídio doloso	0	0	0%
Homicídio doloso por acidente de trânsito	0	0	0%
Vítimas em hom. doloso por ac. de trânsito	0	0	0%
Homicídio culposo por acidente de trânsito	0	0	0%
Homicídio culposo outros	0	0	0%
Tentativa de homicídio	0	0	0%
Lesão corporal seguida de morte	0	0	0%
Lesão corporal dolosa	21	6	-71,4%
Lesão corporal culposa por ac. de trânsito	19	36	89,4%
Lesão corporal culposa - outras	0	0	0%
Latrocínio	0	0	0%
Número de vítimas em latrocínio	0	0	0%
Total de estupro	1	4	300%
Estupro	0	1	Infinito
Estupro de vulnerável	1	3	200%
Total de roubo - outros	50	58	16%
Roubo - outros	50	56	12%
Roubo de veículo	11	14	27,2%
Roubo a banco	0	0	0%
Roubo de carga	0	2	Infinito
Furto - outros	198	144	-27,2%
Furto de veículo	27	50	85,1%

Fonte: Secretaria da Segurança Pública.

Diante dos dados apresentados, primeiramente, devemos descartar cálculos de porcentagens e taxas com bases muito pequenas. Do contrário, poder-se-ia alardear aumentos ou diminuições elevados no percentual de crimes, que foram baseadas em números absolutos pequenos, transmitindo uma sensação de (in)segurança que nem sempre condiz com a realidade. Nessa esteira, a literatura criminológica recomenda cautela em dobro se a base for inferior a 30 casos, uma vez que, quanto menor a base, maiores serão as oscilações percentuais. Com efeito, serão objeto de análise somente os indicadores que apresentem resultados nos termos da recomendação criminológica.

Em linhas gerais, merecem destaque as variações dos seguintes indicadores:

- (i) roubos – outros (12%);
- (ii) roubo de veículos (27,2%);
- (iii) furto – outros (-27,2%); e
- (iv) furto de veículos (85,1%).

Assim sendo, os indicadores de São Caetano do Sul acompanharam os números estaduais:

- (i) roubos – outros (13,5%);
- (ii) roubo de veículos (30,4%);
- (iii) furto – outros (10,9%); e
- (iv) furto de veículos (13,8%).

Os índices criminais estão sujeitos às variações cíclicas, sazonais e irregulares. É possível considerar que o período em comparação (outubro de 2021) estava sujeito à variação irregular, uma vez que as medidas sanitárias preventivas à contaminação de COVID-19 modificaram de sobremodo às dinâmicas sociais, interferindo também nos comportamentos antissociais.

Ademais, nas categorias roubo – outros e furto – outros, invariavelmente, os delitos têm como objeto material da conduta aparelhos de telefonia móvel. Segundo Ronald V. Clarke (1999), geralmente, os bens furtados ou roubados são *CRAVED* (*concealable, removable, available, valuable, enjoyable, and disposable*), isto é, ocultáveis, removíveis, disponíveis, valiosos, agradáveis e descartáveis. Sem dúvidas, os chamados “celulares” reúnem todas essas características.

Produtividade policial no mês de outubro

Armas de fogo apreendidas, flagrantes de tráfico de entorpecentes, prisões efetuadas e população carcerária são considerados indicadores de atividade policial, pois tratam de crimes sem vítima e decorrem, diretamente, da ação policial. Sendo assim, quando há crescimento desses índices, o indicador é positivo, pois significa que a polícia atuou mais.

Produtividade policial, no mês de outubro, em São Caetano do Sul

Ocorrência	Out. de 2021	Out. de 2022	Varição
Ocorrências de porte de entorpecentes	2	0	-100%
Ocorrências de tráfico de entorpecentes	0	0	0%
Ocorrências de apreensão de entorpecentes	0	0	0%
Ocorrências de porte ilegal de arma	0	0	0%
Armas de fogo apreendidas	4	1	-75%
Flagrantes lavrados	30	26	-13,3%
Infratores apreendidos em flagrante	2	1	-50%
Infratores apreendidos por mandado	0	0	0%
Pessoas presas em flagrante	38	30	-21%
Pessoas presas por mandado	7	4	-42,8%
Prisões efetuadas	42	34	-19%
Veículos recuperados	5	4	-20%
Total de inquéritos policiais instaurados	107	115	7,4%

Fonte: Secretaria da Segurança Pública.

Na construção do indicador *produtividade policial* são levadas em consideração o número total de *prisões efetuadas*, que por sua vez corresponde à soma das prisões em flagrante delito e aquelas decorrentes de cumprimento de mandado judicial. Houve diminuição no número de prisões efetuadas (-19%), uma vez que houve consideráveis quedas nos números de pessoas presas em flagrante (-21%) e de pessoas presas por mandado (-42,8%). Em contrapartida, houve um considerável aumento do número de inquéritos policiais instaurados (7,4%). Os indicadores estaduais, por sua vez, apresentaram aumento de pessoas presas (4,4%) e aumento de inquéritos policiais instaurados (1,4%).

Considerações finais

Os indicadores ajudam a monitorar a evolução das tendências do crime, nos planos estaduais e municipais. Além disso, as estatísticas criminais são utilizadas para descrever realidade da segurança pública, permitindo o planejamento de operações policiais e investimentos no setor.

Os dados divulgados dizem respeito exclusivamente às ocorrências criminais notificadas (boletins de ocorrência), devendo sempre ser analisados com absoluta cautela, conforme preconiza a Coordenação de Análise e Planejamento (CAP):

“Os dados devem ser interpretados sempre com prudência, pois estão sujeitos a uma série de limites de validade e confiabilidade: eles são antes um retrato do processo social de notificação de crimes do que uma reprodução fiel do universo criminal de um determinado local. Para que um crime faça parte das estatísticas oficiais, são necessárias três etapas sucessivas: o crime deve ser detectado, notificado às autoridades policiais e, por último, registrado no boletim de ocorrência” (SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022).

Assim sendo, os agentes públicos podem buscar fundamentação nas suas estratégias de policiamento preventivo e repressivo a partir de "falsas amostras de criminalidade", diante da expressiva existência de comportamentos criminosos desconhecidos oficialmente pelas instituições policiais paulistas ("cifra negra", *dark number* ou *ciffre noir*) e de procedimentos e/ou estratégias de registro de ocorrências que distorcem a expressão da dinâmica criminal, seja por falhas nos registros, por orientações/interesses políticos.

Referências Bibliográficas

CLARKE, Ronald V. (1999). Hot Products: Understanding, Anticipating and Reducing Demand for Stolen Goods. Police Research Series, Paper 112. London: Home Office.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. Indicadores da criminalidade do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/>>. Acesso em: 1 de dezembro de 2022.

VI - SAÚDE

Nota Técnica

15. (DES)FINANCIAMENTO DO SUS: O QUE FAZER?⁵⁶

Francisco R. Funcia⁵⁷

Resumo Executivo

Esta nota técnica aborda o processo de retirada de recursos federais do Sistema Único de Saúde após o advento da Emenda Constitucional 95/2016, bem como apresenta algumas propostas para a reversão desse processo. No período de 2018 a 2022, a mudança da regra de cálculo do piso federal do SUS gerou uma perda acumulada de recursos de R\$ 37 bilhões no período de 2018 a 2022, e mais R\$ 23 bilhões serão retirados do SUS em 2023 (tomando por base o Projeto de Lei Orçamentária encaminhado para o Congresso Nacional no final de agosto de 2022). Essa situação tem sido chamada pelos pesquisadores da Economia da Saúde de desfinanciamento do SUS. Para reversão desse processo, dentre outras medidas, é preciso que a reserva financeira que consta na proposta orçamentária de 2023 para emendas parlamentares seja destinada para recomposição da programação de despesas de ações e serviços de saúde que foram reduzidas, bem como aumentar os recursos federais para o financiamento do SUS para recompor em quatro anos a perda acumulada de R\$ 60 bilhões (valor estimado do período 2018-2023). Além disso, em até dez anos, os gastos públicos consolidados do SUS deverão crescer gradativamente para corresponder a 60% do gasto total (público mais privado) e os gastos públicos federais do SUS deverão corresponder a 3% do PIB ou 50% do gasto público total em saúde, cabendo ao novo governo coordenar e articular politicamente junto ao Congresso Nacional.

Palavras-chave: Sistema Único de Saúde. SUS. Financiamento do SUS. Gastos públicos.

O objetivo deste texto é refletir sobre o processo de desfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e apresentar algumas propostas para interromper esse processo no curto, médio e longo prazos. Trata-se de momento oportuno para esse fim, qual seja, início dos trabalhos de transição para o novo governo eleito que assumirá o mandato a partir de 1º de janeiro de 2023 e tramitação da peça orçamentária de 2023 no Congresso Nacional.

A expressão “**desfinanciamento do SUS**” tem sido adotada pelos pesquisadores da Economia da Saúde para identificar o processo de retirada de recursos do SUS a partir da vigência da Emenda Constitucional (EC) 95/2016, recursos esses que já eram insuficientes para garantir o cumprimento pleno do preceito constitucional que “**a saúde é direito de todos e dever do Estado**” – situação essa que era definida como “**subfinanciamento**”. Com isso, podemos dizer que o “**desfinanciamento**” representa a fase do aprofundamento do processo histórico de “**subfinanciamento**”, caracterizando o início do processo de desmonte do SUS a partir de 2017.

⁵⁶ Texto originalmente publicado no Blog do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) em 16/11/2022. Disponível em <https://cebes.org.br/francisco-r-funcia-desfinanciamento-do-sus-o-que-fazer/30079/> (acesso em dez/2022).

⁵⁷ **Francisco R. Funcia.** Economista e Mestre em Economia Política (PUC-SP) e Doutor em Administração (USCS), Professor dos Cursos de Economia e Medicina da USCS, Pesquisador do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS (Conjuscs), Consultor-Técnico da Comissão de Orçamento e Financiamento do Conselho Nacional de Saúde, Presidente da Associação Brasileira de Economia da Saúde (ABrES) para o biênio dez2022/nov2024 e Secretário de Finanças da Prefeitura Municipal de Diadema (início em janeiro/2021).

A EC 95/2016 ficou conhecida pelo “**Teto de Gastos**” – congelamento das despesas primárias do governo federal (aquelas voltadas para ações e serviços de atendimento às necessidades da população, como nas áreas da saúde, educação, transportes, habitação, proteção social, agricultura, energia, etc.) no valor total dos pagamentos realizados em 2016 (atualizado anualmente pela variação do IPCA/IBGE). Mas, para as áreas da saúde e educação, a EC 95/2016 criou uma restrição adicional em prejuízo do interesse público, a saber: congelou até 2036 os valores dos respectivos pisos que vigoraram em 2017 (também atualizados anualmente pela variação do IPCA/IBGE).

Em outros termos, a saúde e a educação foram duplamente penalizadas pela EC 95: passaram a ter um piso “**rebaixado**” e, ao mesmo tempo, limitado a um teto global de despesas, de tal modo que, para essas duas áreas gastarem acima dos seus respectivos pisos, outras áreas teriam que gastar abaixo da variação do IPCA/IBGE para que se cumprisse o teto das despesas primárias. De nada adianta a receita crescer anualmente até 2036, porque nenhum centavo será destinado para atender às necessidades da população, que cresce a 0,8% ao ano segundo o IBGE – ou seja, a regra da EC 95/2016 vai reduzir os gastos per capita em saúde, educação, transportes, habitação etc., até 2036!

Não há como romper com o processo de desfinanciamento do SUS, nem como tratar da retomada das políticas sociais, fora do contexto da mudança da política econômica baseada na austeridade fiscal, que está em vigor nos últimos anos e que tem na EC 95/2016 um dos seus principais instrumentos operacionais. Revogar a EC 95/2016 e substituir por outra regra de controle das contas públicas é condição necessária para a retomada de um modelo de desenvolvimento socioeconômico baseado na justiça social e nos Objetivos Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.

Por isso, romper com o desfinanciamento do SUS requer desde já um tratamento matricial, isto é, a avaliação conjunta de no mínimo três áreas da equipe de transição do novo governo eleito: saúde, fazenda/economia e planejamento.

A EC 95/2016 retirou do SUS no período de 2018 a 2022 cerca de R\$ 37 bilhões segundo estudos da ABRES (Associação Brasileira de Economia da Saúde) ¹ – cifra apurada pela diferença entre os valores orçamentários e os valores dos pisos de cada ano calculados pela regra anterior da EC 86/2015 (que foi suspensa por 20 anos pela EC 95/2016).

Considerando o valor que consta no Projeto de Lei Orçamentária da União de 2023 para o Ministério da Saúde (R\$ 149,9 bilhões) e adotando-se a mesma metodologia anterior, serão retirados adicionalmente do SUS cerca de R\$ 23 bilhões em 2023, passando o total de perdas acumuladas para R\$ 60 bilhões por causa da EC 95/2016.

Nessa perspectiva, é preciso alertar que a discussão que a mídia está fazendo de recomposição imediata da programação orçamentária do Ministério da Saúde está incorreta: não deve prosperar a alegação de que será suficiente apenas transformar a reserva financeira de R\$ 20 bilhões no valor do orçamento de 2023 do Ministério da Saúde (destinados para as emendas parlamentares – metade para as individuais e de bancadas e metade para as emendas de relatoria ou “**orçamento secreto**”) em retomada da programação de despesas que já vinham sendo executadas pelo MS e que foram cortadas pelo governo federal no PLOA 2023 (como ocorreu com saúde indígena, vacinas e vacinação, programas de formação profissional de saúde, programas da atenção básica, dentre outros).

Isso porque essa reserva financeira dos R\$ 20 bilhões foi feita dentro R\$ 149,9 bilhões do piso federal do SUS, piso esse que, como vimos, já está “**rebaixado**” para 2023. Portanto, transformar essa reserva financeira em programação de despesas que já vinham sendo executadas não representa aumentar o orçamento do Ministério da Saúde, mas sim mantê-lo em R\$ 149,9 bilhões, ou seja, no valor depreciado pelas regras da EC 95/2016!

O que é preciso e necessário fazer para interromper o desmonte do SUS em curso desde 2017? Mais do que vontade política do novo governo eleito, é preciso interromper o processo de desfinanciamento do SUS e iniciar um processo de aumento dos recursos durante os quatro anos de mandato, ou seja, alocar adicionalmente esses 60 bilhões no período 2023-2026, isto é, R\$ 15 bilhões por ano, cifra que corresponde, por exemplo, a menos de 2% dos cerca de R\$ 800 bilhões da Dívida Ativa da União² que estão classificados como passíveis de sucesso de cobrança pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, ou aproximadamente 1% da Receita Bruta Primária da União.

Além disso, é preciso mudar a Política de Financiamento do SUS¹, proposta amplamente discutida pela ABrES junto ao Conselho Nacional de Saúde, às entidades da Reforma Sanitária e outros movimentos e associações que integram a Frente pela Vida, às universidades, aos movimentos sociais e populares, dentre outros. Segundo esse documento, seria preciso mudar a regra de cálculo do piso federal do SUS, de modo que não tenha mais fatores relacionados à dinâmica cíclica da economia, como por exemplo a receita, que cresce quando a economia cresce e cai quando a economia entra em crise – as necessidades de saúde da população não obedecem a essa dinâmica, muito pelo contrário.

A meta proposta para essa Nova Política de Financiamento do SUS incluiria também o aumento da participação dos gastos públicos sobre os gastos totais em saúde para 60%, em consonância com padrões internacionais de financiamento da saúde, sendo que no mínimo 50% desses gastos públicos seriam federais (que hoje representam 42%) para atingir a 3% do PIB em até 10 anos – isso faria que os atuais valores da aplicação federal – R\$ 646,00 per capita, 14,2% da Receita Corrente Líquida e 1,6% do PIB – passassem respectivamente para R\$ 1.365,00 per capita, 26,6% da Receita Corrente Líquida e 3,0% do PIB.

O estudo da ABrES indica os mecanismos fiscais para romper com o desfinanciamento do SUS e garantir um financiamento estável e adequado nos próximos anos. As resoluções e recomendações do Conselho Nacional de Saúde sobre o tema não estão sendo cumpridas, inclusive a execução orçamentária e financeira do Ministério da Saúde tem sido baseada num Plano Nacional de Saúde 2020-2023 que foi reprovado pelo Conselho Nacional de Saúde em maio de 2021.

Em resumo, o que é preciso fazer para romper com o desfinanciamento do SUS?

a) Adotar a abordagem matricial envolvendo as áreas de saúde, fazenda e planejamento desde agora pela equipe de transição do novo governo eleito;

b) Recompôr imediatamente os recursos do Ministério da Saúde retirados para fazer a reserva financeira das emendas parlamentares, articulando com o Congresso Nacional para que isso ocorra ainda neste ano;

c) Aumentar os recursos federais para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde, emergencialmente, no valor das perdas de 60 bilhões causadas pela EC 95 (a razão de R\$ 15 bilhões por ano até 2026), por meio de Medida Provisória inicial do novo governo após assumir o mandato em 1º de janeiro de 2023;

d) Adotar gradativamente (em até dez anos) uma nova política de financiamento do SUS, de modo que os gastos públicos representem 60% do gasto total em saúde e os gastos federais representem 50% do total dos gastos públicos (equivalente a 3% do PIB), cabendo ao novo governo coordenar e articular politicamente junto ao Congresso Nacional.

A hora é agora. Saúde não é gasto. Saúde é investimento. Saúde é vida!

Notas:

(1) Estudo realizado pelos economistas Bruno Moretti, Carlos Octávio Ocké-Reis, Erika Aragão, Esther Dweck, Francisco R. Funcia, Maria Fernanda Cardoso de Melo, Mariana Melo e Rodrigo Benevides a convite da ABrES sobre uma proposta de Nova Política de Financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em [https://www.ie.ufrj.br/images/IE/grupos/GESP/gespnota2022_ABRES%20\(2\).pdf](https://www.ie.ufrj.br/images/IE/grupos/GESP/gespnota2022_ABRES%20(2).pdf).

(2) Alves, R; Alves, H; Vignoli, F.H.; Funcia, F.R. PERFIL DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO: Contribuintes devem R\$ 2,4 trilhões”. Revista Eletrônica Domingueira da Saúde, nº 41, outubro/2020. Campinas: Idisa (Instituto de Direito Sanitário Aplicado), 2020. Disponível em <http://idisa.org.br/domingueira/domingueira-n-41-outubro-2020>.

A saúde pública é aquela voltada para as ações de manutenção da saúde da população, garantindo um tratamento adequado e a prevenção de doenças.

No Brasil, a saúde pública é regulamentada pela ação do Estado, através do Ministério da Saúde e demais secretarias estaduais e municipais.

O objetivo básico da saúde pública é garantir que toda a população tenha acesso ao atendimento médico de qualidade. Assim como o bem-estar é a capacidade de uma pessoa suprir a suas necessidades e se satisfazer com a vida, enquanto ter saúde significa viver em um estado de mais completo bem-estar físico, mental e social.

A Organização Mundial da Saúde define saúde como sendo “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não somente a ausência de enfermidades” (OMS, 1948, SP). Nessa definição, são várias as facetas que influenciam a saúde do indivíduo e devem ser consideradas na sua compreensão, tais como o bem-estar físico, mental e social. Tal conceito levou à superação da noção de que a ausência de doença era critério suficiente para caracterizar a saúde e enfatizou-se a importância de medidas preventivas para mantê-la, tais como atitudes/comportamentos que levam à manutenção e/ou melhoramento da saúde e consequente contribuição para o bem-estar da população. Conduz considerar também, a saúde nas várias esferas da vida de um indivíduo, tais como no trabalho, nas relações familiares, no lazer etc.

A Criação do Sistema Único de Saúde no Brasil

O SUS foi criado em 1988 pela Constituição Federal Brasileira, que determina que é dever do Estado garantir saúde a toda a população brasileira. Seu início se deu nos anos 70 e 80, quando diversos grupos se engajaram no movimento sanitário, com o objetivo de pensar um sistema público para solucionar os problemas encontrados no atendimento da população defendendo o direito universal à saúde.

Já em 1990, o Congresso Nacional aprovou a Lei Orgânica da Saúde, que detalha o funcionamento do sistema e instituiu os preceitos que seguem até hoje. A partir deste momento, a população brasileira passou a ter direito à saúde universal e gratuita. O SUS atende todos que procuram suas unidades de saúde ou tem necessidade de atendimento de emergência.

Desde setembro de 2000, quando foi aprovada a Emenda Constitucional 29 (EC-29), o SUS é administrado de forma tripartite, e conta com recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Os gestores são responsáveis pela administração dos recursos, sua implantação e qualidade. Atualmente, o orçamento do Governo Federal repassado para o Ministério da Saúde gira em torno 101 bilhões de reais.

Em seus 32 anos de existência, o SUS conquistou uma série de avanços para a saúde do brasileiro. Reconhecido internacionalmente, o Programa Nacional de Imunização (PNI), responsável por 98% do mercado de vacinas do país, é um dos destaques. O Brasil garante à população acesso gratuito a todas as vacinas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), disponibilizando 17 vacinas para combater mais de 20 doenças, em diversas faixas etárias, na rede pública de todo o país.

Também é no SUS que ocorre o maior sistema público de transplantes de órgãos do mundo. O programa cresceu 63,85% na última década, saltando de 14.175 procedimentos em 2004 para 23.226 em 2014. Também dá assistência integral e totalmente gratuita para a população de portadores do HIV e doentes de AIDS, renais crônicos, pacientes com câncer, tuberculose e hanseníase.

A Covid 19 e seus impactos no sistema de saúde pública do Brasil

Em pesquisa elaborada por pesquisadores do FGV Saúde da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP) e da Faculdade de Saúde Pública da USP mostra que a alocação de recursos físicos, humanos e financeiros aumentou desigualdades na saúde e não foi o suficiente para impedir a redução de 25% nos procedimentos do Sistema Único de Saúde em 2020. O Brasil é reconhecido internacionalmente pelos avanços conquistados na saúde desde a implantação do SUS. Entretanto, eventos inesperados como pandemias produzem e fazem com que resiliência do sistema de saúde e demandam coordenação em diversos níveis governamentais. Ficou a cargo de governos estaduais e municipais a responsabilidade por manter as provisões do sistema de saúde para lidar com problemas de saúde não relacionados à pandemia.

Os pesquisadores verificaram que o governo federal não levou em consideração que alguns estados e municípios necessitavam de maior aporte de transferências federais devido a sistemas de saúde com maior fragilidade. Isso fez com que as esferas municipais e estaduais de locais mais vulneráveis gastassem proporcionalmente mais do que regiões mais ricas e com sistemas de saúde mais robustos. Os pesquisadores ressaltam que esse foi um aumento de cargos e não no número de profissionais, o que significa que profissionais de saúde tiveram que pegar turnos adicionais em instituições diferentes para suprir a demanda causada pela pandemia. Esse fator contribuiu para as diversas notícias de trabalhadores da área de saúde sobrecarregados com o trabalho durante a pandemia, além de que esses profissionais estão hoje para receber seus direitos como: férias, ganhos extras etc. Mas o sistema de saúde brasileiro não tem a menor idéia de como dar esses direitos a esses trabalhadores sem colapsar o sistema.

O SUS, que já estava enfraquecido, terá que lidar com um maior volume de pacientes chegando ao sistema de saúde com estágios avançados de condições que necessitavam de diagnósticos precoces. As políticas vigentes que negam ao SUS os recursos dos quais ele precisa, serão responsáveis pela morte e sofrimento dos grupos mais expostos aos riscos pandêmicos, desprezando o direito de todas as pessoas de ter acesso a uma atenção à saúde integral, segura e de qualidade.

Os principais desafios da saúde pública no Brasil são:

Falta de médicos: O Conselho Federal de Medicina estima que exista 1 médico para cada 470 pessoas.

Falta de leitos: Em muitos hospitais faltam leitos para os pacientes. A situação é ainda mais complicada quando se trata de UTI (Unidade de Terapia Intensiva).

Falta de investimentos financeiros: Em 2018, apenas 3,6% do orçamento do governo federal foi destinado à saúde. A média mundial é de 11,7%.

Grande espera para atendimento: Agendar consultas com médicos especialistas pode demorar até meses, mesmo para os pacientes que precisam de atendimento imediato. O mesmo acontece com a marcação de exames.

Pessoas que precisam de atendimento médico muitas vezes sofrem com a demora ou desistem do atendimento e voltam para casa. Em muitos hospitais, é comum ver pessoas sendo atendidas em corredores, longas filas de espera e/ou precárias condições de estrutura e higiene.

Aliado a isso, muitos hospitais e centros de pesquisas estão ameaçados de encerrar suas atividades por conta da falta de investimentos e mão de obra.

Como forma de ter acesso ao atendimento médico, muitas pessoas recorrem à saúde suplementar, ou seja, aos planos de saúde privados. Porém, os preços praticados são altos, o que faz com que 75% da população dependamos apenas do SUS.

Consequências da saúde pública na Economia Brasileira

As relações entre a economia brasileira e saúde podem ser estudadas a partir de duas diferentes abordagens. A predominante no mundo atual é representada por economistas e pesquisadores vinculados à Economia da Saúde, um ramo do conhecimento que tem por objetivo a otimização das ações de saúde, ou seja, o estudo das condições mais adequadas de distribuição dos limitados recursos e meios disponíveis para assegurar à população os melhores níveis de assistência à saúde e as melhores condições de vida possíveis. Os estudos desenvolvidos no âmbito da Economia da Saúde aplicam conceitos e metodologias de análise fornecidas pela teoria econômica tradicional. Incluem, entre outros, a identificação dos níveis de oferta e demanda por serviços de saúde, a análise das combinações adequadas de pessoal e tecnologia para garantir níveis mais elevados de eficiência na produção de serviços, a identificação dos níveis desejados de gastos com o setor saúde, a análise das falhas de mercado e as avaliações econômicas das intervenções de saúde. A segunda abordagem amplia o escopo da Economia da Saúde e consiste em estudar as relações entre Economia e Saúde a partir de uma visão integrada entre o social, o político e o econômico. Enfatiza, simultaneamente, as relações de mercado, o papel das instituições, as políticas públicas, os sistemas de proteção social e os padrões de desenvolvimento capitalista. Ao aplicar estas concepções ao setor saúde, é possível investigar o movimento simultâneo da desmercantilização do acesso (saúde como direito), da mercantilização da oferta (saúde como bem econômico) e da criação de um complexo industrial ligado ao setor (saúde como espaço de acumulação de capital).

Em um artigo publicado em 23 de agosto de 2022 por *Giacomo Balbinotto Neto*, professor do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGE-UFRGS) Propõe que a saúde deve estar no centro da política de desenvolvimento, elevando o investimento público nos próximos dez anos para assegurar o acesso universal, a equidade e a integralidade, sugere a ampliação do financiamento federal do SUS apresentando algumas diretrizes para a destinação desses recursos, destacando a universalização a atenção primária à saúde, assegurar o cuidado integral e reformular o funcionamento em rede, estabelecer uma política e gestão nacional e integrada do pessoal de saúde sistemas de vigilância e de informação em saúde pública, priorizar e ampliar os investimentos na base produtiva e tecnológica da saúde e reduzir a vulnerabilidade externa do SUS como uma das formas de fortalecer a soberania nacional.

Em um estudo abrangendo o período 2006- 2017, sobre a relação crise-austeridade, verificou que as políticas econômicas que optaram pela austeridade fiscal como forma de enfrentamento da crise foram as que produziram maior impacto restritivo sobre os sistemas e serviços de saúde. O trabalho foi realizado pelo Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz (CEE-Fiocruz), tendo à frente os pesquisadores *Joyce Mendes de Andrade Schramm* (Doutora em Saúde Coletiva), *Sergio Arouca* (Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz), *Rômulo Paes-Sousa* (epidemiologista e especialista em avaliação de políticas públicas) *René Rachou* (Centro de Pesquisas da Fiocruz) e *Luiz Villarinho* (Pesquisador colaborador do CEE).

Os artigos estudados pelos três referiram-se, em sua maioria, aos países do Hemisfério Norte, tendo sido encontrada literatura restrita em relação à América Latina e ao Brasil. Isso chamou atenção para pelo menos dois pontos importantes. Um deles é a necessidade de se produzirem evidências sobre o Brasil e a América Latina. O outro se refere à possibilidade de

a crise econômica no país combinada com medidas de austeridade fiscal – expressas na Emenda Constitucional 95, de 2016, que congela os gastos públicos por 20 anos –, resultar em uma situação ainda mais grave do que a vivenciada pelos países desenvolvidos que possuem sistemas de saúde mais estruturados.

Os efeitos da crise econômica e das políticas de austeridade fiscal sobre a saúde dos países de renda alta foram extensamente estudados pela comunidade científica. *Joyce Schramm* reviram 885 estudos cobrindo os efeitos sobre os riscos à saúde, sobre o perfil epidemiológico e sobre os sistemas e serviços de saúde no período de 2006 a 2017. Os estudos cobrem principalmente os países da organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e os demais países europeus que não pertencem a esta Organização. Os países não abordados no âmbito do artigo de Schramm aparecem em publicações esparsas

Saúde e bem-estar e boas condições de trabalho geram benefícios econômicos para as organizações

Em 2019, pela primeira vez, o FEM (Fórum Econômico Mundial) indicou o bem-estar psicológico do indivíduo como um dos fatores de risco à economia global. E a OMS (Organização Mundial de Saúde) elencou a saúde mental como prioridade absoluta para os próximos anos. Não por acaso: a depressão, por exemplo, se apresenta como um dos maiores fatores incapacitantes no trabalho.

A psicologia positiva, a neurociência e outras disciplinas aplicadas ao contexto organizacional, avançam em suas pesquisas comprovando que pessoas saudáveis e felizes trabalham mais motivadas e satisfeitas, gerando melhores resultados.

Há relatos em algumas empresas, por exemplo, sobre a adoção dos “socorristas em saúde mental”: representados por colaboradores da própria empresa, que por possuírem características importantes como boa escuta e outras habilidades relacionadas ao acolhimento necessário, ouvem os funcionários que estão passando por alguma dificuldade e dão orientações ou fazem os encaminhamentos necessários.

Está comprovado então que investimento em práticas de Wellness & Health nas organizações representam um importante investimento não só pela saúde dos times, como para a sua saúde econômica.

Wellness & Health pode ser traduzido como bem-estar, e vem ganhando cada vez mais adeptos em todo o mundo. São pessoas interessadas em terem uma vida melhor, tranquila e equilibrada, com foco na manutenção da saúde para evitar doenças.

Observa-se que o direito à saúde é um instituto amplo e está relacionado a diversos aspectos, tais como uma boa alimentação, à assistência social, ao trabalho, à moradia digna etc. É importante saber que a saúde e o bem-estar em níveis adequados proporcionam a um indivíduo inúmeros benefícios, e contribuem para a socialização nas relações e para a longevidade, sendo incontroverso que a promoção da saúde depende de comportamentos individuais e de aspectos de dimensão coletiva sendo, este último caso, uma questão intimamente relacionada às políticas públicas. A saúde e a segurança do trabalho são direitos assegurados na Constituição Federal de 1988, já que esta dispõe em seu primeiro artigo que a República Federativa do Brasil tem como fundamentos, dentre outros, “os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa”. O trabalho decente e a produtividade do trabalhador estão diretamente relacionados com as condições de trabalho em que este é desenvolvido, razão pela qual é importante que os postos de trabalho estejam ajustados corretamente para evitar doenças ocupacionais, acidentes de trabalho, baixa produção, entre outros problemas, que podem ser prejudiciais tanto para os trabalhadores quanto para os empregadores. Defende-

se que postos de trabalho decente e procedimentos adequados devem ser adotados no âmbito laboral para promoverem a saúde e o bem-estar social, mental e físico dos trabalhadores, atuando também na prevenção dos acidentes de trabalho, das doenças ocupacionais e contribuindo para a proteção ao meio ambiente.

Considerações finais

Este estudo demonstrou que a saúde e o bem-estar são determinantes fundamentais da produtividade e o desenvolvimento econômico, e que essa questão merece atenção por parte do poder público e da sociedade em geral. Sendo um direito o acesso à saúde e ao trabalho decente, são de grande importância e que sejam protegidos e preservados, como princípio da dignidade do ser humano.

Relata que o ambiente de trabalho exerce grande impacto sobre a saúde e o bem-estar do trabalhador, razão pela qual a segurança de um indivíduo em seu local de trabalho e a condição proporcionada pela empresa durante as atividades laborais reflete diretamente em sua produtividade, na sua vida pessoal e social. A saúde e bem-estar de todos, bem como o trabalho decente são prioridades da Agenda 2030 e dos seus respectivos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sendo que o ODS 3 se destaca por ser o único objetivo que se relaciona com todos os outros 16 objetivos, pois com uma população saudável é mais assertivo o alcance dos demais propósitos.

Destacou os impactos da Covid 19 na saúde e economia brasileira.

Também trouxe informações sobre o SUS, sua importância na sociedade brasileira na solução dos problemas encontrados no atendimento da população defendendo o direito universal à saúde.

Referências Bibliográficas

Magalhães, Lana. Saúde Pública no Brasil. Toda Matéria, 2018. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/saude-publica-no-brasil/>. Acesso em: 11 de Nov. de 2022.

Bastos, Cynara. Investimento na saúde e bem-estar gera benefícios econômicos para as organizações. Amadoria, 2021. Disponível em: <https://www.amadoria.com.br/blog/bem-estar-nas-organizacoes/>. Acesso em 11 de Nov. de 2022.

Pesquisa mostra os impactos do primeiro ano de pandemia nos serviços oferecidos pelo SUS. Portal FGV, 2022. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/pesquisa-mostra-impactos-primeiro-ano-pandemia-servicos-oferecidos-pelo-sus>. Acesso em 12 de Nov. de 2022.

Bezerra, Brenda. A história do SUS e a saúde pública no Brasil. Sanar Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.sanarsaude.com/portal/carreiras/artigos-noticias/a-historia-do-sus-e-a-saude-publica-no-brasil-colunista>. Acesso em 12 de Nov. de 2022.

Almeida, Cleomar. Impactos da pandemia no SUS são discutidos em revista com 14 análises. Fundação Astrojildo, 2021. Disponível em: <https://www.fundacaoastrojildo.org.br/impactos-da-pandemia-no-sus-sao-discutidos-em-revista-com-14-analises/>. Acesso em 12 de Nov. de 2022.

VII - TRABALHO

Nota Técnica

17. A PEJOTIZAÇÃO E O MERCADO DE TRABALHO

Antonio Aparecido de Carvalho⁶⁵

Resumo Executivo

A presente pesquisa traz uma discussão acerca da crescente contratação de pessoas físicas como pessoa jurídica no mercado de trabalho, em decorrência das flexibilizações trazidas pela reforma trabalhista de 2017. Aborda os direitos trabalhistas dos celetistas e a renúncias de tais direitos devido à pejotização. Traça os pontos positivos e negativos para os trabalhadores e organizações em relação ao modelo de contratação.

Palavras-chave: Contratação pessoa jurídica. legislação trabalhista. Flexibilização trabalhista. Pejotização.

Pejotização

Pejotização, termo frequentemente utilizado no mercado de trabalho, é um modelo de contratação de pessoas físicas como pessoas jurídicas, ganhou mais espaço sobretudo devido à lei 13.467/2017, conhecida como a reforma trabalhista, cujo intuito é o de flexibilizar as relações entre empregadores e empregados. A reforma trouxe alterações na remuneração, no plano de carreira, na jornada de trabalho, na forma de contratação e sobretudo nos direitos trabalhistas.

Em relação aos direitos trabalhistas, vale ressaltar que em 1º de maio de 1941, foi instituída a Justiça do Trabalho, para conciliar e julgar ações judiciais e demais questões controversas entre trabalhadores e empregadores oriundas das relações de trabalho.

Neste sentido, como necessidade constitucional foi implementada a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, criada pelo Decreto 5.452 de 1º de maio de 1943, sancionada pelo Presidente Getúlio Vargas. O intuito da CLT foi unificar as leis trabalhistas então vigentes no país e instituir os direitos trabalhistas. A CLT em seu artigo 3º, parágrafo único preconiza que: “não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalho, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual.”

Para melhor entendimento da relação entre a pejotização e os trabalhadores celetistas o Quadro I apresenta os direitos trabalhistas constantes na CLT.

⁶⁵ **Antonio Aparecido de Carvalho.** Doutor em Administração; Mestre em Administração, Comunicação e Educação; MBA em Marketing; MBA em Gestão e Inovação do Ensino a Distância; Especialista em Finanças e Direito Educacional; Coordenador e Professor do curso de Administração da FASB. <http://lattes.cnpq.br/3790964579387924>

Quadro 1: Direitos Trabalhistas – CLT

1. Jornada de trabalho	Não deve ser superior a 8 horas diárias e 44 horas semanais.
2. Hora extra	Não há a obrigatoriedade de o trabalhador executar horas extras, contudo quando ocorrer será acrescido de 50% sobre a o valor da hora normal.
3. Intervalos para descanso	Intervalos entre uma jornada e outra, e intrajornada (pausas dentro da jornada).
4. FGTS	A empresa deposita 8% sobre a remuneração bruta.
5. 13º salário	Instituído em 1962, é pago em duas parcelas.
6. Férias	A cada 12 meses trabalhados, o trabalhador recebe o salário acrescido de 1/3.
7. Licença maternidade e paternidade	Licença maternidade de 120 dias e 5 dias para licença paternidade. Se a empresa fizer parte do Programa Empresa Cidadã, a licença maternidade será de 180 dias e paternidade de 20 dias.
8. Seguro-desemprego	Trabalhadores dispensados sem justa causa recebem de 3 a 5 parcelas (depende do tempo trabalhado), a média é calculada com base nas 3 últimas remunerações.
9. Vale transporte	Os gastos com deslocamento são divididos entre empregador e empregado. Cabe ao empregador o custo equivalente ao que exceder 6% do salário básico do empregado. Será descontado do empregado 6%.
10. Adicional de insalubridade e periculosidade	Insalubridade representa um risco gradual à saúde, a periculosidade é um risco imediato à saúde do trabalhador. O adicional de insalubridade é de 10% a 40% do salário-mínimo, e o adicional de periculosidade é de 30% sobre a remuneração base.
11. Aviso prévio	Quando o trabalhador pede demissão cumpre 30 dias da sua jornada integral, podendo o empregador dispensar da obrigação. Se a demissão parte do empregador sem justa causa, ele pagará 30 dias fixos acrescido de 3 dias para cada ano trabalhado.
12. Dispensa da prestação de serviço em situações especiais sem prejuízo salarial	Nas seguintes situações: casamento, falecimento de pessoa próxima da família, convocação para participar nas eleições como mesário.
13. Descanso semanal remunerado	O trabalhador tem 1 dia de descanso semanal remunerado, quando o contrato prevê 6 dias semanais, já para quem trabalha 5 dias na semana o descanso remunerado é de 2 dias.

Vale salientar que a pessoa física que presta serviços como PJ, não faz jus aos direitos trabalhistas elencados, entende-se portanto que há uma precarização do trabalho, contudo há de se mencionar que o cenário do mercado de trabalho, a globalização e as inovações tecnológicas são causas de tal precarização, visto que há excesso de demanda por vagas de emprego e baixa oferta de postos de trabalhos, em decorrência da baixa produção, altas taxas de juros, estagnação da economia internacional e incertezas econômicas e políticas internas. Apesar de o número de pessoas desempregadas apresentar queda, a taxa atual é de 8,7%, que corresponde a 9,5 milhões de desempregados, soma-se a este número 4,3 milhões de desalentados. É fácil inferir que a contratação de pessoas físicas como PJ tende a crescer. Até maio de 2022, houve a inserção de 2,2 milhões de novos contratos PJ no mercado de trabalho (ARAGÃO, 2022).

A pejetização acaba sendo uma opção para os trabalhadores, pois com a prestação dos seus serviços asseguram atendimento das necessidades individuais e familiares, mesmo renunciando aos direitos trabalhistas. Para os empregadores é uma opção, pois estão isentos dos encargos sociais e trabalhistas. A Tabela 1 apresenta os principais encargos segundo o enquadramento jurídico.

Tabela 1: Encargos sociais e trabalhistas por enquadramento jurídico

Encargo	MEI – ME	Empresa de Pequeno Porte	Lucro Real e Lucro Presumido
13º salário	8,33%	8,33%	8,33%
Férias	11,11%	11,11%	11,11%
Previdenciário sobre férias/13º e DSR.	7,93%	7,93%	
Salário educação			2,50%
FGTS/previsão de multa para rescisão	4,00%	4,0%	4,00%
Seguro acidente de trabalho - SAT			3,00%
FGTS			8,00%
Sistema S ou INCRA			3,00%
INSS Patronal			20,00%
Total	31,37%	31,37%	59,94%

Fonte: Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, com base em dados do SINDUSCON, 2022.

Nota-se que os encargos trabalhistas e sociais representam percentual elevado sobre a folha de pagamento, desta forma representam custos que as empresas precisam considerar nas contratações dos seus empregados. Neste sentido, a contratação de pessoas físicas como PJ é uma economia que pode viabilizar os resultados financeiros.

Contudo, o não recolhimento dos encargos levam à baixa arrecadação tributária, podendo impactar negativamente nos futuros pagamentos dos benefícios sociais, sobretudo as

aposentadorias. Dados extraídos do Ministério da Economia (2022), mostram que de janeiro a maio de 2022 o déficit da Previdência Social era de R\$128,4 bilhões.

Conclusão

Afinal, quais são os pontos positivos e negativos da pejetização no mercado de trabalho?

Pontos positivos: para os trabalhadores é a possibilidade de estar atuantes no mercado de trabalho, a necessidade de buscar capacitação e atualização constantes, participar de realidades organizacionais distintas e possibilidade de prestar serviços a várias organizações simultaneamente (quando o contrato permitir). Para as empresas, é inegável a economia em decorrência da não incidência dos encargos sociais e trabalhistas, o não pagamento de horas extras e a possibilidade de contratações das pessoas consideradas mais qualificadas devido à grande oferta de mão de obra.

Pontos negativos: para os trabalhadores, é a falta dos direitos trabalhistas (férias, 13º salário, descanso semanal remunerado etc.), excesso da carga horária para a entrega dos serviços, insegurança em relação ao futuro, a impossibilidade de traçar um plano de carreira, por vezes as contratações ocorrem por prazo determinado, em caso de demissão o não recebimento do FGTS e seguro-desemprego, pagamento da previdência oficial com recursos próprios sem a participação da empresa, são alguns dos pontos negativos. Já para as organizações, talvez seja o fato de o PJ não estar amplamente adaptado à cultura organizacional, a não exclusividade do trabalhador PJ, possíveis reclamações trabalhistas, são alguns dos pontos a serem considerados.

Enfim, cabe aos trabalhadores e empregadores a análise das necessidades prioritárias para a tomada de decisão em contratar ou ser contratado como Pessoa Jurídica.

Referências Bibliográficas

ARAGÃO, Hanna. **Número de contratações PJ bate novo recorde; entenda a diferença entre o CLT.** Disponível em: <https://fdr.com.br/2022/06/05/numero-de-contratacoes-pj-bate-novo-recorde-entenda-diferenca-entre-o-clt/>. Acesso em 5 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei 5.452/1943.** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452compilado.htm. Acesso em: 5 dez. 2022.

BRASIL. **Lei 13.467/2017.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 5 dez. 2022.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Governo Central tem déficit primário de R\$ 39,4 bilhões em maio.** Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2022/junho/governo-central-tem-deficit-primario-de-r-39-4-bilhoes-em-maio>Acesso em: 5 dez. 2022.

SINDUSCON. **Encargos sociais.** Disponível em: <https://sindusconpr.com.br/tabela-de-encargos-sociais-folha-de-salarios-400-p>. Acesso em: 5 dez. 2022.

Currículo:

VIII – ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Nota Técnica

18. O NOVO GOVERNO E AS REFORMAS⁶⁶

Adhemar S. Mineiro⁶⁷

Resumo Executivo

A nota técnica discute, sinteticamente, os desafios iniciais postos ao novo governo em termos de reformas estruturais.

Palavras-chave: Limitação de gastos públicos. “Teto” de gastos. Gastos Sociais. Reforma Trabalhista. Reforma da Previdência.

Na área econômica, o processo de ruptura institucional que tivemos em meados da década passada, culminando com o mandato do atual presidente que está se encerrando ao final desse ano, teve três pilares. Os dois primeiros conduzidos por seu antecessor logo na sequência do processo de ruptura e do afastamento da presidente Dilma: a aprovação da legislação de limitação de gastos públicos, o chamado “teto de gastos” e a reforma trabalhista. Não tendo podido este trabalho ser completado pelo presidente anterior Michel Temer, em função da instabilidade política a partir do vazamento das gravações feitas por Joesley Batista no próprio palácio presidencial, e que de certa forma o colocavam frente à perspectiva do afastamento da presidência, durante meses, o então presidente não fez mais do que administrar a situação política, visando evitar que um processo de impeachment fosse realizado com sucesso, encurtando o seu mandato.

Assim, o terceiro pilar ficou para o presidente seguinte, Bolsonaro, completando a obra iniciada com o afastamento de Dilma Rousseff: a reforma da previdência social. É natural que o debate sobre esses três temas, pilares da ruptura de seis anos atrás, voltem à discussão agora.

Sobre o primeiro ponto, vale observar que, de fato, pelas várias medidas da prática orçamentária ao longo de seu governo, poder-se-ia dizer que o tal teto foi abandonado pelo próprio governo Bolsonaro. Alguns chegam a dizer que ele de fato nunca existiu, porque as exceções já se abriram no governo Temer. Ou seja, o debate é se o teto já não existe mais ou se ele em algum momento existiu. Isso porque, enquanto a visão liberal gerenciava o orçamento, não havia de fato preocupação. Quando se começou de fato a discutir a inclusão do pobre no orçamento de novo, ou seja, expansão de gastos sociais, o tema entrou em discussão quase como um divisor de águas.

Sem entrar em muitos debates que não cabem aqui, vamos para o essencial. Primeiro, é preciso garantir os gastos sociais, e aqui estamos falando de programas contra a miséria e a fome, como o Bolsa Família, como a ampliação do salário-mínimo – a maior parte da população do país não pode ser condenada à miséria. Segundo, o corte de gastos em muitas áreas, como saúde e educação, é insustentável sob risco do governo perder a sua base social

⁶⁶ Texto originalmente publicado no blog Terapia Política e no Jornal dos Economistas do Corecon-RJ, sob o título “Da desconstrução ao novo: retomando o que foi destruído”.

⁶⁷ **Adhemar S. Mineiro.** Economista, membro da Coordenação da ABED-RJ (Associação Brasileira de Economistas pela Democracia), doutorando do PPGCTIA-UFRRJ, assessor da REBRIP (Rede Brasileira pela Integração dos Povos), Colaborador do blog Terapia Política, e colaborador voluntário do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo, Inovação e Conjuntura da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS).

e política. É preciso ainda reestruturar um estado nacional destruído pelas políticas de cortes, sem o que não se consegue minimamente implementar políticas públicas eficientes, e isso inclui um corpo técnico de funcionários eficientes e que sejam capazes de dar conta das necessidades, ou seja, concursos públicos que não foram realizados e revisão de planos de cargos e salários que foram atropelados. Mais, é fundamental expandir o gasto público para a economia voltar a crescer, para sairmos da estagnação, para voltarmos a ter um círculo virtuoso, onde do crescimento da economia resulte aumento da arrecadação e um equilíbrio fiscal real e sustentado.

Assim, o que temos que discutir de fato é o orçamento como um todo, o que deverá ser feito com o tempo, já que o orçamento a ser administrado pelo governo eleito no ano que vem é em boa medida o orçamento proposto pelo atual governo. Ou seja, para além de qualquer remendo que possa ser feito agora, é fundamental, de acordo com a legislação orçamentária que existe no país, aprofundar esses debates de forma consistente na discussão do Plano Plurianual, de forma a que os objetivos, as tarefas e o modo de fazer estejam claros ao longo de um período, ao longo de um mandato presidencial, sancionados pelo Congresso. Com uma discussão geral do orçamento, e incluindo questões como a eficiência do Estado e a reforma tributária, podemos chegar a regras que garantam ao mesmo tempo um orçamento que seja flexível, permitindo os gastos sociais necessários e priorizados por cada governo eleito, anticíclico de forma a permitir que o gasto público possa ser usado para ativar a economia em momentos de recessão e estagnação, como o atual, e a própria questão do que é uma dívida pública sustentada em um país como o Brasil.

O ponto seguinte é o tema da reforma trabalhista. A reforma feita a toque de caixa pelo governo Temer (e em alguma medida aprofundada por Bolsonaro) teve como centro a flexibilização e a perda de direitos dos trabalhadores, e a tentativa de inviabilizar a participação dos sindicatos nos processos de negociação.

É preciso entrar nessa discussão revendo fundamentalmente esse viés. É importante fazer alterações que tomem em consideração as mudanças na realidade do mundo do trabalho, afinal nossa velha CLT é dos anos 1940. Além disso, todas as consecutivas reestruturações tecnológicas das últimas décadas, em especial as mais recentes, operaram no sentido de aumentar a flexibilização do trabalho, aumentar a componente de serviços no emprego e, no período mais recente, aumentar a informalização, o trabalho em plataformas (o que alguns chamam de uberização do trabalho), a flexibilidade do trabalho. Portanto, a discussão agora não pode ser simplesmente voltar atrás nas reformas feitas, mas é preciso trabalhar contra o sentido mais geral das reformas que foram efetivadas no país – e que aprofundaram a desregulamentação, a informalização e a flexibilização – e buscar inverter o sentido geral, tomando em consideração as mudanças recentes na operação do capitalismo a nível nacional e mundial. A regulação tem que funcionar para obrigar a que o funcionamento das empresas para valorizar seus ganhos não se reduza a uma superexploração do trabalho, agravando um problema que já temos de sobra no país, a concentração de renda, mas que busque as vias do crescimento e da introdução de tecnologias. Por outro lado, é fundamental fazer essa discussão no seu sentido mais amplo: se, para dar conta de nossas necessidades de bens e serviços, precisamos trabalhar menos, por conta das possibilidades tecnológicas, então que todos trabalhem menos, e não que muitos sejam excluídos do mercado de trabalho. Essa questão do tempo de trabalho é essencial, sem o que a equação não fecha.

Mas as medidas têm que ser no sentido de viabilizar a negociação coletiva, e uma flexibilidade que tenha dois lados, e não apenas a retirada de direitos dos trabalhadores. Ou seja, há que se refazer esse debate.

Finalmente, a discussão do financiamento da Previdência Social tem que ser retomada. O capítulo que versava sobre Saúde, Assistência e Previdência Social na Constituição aprovada em 1988 e que era a base de um “pacto social” não explícito acordado no país naquele

processo político, era central para iniciar as alterações, no sentido progressista, de uma sociedade extremamente desigual como a que tínhamos – e ainda temos – no país. As alterações unilaterais que foram sendo feitas, várias inclusive por emendas constitucionais, desde os anos 1990, foram desfazendo os preceitos de redução de disparidades, previstos inclusive nos mecanismos de financiamento que foram postos nesse capítulo constitucional, de modo a permitir que recursos que deveriam financiar Saúde, Assistência e Previdência Social pudessem ser realocados para outros fins – como pagamentos de encargos da dívida pública, por exemplo. Assim, se o objetivo é reconstituir o pacto constitucional de 1988, é fundamental refazer esse debate em outras bases. Se a discussão previdenciária precisa ser atualizada – e é possível que isso tenha que ser feito, dadas as mudanças do perfil demográfico do país – isso tem que ser feito não apenas pelos antolhos da visão fiscalista, mas considerar inclusive que o aumento da formalização do emprego e dos salários de base contribui essencialmente para a sustentação do sistema previdenciário – ou melhor, de Saúde, Assistência e Previdência Social – que queremos ver construído no país.

Nota Técnica

19. ESTRUTURA ANTIDUMPING, LIBERDADE ECONÔMICA E A POLÍTICA BRASILEIRA DE SUBSÍDIOS NO PROGRAMA INOVAR-AUTO

Clayton Vinicius Pegoraro de Araujo⁶⁸

Letícia Menegassi Borges⁶⁹

Matheus Theodoro da Fonseca⁷⁰

Maurício Loboda Fronzaglia⁷¹

Vinicius Resende Domingues⁷²

Willyam Mayorga⁷³

Resumo Executivo

Considerando a existência de tratados internacionais que visam resguardar a concorrência econômica internacional, o presente artigo parte do questionamento sobre o potencial restritivo à liberdade econômica dos acordos antidumping. Esta nota técnica tem natureza exploratória e foi feita com base em fontes bibliográficas, bem como na jurisprudência da Organização Mundial do Comércio.

Palavras-chave: Antidumping. Liberdade econômica. Indústria automotiva. Globalização. OMC.

Introdução

⁶⁸ **Clayton Vinicius Pegoraro de Araujo.** Advogado, Pós-Doutor em Economia Política, Doutor em Direito das Relações Econômicas Internacionais, Mestre em Direito (área de concentração em Direito Internacional), Especialista em Direito Público. Professor do Programa de Mestrado Profissional em Economia e Mercados (MPECON-Mackenzie) e da USCS.

⁶⁹ **Letícia Menegassi Borges.** Advogada, Mestre e Doutoranda em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Docente Convidada da Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Tributário da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em Campinas – SP.

⁷⁰ **Matheus Theodoro da Fonseca.** Bacharel em Ciências Econômicas e discente do Programa de Mestrado Profissional em Economia e Mercados (MPECON-Mackenzie).

⁷¹ **Maurício Loboda Fronzaglia.** Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, mestrado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas e doutorado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas. Professor do Programa de Mestrado Profissional em Economia e Mercados (MPECON-Mackenzie) e da EAESP/FGV.

⁷² **Vinicius Resende Domingues.** Pós-doutorando em Engenharia de Infraestrutura Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica-ITA. Doutor e mestre em Geotecnia pela UnB e discente do Programa de Mestrado Profissional em Economia e Mercados (MPECON-Mackenzie).

⁷³ **Willyam Mayorga.** Bacharel em Administração de Empresas e discente do Programa de Mestrado Profissional em Economia e Mercados (MPECON-Mackenzie).

Com a globalização e o aumento do número de negócios realizados entre países, é possível identificar diversas práticas que atentam contra o comércio e a concorrência leal. Em abril de 1979 na rodada de negócios em Tóquio, bem como a do Uruguai encerrada em 1994, a fim de evitar a prática desleal no comércio com fornecedores externos, diversos países estabeleceram inúmeras medidas e o Brasil aceitou fazer parte do que ficou conhecido como os Acordos *Antidumping* e de Subsídios e Medidas Compensatórias do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, o GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*). Com isso, o GATT deu lugar à Organização Mundial do Comércio (OMC).

No Brasil, a implementação só ocorreu em 1987, em virtude de outras formas existentes de proteção comercial e rígidos controles administrativos de importação antes existentes, ademais, o GATT foi substituído em 1995 pelo Entendimento Relativo às Normas e Procedimentos sobre Solução de Controvérsias (ESC).

Para melhor compreender o *antidumping* é importante explicar brevemente sua origem. De acordo com Baptista (2002), a expressão *dumping* vem do inglês, *to dump*, cuja origem do significado era *to drop or left fall in a mass*, ou *to load or empty out*, passando a significar posteriormente “colocar mercadorias no mercado em grande quantidade e a preços muito baixos”. Logo, é possível definir o *dumping* como a inserção de um produto no mercado doméstico a um preço de exportação menor do que seu valor normal praticado.

O artigo VII do GATT deu ensejo a um código multilateral *antidumping*, que ainda hoje é aplicado para fins de cálculo do imposto de importação no Brasil.

As medidas *antidumping* surgem como um instrumento de defesa comercial, e tem como característica a proteção da indústria doméstica. Essas medidas são aplicadas, por exemplo, quando um certo país exporta algum produto a um preço inferior ao comercializado em seu mercado local. As medidas *antidumping* têm papel fundamental para manter uma concorrência de preço justo e leal entre os fornecedores. É importante lembrar que as medidas só são aplicadas caso a indústria doméstica sofra prejuízos provocados pelas práticas citadas.

Dada a importância do assunto para a economia global, o presente artigo tem como objetivo analisar as medidas de *antidumping* adotadas pelo Brasil e quais seus efeitos nas relações com outros países. Os aspectos econômicos e legais ligados à liberdade econômica também serão abordados, por meio de revisão bibliográfica e estudo de casos.

Além disso, é oportuno fazer uma abordagem sobre um caso bastante emblemático em que o Brasil esteve envolvido, na condição de demandado, em disputas *antidumping* no contexto do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da Organização Mundial do Comércio. Trata-se da política setorial brasileira para o setor automotivo, que ensejou a instauração de um painel com desfecho desfavorável ao Brasil.

As práticas antidumping e a organização mundial do comércio

Os primeiros países que estabeleceram regras relacionadas de *antidumping* pelos registros foram Canadá, em 1904 e Estados Unidos em 1916. Neste último, foi publicado um conjunto de regras denominado *Antidumping Act (Revenue Act)* e posteriormente, em 1921 foi editada a Lei *US Antidumping Act*. Ambos os normativos serviram como base para fundamentação como modelo de regras para o Artigo VI do GATT em 1947.

No ano de 1967, foi concluída a Rodada Kennedy, que se iniciou em 1964 e com seu término, foi firmado o Código Antidumping, documento que definiu uma série de critérios e procedimentos para regular esta prática. O Código foi rediscutido durante a Rodada de Tóquio em 1979, visando a eliminação de muitas formas de protecionismo tarifário. Naquele ano, o

Brasil aderiu ao Código, entretanto, a definição de uma regulamentação interna no país só ocorreu a partir de 1987, por meio do Decreto nº 93.941 (GOYOS, 2003 apud CATALAN, 2005).

Durante a Rodada do Uruguai, entre os anos de 1986 e 1994, o Artigo VI foi integrado à OMC no último ano da rodada, firmando o Acordo *Antidumping* que definiu e implementou medidas que os países podem adotar proteção contra as práticas de dumping, o que definiu as formas de aplicação destas medidas.

Relações entre o direito antidumping e a liberdade econômica

De acordo com Welber Oliveira Barral (2000, p. 66), os direitos *antidumping* estão conectados à natureza jurídica caracterizada pela imposição tarifária de intervenção no domínio econômico, alicerçada na função de estímulo do Estado. Ainda segundo o autor, o *dumping* pode ser um evento do direito econômico, onde o Estado pode interferir na esfera privada e impor os direitos *antidumping*, caso constate que essa ação esteja gerando dano à indústria doméstica local afetando sua produção, seja reduzindo ou inviabilizando a mesma (BARRAL, 2000, p. 46-50).

No Brasil, as medidas *antidumping* vêm sendo aplicadas com o objetivo impedir os efeitos danosos da prática de *dumping* à indústria nacional, e serve como uma proteção de mercado a setores já danificados por outras falhas, como cartel, monopólio, etc. Porém, é importante observar que essa intervenção do Estado na Economia, fruto da aplicação das medidas *antidumping*, deve ser condição específica de interpretação do direito, que associa e considera conceitos e princípios do Direito Internacional, Econômico e Constitucional.

Quando se amplia a discussão sobre as medidas *antidumping*, elas são associadas com processos, critérios e métodos específicos, utilizados pelas autoridades nacionais e competentes de cada Estado, dando aos mesmos a possibilidade de aplicação arbitrária e com viés protecionista. Também se observa que a existência de discricionariedade contemplada no Acordo *Antidumping* (AAD) possibilita aos países membros legislar sobre processos de *dumping* considerando seus interesses políticos em detrimento dos interesses econômicos.

Por esse motivo, é possível notar um aumento na prática de medidas *antidumping* na esfera do comércio internacional e tem despertado preocupação dos membros da OMC, que mesmo discutindo o assunto, não tem uma solução a respeito. Inclusive, a OMC, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) advertem que as ameaças protecionistas já cresceram tanto que passam a ser um risco para a economia global e a liberdade econômica. As organizações solicitam que os governos suportem os desejos de políticas nacionalistas, evitando políticas de substituição de importação que estão aumentando a tensão entre os países.

Só para se ter uma ideia, no ano de 2013 o Brasil possuía 109 medidas de barreiras comerciais em vigor, tendo protocolado, naquele ano, mais 39 pedidos, o que resultou na sua qualificação como país mais protecionista do mundo, mesmo sendo uma das economias mais fechadas do G-20.

Nota-se que os pedidos de investigações relacionados à prática de *dumping* e solicitações de medidas *antidumping* aumentam cada vez mais. Porém, esse aumento não se deve ao simples fato de que os países estão sendo vítimas dessa prática, mas que tais medidas estão sendo utilizadas de forma arbitrária pelos Estado, atendendo aos seus próprios interesses mais uma vez afetando o livre comércio e por consequência ferindo princípios da liberdade econômica.

Subsídios à indústria automotiva: o caso brasileiro na Organização Mundial do Comércio

Em diversos países, especialmente naqueles em desenvolvimento, a instalação de plantas automotivas parece ser uma boa alternativa para o desenvolvimento econômico por meio da industrialização. A indústria automotiva apresenta-se nesse contexto como um ícone da industrialização, usado tanto no por políticos, como por empresários, visando representar o poder econômico de uma nação ou até mesmo de uma unidade federada desta.

A disseminação de diversas montadoras ao longo dos anos no Brasil, trouxe à tona uma situação que de certa forma tornou-se comum, que foi a disputa entre as unidades federadas brasileiras. Essas, promoviam duelos que mais pareciam leilões, a fim de ter a sede dessas plantas automotivas, deixando a dúvida quanto ao real interesse público. Nesse cenário, vários recursos eram usados visando persuadir as montadoras, recebendo inúmeros estímulos e promessas que iam desde a doação de terrenos para a edificação da planta, ligação de luz, água e esgoto, isenção de tributos total ou parcial por determinado período, além de taxas subsidiadas por bancos públicos. Desse modo, o Direito Tributário tem um papel interessante, pois a política fiscal é um elemento determinante nas questões econômicas. A presença de medidas que aumentam a carga tributária ou que reduzem são hábeis a interferir na demanda do produto e, por consequência, na renda. (NASCIMENTO NETO; FURRIATTI, 2017, p.173-174).

Por isso, a concessão de benefícios fiscais (tributários) atribui grande importância, haja vista que no Brasil, a tributação tem um peso enorme sobre o preço final de um produto aos consumidores. Mesmo que tecnicamente os tributos não representem um item no custo da produção, pois eles são repassados no preço final dos produtos, é natural que os empresários busquem reduções de custos, visando tornar seus produtos mais atrativos dando-lhes uma parcela maior de mercado. Por esse motivo, é recorrente a busca por estímulos fiscais no setor automotivo.

Ao longo dos anos, diversos programas de incentivos e subsídios foram criados no Brasil, visando beneficiar a indústria automotiva. Por exemplo, nas décadas de sessenta e setenta, as montadoras gozavam de linhas de crédito específicas para exportação, chegando ao cumulo dos incentivos na década de oitenta, quando houve reduções significativas no IPI e no ICMS. Posterior a isso, a indústria seguia pressionando o Governo, fazendo com que o IPI fosse reduzido, dando força aos pedidos da categoria, que seguiam solicitando mais incentivos e tinham esses aceitos.

Um dos programas de incentivo que merece destaque foi o “Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores – INOVAR-AUTO”. O programa foi criado pela Medida Provisória 563/2012, convertida na Lei 12.715/2012, e regulamentado pelo Decreto 76.819/2012.

O programa INOVAR-AUTO foi criado como uma forma de melhorar a competitividade da indústria automobilística brasileira e contribuir com a redução do déficit comercial do setor. Resumidamente, o programa consiste na concessão de créditos presumido do IPI a investimentos realizados por empresas que aderirem à fabricação de veículos com níveis mínimos de eficiência energética e que realizassem investimentos em fabricação, pesquisas e capacitação de fornecedores no território brasileiro.

O programa de incentivos brasileiro teve impacto direto nos resultados na indústria local e no âmbito internacional, principalmente no Japão e União Européia. O bloco europeu, que tem importante participação no mercado global de peças automotores, sentiu a influência direta dos estímulos nos preços de seus produtos. A consequência dessa interferência culminou em queixas prestadas pela União Europeia e o Japão à Organização Mundial do Comércio

(OMC), alegando anticompetitividade por parte da indústria brasileira.

Após análise da denúncia, a OMC considerou como subsídios ilegais e regras discriminatórias promovidas pelo programa, que taxa excessivamente produtos importados na comparação com os nacionais. O motivo é que eles oferecem isenções fiscais ou vantagens competitivas tendo como base regras de uso de conteúdo local ou desempenho em exportações.

Segundo Hastreiter (2014, p. 465), o fato gerador da denúncia do programa foi o seguinte: Artigo 3.1 do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias. Em interessante estudo realizado inclusive anteriormente à reclamação europeia na OMC, já havia concluído pela contrariedade do Programa Inovar-Auto ao Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias, uma vez que a redução do IPI traria vantagens diretamente ligadas à exportação, beneficiando o exportador ou o produtor pelo incentivo ao uso de produtos nacionais em detrimento dos estrangeiros, sendo, portanto, um subsídio proibido.

Como se verá nos tópicos seguintes, após as diversas denúncias ao programa no âmbito da OMC, que acabou rendendo uma condenação por protecionismo ao Brasil pela entidade, a qual menciona que o programa vai contra as leis do livre comércio devido à imposição de um regime tributário mais elevado para bens importados em relação aos bens nacionais, o que resulta em uma concorrência injusta entre os agentes, a concessões de incentivos fiscais para produtores locais e a oferta de subsídios às exportados.

Estrutura jurídica e econômica dos subsídios do “Inovar-auto”

Da forma como foi planejada, o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (“Inovar-Auto”) seria uma política pública de incentivo ao setor automotivo do Governo Brasileiro, instituída pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012 (arts. 40 a 45), resultante da conversão em lei da Medida Provisória nº 563, de 3 de abril de 2012.

Como se vê no texto normativo inicialmente proposto pelo Poder Executivo contemplou uma série de Programas, tais como o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional – REICOMP e o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações – REPNBL-Redes, altera o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO, de que trata a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, além da criação do Inovar-Auto, além de outras disposições de natureza político-econômica.

No que tange especificamente ao Inovar-Auto, a Exposição de Motivos da referida Medida Provisória destaca a importância da indústria automobilística brasileira no cenário internacional, inclusive com recordes de produção e licenciamento de veículos. No entanto, o que justificaria a intervenção estatal no domínio econômico automobilístico seria o fato de que a balança comercial era desfavorável ao Brasil:

Segundo dados da SECEX/MDIC veículos automotores, reboques e carrocerias registraram um saldo comercial líquido de US\$ 7,3 bilhões em 2006, ao passo que, no ano de 2011 o setor passou a registrar um déficit de US\$ 8,3 bilhões.

Diante desse cenário,

(...) o grande desafio que se apresenta para o setor automobilístico no momento reside na busca contínua pela melhoria da competitividade, aprimorando as tecnologias existentes e incorporando e desenvolvendo novas tecnologias. As medidas em questão buscam ter uma atuação proativa no sentido de conter possíveis consequências de um eventual comprometimento da competitividade brasileira, que poderia culminar com o fechamento de

fábricas, redução na produção industrial e perda de postos de trabalho. A medida proposta tem por objetivo fortalecer a indústria automotiva nacional e criar incentivos para que haja melhoria do conteúdo tecnológico dos veículos produzidos no País. A competição mundial nessa indústria se mostra cada dia mais condicionada ao avanço tecnológico e à eficiência produtiva. Vários são os campos onde se esperam avanços nos próximos anos, entre eles a proteção ao meio ambiente, a segurança e a eficiência energética.

Assim, o art. 40 da Lei nº 12.715/2012, anuncia que o Inovar-Auto tem como objetivo “(...) apoiar o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a segurança, a proteção ao meio ambiente, a eficiência energética e a qualidade dos automóveis, caminhões, ônibus e autopeças”, com prazo de vigência de 1º de janeiro de 2013 até 31 de dezembro de 2017.

Sob a vigência do Inovar-Auto, podiam se habilitar no Programa as empresas que produzam, no Brasil, os produtos classificados nas posições 87.01 a 87.06 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, ou seja, tratores; veículos automóveis para transporte de dez pessoas ou mais, incluindo o motorista; automóveis de passageiros e outros veículos automóveis principalmente concebidos para transporte de pessoas, incluindo os veículos de uso misto (*station wagons*) e os automóveis de corrida; Veículos automóveis para transporte de mercadorias; veículos automóveis para usos especiais (por exemplo, veículos de combate a incêndio e caminhões-betoneiras); e chassis com motores.

Também podiam se habilitar no Inovar-Auto as empresas que comercializassem, no Brasil, os produtos listados no parágrafo anterior, bem como as empresas que tivessem projeto aprovado para instalação, no País, de fábrica ou, no caso das empresas já instaladas, de novas plantas ou projetos industriais para produção de novos modelos desses produtos.

O ato de habilitação ficava a cargo do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e a empresa deveria cumprir, em linhas gerais, ao menos três dos seguintes requisitos (art. 40, § 5º):

I - realização pela empresa, no País, de atividades fabris e de infraestrutura de engenharia, diretamente ou por terceiros;

II - realização pela empresa, no País, de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação, diretamente ou por terceiros;

III - realização pela empresa, no País, de dispêndio em engenharia, tecnologia industrial básica e de capacitação de fornecedores, diretamente ou por terceiros; e

IV - adesão da empresa a programa de etiquetagem veicular de âmbito nacional, nos termos de regulamento, exceto quanto aos veículos com motor de pistão, de ignição por compressão (diesel ou semidiesel).

Dito isso, cabe esclarecer que, uma vez habilitadas no Inovar-Auto, durante o período de doze meses, as empresas participantes teriam determinados benefícios fiscais, quais sejam, a suspensão do IPI incidente no desembaraço aduaneiro e crédito presumido de IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados, com base nos dispêndios realizados no País em cada mês-calendário com

I - pesquisa;

II - desenvolvimento tecnológico;

III - inovação tecnológica;

IV - insumos estratégicos;

V - ferramentaria;

VI - recolhimentos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT na forma do regulamento;

VII - capacitação de fornecedores; e

VIII - engenharia e tecnologia industrial básica.

Aqui, cabe esclarecer que, por força do art. 153 da Constituição Federal de 1988, § 3º, inc. II, o IPI é um tributo não cumulativo, ou seja, deve ser compensado o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores. Na forma de seu regulamento (Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010), o sistema de creditamento do IPI está previsto no art. 225 e seguintes, onde basicamente “a não cumulatividade é efetivada pelo sistema de crédito do imposto relativo a produtos entrados no estabelecimento do contribuinte, para ser abatido do que for devido pelos produtos dele saídos, num mesmo período”.

Além disso, os créditos presumidos de IPI apurados pelas empresas habilitadas no Inovar-Auto eram isentas da a Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins; e também não deveriam ser computados para fins de apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Por sua vez, o art. 41-B da lei que criou o Inovar-Auto prevê que o Poder Executivo pode estabelecer alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI menores para os veículos que adotarem motores flex que tiverem relação de consumo entre etanol hidratado e gasolina superior a 75% (setenta e cinco por cento), sem prejuízo da eficiência energética da gasolina nos veículos novos.

Ainda que a vigência do Inovar-Auto tenha se exaurido, cabe esclarecer que atualmente há benefícios fiscais voltados à indústria automobilística previstos em outro Programa, o chamado “Rota 2030”- Mobilidade e Logística, instituído pela Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018. Inclusive, o Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 atualmente prevê a redução, com vigência a partir de 2022, das alíquotas do imposto para os veículos novos produzidos no País, classificados nos códigos 87.01 a 87.06 da TIPI, ou seja, os mesmos bens anteriormente beneficiados pelo Inovar-Auto.

Por fim, vale dizer que a lei que instituiu o Inovar-Auto também prevê uma série de sanções, tais como multas e o cancelamento da habilitação às empresas beneficiárias do Programa que porventura viessem a descumprir suas regras.

Conforme veremos no item seguinte, o Programa Inovar-Auto suscitou uma série de discussões no âmbito da Organização Mundial do Comércio quanto às práticas de dumping praticadas pelo Brasil no âmbito deste programa.

Considerações finais

Ao longo do presente artigo, demonstramos que o antidumping é fruto de um grande esforço coletivo e de um vasto rol de normas jurídicas internas e internacionais, as quais, em linhas gerais, visam conferir condições justas de concorrência entre as economias de mercado.

A dificuldade é que, ao mesmo tempo em que a concorrência justa pode ser considerada como algo desejável, também é difícil estabelecer parâmetros que permitam identificá-la

objetivamente, sobretudo no plano internacional, em que inúmeras variáveis podem afetar a competitividade.

Nesse contexto, idealmente, a estrutura jurídica do *antidumping* deveria ser capaz de proteger a soberania econômica das nações, mas também não deveria ser tão interventiva que restrinja a liberdade econômica, vista como uma condição para o atingimento do desenvolvimento econômico.

A análise da jurisprudência da OMC mostra que o organismo internacional não leva em consideração o fato de os países contrapostos serem ou não desenvolvidos, mas a interpretação dos tratados internacionais aos quais cada um se sujeitou espontaneamente.

O Inovar-Auto pode ter atingido seus objetivos, mas realmente parece não estar alinhado aos compromissos assumidos pelo Brasil. Portanto, o antidumping pode ser visto como uma via de mão dupla, pois ao mesmo tempo em que a legislação doméstica prevê mecanismos protetivos ao seu respectivo mercado, o pretexto do incentivo à indústria automotiva doméstica não pode fazer letra morta daqueles compromissos.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO JR., José Tavares de Araújo. Anatomia da proteção *antidumping* no Brasil. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, nº 130 - Janeiro/Fevereiro/Março de 2017. Disponível em: https://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/RBCE_130_JTAJ.pdf. Acesso em: 01 mai. 2022.

BAGNOLI, Vicente. **Direito Econômico e Concorrencial**. 7ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

BAPTISTA, Luiz Olavo. Dumping e anti-dumping no Brasil. In: AMARAL JUNIOR, Alberto do. (Coord.). **OMC e o comércio internacional**. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

BARRAL, Welber. **Dumping e Comércio Internacional: A regulamentação antidumping após a Rodada do Uruguai**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

CATALAN, Francisco Carlos Marangoni. **As medidas antidumping e sua eficácia: Um estudo com a resina de policarbonato**. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração, 2005.

EIRA, Eduardo Peixoto da. **O programa Inovar-Auto: uma análise com a teoria da economia internacional e os acordos da OMC**. 2016. 55 f., il. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15764/1/2016_EduardoPeixotodaEira_tcc.pdf. Acesso em 08 jun. 2006.

FORGIONI, Paula A. **Os fundamentos do antitruste**. 12ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022.

GOYOS, D.N. et al. **Tratado de defesa comercial: antidumping, compensatórias e salvaguardas**. São Paulo: Observador Legal, 2003.

HASTREITER, Michele Alessandra. O acordo TRIMS e o programa “Inovar auto”: medidas de investimentos no setor automotivo proibidas pela OMC. **Revista Jurídica-UNICURITIBA**, v. 4, n. 37, 2014, p. 444-479. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/1058/745>. Acesso em: 09 jun. 2022.

HEES, Felipe. Interesse público e a aplicação de medidas antidumping no Brasil. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, n. 114, p. 04-11, 2013.

HURRELL, Andrew. **Sociedade Internacional e Governança Global**. In LUA NOVA – Nº 46. 1999.

JUBRAN, B.M.; LEÃES, R.F.; VALDEZ, R.C.C. (2015). **Relações internacionais: conceitos básicos e aspectos teóricos**. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Textos para Discussão FEE. no. 131. Porto Alegre, maio de 2015.

LIMA, Maria Lúcia Labate Mantovanini P.; ROSENBERG, Barbara. **Série GVLAW - Solução de Controvérsias TOMO I e TOMO II - O Brasil e o Contencioso na OMC, 1ª edição**. São Paulo: Editora Saraiva, 2009. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502144835/>. Acesso em: 01 mai. 2022.

MAIA, Bruna Zampirom. **O Brasil e os mecanismos antidumping no comércio internacional**. 2014.

MACHADO, Cassius Bahia. Integração econômica regional: o Mercosul e indústria automobilística (Trabalho de conclusão de curso). Universidade Federal da Bahia, 1997. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/12638>. Acesso em 03 mai 2022.

MERLE, Marcel. **Sociologia das Relações Internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

NASCIMENTO NETO, José Osório de. FURIATTI, Luiza de Araújo. **Extrafiscalidade ambiental como instrumento para o desenvolvimento: o exemplo do setor elétrico no Rio Grande do Sul/RS**. RVMD, Brasília, V. 11, no 2, p. 157-187, Jul-Dez. 2017.

NETO, Francisco Gelinski. **Protecionismo, livre mercado e a próxima rodada da OMC: algumas notas. Texto para discussão N º 23/1998**. [s. l.] Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://fgelneto.paginas.ufsc.br/files/2011/08/PROTECIONISMO-final98texto-discuss%C3%A3o.pdf>. Acesso em 03 mai. 2005.

SCARANO, Paulo Rogerio. **Barreiras e desafios contemporâneos para o setor calçadista no Brasil, sob a ótica da liberdade econômica**. [verificar o local e a editora]2018.

VASCONCELOS, Claudio RF; FIRME, Vinícius AC. Efetividade do Instrumento Antidumping no Brasil entre 1990 e 2007. **Revista Economia**, v. 12, p. 165-184, 2011.

Nota Técnica

20. EMPRESAS PÚBLICAS E RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

Rita Serrano⁷⁴

Resumo Executivo

Esse artigo mostra dados sobre os investimentos realizados e dividendos pagos pelas empresas públicas federais ao longo dos últimos anos; as privatizações e desmantelamento do patrimônio público comandado pelo atual governo com consequente aumento da miséria e o foco do futuro governo para as estatais.

Palavras-chave: Empresas públicas. Investimentos. Governos.

Histórico

A história das empresas públicas no Brasil começou ainda no Brasil Colônia 1663, com a fundação da empresa de Correios do Brasil e, em seguida, em 1694, com a criação da CMB – Casa da Moeda do Brasil. No período do Império, foram criados o Banco do Brasil, em 1808, e a Caixa Econômica Federal, em 1861. Durante os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, considerados estadistas do desenvolvimento brasileiro, um ecossistema de empresas públicas foi fundado. A missão era viabilizar o processo de produção econômica nacional. Destaque para Petrobrás, Eletrobrás e BNDE, hoje BNDES – Banco de Desenvolvimento Econômico e Social.

Apesar da regressão nos direitos políticos e sociais, durante o período da ditadura militar as estatais continuaram a ser utilizadas no processo de modernização conservadora da economia, construindo a infraestrutura basista para a industrialização e urbanização.

No final da década de 80, o texto da nova Constituição de 1988, definiu o provimento de uma série de bens e serviços como propriedade/competência da União e, em alguns casos, de estados e municípios. Dentre eles, podem ser mencionados as jazidas e demais recursos minerais; potenciais de energia elétrica; tratamento e distribuição de água e coleta de esgoto; gestão dos recursos hídricos; infraestrutura aeroportuária; serviços e instalações nucleares; serviços de transporte; e serviços postais.

Durante os primeiros governos eleitos depois da ditadura militar, com destaque para Fernando Henrique, o que se viu foi um processo de privatização e extinção de empresas estatais que, ao contrário da expectativa do governo, se mostraram incapazes de resolver a crise fiscal – entre 1995 e 2003, a dívida líquida do setor público passou de 28% para 52% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2002, contudo, foi eleito o Presidente Lula, com um programa econômico distinto do período neoliberal. Houve então uma reorientação do papel das empresas estatais, que passaram a liderar os principais projetos estruturantes do país, por vezes, inclusive, por meio de parcerias com a iniciativa privada.

⁷⁴ **Rita Serrana.** Mestre em Administração, representante dos empregados no Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, conselheira fiscal da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae) e coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas. É autora de vários artigos e livros, entre eles: Caixa, banco dos brasileiros (2018); Rompendo Barreiras (2022), Coautora de Se é Público é para todos (2018) e o Futuro é Público (2020). É pesquisadora voluntária do Observatório Conjucscs da USCS.

No período recente, em meio à crise econômica e suas repercussões sobre as contas públicas do país, as empresas estatais voltaram ao centro do debate público, em um contexto permeado por investigações da prática de corrupção envolvendo quadros de direção dessas e de grandes empresas do setor privado.

O governo de Jair Bolsonaro, desde sua posse, acentuou o discurso ideológico das privatizações. Sua equipe econômica listou a venda de empresas como, Correios, Dataprev, Serpro, subsidiárias da Petrobras, bancos públicos e outros. Conseguiu efetivar a venda da Eletrobrás, de subsidiárias da Petrobrás e liquidar empresas como a CEITEC – empresa estratégica na produção de semicondutores e, outras.

Dados mostram que até julho de 2022, o governo arrecadou, direta ou indiretamente, mais de R\$300 bilhões com privatizações. Esse programa retomou uma série de conceitos hegemônicos na década de 1990, dentre os quais a desestatização e desregulamentação das relações econômicas e sociais.

Ao pretender renunciar ao controle público de setores estratégicos o Brasil atou nesses últimos anos em descompasso com o processo de reestatização pelo qual passam os países mais desenvolvidos. De acordo com o Instituto Transnacional (TNI, 2020), nos últimos anos ocorreram 1.400 casos de serviços estatizados em mais de 2.400 cidades em 58 países, entre eles os Estados Unidos, Japão, França, Alemanha e outros.

A política destrutiva do atual governo acabou por dismantlar todo o patrimônio público brasileiro, educação, saúde, cultura, investimentos em habitação, infraestrutura. As consequências são nefastas, destaca-se o aumento da pobreza no país, que em 2021 castigou 62,5 milhões de brasileiros e brasileiras (29,4% da população). Desses, 17,9 milhões de brasileiros (8,4%) se encontravam na extrema pobreza ano passado, passando fome e toda sorte de dificuldades. A pobreza e extrema pobreza bateram recorde no país em 2021, conforme informações divulgadas nesta sexta-feira (2) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em janeiro de 2023, assume o governo federal, Luis Inácio Lula da Silva, que pretende retomar projeto de desenvolvimento do país, reorganizar o estado utilizando investimentos públicos, advindos em parte das estatais, que devem ser fortalecidas, que como podemos verificar nos dados, tem capacidade de resiliência e potencial para contribuir com o país.

Investimentos das estatais brasileiras

De acordo com os dados mais recentes do “Panorama das Estatais” (referentes ao ano de 2022), divulgado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), na esfera federal existem 127 empresas estatais com concentração nos seguintes setores: petróleo, centrais elétricas e bancos. Do total, 44 estão sob controle direto da União e 83 sob controle indireto.

No ano de 2021, de acordo com informações do Tesouro Nacional, foram contabilizadas 302 empresas estatais estaduais (260 ativas e 42 em fase de liquidação), que atuam, entre outros, no setor financeiro, saneamento básico, transportes, infraestrutura, habitação, assistência técnica e extensão agropecuária, tecnologia da informação, abastecimento e desenvolvimento estadual.

Em 2021, apenas as estatais federais somavam cerca de R\$ 901,7 bilhões em patrimônio, com ativos totais de R\$ 5.486,8 bilhões. Essas empresas realizaram investimentos expressivos em 2021, que somaram R\$ 57,5 bilhões, de um total de R\$ 1.663,8 bilhões de investimento no país (tabela 1).

Além da importante participação no total de investimentos, as estatais federais brasileiras empregavam 445.120 trabalhadores próprios no final de 2021, número 19,0% menor que 2015, devido aos sucessivos incentivos à demissão realizados pelas empresas no último período.

TABELA 1 – Investimentos realizados por Empresas Estatais Federais e o investimento total no Brasil (em R\$ bilhões)

Ano	Investimento realizado pelas estatais federais	Investimento Brasil (FBCF – IBGE)	Investimentos Estatais/Investimento Brasil
2012	97,9	997,5	9,80%
2013	113,5	1.114,90	10,20%
2014	95,5	1.148,50	8,30%
2015	80,2	1.069,40	7,50%
2016	56,5	973,3	5,80%
2017	50,4	958,8	5,30%
2018	84,8	1.057,40	8,00%
2019	51,6	1.143,20	4,50%
2020	83,8	1.240,20	6,80%
2021	57,5	1.663,80	3,50%

Fonte: SEST – Ministério do Planejamento; Contas Nacionais – IBGE

Elaboração: Dieese/SS Feneae

Em 2021, Banco do Brasil, Caixa Econômica, BNDES, Eletrobras e a Petrobras – que representam mais de 96% dos ativos totais e mais de 93% do patrimônio líquido das estatais federais – recuperaram os resultados depois do primeiro ano da pandemia da Covid-19 e fecharam com R\$ 187,6 bilhões de ganho. Esse valor representa um aumento de 209,6% em relação a 2020, quando o resultado foi de R\$ 60,6 bilhões. Entre essas empresas, o maior crescimento verificado foi no Grupo Petrobrás, que saiu de um resultado líquido de R\$ 6,3 bilhões em 2020 para R\$ 107,3 bilhões em 2021 (aumento de mais de 1.600%).

Outro ponto que aumentou desde 2016 foi o total de dividendos e de juros sobre capital próprio (JCP) pagos pelas empresas de controle direto da União. No consolidado das empresas como Petrobras, Eletrobras, Banco do Brasil, Caixa e BNDES, os valores passaram de R\$ 3,7 bilhões em 2016 para R\$ 43,5 bilhões no fim de 2021 (neste ano, 48,6% deste resultado foi proveniente dos dividendos pagos pela Petrobrás).

O valor de dividendos distribuídos pelas estatais exclusivamente para a União também é bastante expressivo, correspondendo a R\$333 bilhões, no período compreendido entre 2002 e 2021, com média de R\$ 22,8 bilhões por ano, conforme exposto na Tabela 2.

TABELA 2 – Dividendos das Empresas Estatais Federais pagos à União – 2002-2021 (em milhões de R\$ - Valores de Dez/2021 – IPCA)

	Acumulado 2002/2021	Média/ano
Banco do Brasil	68.339	3.417
BNB	3.923	196
BNDES	167.581	8.379
Caixa	78.647	3.932
Correios	9.286	464
Eletrobras	21.288	1.064
IRB	3.340	167
Petrobras	86.636	4.332
Demais	17.863	893

Fonte: SEST – Ministério do Planejamento; Contas Nacionais – IBGE

Elaboração: Dieese/SS Fenae

Bancos Públicos

A pandemia no Brasil teve início em 26 de fevereiro de 2020 e afetou a economia do país, que já sofria com a falta de investimentos.

Em crises anteriores, os bancos públicos já foram instrumentos de estabilização do “mercado”. Na crise bancária de 1995, por exemplo, quando os bancos Nacional e Econômico colapsaram, gerando instabilidade sistêmica, o governo FHC criou o Proer, um programa destinado a socorrer os bancos privados que entregou bilhões de reais de recursos públicos para instituições privadas mal geridas. Nesse contexto, CAIXA e Banco do Brasil deram uma grande contribuição para salvaguardar os poupadores e debelar a crise sistêmica, adiantando recursos para a criação do Fundo Garantidor de Crédito – FGC, que garante aplicações financeiras dos poupadores, pessoas físicas e jurídicas, até o limite de R\$ 1 milhão de reais. Os efeitos da crise de 2008 também foram amenizados com a ação contracíclica dos bancos públicos, em especial da CAIXA e do BNDES. Naquela ocasião, o Banco Central disponibilizou liquidez ao mercado com uma política monetária expansiva, mas os bancos privados não se dispuseram a tomar risco. Acabaram por aumentar sua rentabilidade, mas não em função do crédito. Tomaram recursos e alocaram em títulos públicos. Houve um empocamento de liquidez, e os recursos não chegaram às empresas. O incremento de operações de crédito dos bancos públicos, somado ao lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV, operado pela CAIXA, e do Programa de Aceleração de Crescimento – PAC, estimularam fortemente a indústria da construção civil e a geração de empregos, diminuindo as consequências da crise.

Em 2020, o grande destaque foi a atuação da Caixa. Para executar a tarefa de pagar o auxílio emergencial, programa criado para amenizar os efeitos da crise sanitária e econômica, o banco se superou, quebrou o paradigma do atraso tecnológico, e graças a qualidade de seu corpo técnico, criou aplicativos para cadastro, movimentação de contas, e realizou a abertura de milhões de contas, em prazo excepcionalmente rápido.

Muitos setores de atividade econômica, devido a suas características intrínsecas, necessitam de investimentos vultosos e de longo prazo de maturação, que pode se estender por décadas,

tais como as estradas e as ferrovias. Há, por sua vez, algumas atividades que proveem serviços essenciais à vida – como captação, tratamento e distribuição de água e geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Na maioria dos países, procura-se assegurar, como questão estratégica e de segurança nacional, o provimento de tais serviços na quantidade e qualidade necessárias e a preços acessíveis tanto para consumo da população, quanto dos diversos setores de atividade econômica.

A atuação e os investimentos estatais também podem ser fatores de estabilização econômica, do nível de emprego e da renda, à medida que, por não obedecerem apenas à lógica de mercado, asseguram um mínimo de expansão da demanda agregada, atuando como instrumento de políticas anticíclicas. Foi o que se viu no Brasil durante a crise financeira internacional de 2008, quando os bancos públicos, por meio da expansão do crédito e da redução dos juros, exerceram importante papel anticíclico.

Por todos esses fatores, em nome do interesse e da soberania nacionais, diversos países têm adotado medidas de “restrição” ao investimento estrangeiro em setores estratégicos, principalmente àqueles na forma de fusões e aquisições. Caso emblemático é a China, que, por meio de suas grandes empresas estatais, têm adotado uma política agressiva de investimento em nível mundial.

Importante lembrar, ainda, que as empresas estatais diferem das empresas privadas na medida em que, por sua natureza, deveriam tomar decisões orientadas pelo interesse coletivo e não apenas por critérios econômico-financeiros. É possível gerir empresas estatais de forma eficiente, sob a perspectiva do interesse público. A análise das experiências de países desenvolvidos mostra a viabilidade de diferentes tipos de gestão no setor público, com controle social, que possibilitam reduzir acentuadamente problemas relacionados à corrupção e à apropriação indevida por interesses privados.

O que é público é para todos

O futuro do Brasil e a superação da crise sanitária e econômica, assim como o modelo de desenvolvimento para a humanidade no próximo período, será determinado pelo conceito que as pessoas têm do que é público, pelo modelo de Estado. Queremos um Brasil em que todos possam ter o mínimo necessário para viver, em que os recursos naturais sejam preservados para as futuras gerações, em que as pessoas possam ser livres e felizes, com igualdade de oportunidades, ou um Brasil no qual só um pequeno número de privilegiados tenha esse direito?

Referências Bibliográficas

Dowbor, L. (2017). *A Era do capital improdutivo*. São Paulo: Autonomia Literária.

Economia, M. d. (2021). Boletim das Empresas Estatais Federais .

Sader, o. E. (2018). *Se é Público é para todos*. Rio de Janeiro: LPP.

Serrano, M. R. (2020). Estado pós-pandemia e as empresas públicas. Em o. D. Stedile, *Banestado* (pp. 187-205). Paraná: Contactos.

sociais., S. d. (02 de 12 de 2022). *IBGE*. Fonte: IBGE: www.ibge.gov.br

TNI. (2020). *O futuro é Público*. SP: Comitê nacional em Defesa das Empresas Públicas.

Nota Técnica

21. REFAZER O CAMINHO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL

Edgar Nóbrega⁷⁵

Lucio Maluf⁷⁶

Marcel Camilo⁷⁷

Resumo Executivo

Refazer o caminho para a construção de um desenvolvimento integrado e sustentável diante das globalizações é o nosso desejo neste momento da agenda política nacional. Este é o nosso maior desafio enquanto nação e precisa estar muito adiante de outras prioridades da agenda. É fato que precisamos por exemplo enfrentar a questão da inflação, mas na atualidade esta questão precisa estar diretamente relacionada com uma agenda de desenvolvimento sustentável e incluyente, do contrário corremos o risco de seguir uma triste história de pequenos voos de galinha. E posicionamos uma opinião referenciada nas ideias de Celso Furtado e sua potência teórica em relação aos projetos nacionais.

Palavras chaves: *Desenvolvimento. Globalizações. Celso Furtado. Agenda nacional.*

O ponto de partida de qualquer novo projeto alternativo de nação terá que ser, inevitavelmente, o aumento da participação e do poder do povo nos centros de decisão do país.

Celso Furtado

O mundo atravessa um tempo de globalizações. Sim, é preciso explicitar os diferentes caminhos das relações econômicas, sociais e culturais que o planeta vivencia. Questões como a geo política, geo economia, geo tecnologia e geo sustentabilidade se conectam um ambiente onde os estoques de conhecimento e de poder militar aprofundam a perenização e a concentração de renda e de dominação política.

O Brasil segue um certo “destino” onde não existe o necessário protagonismo em relação à cena global, o que contribui diretamente para a manutenção da sensação de inferioridade como sendo parte de um “complexo de vira-latas” que bem traduziu em seu tempo Nelson Rodrigues.

Neste contexto, as relações econômicas são absolutamente relevantes especialmente em função do papel da nova economia, em um tempo no qual o dinheiro eletrônico e as novas moedas ganham status e novos espaços.

Mas o que faz o planeta que produz tanta riqueza seguir observando milhões de pessoas à margem da inclusão, e tantas vezes sem possuir as mínimas condições para uma vida digna do ponto de vista dos direitos elementares são as decisões políticas tomadas pelos governos e pelos mercados.

⁷⁵ **Edgar Nóbrega.** Economista, Mestre em economia política; Professor; Dr. Ciência política/ Consultor de empresas, de organizações não governamentais e do e gestão pública.

⁷⁶ **Lucio Maluf.** Sociólogo; especialista em gestão econômica e desenvolvimento regional/ Secretário de Organização do PDT São Paulo.

⁷⁷ **Marcel Camilo.** Advogado especialista na área esportiva; consultor jurídico e empresário.

Considerando esta reflexão inicial, especialmente do ponto de vista do Brasil, acreditamos que ainda nos faz falta uma maior clareza em relação a um caminho para o desenvolvimento nacional integrado e sustentável, falta um caminho que aponte perspectivas mais perenes para a economia e a sociedade brasileira. Queremos neste momento enfatizar o quanto é relevante tratar dos múltiplos aspectos do desenvolvimento, ou seja, não basta seguir pensando apenas nas questões relativas ao crescimento econômico, o que é necessário, mas insuficiente.

Quando se fala isoladamente de economia e se esquece dos aspectos sociais corre-se o risco de seguirmos sendo grandes produtores na área do agronegócio que produz soja e outros derivativos na área agrícola e às vezes deixa-se de enfatizar o quanto a produção de alimentos por exemplo passa especialmente pela produção da pequena produção especialmente a agricultura familiar.

O debate sobre a construção de um caminho nacional não é recente, mas a miopia dos tempos do neoliberalismo agravou a distância que temos em relação a este objetivo.

Quando tomamos como referência o pensamento de um brasileiro ilustre, Celso Furtado, este que foi certamente, um dos maiores pensadores brasileiros do século XX e cuja contribuição priorizou a busca de uma boa agenda do desenvolvimento econômico nacional, esta questão fica ainda mais evidente. Furtado tantas vezes foi ignorado em nossa história principalmente por uma elite hipócrita que simplesmente abduziu o papel do Estado frente ao caminho que deveríamos seguir.

E mais, Furtado tantas vezes foi esquecido, pois desde então o seu sentido de projeto considerava sempre as relações nacionais com as forças e os movimentos do capital externo, desde os anos de 1950 quando desenvolveu reflexões que continham elementos fundamentais para a compreensão do subdesenvolvimento da economia brasileira frente aos países do centro industrial capitalista. Era forte a convicção deste pensador ímpar a respeito da débil formação das estruturas produtivas nacionais que nos empurrava e segue empurrando para uma condição de subdesenvolvimento estrutural particularmente nestes tempos do 5G onde cada vez mais as tecnologias ganham relevância.

Neste sentido, iluminados pelas convicções furtadianas queremos em primeiro lugar reafirmar a necessidade de pensar a construção de um caminho nacional, e para fazê-lo obrigatoriamente precisamos considerar a cena internacional, afinal de contas o nosso país segue ignorando de maneira solene o quanto as nossas potencialidades podem contribuir diretamente para a ocupação de um novo status no capitalismo contemporâneo.

E mais, assim como Furtado e outros pensadores, acreditamos que uma análise correta dos múltiplos aspectos da relação do Brasil com a cena global precisa ser realizada em conexão com o aprofundamento da relevância da valorização da força do ambiente local/regional. O poder local é cada vez mais um elemento catalizador de uma dinâmica positiva em relação à construção de um projeto capaz de reduzir as desigualdades e ampliar a inclusão social, econômica e cultural.

A segunda questão que consideramos adequada neste ensaio diz respeito à sempre necessária tarefa de avaliar o mundo para além da percepção econômica. A complexidade da realidade exige um olhar profundamente interdisciplinar, onde a política precisa ter centralidade.

E quando trazemos esta questão para o centro do debate, sobre a construção de um caminho nacional, traduzimos uma nuance que nos parece absolutamente elementar, qual seja a de que não basta apenas a existência de um tecnicismo econômico que faz com que uma ciência

humana simplesmente se transforme em uma caricatura matemática cujos equilíbrios são regidos por um mercado pretensamente isento.

Por que trazemos esta questão para este nosso Brasil de tantos conflitos e tantas retóricas? Porque ainda existem aqueles que acreditam que por exemplo a inflação será totalmente estabilizada apenas por um golpe técnico, a partir do qual todas as almas se irmanarão no sentido de uma paz artificial.

Em nossa agenda nacional há um fetiche em relação a busca da estabilidade monetária, por um lado resultante dos tristes tempos de inflação que segue assombrando nossa memória, por outro pela força política do Plano Real, e também por uma certa mediocridade teórica que insiste em fazer com que sigamos repetindo mais do mesmo.

Lembramos das boas e atuais contribuições de Paul Krugman que em sua “Era do conformismo” dizia que: “Creio que a falta de um protesto contra o nosso terrível desempenho econômico constitui o fato mais marcante dos Estados Unidos de hoje”. Ele disse isso em 1990, ou seja, e já se passaram mais de três décadas que o vencedor do Nobel de Economia de 2008 apontava o que muitos economistas já sabem: “que custa menos do que imaginamos conviver com a inflação do que eliminá-la, que o protecionismo não acarreta depressões, e que a debacle do sistema de poupança e empréstimos deveu-se a uma retórica de livre mercado inoportuna”.⁷⁸

Ou seja, é nosso dever neste momento afirmar quais são as nossas maiores, e quando afirmamos esta questão e sua relação com um projeto nacional não imaginamos que isto seja apenas um bom texto acadêmico produzido por um intelectual fantástico. Mais do que uma boa escrita é importante aprofundar os pontos de convergências para o estabelecimento de um caminho. E para que isto aconteça há que se ter um sentido de prioridade, não se trata de simplesmente ter esta questão como mais uma entre tantas.

Ao sugerir a centralidade da construção de um caminho nacional queremos dialogar de maneira respeitosa com aqueles que fazem uma transição entre a “Terra do nunca” que se transformou a agenda nacional nos últimos anos e os próximos quatro anos que imaginando que podem ser de esperanças.

E o fazemos com a certeza que os anos anteriores ao governo que finda também não foram capazes de traduzir a relevância desta questão, trata-se, portanto, de assumir a responsabilidade por esta agenda nacional.

Na atualidade ainda existem “patriotas” na porta de quartéis, e a camisa da seleção e as cores da bandeira nacional foram sequestrados por um extrema direita que fez dos nossos símbolos nacionais patrimônios de um conservadorismo retrógrado.

E este sequestro simbólico não foi uma casualidade. Oliver Stuenkel, professor de relações internacionais da FGV, escreveu sobre essa tendência ao redor do mundo. É muito forte o fato que os radicais conservadores se apropriaram de bandeiras nacionais para poder chamar as vozes discordantes de inimigos da pátria. E há outros tantos exemplos, o leão e a cruz, imagens nacionais na Finlândia, hoje estão associados a grupos xenófobos, nos Estados Unidos Trump tentou se apropriar da bandeira americana, a mesma tática do partido de extrema direita AfD, na Alemanha, que acusa os demais de terem vergonha dos símbolos alemães.⁷⁹

⁷⁸ Krugman, Paul. A Era do Conformismo. Editora Campus. São Paulo 1990.

⁷⁹ JORGE, Mariliz Pereira. Reféns da extrema direita. Jornal Folha de São Paulo. 26 de julho de 2022.

“No Brasil, nossas cores encheram as ruas em favor do impeachment da ex Presidenta Dilma como contraponto ao vermelho” e desde então a bandeira, o hino e o verde e amarelo passaram a ser marcas registradas dos apoiadores do governo de plantão.

Por fim, estamos convencidos neste momento que a construção deste projeto nacional deve sugerir de fato a reconstrução de um caminho, inspirado na potência de Celso Furtado, na visão global de Krugman, mas acima de tudo precisa ter o DNA nacional, a marca da força da gente do Brasil, é preciso resgatar da extrema direita os símbolos nacionais, é preciso dar a oportunidade para que o Brasil possa ter enfim um caminho onde o desenvolvimento possa enfim ser uma marca nacional. E para tanto, os acordos e alianças que democraticamente são necessários para implementação de um governo são bem-vindos desde que não se impeça a execução de um projeto nacional progressista. Um projeto que seja incluyente e que privilegia a nação, seu povo e seja capaz de ir além de um “voo de galinha”, que garanta organicamente a perenidade e a sustentabilidade.

Para concluir, o nosso desejo com este breve ensaio sugere a possibilidade de abrir um debate alicerçado em algumas questões, e que acima de tudo consiga contribuir para que possamos refazer um caminho e cuja participação social possa voltar a ser significativa na cena nacional. E para nós decididamente a participação é parte de um processo que rompe com a história de conservadorismos e de golpes que se realizam de tempos em tempos na cena política nacional.

Nota Técnica

22. PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS INDUSTRIAIS E DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO NO GRANDE ABC ENTRE 1990 E 2020

Leonardo Nolasco Dias Corrêa⁸⁰

Resumo Executivo

Para avaliar o grau de consolidação democrática no Brasil, a partir das premissas estabelecidas pela literatura da Poliarquia, a literatura Evolucionária e a Estruturalista, o trabalho se valerá da experiência democrática brasileira entre 1990 até 2020, aplicará metodologia qualitativa, com pesquisa bibliográfica e a revisão literária pertinente, para realizar um estudo correlativo entre as políticas públicas industriais, de pesquisa, desenvolvimento, inovação tecnológica do Grande ABC e o grau de participação social nessas políticas, para qualificar o firmamento da democracia no período determinado. O objetivo é verificar os resultados dessas políticas públicas, como se deu a participação social nelas, e paralelamente, checar o nível da consolidação democrática junto a suas respectivas instituições no Brasil.

Palavras-chave: *Participação Social. Políticas Públicas. Progresso Técnico. Reestruturação Produtiva. Hélice Tripla. Consolidação Democrática.*

Introdução

Este trabalho tem objetivo de analisar o regime democrático no Brasil entre 1990 e 2020, verificar os resultados da política industrial, de pesquisa, desenvolvimento e inovação, e o grau de participação social nessas políticas, especialmente no Grande ABC Paulista. A região abriga um cenário favorável para compreender a relação entre as políticas públicas dessa área, os arranjos de governança e o regime democrático nacional. O desenvolvimento econômico global, participação da sociedade civil no engendramento de políticas e o seu poder de contestação pública, também são elementos que compõem a análise desse estudo.

A pesquisa se valerá de metodologia qualitativa, que a partir de uma pesquisa bibliográfica e revisão literária, estuda as relações entre o resultado das políticas supracitadas no Grande ABC, o grau de participação social nessas políticas e a possível consolidação do regime democrático no Brasil. A teoria da Poliarquia oferece parâmetros para avaliar democracias, como o regime político agrega ou repele a participação social e qual nível de consolidação deste modelo em determinado contexto. As literaturas Evolucionistas e Estruturalistas, constituem o conhecimento acumulado que permite analisar o progresso técnico em países de industrialização retardatária e economia em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. O debate sobre participação social nas políticas públicas é importante para entender os arranjos de governança que conduzem o desenvolvimento econômico e tecnológico, quais são seus limites, potencialidades e desafios.

⁸⁰ **Leonardo Nolasco Dias Corrêa.** Graduado em Administração pela Faculdade de Tecnologia Termomecânica (2020). Mestrando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do ABC (2022) na linha de pesquisa Instituições, Sociedade e Governança Democrática. Experiência profissional de 8 anos entre a Indústria Automotiva e a Indústria Química. <http://lattes.cnpq.br/2877039258006524>

Partindo do pressuposto Dahlziano aonde a política competitiva e a sua liberalização devem se expandir junto a participação popular, até o regime político alcançar a Poliarquia¹ (2005), o presente trabalho propõe um diálogo destes requisitos com a experiência democrática brasileira. O regime poliárquico também pode ser entendido como uma democracia relativamente consolidada, com elevados níveis de competição política e a pluralidade concomitante ao processo de participação pública democrática. Paralelamente, os níveis de contestação pública devem ganhar amplitude e lograr popularidade que viabilize a difusão da democracia, instituindo a sociedade civil nas decisões políticas e nos cargos públicos.

Com a lente teórica evolucionista e estruturalista, o trabalho também se beneficiará analiticamente das contribuições economicistas de Joseph A. Schumpeter, que coloca a inovação como um elemento fundamental para manutenção do fluxo econômico e a concorrência intercapitalista. Os clássicos estruturalistas de Celso Furtado, contribuem no debate sobre o progresso técnico e a difusão de avanços tecnológicos em países de industrialização retardatária. A partir das iniciativas de inovação dos diversos agentes sociais do Brasil, procura-se compreender os resultados das políticas industriais e seus efeitos, no processo de consolidação democrática do regime capitalista estabelecido no país.

Por meio do processo de substituição de importações, a industrialização brasileira foi fortemente impulsionada a partir da segunda metade do século XX. Esta industrialização teve como um dos seus principais epicentros a Região do Grande ABC Paulista. Formada por sete municípios (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra), a região possui logística privilegiada, por situar-se entre o maior mercado consumidor (a Cidade de São Paulo) e a maior zona portuária do país, o Porto de Santos. Assim, no Grande ABC e no seu entorno, concentraram-se a indústria automobilística e várias indústrias pesadas a ela associadas, tais como a de autopeças, a metalmeccânica, a eletroeletrônica, a de bens de capital, a química e a de insumos básicos.

Dado o fim do processo de substituição das importações nos anos 90, uma intensa reestruturação da cadeia produtiva no Grande ABC foi realizada, causando a redução líquida de 81 mil trabalhadores, bem como o fechamento e/ou transferência de dezenas de empresas para outras regiões e estados, produzindo efeitos econômicos e sociais negativos sobre o desenvolvimento da região (Vale, 2002 apud Conceição, Lépure, Yamauchi, 2018).

Desde o final da ditadura militar e início do regime democrático no país, há uma expansão de participantes da camada civil e maior diversidade de vozes atuantes nas agendas de políticas públicas nacionais. Verificou-se a reestruturação produtiva das principais áreas industriais do país na década de 1990, sem que, no entanto, fosse constituída uma estrutura institucional capaz de orientar adequadamente o planejamento e a implementação de estratégias metropolitanas. Klink (2008) aponta os desafios enfrentados por essas regiões (apud Abrucio, Sydow, 2018).

O avanço tecnológico, automatização, mudanças organizacionais e transplante de sistemas produtivos das economias desenvolvidas, são processos concomitantes à abertura do mercado brasileiro, que resultaram em transtornos econômicos e sociais para o Grande ABC. Este quadro levou a aproximação de sindicalistas, empresários e gestão pública, de modo inédito na Região do ABC, engendrando, na segunda metade da década de 1990, formas de gestão pública baseadas na cooperação dos atores sociais. A finalidade era debater diagnósticos e ações de desenvolvimento local (CONCEIÇÃO, LÉPURE, YAMAUCHI, 2018).

Exemplo desses modelos de cooperação e de inovação entre atores sociais, a Câmara Regional do Grande ABC (1995) buscou integrar no debate regional, os atores públicos e da sociedade civil, o que para Conceição, Lépure, Yamauchi (2018) evidenciou a maturidade dos atores locais nesse novo arranjo institucional, na medida em que conseguiram avançar no processo de negociação de conflitos e na busca flexível e pragmática de soluções para

problemas comuns. Todavia, ainda se notam obstáculos para participação social efetiva nas políticas relacionadas ao desenvolvimento econômico, tecnológico e social, diante de decisões que impactam diretamente o desenvolvimento do território. Conceição (2019) observa que mesmo com as inovações institucionais que ampliaram a participação social nas políticas de desenvolvimento, a crise da estrutura produtiva regional se manifestou em uma persistente tendência, no sentido da desindustrialização e da implementação de uma reestruturação defensiva, baseada quase tão-somente na redução dos custos do trabalho e não na expansão da pesquisa, desenvolvimento e inovação das empresas voltadas ao incremento de sua competitividade, com avanços estruturantes para a conjuntura econômica e social.

Lente Teórica da Poliarquia e o subsídio à compreensão da experiência no Grande ABC

Uma poliarquia real produz um comportamento altamente participativo junto a uma discussão política ativa, eleições competitivas e desafios políticos reais ao partido encarregado do governo (Altman; Liñan, 1999, p. 86). Segundo Dahl (2005) o poder político é plural e apresenta aspectos que permitem avaliar empiricamente como esse poder é permeável a interesses diversos. Não necessariamente são aqueles que já estão cristalizados na estrutura política da sociedade. Aquilo que o Estado produz não é fruto apenas daqueles que conduzem a agenda, mas tem fruto nos conflitos de poder que acontecem na sociedade, com pluralidade de organizações e interesses. Quanto mais economicamente desenvolvido, maior a capacidade de um país consolidar a democracia. Ainda assim, a economia não é uma variável solitária e hegemônica, pois em sua obra, Dahl também adota a premissa do Hiato Político para avaliar o nível de poder institucional e a vigência das garantias democráticas pactuadas nacionalmente. Dahl (2005) propõe que uma característica-chave da democracia é a contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados como politicamente iguais. Para um governo continuar sendo responsivo durante certo tempo, às preferências de seus cidadãos, considerados politicamente iguais, todos os cidadãos plenos devem ter oportunidades plenas:

1. De formular suas preferências.
 2. De expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual e da coletiva.
 3. De ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas sem discriminação decorrente do conteúdo ou da fonte da preferência.
- Ainda que pese a importância das inovações institucionais que aconteceram no Grande ABC nos anos 1990, a crise da estrutura industrial se manteve na maior parte deste período, com exceção ao intervalo de expansão produtiva e do emprego industrial entre 2004 e 2014, em grande parte fruto das políticas de crescimento promovidas pelo governo federal. Os efeitos econômicos e sociais da desindustrialização e da implementação de uma reestruturação defensiva numa economia em desenvolvimento, como é a brasileira, também se conecta com o debate sobre o avanço tecnológico e as relações entre as economias avançadas e as economias em desenvolvimento. O ecossistema de inovação global costuma promover evolução tecnológica primeiro nas matrizes industriais localizadas nos países do centro (economias avançadas) e depois essas inovações são difundidas às subsidiárias transnacionais nos países subdesenvolvidos (economias em desenvolvimento ou subdesenvolvidas), porém com uma relação de oferta e demanda diferente, desfavorecida, tendenciosa a transtornos sociais e econômicos a partir deste progresso técnico (Lopes, 2017). As políticas industriais e econômicas, muitas vezes não contemplam contrapartidas sociais para essas difusões tecnológicas nos países de industrialização retardatária, e quase

sempre não possuem conselhos decisórios institucionalizados para promover participação social efetiva nessas políticas.

Contribuições evolucionistas e estruturalistas para o debate sobre o progresso técnico

Com alguns desdobramentos semelhantes a Poliarquia, Schumpeter revisa a literatura evolucionista e atribui substância participativa ao conceito, desenvolvendo uma disseminada tese de Democracia Liberal. O consenso estabelecido pelo processo sufragista é o que pode aumentar o recrutamento das classes socialmente desfavorecidas para participação na vida política, e quiçá se tornar encarregada do poder público, se transformando assim numa Elite Política.

A noção de que o comportamento dos agentes é moldado pelas capacitações adquiridas ao longo do tempo e pelo ambiente em que estão inseridos — não havendo um leque amplo e flexível de escolhas possíveis — traz implícita a ideia de que a empresa, o Estado e o mercado são instituições cujos contornos são adquiridos em sua trajetória histórica interdependente, configurando contextos institucionais que moldam a geração e a seleção de inovações (Gadelha, 2002). Nesse conceito evolucionista, o Estado (Elite Política encarregada do Poder Público) assume o papel de catalisador do desenvolvimento econômico e tecnológico, a partir da interação entre universidades e empresas, promovidas por arranjos institucionais que aproximam os diversos atores interessados em pesquisa e desenvolvimento. Parques tecnológicos ou parques científicos são exemplos de espaços públicos que tem objetivo de colocar os atores envolvidos, em retroalimentação na perspectiva de interdependência, propiciando contrapartidas de inovação científica e tecnológica e desenvolvimento mútuo. Esse modelo de interação entre universidades, empresas e governo com finalidade de promover desenvolvimento tecnológico, também é conhecido como modelo Hélice Tripla.

Dagnino (2003) questiona o virtuosismo dado ao modelo da Hélice Tripla, especialmente nos países em desenvolvimento. O autor analisa a centralidade econômica que foi atribuída às universidades e institutos de pesquisa nas economias avançadas e as correntes teóricas que discutem os limites, desafios e potencialidades do relacionamento Universidade-Empresa, tanto em perspectiva latino-americana quanto em perspectiva das economias avançadas, onde o modelo da Hélice Tripla é amplamente difundido. Num quadro como o vigente, em que o elemento indutor do desenvolvimento econômico (e do progresso social) de um país tende a ser reduzido à competitividade de suas empresas, e em que esta é crescentemente interpretada como dependendo da relação U-E (Universidade-Empresa), uma decidida atitude proativa de “acadêmicos empreendedores” era de se esperar. Ela se manifestou pela conversão de círculos crescentes de professores, pesquisadores, *policy makers*, funcionários de várias instâncias e áreas de governo, empresários etc., à ideia de que o estabelecimento de mecanismos institucionais de interação era uma tarefa coletiva que beneficiaria não apenas a eles próprios — os “acadêmicos empreendedores”, que passariam a dispor de maiores recursos — mas o conjunto daqueles atores e a sociedade (Dagnino, p. 278; 2003). Os autores latino-americanos e brasileiros, adeptos à essa corrente teórica que prevalecia nos países desenvolvidos, minimizavam os obstáculos estruturais de natureza macroeconômica e acreditavam que a ampliação do relacionamento U-E era mais uma questão de uma adequada gestão que a promovesse, e ainda consideravam que era possível emular as trajetórias virtuosas protagonizadas pelos países avançados. Segundo Dagnino (2003), na sua versão mais propriamente acadêmica, esta posição adotava (e nele se apoiava) o enfoque disciplinar de Administração de Empresas. Embora utilizando o instrumental dele derivado, ela não possuía um viés propriamente analítico.

Furtado (1972) observa que os fatores do fluxo de novos produtos e o complexo de inovações que acompanham os países desenvolvidos, que são essenciais ao funcionamento da

economia capitalista, no âmbito mundial, operam no sentido de preservar as relações de dominação e dependência nos países periféricos e semiperiféricos, que caracterizam a atual economia internacional. Assim, o ciclo de inovação tecnológica encabeçado pelas multinacionais nos países subdesenvolvidos, dificulta a endogeneização de tecnologias avançadas e seu efeito “transbordamento” para ramos industriais mais arcaicos, o que poderia proporcionar um desenvolvimento mais homogêneo (Lopes, p. 102, 2017).

Também há uma intensa discussão sobre o transplante de sistemas produtivos de economias avançadas para economias em desenvolvimento e seus respectivos transtornos sociais e econômicos. A abertura do mercado e o fim do processo de substituição das importações no Brasil, durante a década de 1990, ilustram bem essa realidade e sublinham as mazelas sociais geradas pela difusão dos avanços tecnológicos neste período, que resultou na redução líquida de 81 mil trabalhadores e o fechamento de mais de 40 empresas somente no setor de autopeças na região do Grande ABC, conforme apresenta Conceição et al (2018).

Visto que a indústria representa cerca de 40% do PIB no Grande ABC, ao focar na questão da participação social na política da indústria, nas políticas de desenvolvimento econômico, tecnológico e seus arranjos institucionais, a pesquisa abordará temática importante para qualificar o poder deliberativo da sociedade civil sobre essas políticas, e qual o tipo de difusão de interesses acontece a partir das políticas públicas implementadas. Vale ressaltar que a participação da indústria no emprego total é de 35,9% no Grande ABC e 38,1% em São Bernardo do Campo (CONCEIÇÃO et al., 2015).

O trabalho propõe perspectiva teórica alinhada aos resultados de políticas públicas, para viabilizar uma análise não generalizável de consolidação democrática. A discussão desenvolvida neste artigo está vinculada diretamente à pesquisa de mestrado do autor, que trata da reestruturação produtiva no Grande ABC e uma das políticas voltadas à superação dos impactos desse novo ciclo tecnológico – Inteligência Artificial e Indústria 4.0 – no contexto local.

Em que pese as políticas públicas industriais, de pesquisa, desenvolvimento e inovação, do período democrático brasileiro moderno, qual é o nível deliberativo da sociedade civil sobre essas políticas e como acontece sua participação? Como essas políticas e os arranjos de governança do Grande ABC se relacionam com o regime democrático no Brasil e sua possível consolidação?

Políticas industriais, participação social e os reflexos do modo de produção capitalista no Brasil

As instituições políticas desempenharam um papel crucial na formação de relações de classe e de padrões de acumulação de capital, no processo de implantação de uma moderna ordem econômica industrial no Brasil (Nunes, 2003). A partir desta ótica, a compreensão sobre as atribuições dos atores sociais envolvidos no regime capitalista industrial brasileiro, ganha reforço analítico, para distinguir as relações entre o modo de produção, as formas de participação social nas políticas públicas da área e as instituições políticas formais.

Mesmo com restrições à liberdade de expressão e organização política de grupos sociais, ocorridas na ditadura militar do Brasil, a sociedade civil apresenta importantes marcas de ativismo, engajamento e participação social ao longo deste período. Com intuito de promover a transformação social, os movimentos relacionados às causas populares, coordenavam grupos para catalisar a emancipação e a consciência cidadã. Muito embora as experiências participativas com os segmentos populares fossem realizadas por uma pluralidade de sujeitos políticos (Ongs¹, movimentos sociais, sindicatos etc.), foram os setores progressistas da Igreja Católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) - grupos ligados às milhares

de paróquias católicas espalhadas por todo o país - quem conferiram a esse movimento unidade e força política. Durante as décadas de 1970 e de 1980, as CEBs constituíram uma tentativa de criar vínculos bem como fortalecer a autonomia e a organização de grupos e setores populares (Ciconello, p. 2, 2008). Tais movimentos tinham poder de ação pública, mas ainda não articulavam seus interesses em instâncias deliberativas das instituições. Entretanto, se desdobraram como movimentos cruciais para abertura política e a formulação da Constituição Cidadã de 1988.

Uma das características da estrutura industrial que passou a ser instalada no Grande ABC na metade do século XX, foi o seu enquadramento no chamado modelo fordista, marcado pela presença de grandes plantas fabris, aceleração da linha de montagem, acentuada divisão do trabalho, grandes contingentes de trabalhadores, forte verticalização da produção e elevados estoques. Este modelo também se caracteriza por relações bastante verticalizadas e desiguais entre a grande, a média e a pequena empresa. No caso brasileiro, este modelo se combinou ainda com a baixa participação das subsidiárias multinacionais e das empresas nacionais nas decisões e na produção de itens estratégicos como o desenho de novos projetos, o desenvolvimento de produtos e a manufatura de itens de maior valor agregado, como os motores e as caixas de câmbio, por exemplo, no caso da produção automobilística. Na prática, a inovação e o desenvolvimento de produtos e processos vinham “de fora para dentro” das subsidiárias multinacionais e do Brasil. Operando em regime de mercado protegido, dentro das normas rígidas do modelo de substituição de importações, as empresas brasileiras tinham pouco incentivo para modificar o processo de produção e inovar com relação aos seus produtos (Gorender, 1997).

No que tange às políticas públicas, pode-se dizer que o forte movimento de expansão e de concentração da produção industrial na Região do Grande ABC na segunda metade do século XX - que constituiu um típico *cluster* industrial na região - originou-se de uma combinação favorável de políticas governamentais elaboradas e implementadas em nível nacional (como o Plano de Metas e o II PND - Plano Nacional de Desenvolvimento) e de decisões privadas, especialmente promovidas pelas multinacionais a partir de suas matrizes, localizadas na Europa e nos Estados Unidos. No período, as políticas públicas estaduais e municipais limitaram-se a propiciar, sobretudo, condições adequadas de infraestrutura para as empresas, assim como incentivos tributários.

Para Ciconello (2008) a Constituição Cidadã de 1988, reconhece novas atribuições para as organizações da sociedade civil dentro do sistema político brasileiro, destacando o seu papel protagonista na condução da “coisa pública”. A política de saúde é um dos melhores exemplos da institucionalidade da participação civil, diante da criação do SUS (Sistema Único de Saúde), os serviços públicos e universais de saúde são discutidos e deliberados nos três entes da federação (União, estados e municípios). Em cada um desses níveis administrativos, foi implantado um Conselho de Saúde, de caráter deliberativo e permanente, com a participação obrigatória de metade de representantes da sociedade civil (Ciconello, p. 4, 2008). Porém, a articulação da política industrial, pesquisa, desenvolvimento e inovação, e outras áreas relacionadas ao desenvolvimento econômico e tecnológico, ainda não possuem ampla institucionalidade garantidora de participação social, de contrapartidas popularmente discutidas e poder deliberativo às organizações civis.

Ao longo da década de 1990 o Brasil passa por uma série de transformações em sua conjuntura industrial. O processo de abertura ao mercado internacional e o fim da substituição das importações marcam esse período por trazer alterações na estrutura produtiva, como a implementação de novas formas de gestão da produção e do trabalho (tais como focalização, desverticalização, modularização, terceirização, racionalização, automação, *just in time*, células de produção, customização) e a reorganização de mercado impulsionada por processos como aquisições, fusões e fechamento de plantas fabris. Tudo isto incrementou

fortemente a produtividade e a concorrência intercapitalista, implicando na redução do trabalho e emprego na região do ABC e a emergência de novos polos de produção no país.

Diante desse contexto, apresentam-se exemplos brasileiros das organizações sociais e de luta política, que se manifestaram no período de abertura ao mercado global. O Grande ABC foi palco de importantes reações de atores e instituições a este conjunto de aceleradas mudanças que resultaram em significativas inovações em âmbito institucional e das empresas. A década de 1990 foi marcada pelo surgimento do Consórcio Intermunicipal Grande ABC (1990), Câmara Setorial Automotiva (1992/1993), Fórum da Cidadania do Grande ABC (1994), Câmara Regional do Grande ABC (1995), Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC (1997) e inúmeras negociações com novas pautas e acordos entre capital e trabalho na região (acordos de redução e flexibilidade da jornada de trabalho; acordos por novos investimentos; Participação nos Lucros e Resultados; acordos de modernização e preservação de empregos, entre outros) (Conceição et al, 2018).

Mesmo com os avanços institucionais e uma ampliação das vozes participantes na área industrial, no Grande ABC, o distanciamento entre as empresas (da estrutura industrial como um todo) e os centros de decisão das inovações e desenvolvimento de produtos e processos, se expressou na tímida relação entre a estrutura industrial e as universidades. As instituições de ensino técnico e superior praticamente se limitaram a formar recursos humanos, mas têm baixa participação em contribuir com a pesquisa, desenvolvimento e inovação das empresas na região.

Ao mesmo tempo em que foram criados diversos conselhos e processos de conferências para o debate e deliberação das políticas sociais, vale reforçar que nenhum mecanismo participativo foi implementado nos espaços decisórios da política econômica federal. Aliás, cada vez mais as decisões econômicas estão concentradas nas mãos de poucos. Isso tem se revelado uma verdadeira contradição e uma barreira para o avanço da participação social, uma vez que as restrições determinadas pelas políticas macroeconômicas afetam o alcance e o próprio desenho das políticas sociais (Ciconello, p. 10, 2008).

Reflexo de uma política industrial e econômica limitada à decisão de apenas alguns grupos, os modos de produção no Brasil, em alguma medida, ainda não apresentam autonomia e alternativas para lidar com as decisões estratégicas das corporações multinacionais. A soberania econômica nacional é colocada em contestação neste panorama de baixa participação social nas decisões políticas relacionadas, o que pode reproduzir instabilidade política, desigualdades sociais e econômicas, concentração de poder e o enfraquecimento das instituições públicas formais. Os processos de política industrial, pesquisa, desenvolvimento e inovação em países em desenvolvimento como o Brasil, apresentam mecanismos de baixa participação social nas instâncias deliberativas do desenvolvimento econômico e tecnológico, e conseqüentemente, ratificam as desigualdades sociais e econômicas dos países periféricos e semiperiféricos, neutralizando o potencial transformador da democracia participativa, e legitimando um processo institucional que pouco difunde a sociedade civil na construção do interesse coletivo (Gohn, 2018).

Conclusão

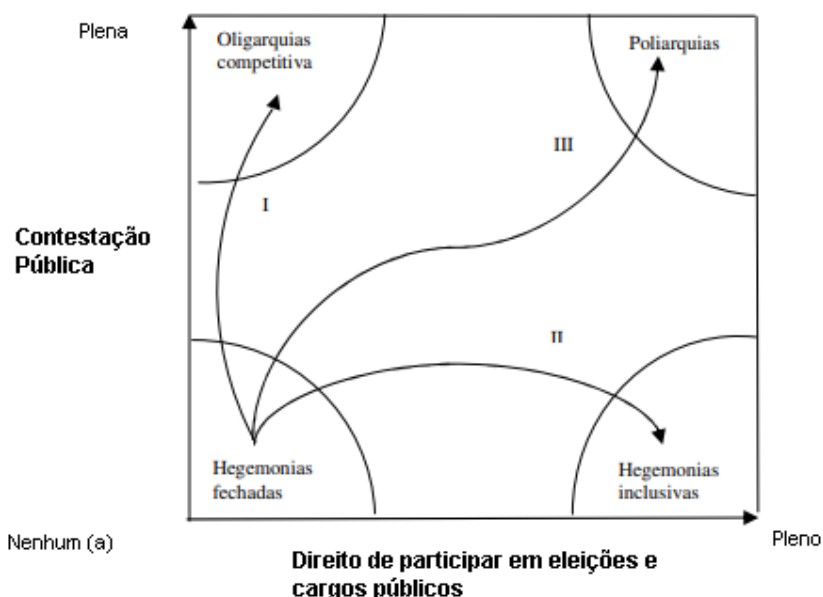
Diante do panorama de participação social restrita nas políticas industriais, de desenvolvimento econômico e tecnológico, no Brasil, notam-se instâncias decisórias elitistas, dirigidas especialmente por uma elite econômica, que se consolida no poder público, mesmo com o sufrágio em vigor e a possibilidade de civis acessarem cargos públicos, processos que a literatura evolucionária, entende que poderia viabilizar a participação social e popularizar as decisões políticas. Com isso, áreas fundamentais de decisão ficam concentradas nas mãos de elites econômicas, que se legitimam nesse trâmite e se corroboram também como elites políticas. Segundo Marco (2015), Schumpeter discordava por exemplo, da economia

convencional que considerava a escolha racional sob condições de certeza, observando a necessidade de envolver os diversos atores sociais para deliberação de áreas relevantes na política, com foco em compartilhar e reduzir as incertezas.

Mesmo com as inovações institucionais mencionadas no Grande ABC, as conquistas das organizações sociais representantes dos interesses civis e populares, alcançaram resultados tímidos, com soluções de curto prazo que instauraram a sobrevivência da indústria, mas não propiciaram pesquisa, desenvolvimento e inovação relevantes para diminuição das desigualdades econômicas, tecnológicas e sociais. Além disso, não integraram os atores sociais envolvidos a ponto de propor respostas estratégicas de longo prazo, com avanços estruturantes para conjuntura econômica e social do Grande ABC Paulista.

Consideremos, então, a democratização como formada por pelo menos duas dimensões: contestação pública e direito de participação (Dahl, p. 4, 2005) conforme ilustra a figura abaixo.

Figura 1 - Caminhos para Poliarquia



Fonte: Adaptada de DEMOCRATIZAÇÃO E OPOSIÇÃO PÚBLICA (2005), Robert Dahl.

Se para Dahl (2005) a participação pública é refletida através da dimensão do sufrágio alinhado ao direito de participar de cargos públicos, e a liberalização do regime é o que ilustra a competitividade política e os índices de contestação pública, o Brasil apresenta alto grau de participação, visto que o sufrágio é universal e obrigatório (Brasil; 1988) e a sociedade civil pode exercer cargos públicos. Entretanto, é observado baixo nível de contestação pública, especialmente diante das políticas industriais, econômicas e tecnológicas, que expõem carência de conselhos decisórios institucionalizados para promover relevante participação social à essas políticas. Vale reforçar que segundo Dahl (2005), na falta do direito de exercer oposição aquilo que está sendo politicamente deliberado, o direito de participar é despido de boa parte do significado que tem num país onde existe a contestação pública, atributo concomitante a consolidação democrática orientada pela Poliarquia. No caso brasileiro é observada uma hegemonia inclusiva, com alta participação pública através do sufrágio universal e a possibilidade de atuação em cargos públicos, mas com baixo poder de contestação pública popular, visto que as decisões políticas sobre o desenvolvimento econômico e tecnológico, estão concentradas à uma elite econômica, com participação social

restrita e poucos meios deliberativos institucionalizados a fim de articular o interesse coletivo e popular, em áreas importantes para o desenvolvimento.

Referências bibliográficas

ABRUCIO, Fernando Luiz; SYDOW, Cristina Toth. Federalismo e Governança Multinível em Regiões Metropolitanas: o caso brasileiro In: CARNEIRO, José Mario Brasiliense; FREY, Klaus. **GOVERNANÇA MULTINÍVEL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL: Experiências do Brasil e da Alemanha**. 1. ed. São Paulo: Oficina Municipal, 2018. cap. 3, p.47-68. ISBN 978-85-89739-08-5.

ALTMAN, DAVID; LIÑÁN, ANÍBAL PÉREZ-. MAS ALLÁ DE LA POLIARQUÍA: UNA APROXIMACIÓN A LA CALIDAD DE LAS DEMOCRACIAS. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, Montevideu, ed. 11, p. 83-105, 1999.

CICONELLO, Alexandre. A Participação Social como processo de consolidação da democracia no Brasil. In: **FROM Poverty to Power: How Active Citizens and Effective States Can Change the World**. Reino Unido: Oxfam International, 2008. p. 2-12. Disponível em: <http://formacaoredefale.pbworks.com/f/Participacao+Social+como+Processo+de+Consolida%C3%A7%C3%A3o+da+Democracia+no+Brasil.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2022.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da. **Entre a mão invisível e o leviatã: Contribuições heterodoxas à economia brasileira**. São Caetano do Sul: USCS/Didakt, 2019. 407 p. ISBN 978-85-68074-27-5.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da; KLINK, Jeroen Johannes; OLIVEIRA, Nilza Aparecida de; ANAV, Roberto Vital. **A cidade desenvolvimentista: Crescimento e diálogo social em São Bernardo do Campo 2009-2015**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. 376 p. ISBN 978-85-7643-280-7.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da; LÉPORE, Wendell Cristiano; YAMAUCHI, Gisele. Região do ABC Paulista, Brasil: Histórico Fordista, Crise, Novas Formas de Governança e Esforço de Revitalização. In: CARNEIRO, José Mario Brasiliense; FREY, Klaus. **GOVERNANÇA MULTINÍVEL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL: Experiências do Brasil e da Alemanha**. 1. ed. São Paulo: Oficina Municipal, 2018. cap. 15, p. 321-348. ISBN 978-85-89739-08-5.

[**Constituição** (1988)]. **Constituição** da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao. Acesso em: 23 jul. 2022.

DAGNINO, Renato. A Relação Universidade-Empresa no Brasil e o Argumento Hélice Tripla. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, v. 2, ed. 2, p. 267-307, 2º Semestre 2003.

DAHL, Robert. Poliarquia e Oposição: DEMOCRATIZAÇÃO E OPOSIÇÃO PÚBLICA. **Editora USP**, São Paulo, ed. 1, p. 25-50, 2005.

FURTADO, Celso. Análise do “Modelo” brasileiro. **Civilização Brasileira**: Rio de Janeiro, 1972.

FURTADO, C. Estado e empresas transnacionais na industrialização periférica. **Revista de Economia Política**. Vol.1, nº 1, janeiro-março, 1981.

GADELHA, Carlos A. G. Estado e inovação: Uma perspectiva evolucionista. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 85-117, 2002.

GOHN, Maria da Glória. Potencialidades e limites da participação no federalismo brasileiro. In: CARNEIRO, José Mario Brasiliense; FREY, Klaus. **GOVERNANÇA MULTINÍVEL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL: Experiências do Brasil e da Alemanha**. 1. ed. São Paulo: OFICINA MUNICIPAL, 2018. cap. 4, p. 69-90. ISBN 978-85-89739-08-5.

GORENDER, Jacob. Globalização, tecnologia e relações de trabalho. **Estudos Avançados [online]**. 1997, v. 11, n. 29 [Acessado em 5 julho 2022], pp. 311-361. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40141997000100017>>. Epub 30 maio 2005. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141997000100017>

LOPES, Herton Castiglioni. O progresso técnico nas abordagens de Celso Furtado e Carlota Perez: uma análise keynasiano-estruturalista vis-à-vis uma proposta neoschumpeteriana-evolucionária. **OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 16, ed. 1, 2017.

MARCO, Manuel Sanchis i. Reseña de J. A. Schumpeter, Capitalismo, socialismo y democracia. **Revista de Estudios Culturales**, Barcelona, v. 1, ed. 18, p. 252-259, 2015.

NUNES, Edson. Instituições, Política e Economia. *In*: NUNES, Edson. **A Gramática Política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. cap. 1, p. 15-20. ISBN 85-7110-384- 4.

CARTA DE CONJUNTURA DA USCS

